

Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Góis



Volume **04**

Estudos Setoriais de Caraterização

[versão para aprovação em Assembleia Municipal]
dezembro 2024

Nota:

Os Estudos de Caracterização constituem a primeira fase de suporte ao processo de elaboração do plano. Estão, por isso, datados no tempo. É por isso natural apresentarem algumas desatualizações motivadas e decorrentes do normal arrastamento de procedimento como é o caso da revisão de um Plano Diretor Municipal de Góis.

Sumário

Os Estudos de Caracterização do Território pretendem traçar um retrato geral do Território do Município de Góis e das dinâmicas instaladas e/ou emergentes. Consideram-se várias perspectivas setoriais e procura-se perceber quais as novas dimensões e/ou preocupações, às quais, a revisão do atual Plano Diretor Municipal [PDM] deve dedicar particular acuidade. Os Estudos de Caracterização do Território do Município de Góis constituem um documento sempre em aberto, podendo e devendo, a qualquer altura do processo de elaboração do PDM, ser completados ou revistos, integrando os contributos de cada uma das Entidades que participam no Acompanhamento do Plano.

Os Estudo de Caracterização do Território estruturam-se em 6 relatórios temáticos sendo acompanhados por um conjunto de Peças Desenhadas de apoio.

Relatório 01 - Caraterização Geral / Enquadramento Territorial

Estudo que analisa o relacionamento existente entre o município e a região envolvente, avaliando a proximidade de algumas das vias estruturantes de âmbito nacional e de alguns dos equipamentos de âmbito regional e até nacional, e identificando as potencialidades que o município oferece no seio da região envolvente e que poderão constituir mais-valias geoestratégica. O estudo incide, ainda, sobre uma análise dos instrumentos orientadores supramunicipais, que tem implicações sobre o território do município de Góis.

Relatório 02 – Caraterização Biofísica e Estrutura da Paisagem

Estudo que carateriza o território concelhio no âmbito dos recursos biofísicos, atendendo a que o território de Góis é claramente um espaço onde a combinação, sobretudo, de vários fatores naturais determinou a existência de uma paisagem singular de valor indiscutível, torna-se fundamental o estudo da paisagem onde se procura caracterizar o território do ponto de vista biofísico e interpretar a relação do Homem, da comunidade, com esse mesmo suporte biofísico. Procedendo-se, ainda, à caraterização da paisagem rural do município.

Relatório 03 – Socioeconomia

Estudo que tem como objetivo conhecer os movimentos da população, a sua composição e distribuição no território, as mudanças que nela ocorrem ao longo do período de vigência do PDM, bem como os fenómenos responsáveis por essas mudanças. Estudo que pretende servir de suporte de fundamentação e orientação no desenho de uma política para o setor da habitação no município efetuando-se, para tal, a análise do parque habitacional concelhio, com o intuito de encontrar as suas carências qualitativas e quantitativas. Estudo que visa caracterizar o tecido económico concelhio, fundamentado na síntese dos resultados de várias análises que vêm sendo efetuadas desde o início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Góis, bem como em dados das principais funções ou atividades económicas encontradas no município aquando do levantamento de campo. Esta informação é complementada ainda por vários indicadores disponíveis, como são os do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Relatório 04 – Sistema Urbano

Estudo que corresponde à análise e caracterização da rede viária concelhia, bem como da sua dependência funcional, procurando identificar pontos de conflito, eventuais necessidades de novas vias estruturantes, de melhoramentos de vias urbanas existentes e de promover a hierarquização da rede viária. Aborda também uma análise e caracterização da rede de transportes públicos concelhia, bem como da sua dependência funcional. O presente relatório caracteriza, ainda, o município ao nível dos equipamentos de utilização coletiva, e que servirá de base, para a planificação dos equipamentos a propor e a atrair para a área em estudo, que se deve fundamentar num conjunto de fatores de caráter demográfico, social e económico que se manifestam ou que se prevê que venham a manifestar dentro da zona considerada e do meio envolvente, tendo em atenção algumas especificidades sectoriais dos próprios equipamentos e dos espaço que para eles se encontrem.

Relatório 05 – História, Património e Turismo

O presente relatório, aborda a história do conceito e os elementos de valor patrimonial, abrangendo o património arquitetónico e arqueológico, de valor histórico, cultural, social e económico, que constituem marcos representativos da história local e da tradição. O relatório que se desenvolveu no âmbito dos estudos setoriais de caracterização assume por objetivo a caracterização do município sob o ponto de vista do seu património construído e cultural, vetores que se entendem enquanto elementos fundamentais da riqueza patrimonial do município.

Relatório 06 – Condições Ambientais

O presente relatório aborda, a temática das Infraestruturas de vital importância para equacionar algumas opções do plano. Os dados setoriais relativos às infraestruturas considerados nesta fase do plano, poderão ainda ser alvo de alguns ajustamentos, nomeadamente, no que diz respeito à avaliação das taxas de cobertura das redes de infraestruturas concelhias ao nível da sua sustentabilidade. Este relatório tem ainda como objetivo conhecer por um lado os riscos naturais e tecnológicos a que o município se encontra exposto, muitas vezes associadas à ação antrópica, embora também possam ocorrer por fatores naturais. Por outro, conhecer os fatores suscetíveis de diminuir a capacidade do ecossistema e que desencadeiam processos de degradação ambiental.

Peças Desenhadas de apoio:

Planta	Peças desenhadas	Escala	Formato
3	Planta de Enquadramento Regional	1/25.000	SHP
4	Planta da Situação Existente	1/25.000	SHP
5	Planta do Uso Atual do Solo	1/25.000	SHP
6	Planta dos Valores Naturais e Paisagísticos	1/25.000	SHP
7	Planta dos Elementos Patrimoniais	1/25.000	SHP
8	Planta dos Equipamentos de Utilização Coletiva	1/25.000	SHP
9	Planta da Rede Rodoviária e de Transportes Coletivos	1/25.000	SHP
10	Planta de Infraestruturas	1/25.000	SHP

Primeira Revisão do
Plano Diretor Municipal de Góis



Volume **04**
Estudos Setoriais de Caracterização

Relatório 01 - **Caraterização Geral**

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

Capítulo 1.	Enquadramento Territorial do concelho de Góis	2
Capítulo 2.	Sistema de Planeamento	7
1.	Programa Nacional para a Política de Ordenamento Territorial	8
2.	Plano Setorial da Rede Natura 2000	10
3.	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	14
4.	Programa Regional de Ordenamento Florestal	19
5.	Programa Municipal de Execução (PME) de gestão integrada de fogos rurais	22
6.	Plano de Ordenamento das Albufeiras do Cabril, Bouças e Sta Luzia	24
7.	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis	25
8.	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste	26

Índice de ilustrações

Figura 1 - Enquadramento do concelho de Góis na Região de Coimbra	2
Figura 2 - Localização geográfica do concelho de Góis Fonte: Elaboração própria	5
Figura 3 - Sítio da Rede Natura 2000 no concelho de Góis	13
Figura 4 - Espaços da Região Centro – geografia de intervenção da proposta do PROTC	14

Capítulo 01 - Enquadramento Territorial do concelho de Góis

A nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos foi criada pelo EUROSTAT e pelos institutos nacionais de estatística dos vários países da EU. Em Portugal, este processo resultou numa série de reorganizações administrativas, até que através do Regulamento [EU] nº 868/2014 da comissão, de 8 de agosto de 2014, se estabeleceu que as NUTS nível III passariam a ter limites territoriais no Continente, coincidentes com os limites das comunidades intermunicipais definidos pela Lei nº 75/2013, de 12 de dezembro.

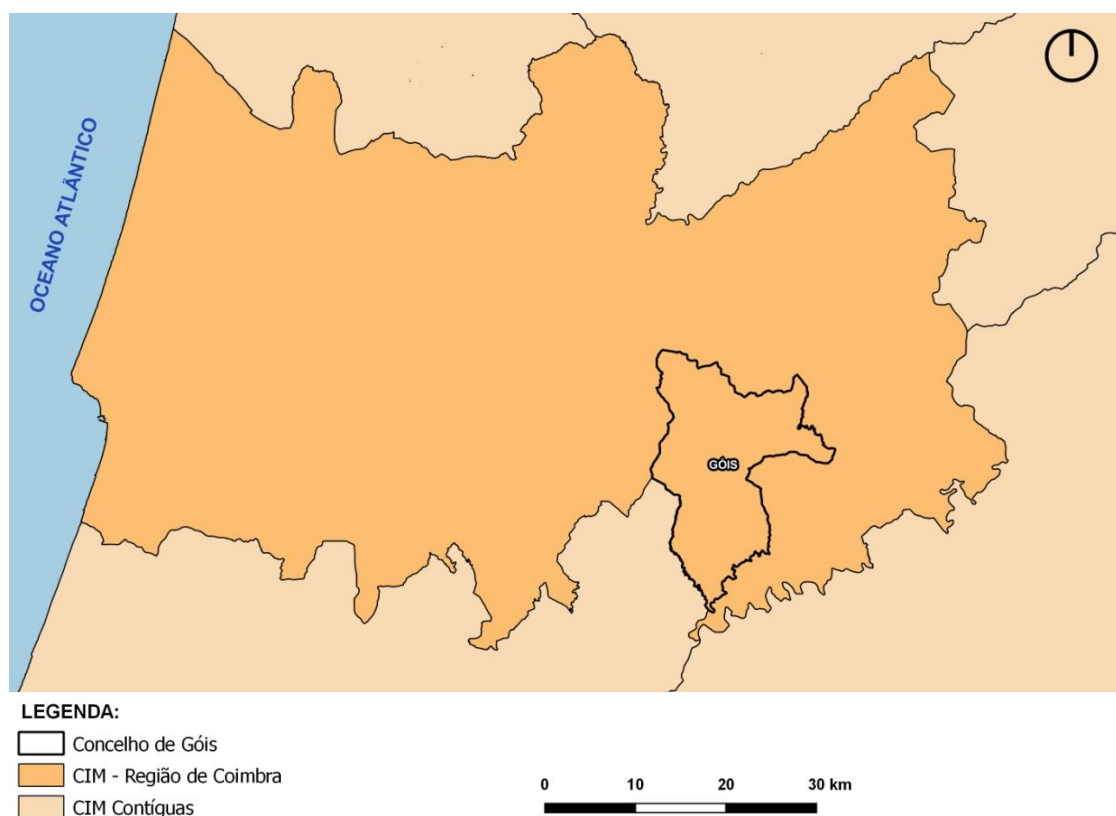


Figura 01 - Enquadramento do concelho de Góis na Região de Coimbra | Fonte: Elaboração própria

O concelho de Góis localiza-se na **Região Centro [NUT II]** e pertence à Comunidade Intermunicipal da **Região de Coimbra [NUT III]**, da qual fazem parte, além de Góis, os concelhos de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares. A Região de Coimbra é delimitada a norte com a Região de Aveiro e Dão Lafões, a leste com a Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela, a oeste com o Oceano Atlântico e ocupa uma área de cerca de 4.335,57 Km² e suporta uma população de cerca 445.975 mil habitantes, segundo os resultados dos Censos 2011.

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro o concelho de Góis pertence à unidade Pinhal Interior Norte, esta abrange os concelhos que fazem a transição entre o Litoral e as fronteiras da região, sendo uma zona de montanha, com grande densidade florestal, recurso este que marca significativamente a estrutura económica desta área geográfica. A agricultura é de fraca dimensão, prevalecendo essencialmente uma agricultura de

complementaridade / pluriatividade ou para consumo doméstico, razão pela qual a mancha florestal faz desta unidade uma das maiores áreas contínuas de pinhal da Europa.

Na última década a subregião do Pinhal Interior Norte, registou uma dinâmica demográfica negativa, na ordem dos 0,6%, no entanto esta região possui ainda alguma vitalidade económica para além do setor florestal e dos seus derivados [aglomerados e resinas], como sejam: os têxteis, artesanato, produtos alimentares, cerâmica, serralharia, construção civil, turismo, etc., pelo que o setor secundário, foi até 1991 o maior empregador [Censos 1991].

Esta região, embora altamente carenciada em infraestruturas rodoviárias compatíveis com os seus recursos e potencialidades, possui uma acessibilidade importante à sede do distrito, sendo que as restantes são insuficientes, dado às suas características não se ajustarem às exigências atuais.

A zona do Pinhal Interior Norte cobre uma área territorial de cerca de 1.899 km². É uma região que sofre a influência de diversas e importantes cadeias montanhosas, como a Estrela, o Buçaco e a Lousã. As diferentes altitudes e orientações originam a formação de microclimas bastante significativos. Apesar da alternância morfológica [61% da área situa-se em declives superiores a 8%], a região apresenta uma certa homogeneidade paisagística, sendo de realçar a importância significativa da componente florestal que assume na economia local 45% do PIB regional e na ocupação do solo 52% da superfície total.

O **concelho de Góis** situa-se no limite oriental do **Distrito de Coimbra**, beneficia da proximidade relativa do importante centro urbano de Coimbra e da proximidade de três eixos rodoviários portugueses como são o IC6, a norte do concelho [liga Coimbra à Covilhã], o IC8 a sul do concelho [estabelece a ligação da Figueira da Foz a Castelo Branco] e a A13 a sul do concelho [estabelece a ligação Coimbra até ao nó da A23 na Atalaia].

O concelho de Góis apresenta uma vasta área territorial de **263,30 km²** [corresponde a 6% da área total da Região de Coimbra] e apresentava, de acordo com os Censos de 2011, uma população total de **4.260 habitantes**. O concelho é limitado a Norte pelos concelhos de Arganil e Vila Nova de Poiares, a Sul com o concelho de Pedrogão Grande, a Sudeste e Este com o concelho de Pampilhosa da Serra e a Oeste pelos concelhos da Lousã e Castanheira de Pêra e caracteriza-se por um forte isolamento geográfico.

Demograficamente, e à semelhança da generalidade dos concelhos do interior do País, o concelho de Góis tem vindo a perder população apresentando taxas de crescimento negativa de - 9,5% no período de 1991/2001 e de -12,4% no período de 2001/2011.

Atravessado pelo **Rio Ceira**, delimitado e separado da Beira Serra Interior, pelas Serras da Lousã e Açor, o concelho de Góis está incluído na área designada por Zona Serrana, a mais interiorizada da Beira Litoral, cobrindo 39% da área rural do distrito, onde predominam as grandes altitudes, encostas extensas e muito declivosas, segundo o Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte [2008-2013].

O concelho de Góis é **predominantemente silvícola e rural**, caracterizando-se por uma agricultura e pastorícia de subsistência, que persistem na atualidade, complementadas com outras atividades económicas. Na zona industrial, criada recentemente, encontra-se, por exemplo, fábricas de alumínio, de candeeiros, de mármore e uma serralharia.

O isolamento geográfico do concelho, associado a uma deficiente rede viária - com traçados sinuosos e características de estradas de montanha -, tem contribuído, sobretudo desde os anos 50, para um contínuo despovoamento da região. Nesse âmbito, Góis, bem como a grande maioria dos concelhos de interior do nosso país, vive o estigma da desertificação, que urge combater, designadamente através de estratégias de desenvolvimento, especialmente nos setores turístico e industrial.

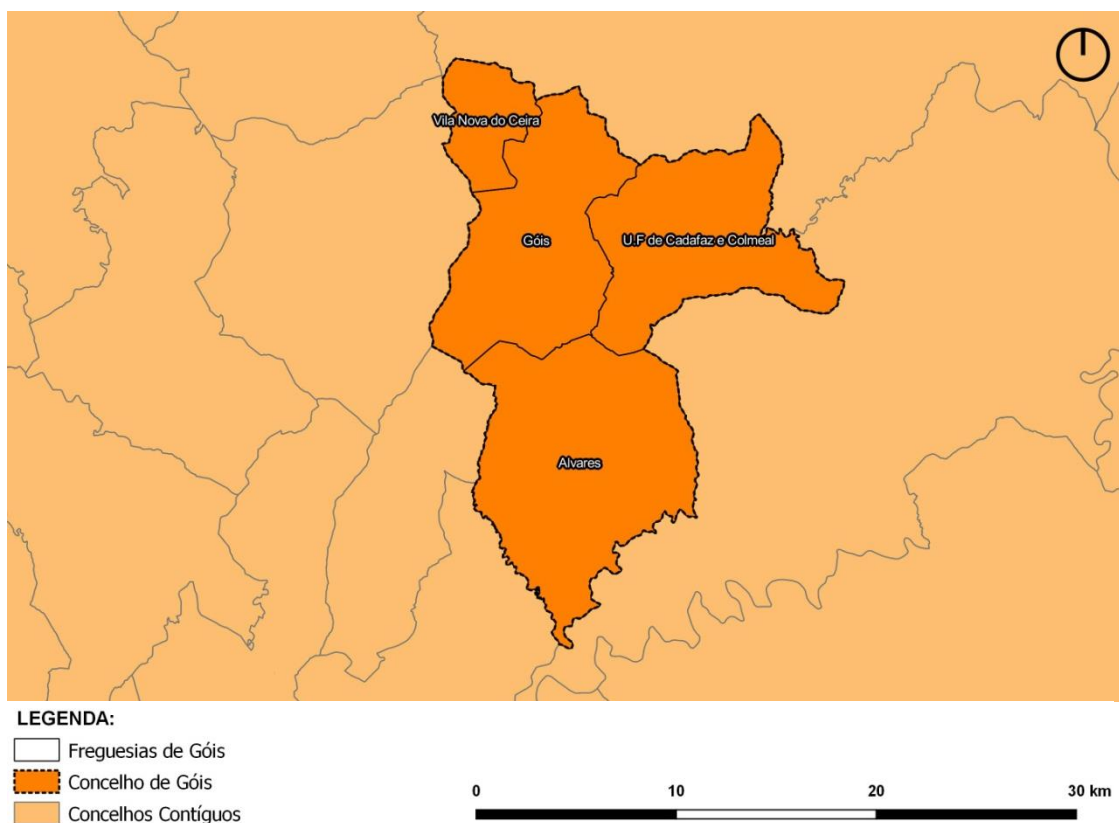


Figura 02 - Localização geográfica do concelho de Góis | Fonte: Elaboração própria

Genericamente o relevo é **predominantemente montanhoso**, sendo por isso, que o povoamento é disperso, destacando-se as elevações de Trevim, que atinge os 1.131m, e da Serra do Penedo, com 1.043m de altitude - o imponente afloramento quartzítico do período do Ordovício, vulgarmente designado por Penedos de Góis, um dos mais magníficos miradouros naturais do centro do país. O principal rio da região é o Ceira, afluente do Mondego que corre pelo concelho e pela Vila de Góis. Os restantes cursos de água a destacar são o Rio Sótão, que nasce no Trevim, e as ribeiras de Ádela, da Roda do Sinhel, de Unhais, de Méga, da Foz e de Celavisa.

Na sequência da publicação e entrada em vigor da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro [que estabelece a obrigação da reorganização administrativa do território das freguesias], o concelho de Góis passou a compreender **quatro freguesias**: União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira.

No extremo sul da região está situada a freguesia de **Alvares**. Atualmente, com 38 povoações, enquanto sede de freguesia com 98,66 km², conta apenas com 812 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 8,2 habitantes/km².

A **União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal** dista aproximadamente quinze quilómetros da Sede do Concelho, compreendendo 27 lugares. Totaliza uma área de 70,76 Km², soma 348 habitantes e tem uma densidade populacional de 4,9 habitantes/km². Cadafaz, o coração da região de Góis destaca-se pelo Rio Ceira, que serpenteia pelos seus íngremes vales. O Colmeal situa-se no coração das montanhas e é famosa pelo seu mel de urze, destacando-se a produção de queijos de cabra, o mel local e o artesanato que ajudam a sustentar a freguesia.

Góis é sede do concelho, com 73,37 km² de área e 2.171 habitantes, com uma densidade populacional de 29,6 hab/km². Esta freguesia inclui mais de meia centena de aldeias.

Vila Nova do Ceira é geograficamente a mais pequena freguesia do concelho de Góis, com cerca de 20,93 km², não obstante ser a mais densamente povoada com 44,4 hab/km², totalizando 929 habitantes. Atravessada por dois cursos de água, o rio Ceira e um seu afluente, o rio Sótão, beneficia de terra extremamente fértil. Vila Nova do Ceira é composta por várias povoações, das quais se destacam, a Várzea Grande, onde se localiza a sede da junta de freguesia, e a Várzea Pequena.

Capítulo 02 - **Sistema de Planeamento**

O Sistema de Planeamento Nacional integra um conjunto de instrumentos que, direta ou indiretamente, incidem sobre o território municipal. São os casos do Programa Nacional para a Política de Ordenamento Territorial ou Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte, ou, ainda, do Plano Setorial da Rede Natura 2000.

Estes instrumentos de gestão territorial são elementos que obrigam a ponderação e compatibilização em sede de formulação de propostas de revisão do PDM de Góis.

Neste capítulo procura-se sistematizar de uma forma sintética e de fácil leitura os principais instrumentos de gestão territorial e outros instrumentos e documentos de orientação política com evidentes reflexos na estruturação, quer das opções estratégicas municipais quer da definição do modelo territorial. **Sintetiza, em fichas de análise, os objetivos essenciais dos principais instrumentos e documentos estratégicos de âmbito e alcance, nacional e regional, e que podem influenciar ou orientar o processo de tomada de decisão ao nível do Plano Diretor Municipal.**

01 - Programa Nacional para a Política de Ordenamento Territorial

Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro e alterado pela RCM 44/2016, de 23 de agosto

O primeiro PNPOT foi aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro, no culminar de um amplo debate sobre as questões chave da organização e desenvolvimento territorial do país e constituiu um marco da política de ordenamento do território, pelo seu conteúdo, pela inovação introduzida nas abordagens territoriais e pela dinâmica gerada na elaboração de Planos Regionais de Ordenamento do Território. Aplica-se a todo o território nacional, no continente e arquipélagos dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das competências próprias das Regiões Autónomas.

O Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, publicada a 23 de agosto, decidiu proceder à alteração do PNPOT, com enfoque particular na elaboração de um novo Programa de Ação a dez anos e de um novo regime de gestão, acompanhamento e monitorização. O processo de alteração encontra-se concluído, tendo sido aprovada a respetiva proposta de Lei.

Considerado como o alicerce dos diversos instrumentos de desenvolvimento territorial, o documento *"estabelece as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados -Membros para a organização do território da União Europeia."* [art.º 30º, DL 80/2015].

O PNPOT procurou identificar os problemas que o ordenamento do território enfrenta, distribuindo-os por áreas de ação, como os recursos naturais e gestão de riscos; o desenvolvimento urbano; os transportes, energia e alterações climáticas; a competitividade dos territórios, infraestruturas e serviços coletivos e cultura cívica, planeamento e gestão territorial. Relativamente aos PDM, o PNPOT enfatiza a componente estratégica dos mesmos, integrando no seu conteúdo a definição de opções sobre a dimensão e as formas de desenvolvimento urbano mais adequadas aos respetivos territórios.

No contexto do PNPOT, o concelho de Góis enquadra-se na região do Pinhal Interior, caracterizada como um *"espaço interior e marginal aos grandes eixos de comunicação nacional e europeu"*¹, correspondendo a 5,0% do território nacional, 1,8% da população e 1% do PIB do país. Marcado pelo declínio da população, encontram-se hoje áreas fortemente desvitalizadas, *"trata-se de um dos espaços mais problemáticos do País em termos de perspetivas de desenvolvimento (...) com uma base económica débil assente nos recursos florestais"*²

A região é constituída pelo Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, o concelho de Góis insere-se na unidade territorial do Pinhal Interior Norte. A unidade beneficia dos ganhos inerentes à área de influência de Coimbra.

¹ in PNPOT,

² idem

Neste contexto, este instrumento define as seguintes opções de desenvolvimento territorial para o Pinhal Interior:

- Gerir o declínio da população e a baixa densidade de forma a garantir os mínimos de ocupação necessários à gestão sustentável;
- Implementar planos setoriais de ordenamento florestal com capacidade para ultrapassar as limitações decorrentes da estrutura da propriedade e promover a gestão sustentável dos recursos, prevenindo o risco de incêndio, e a sua exploração integrada numa ótica empresarial;
- Reforçar as funções urbanas das sedes de concelho como centros organizadores do território, apostando em soluções inovadoras com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação;
- Reforçar as articulações com as cidades da Leiria / Pombal, Coimbra, Viseu, Castelo Branco e com os centros urbanos do Médio Tejo, indo ao encontro das novas procura urbanas, sobretudo nos domínios do turismo e do lazer;
- Assumir o papel que pode ter o uso residencial das estruturas de povoamento tradicionais, em particular das aldeias da serra, para manter a ocupação do espaço e para a dinamização económica;
- Valorizar o papel para a produção de energias renováveis, sobretudo eólica e de biomassa;
- Valorizar os recursos hídricos e concluir os projetos de despoluição integrada, em particular a bacia do Zêzere;
- Estruturar a rede de equipamentos de âmbito supramunicipal numa lógica de complementaridade, especialização e funcionamento concertado;
- Prever soluções de mobilidade e acessibilidade que garantam a todos os grupos populacionais o acesso efetivo às funções urbanas.

02 - Plano Setorial da Rede Natura 2000

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 [PSRN2000] constitui um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos Sítios e das Zonas de Proteção Especial do território continental, bem como a manutenção das espécies e *habitats* num estado de conservação adequado nestas mesmas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.

O Plano desenvolvido a uma macroescala [1:100 000] para todo o território continental, tem por *“objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados – Membros em que o trabalho é aplicável”*.

O PSRN2000 vincula as entidades públicas, estando os planos municipais de ordenamento do território e os planos especiais obrigados a inserir as medidas e orientações estratégicas vigentes neste instrumento, no prazo máximo de seis anos após a sua aprovação. Com efeito, a sua incorporação na revisão do PDM de Góis é imperativa.

A Rede Natura 2000 resulta da aplicação da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens [Diretiva Aves], e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos *habitats* naturais da fauna e da flora selvagens [Diretiva Habitats]. Estas Diretivas foram revistas e transpostas para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, revisto e transposto pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

A criação de uma rede ecologicamente coerente de áreas protegidas denominada Rede Natura 2000, é constituída por:

- **Zonas de Proteção Especial (ZPE):** criadas ao abrigo da Diretiva Aves e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus *habitats* (listadas no Anexo I da Diretiva) e das espécies de aves migratórias (não referidas no Anexo I) e que ocorram de forma regular;
- **Zonas Especiais de Conservação (ZEC):** criadas ao abrigo da Diretiva *Habitats*, com o objetivo de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos *habitats* naturais e seminaturais (Anexo I da Diretiva) e dos *habitats* de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II da Diretiva) considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

Objetivos

1. Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo;
2. Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macroescala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efetuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território);
3. Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats naturais e seminaturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE;
4. Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zona dos usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território;

5. Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
6. Fornecer orientações sobre a inserção (a efetuar no prazo máximo de seis anos) em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores, na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares;
7. Definir, para cada Sítio e ZPE, os projetos a sujeitar a avaliação de impacto ambiental ou a análise de incidências ambientais.

Em Portugal Continental a Rede Natura 2000 é atualmente composta por 29 ZPE e 60 Sítios, estando o **concelho de Góis** inserido na Rede Natura 2000, **Zona Especial de Conservação [ZEC] da Serra da Lousã [PTCON0060]**³. No concelho de Góis a ZEC da Serra da Lousã abrange as freguesias de Álvares, Góis e Vila Nova do Ceira e ocupa uma área total de **4.539,51 ha**, o que corresponde a **17%** da área concelhia classificada, estando localizada a oeste (Figura 3).

³ Resolução do Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de julho

CONCELHO	ÁREA (ha)	% DO CONCELHO CLASSIFICADO	% DO SÍTIO NO CONCELHO
Castanheira de Pera	3 026,28	45 %	20 %
Figueiró dos Vinhos	2 455,36	14 %	16 %
Góis	4 539,51	14 %	30 %
Lousã	3 788,2	27 %	25 %
Miranda do Corvo	1 348,23	11 %	9 %

Região Biogeográfica: Mediterrânica

Caracterização

A serra da Lousã representa a extremidade Sudoeste da cordilheira central, exibindo linhas de cumeeada entre os 800 e os 1200 metros, com declives acentuados [originando encostas íngremes e vales muito encaixados, por vezes quase inacessíveis] nas vertentes a Norte e suaves a Sul onde, respectivamente, se fazem sentir as influências climáticas atlântica e mediterrânica. Devido à acentuada orografia e às variantes climáticas, a vegetação existente é diversificada, com a ocorrência de azinheiras [*Quercus rotundifolia*] nas zonas mais secas e ensolaradas e de carvalhais de carvalho-roble [*Quercus robur*] e carvalho-negral [*Quercus pyrenaica*] [9230] nas zonas mais húmidas e frias. É um Sítio de apreciável interesse paisagístico, com imponentes cristas quartzíticas de valor geomorfológico significativo, acompanhadas pela existência de cascalheiras [depósitos de vertente] [8130*], áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético. As inúmeras linhas de água, quase todas de carácter permanente, alimentam as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e Mondego e assumem grande importância para espécies da fauna. A vegetação ripícola encontra-se num bom estado de conservação, sendo de destacar as galerias onde se podem observar amieiros [*Alnus glutinosa*] [91E0*] e comunidades dominadas por azereiro [*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*] [5230*], com a presença de azevinho [*Ilex aquifolium*], um habitat de carácter reliquial naturalmente pouco frequente. Inclui áreas importantes para a conservação do lagarto-de-água [*Lacerta schreiberi*] e particularmente para a salamandra-lusitânica [*Chioglossa lusitanica*], atendendo a que se trata de uma área de elevada diversidade genética para a espécie e de maior vulnerabilidade.

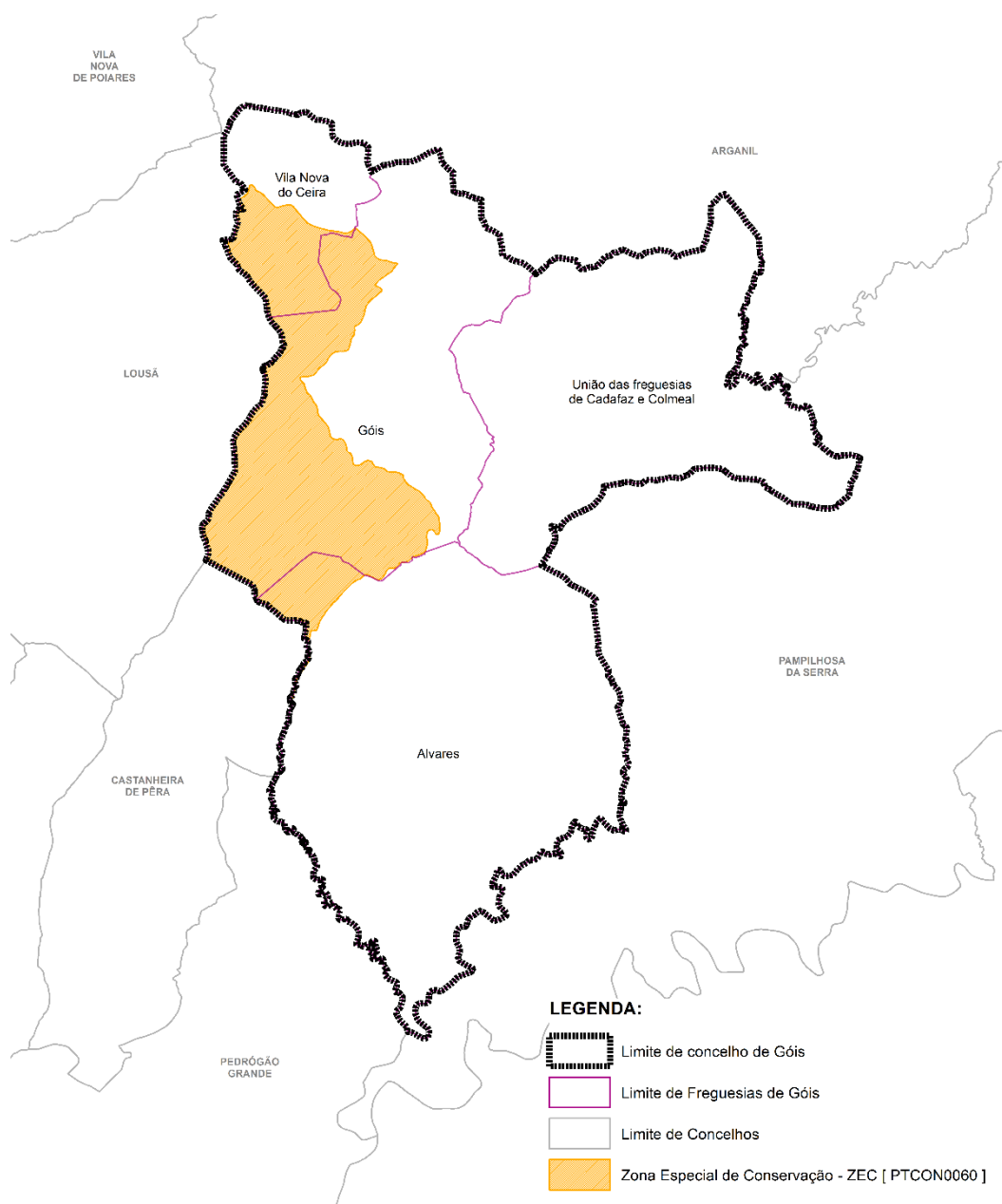


Figura 03 - Rede Natura 2000 no concelho de Góis

03 - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006 determinou a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro [PROT-C]. Atualmente o PROT-C encontra-se em processo de elaboração.

A proposta do PROT-C constitui-se como um instrumento fundamental de articulação entre o PNPT e os diversos instrumentos de política sectorial com expressão territorial e os instrumentos de planeamento municipal. O documento encontra-se em elaboração, tendo sido possível aceder à proposta de modelo territorial e à versão preliminar da proposta de normas específicas e territoriais e gerais.

A configuração da Região Centro na sua origem é condicionada por um quadro físico difícil, sendo constituída por um conjunto de espaços sub-regionais identificados em função da sua coerência física, económica e social. A região Centro assume-se como um território muito diversificado do ponto de vista dos recursos naturais, da estrutura económica e da distribuição da população, o que coloca desafios nos domínios da competitividade e da coesão económica, social e ambiental.



Figura 4 - Espaços da Região Centro – geografia de intervenção da proposta do PROT-C | Fonte: CCDD-C

A proposta do PROT-C é elaborada segundo o objetivo geoestratégico de afirmar a Região Centro como um *"território portador de um contributo ativo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável do território continental (...) configurando um modelo territorial que afirme a sua autonomia face às regiões urbanas de Lisboa e do Porto."*

Esta visão estratégica defendida para a Região Centro assenta nas seguintes componentes:

- Proposta de geoestratégia territorial;
- Valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da Região;
- Viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade inclusiva do conhecimento;
- Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural;
- Valorizar complementaridades e sinergias entre os recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento da procura;
- Valorizar o potencial de energias alternativas da Região como fator de diferenciação competitiva;
- Organizar e valorizar o policentrismo potencial da Região;
- Uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos.

Objetivos

a) Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente:

- A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;
- O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
- A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;

- O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
 - A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;
 - O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;
 - O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.
- b) Definir o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de:
- Valorizar a natureza multipolar da rede urbana para o desenvolvimento de um sistema urbano verdadeiramente policêntrico, reforçando a integração entre sistemas urbanos sub-regionais;
 - Densificar as interações intrarregionais, nomeadamente estruturando as redes regionais de equipamentos e serviços, e melhorando as redes estruturantes de transportes internas à região;
 - Reforçar o potencial de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte nacionais e transeuropeus que atravessam a região, modernizando infraestruturas, estimulando complementaridades entre centros urbanos e melhorando as articulações com as redes intrarregionais;
 - Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de atividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico;
 - Desenvolver uma rede de áreas empresariais para o ordenamento e aumento da competitividade do modelo de industrialização difusa da faixa litoral;
 - Identificar a estrutura de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território;
 - Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;
 - Desenvolver novas formas de relação urbano- rural, com base na diversificação de funções dos espaços rurais e na organização de uma rede de centros de excelência em espaço rural;
 - Articular a estratégia de desenvolvimento territorial com as opções definidas para a região do Norte e para a região de Lisboa e Vale do Tejo, em particular tendo em conta a localização do novo aeroporto de Lisboa e a futura acessibilidade ferroviária em alta velocidade.
- c) Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade, valorizando especificidades e reforçando complementaridades como meio de afirmação da competitividade e coesão regionais;
- d) Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, em particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais;
- e) Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;
- f) Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que concorram para o desenvolvimento dos setores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos;
- g) Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;
- h) Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT- Centro.

Normas orientadoras para a unidade territorial do pinhal Interior e Serra da Estrela
Domínio: Sistema Urbano, Povoamento e Ordenamento Territorial

A estruturação do sistema urbano da unidade territorial do Pinhal Interior implica:

1. Desenvolver serviços, organizados à escala supramunicipal, com características polivalentes e orientados para as zonas rurais de baixa densidade.
2. Qualificar os centros urbanos, designadamente a Sertã.
3. Reforçar as atividades ligadas à gestão integrada dos recursos naturais (com destaque para a floresta e o potencial energético).
4. Integrar esta unidade designadamente Proença-a-Nova, Sertã, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, e um pequeno grupo de centros urbanos complementares localizados nas proximidades geográficas.
5. Focar intervenções na população envelhecida, na primeira infância e idade escolar e dar prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais (como a informática, as línguas, as tecnologias), com especializações, instituições e saberes localmente enraizados.
6. Focar intervenções nos domínios que:
 - a. Recuperam saberes, especificidades culturais e tradicionalismos (incluindo os temas relacionados com o “desenvolvimento endógeno”, TER, termalismo, valores patrimoniais, desenvolvimento rural);
 - b. Constituem procuras e prioridades conhecidas (apoio social, cuidados continuados);
7. Consagrar a obrigatoriedade de uma maior e melhor focalização e articulação das políticas públicas, de modo a que estas possam, ao mesmo tempo, desenvolver os designios da coesão social e trabalhar algumas componentes da competitividade, onde a alta cotação ambiental e cultural contrasta com a escassez dos recursos humanos e de capital.

Discriminar positivamente a amarração local das iniciativas (incorporação local de matérias primas e produtos intermédios, capacidade de construir relações com instituições escolares e de formação profissional), explorando os objetivos do desenvolvimento endógeno ou local e dando prioridade a instituições com provas reconhecidas de boas práticas.

Tendo em conta a estrutura de povoamento e ordenamento do território existente, destacam-se as seguintes prioridades ao nível da intervenção:

1. Garantir a estruturação do sistema urbano, num cenário territorial “centrífugo”, i.e. sem um centro principal de polarização, consagrando a unidade Pinhal Interior como um todo.
2. Discriminar positivamente o reforço funcional das sedes de concelho e incentivar o crescimento funcional dos centros que, pela sua dimensão e perfil funcional, jogam um papel importante de influência sub-regional.
3. Intensificar o uso dos equipamentos existentes, tal como o reforço de redes e complementaridades intermunicipais para a gestão de equipamentos e organização de serviços.
4. Conjuguar “subsistemas” de prestação de serviços e de redes de equipamentos mais ou menos autónomos e articular serviços, modos de funcionamento e rendibilização de espaços e recursos (p.e. da rede escolar com equipamentos culturais e desportivos), combinando os serviços móveis e fixos.
5. Consagrar a necessidade de, em PDM, rever os critérios de edificabilidade em situações de elevada dotação infraestrutural e proximidade a aglomerados existentes; bem como ultrapassar, no caso dos projetos TER, muitas incompatibilidades entre a avaliação do interesse e da qualidade dos projetos (do ponto de vista estritamente económico-financeiro) e o teor dos zonamentos/regulamentos PMOT.
6. Operacionalizar dois modos de intervenção ao nível do “espaço rural”:
 - a. A defesa de políticas restritivas para a conservação dos solos, no caso de haver fortes investimentos em infraestruturas (caso dos perímetros de regadio);

O recurso a políticas mais incentivadoras do que restritivas, nas situações mais extremas de desruralização, quando o solo classificado como rural, agrícola ou florestal é apenas superfície de invasão de infestantes. A consolidação do eixo transversal estruturado pelos centros urbanos de Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia implica:

1. Dinamizar o relacionamento económico e social destes centros urbanos estruturantes enquanto fatores de amarração e dinamização dos territórios envolventes de baixa densidade.
Articular estratégias e projetos com os subsistemas envolventes – com Coimbra na área da saúde; com o eixo da Beira Interior nas áreas das agroflorestais e do turismo; com Viseu nas áreas dos serviços de educação, cultura e lazer.

Domínio: Inovação e Competitividade

As normas para a implementação do sistema regional para a inovação empresarial são as seguintes:

1. Rede de Apoio Tecnológico
 - a. Implementar rede de ZAE.
2. Medidas de Apoio sectorial
 - a. Desenvolver centros experimentais para melhorar a capacidade de uso de TIC, promovendo:
 - i. Projetos de utilização de TIC em articulação com os principais núcleos de desenvolvimento (e.g. telemedicina; apoio ao turismo etc.),
 - ii. A implementação de sistema de monitorização florestal, em articulação com a administração local, o sistema de proteção civil e de combate a incêndios;
 - iii. Promover o desenvolvimento da telemedicina para acesso a serviços gerais, visando:
 - Facilitar o acesso a serviços apenas disponíveis nos principais aglomerados urbanos;
 - Desenvolver sistema de cuidados médicos a partir de casa (e.g. acompanhamento médico em doenças crónicas; em situações de recuperação; etc.);
 - b. Promover o Desenvolvimento de projeto-piloto de valorização ecossistémica e promoção turística, visando:
 - i. Mobilizar instituições locais (e.g. CM) e unidades de C&T regionais relevantes;
 - ii. Promover a qualidade cénica, a exploração cinegética, a micologia, as áreas de lazer, a ornitologia, etc.;
 - iii. Desenvolver estruturas de suporte aos fluxos turísticos (e.g. alojamento; gastronomia, etc.).
 - c. Desenvolver a rede de microrecolha de biomassa, promovendo:
 - i. Apoio à criação de microempresas a funcionar em articulação com as centrais de biomassa;
 - ii. Apoio ao estabelecimento de programas de fomento à economia social, designadamente o envolvimento na recolha de setores sociais mais desfavorecidos (e.g. desempregados de longa duração, baixas qualificações, trabalho parcial, etc.);
 - iii. Implementar o sistema de monitorização florestal com base em TIC's, promovendo a articulação com o SCT, a administração local, o sistema de proteção;

Promover Polos de Competitividade, Tecnologia e Negócios Agro Rurais – Criar núcleos de competências na área de I&ED, do aconselhamento de negócios agro - rurais, transferência do saber – agro formação e redes de explorações de experimentação e inovação, nomeadamente, nas áreas da tecnologia da madeira, da fruticultura, energias alternativas, etc.

Domínio: Turismo

Concretizar e aprofundar redes/projetos tematizados de expressão regional, nacional, transfronteiriça ou internacional [rotas turísticas, produtos com denominação de origem, “pacotes” mistos]:

1. Produtos Turísticos
 - a. Nesta unidade territorial dever-se-á privilegiar os seguintes produtos turísticos: Touring Cultural e Paisagístico [Aldeias do Xisto], Turismo de Espaço Rural, Turismo de Natureza.
2. Tipologias de Espaços Turísticos:
 - a. As Centralidades Urbano Turísticas [CUT]:
 - i. CUT I: Todas as sedes de Concelho;
 - ii. Cabe aos PDM:
 - Prever equipamentos e serviços a instalar;
 - Prever a requalificação dos centros urbanos;
 - Melhorar a conectividade com os NUTL.

- b. Os NUTL correspondem às áreas urbanas existentes com concentração de funções turísticas, residências de lazer, a consolidar, qualificar e regenerar:
 - i. Aldeias Históricas: Piódão;
 - ii. Aldeias de Xisto;
 - iii. Outros definidos em PDM;
 - iv. Cabe aos PDM:
 - Prever a respetiva requalificação urbana e ambiental;
 - Prever a qualificação e concentração de equipamentos e serviços;
 - Melhorar a conectividade com os CUT.
- c. Turismo em espaço Rural [TER] - são permitidas todas tipologias de TER
3. Turismo de Natureza: Concretizar as Ações do PROVERE
4. Rever o POA da barragem de Santa Luzia:
 - a. A proximidade das tipologias TER, TH e Hi ao plano de água;
 - b. A proximidade de equipamentos de recreio desporto e restauração ao plano de água;
5. Praias fluviais:

Definição em planos municipais de ordenamento do território das regras de qualificação ambiental definidas em unidades operativas de planeamento e gestão.

Na Serra da Estrela a implementação de empreendimentos turísticos ou de lazer deve contribuir para a manutenção e valorização dos espaços naturais, acautelando os valores patrimoniais, ambientais, cénicos e paisagísticos.

Domínio: Sistemas de Proteção e Valorização Ambiental

No domínio das florestas, deve promover-se:

1. A integração dos espaços florestais em ZIF.
2. Valorizar as áreas florestais (através de novas formas organizativas e de gestão sustentável) e de outros recursos associados, como a paisagem, a biomassa e os recursos hídricos, como principais recursos naturais desta unidade territorial.
3. No domínio da conservação da natureza e biodiversidade deve promover-se a gestão sustentada das florestas impedindo a proliferação de extensas manchas florestais de monocultura com espécies combustíveis (contínuos de pinheiro e eucalipto).
4. Promover a garantia da qualidade da água na bacia do Zêzere.

04 - Programa Regional de Ordenamento Florestal

Da relação hierárquica estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, entre os vários instrumentos, resulta que os PROF [instrumento de política sectorial no quadro do sistema de gestão territorial que incide exclusivamente sobre os espaços florestais] têm carácter vinculativo para as entidades públicas, pelo que deve ser assegurada a necessária compatibilização entre estes e os PROF e assegura a contribuição para a elaboração, alteração e revisão dos restantes instrumentos de gestão territorial, ao nível de ações e medidas propostas no âmbito dos espaços florestais.

O PROF Centro Litoral foi aprovado pela Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, publicado no Diário da República, I Série - N.º 29/2019, de 11-02-2019 e Retificado pela Declaração de Retificação n.º 16/2019, de 12 de abril, publicada em Diário da República, I Série - N.º 73/ 2019, de 12-04-2019]. Este programa setorial refere como objetivo, no contexto da revisão dos PDM, a necessidade de verter as suas orientações à escala do PDM em disposições materiais e procedimentais ao nível do regulamento e da cartografia, fundamentalmente no que se refere à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais. Esta integração nos PDM deve concretizar-se, essencialmente, através da definição de objetivos e regras que garantam a proteção dos espaços agrossilvopastoris e florestais identificados no solo rústico.

Objetivos estratégicos

- a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- b) Especialização do território;
- c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Objetivos

- a) Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual;
- b) Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;
- c) Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados;
- d) Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas;
- e) Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;
- f) Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;
- g) Promover a gestão florestal ativa e profissional;
- h) Desenvolver e promover novos produtos e mercados;
- i) Modernizar e capacitar as empresas florestais;
- j) Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios — DFCL;
- k) Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal;
- l) Diminuir a perigosidade de incêndio florestal;
- m) Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas;
- n) Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas;
- o) Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta;
- p) Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvopastoril em sistemas de produção, numa lógica de aumento de rendimento, defesa da floresta contra incêndio e promoção da biodiversidade;
- q) Promover de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal;

- r) Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal.

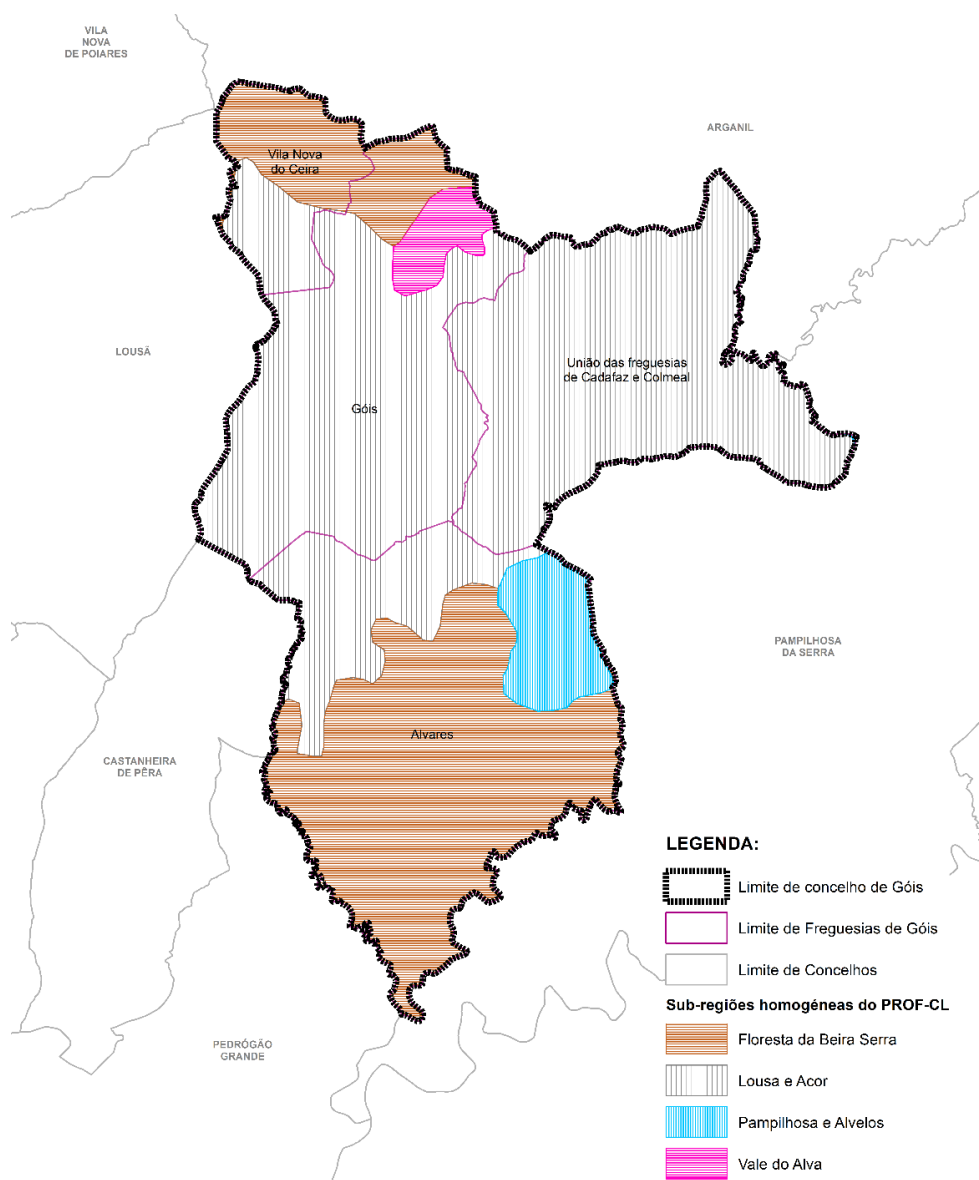


Figura 05 - Subregiões homogêneas do PROF CL no concelho de Góis

O território do concelho de Góis abrange 4 sub-regiões homogêneas (SRH) (Figura 7) e cada uma corresponde a uma unidade territorial com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil dominante das funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização, como resultado da otimização combinada de três funções principais:

- Floresta da Beira Serra - nesta sub-região homogênea (SRH), visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: Função geral de produção; Função geral de proteção; Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores
- Pampilhosa e Alvéolos - nesta sub-região homogênea (SRH), visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: Função geral de produção; Função geral de proteção; Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores

- c) Vale do Alva – nesta sub-região homogénea (SRH), visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: Função geral de produção; Função geral de proteção; Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores

05 - Programa Municipal de Execução (PME) de gestão integrada de fogos rurais

O Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais [SGIFR], aprovado pela RCM n.º 12/2019, de 21 de janeiro e publicado pelo DL 82/2021 de 13 de outubro, constitui a espinha dorsal da política de defesa da floresta contra incêndios, contribuindo para a definição de uma estratégia para a floresta, enquanto património essencial ao desenvolvimento sustentável.

Neste ótica, o documento *"pretende convocar o País, articular esforços entre todos, os pequenos e médios proprietários florestais, agricultores, grandes empresas do sector do sector, diversas entidades, empresas de abastecimento e distribuição públicos, autarquias locais, organismos da Administração Pública e todos os agentes que intervêm sobre o território, de forma a tornar as florestas e os aglomerados populacionais mais resistentes ao fogo, promovendo uma política de defesa da floresta contra incêndios"*.

Em consonância com o estipulado no SGIFR, o Programa Municipal de Emergência [PME] de gestão integrada de fogos rurais, contém *"as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das acções de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios"* [art.º 45 do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro].

O Programa Municipal de Execução [PME] de gestão integrada de fogos rurais, define a política e as medidas para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a médio e a longo prazo, nomeadamente a través de planos de prevenção, de sensibilização, de vigilância, de deteção e de coordenação de meios e agentes envolvidos. Este documento concretiza igualmente os objectivos e metas a atingir, a sua calendarização, orçamentação e respectivos indicadores de execução e de desempenho.

De acordo com o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais [SGIFR], é da responsabilidade da Comissão Municipal de Defesa da Floresta a elaboração do Programa Municipal de Execução [PME] de gestão integrada de fogos rurais.

O PMDFCI de Góis atualmente em vigor foi aprovado em setembro de 2019 e tem uma vigência de 10 anos, independentemente da futura atualização para o Programa de Municipal de Execução [PME] de gestão integrada de fogos rurais.

Independentemente da futura atualização para o Programa de Municipal de Execução [PME] de gestão integrada de fogos rurais, o PMDFCI atualmente em vigor tem um horizonte temporal de 10 anos e consiste na implementação de medidas preventivas, que visam diminuir o risco de incêndio, o número de ocorrências e as áreas percorridas por incêndios. Sendo um Plano de carácter dinâmico e evolutivo poderão ser introduzidas alterações, sempre que assim se justificar.

O PMDFCI traduz um compromisso recíproco de compatibilização com os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional com incidência no concelho de Góis, pelo que estes foram tidos em consideração na elaboração do PMDFCI.

Objetivos Orientadores de 2019 a 2028

Sensibilização da população:

1. Sensibilização dedicado a grupos específicos para mitigação das causas identificadas no histórico de incêndios
2. Implementação de Programa "Pessoas Seguras" conforme previsto na Resolução de Conselho de Ministros 157-A/2017
3. Implementação do Programa "Aldeia Segura" conforme previsto na Resolução de Conselho 157-A/2017

Redução do número de ocorrências >1ha (relativo ao ano anterior):

1. Reforço da Fiscalização e da Vigilância Armada como medidas dissuasoras de comportamentos de risco em espaço florestal

Redução da Área Ardida (relativo ao ano anterior):

1. Melhoria na eficácia da deteção e 1ª intervenção (reforço de equipas de primeira intervenção);
2. Unidades Locais de Proteção Civil;

Diminuição do número de Reacendimentos

Eliminação de ocorrências com mais de 100 hectares

Eixos estratégicos

- E1- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- E2- Redução da incidência dos incêndios
- E3- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
- E4- Recuperar e reabilitar os ecossistemas
- E5- Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

06 - Plano de Ordenamento das Albufeiras do Cabril, Bouças e Santa Lúzia

A presente proposta de revisão do PDM de Góis, promove a **transposição e integração do conteúdo do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouças e Santa Luzia** [POACBSL - Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2002, publicada no Diário da República, 1.ª série-B — N.º 61 — 13 de março de 2002], alterado pela RCM n.º 80/2012, de 1 de outubro, para o **Plano Diretor Municipal de Góis** eficaz, desde 26 de março de 2003 [Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2003, Diário da República - I Série B, n.º72, de 26 de março de 2003].

A transposição das normas do plano de ordenamento das albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia, para o PDM de Góis teve em consideração a análise elaborada pela CCDRC e pela APA e visa dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014 (Lei de bases gerais da política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), que determinou a obrigatoriedade do conteúdo dos PEOT ser vertido no PDM no prazo máximo de três anos a contar da data a entrada em vigor da mesma Lei, prazo esse prorrogado até 13 de julho de 2020 pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, e alvo de nova prorrogação, no seguimento da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 68/2020, de 5 de novembro, **até 13 de julho de 2021**.

No entanto, o município de Góis, através do processo da 4ª alteração por adaptação ao PDM de Góis, promoveu a necessária transposição das normas do Plano Especial de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouças e Santa Luzia, através da Declaração n.º 123/2021, de 6 de setembro.

07 - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis

O Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis, 2016 – 2021 (PGRH RH4A), aprovado por Resolução do Conselho de Ministros 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro;

A região norte do concelho pertence à **bacia hidrográfica do Mondego, Vouga e Lis** [RH4] e integra-se na massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego e pertence à subárea hidrográfica do Mondego.

A RH4 abrange as bacias hidrográficas de Vouga, Mondego e Lis, constituída pelas respetivas bacias hidrográficas e as ribeiras da costa incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, conforme Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho. O território do Plano abrange 64 concelhos, dos quais 39 integralmente e 25 parcialmente abrangidos e ocupa uma área de cerca de 12.144 km².

08 - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGHR RH5), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro.

A região sul do concelho pertence à **bacia hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste** [RH5] e integra-se na massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo e pertence à subacia hidrográfica do Rio Zêzere.

A região hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste é uma região hidrográfica internacional engloba uma área total em território nacional de 30.502 km², constituída pela bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, as bacias hidrográficas das Ribeiras do oeste, as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, conforme Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho. A região engloba 103 concelhos, dos quais 73 estão totalmente inseridos nesta região hidrográfica e 30 estão parcialmente abrangidos.

Primeira Revisão do
Plano Diretor Municipal de Góis



Volume **04**
Estudos Setoriais de Caraterização

Relatório 02 - **Caraterização Biofísica**

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

Nota Introdutória	3
Capítulo 01. Geologia e Pedologia	4
01. Condições geológicas	4
02. Tectónica e metamorfismo	7
03. Recursos minerais	8
04. Hidrogeologia	9
05. Pedologia e Reserva Agrícola Nacional	11
06. Reserva Ecológica Nacional	12
Capítulo 02. Análise Fisiográfica	13
01. Hipsometria	13
02. Declives	14
03. Exposição de encostas	15
Capítulo 03. Recursos Hídricos	16
01. Hidrografia	16
02. Recursos hídricos superficiais	18
03. Recursos hídricos subterrâneos	24
Capítulo 04. Caracterização Climática	25
01. Precipitação	25
02. Humidade relativa	27
03. Temperatura	28
04. Ventos	30
Capítulo 05. Paisagem e Ocupação do Solo	31
01. As regiões naturais e o concelho de Góis	31
02. Subregiões homogéneas no concelho de Góis	32
03. Características e condições do meio ambiente	34
04. Uso e ocupação do solo	36
05. Áreas protegidas	39
Síntese	44

Índice de ilustrações

Figura 1 - Bacia hidrográfica do Mondego e Bacia hidrográfica do Tejo no concelho de Góis	18
Figura 2 - Rede hidrográfica no município de Góis (PMDFCI 2019-2028)	19
Figura 4. Precipitação média da estação meteorológica de Coimbra [1981 - 2010 _ provisórias]	25
Figura 5. Precipitação máxima diária da estação meteorológica de Coimbra [1981 - 2010 _ provisórias]	26
Figura 6. Temperatura média, média mínima e máxima mensal da estação de Coimbra [1981-2010]	28
Figura 7. Extremos de temperatura da estação meteorológica de Coimbra [1981-2010 _ provisórias]	29
Figura 7 - Subregiões homogéneas do PROF CL no concelho de Góis	32
Figura 10 - Rede Natura 2000 no município de Góis	39
Figura 11 - Habitats naturais e seminaturais no município de Góis, constantes do anexo B-I do Decreto-lei nº 49/2005, de 24/2	41
Figura 12 - Perímetros florestais de Góis e Rabadão	42
Figura 13 - Zona de Intervenção Florestal dos Penedos, concelho de Góis	43

Nota Introdutória

O conteúdo do relatório traduz o estudo da paisagem e dos valores naturais concelhios, cujo conhecimento se entende fundamental para o desenvolvimento de qualquer ação de planeamento, de conservação dos recursos naturais e do património paisagístico.

Considerando que o território de Góis se constitui claramente como um espaço onde a combinação de vários fatores naturais determinou a existência de uma paisagem singular de valor indiscutível torna-se, assim, fundamental no presente estudo caracterizar o território do ponto de vista biofísico e interpretar a relação do Homem e da comunidade, com esse mesmo suporte biofísico.

As paisagens, fruto da acção do homem e da reação da natureza, encontram-se em acelerado processo de mudança, fruto das dinâmicas económicas emergentes e da perda de importância do sector agro-florestal como suporte da ocupação humana do território. O ordenamento do território deve, neste contexto, ser resultado das atitudes e ações que, tendo em conta que à intervenção humana sobre o meio corresponde uma reação da natureza, integrem o estudo das situações de risco ambiental e a definição e aplicação de políticas e medidas capazes de garantir o desenvolvimento autossustentado do território, no respeito pela sua herança patrimonial.

Marcado por uma geografia própria muito acidentada e por uma dimensão essencialmente microregional e local, a vida social e económica do município de Góis cruza-se com a forma de implantação e desenvolvimento dos aglomerados tradicionais existentes, apresentando o território formas de povoamento disperso, como o atestam as 190 povoações existentes distribuídas pelas suas 4 freguesias.

O presente relatório tem como objetivo fulcral o conhecimento da geografia física do território em análise para, deste modo, encontrar elementos que determinem potencialidades ou restrições indutoras de lógicas específicas que influenciem o planeamento e o ordenamento do território. Assim, desenvolve-se a análise das unidades morfológicas, bem como, da climatologia, da hidrologia, da fisiografia e dos declives, da geologia e das formas de relevo mais marcantes.

Capítulo 01 - **Geologia e Pedologia**

Geologia _ *"A geologia, nos seus múltiplos aspetos, constitui um factor chave para a compreensão global de qualquer território, uma vez que corresponde ao que ele tem de mais permanente e determina outros atributos importantes, como sejam o relevo e o solo."* [Cancela d'Abreu, 1989]

Pedologia _ *"Os solos, caracterizando-se através de parâmetros como a espessura, textura, estrutura, consistência, permeabilidade, erodibilidade, conteúdo em matéria orgânica, capacidade de retenção de água, etc., o estudo do solo é fundamental na perspectiva da sua produtividade agrícola actual e potencial, capacidade agrícola e florestal, permeabilidade para alimentação de lençóis freáticos e como sistema depurador em sistemas de saneamento, aptidão para expansões urbano-industriais e espaços verdes e de recreio, etc."* [Cancela d'Abreu, 1989]

01 - **Condições geológicas**

O continente europeu é formado por territórios distintos por diferentes orogenias¹, correspondendo a maior parte da Península Ibérica a uma microplaca da orogenia hercínica² com 230 a 345 milhões de anos, localizada no limite das placas tectónicas Euroasiática e Africana, denominada de Maciço Antigo ou Hespérico. Esta microplaca encontra-se grandemente arrasada sendo marginada por bacias de abatimento preenchidas por diversos materiais geológicos recentes que completam a unidade em que se inclui o território de Portugal Continental.

O concelho de Góis, sob o ponto de vista geomorfológico, está incluído na Zona Serrana no complexo orográfico da Serra da Lousã. No concelho ocorrem fundamentalmente **formações xistosas e grauváquicas** pertencentes ao complexo xistograuváquico ante-ordovícico, hoje referenciado como Hispaniano. Como é comum nesta Zona Central do país existem cristas quartzíticas, assinalando-se uma neste concelho com orientação Noroeste-Sudoeste, que vem desde o Luso e termina nos Penedos de Góis, apresentando uma cota de 1.043m. A Norte do concelho também se observa formações recentes, de origem continental, que irão do Cretácico ao Paleogénico. Em especial nos leitos do rio Ceira e ribeira de Pampilhosa, a sul, e pontualmente em ribeiros de leito mais estabilizados ocorrem aluviões recentes, mais significativos naqueles rios.

Complexo Xistograuváquico Hispaniano

Este complexo que constitui praticamente 4/5 do concelho é de natureza essencialmente marinha, com sucessão de mistura de xistos grauvaques e do tipo "*flisch*". É frequente a presença de quartzitos e conglomerados intercalares nas formações dominantes, além de filitos quártzicos.

Os xistos variam entre os gresosos e argilosos, com variedades que vão desde o xisto argiloso muito fino até o xisto argiloso gresoso, quase passando a grés fino. A sua constituição caracteriza-se pela presença de quartzo e minerais micáceos [muscovite, sericite, biotite e clorite], podendo o quartzo apresentar-se em cristais.

¹ Conjunto de processos geológicos que resultam na formação do modelado de relevo e relacionado com a tectónica compressional de placas tectónicas [Instituto de Geociências da Universidade de Brasília, 2012]

² A orogenia Hercínica desenvolveu-se entre os períodos Devónico a Pérmico, tendo cessado há cerca de 245 milhões de anos [Instituto de Geociências da Universidade de Brasília, 2012]

Os grauvaques, mais evidentes junto ao Penedo de Góis, não se encontram bem definidos nem visivelmente metamorfizados, verificando-se como minerais acessórios muscovite, turmalina, zircão e calcite, óxidos e hidróxidos de ferro.

Os filitos, que definem em regra direções preferenciais, são fundamentalmente quártzicos, caracterizando-se pela abundância de quartzo com granularidade variável, de fina a muito fina. Como minerais acessórios verifica-se a existência de turmalina, biotite [rara], zircão e também raros plagioclases muito alterados, além, de apatite e grafite.

Resumindo, os xistos argilosos dominam na constituição dos terrenos deste complexo, com granularidade variável. Saliente-se ainda que o complexo é atravessado por filões e folinetes de quartzo, mas os quartzitos e os grauvaques ocupam uma importância secundária.

As bancadas de quartzito são bem referenciáveis pela sua cor clara, que foge ao tom predominante acastanhado, por vezes avermelhado. A sua presença é de modo geral pequena, mas ao invés a sua compacidade é grande.

Cristas quartzíticas ordovácicas

Neste concelho encontra-se um afloramento ordovícico que, como atrás anteriormente se referiu, é parte da crista que liga Luso ao Penedo de Góis e assenta, como é habitual, em discordância sobre o Hispaniano. A orientação desta crista Noroeste-Sueste, muito desenvolvida em comprimento, mais que em largura, a qual no concelho terá o máximo de 1 km. A estrutura dispõe-se, como é normal nestes afloramentos, em sinclinal, o flanco oriental está bem representado tanto nos andares que o constituem como no aparecimento de fósseis característicos, como é o caso de *Vexillum desglandei* e *Ceuziana furcifera*. Facto assinalável é o eventual fenómeno de sobreposição do rio Sótão no atravessamento desta crista.

Cretácico e Paleogénico

A ocorrer, o Cretácico, estará muito francamente representado por pequenas manchas dispersas a norte do concelho e muito relacionadas com as formações paleogénicas designadas por "Arcosos de Coja" e "Areias e Conglomerados de Folques". A não existência de fósseis característicos nestas formações não tem permitido a sua datação rigorosa, o que a juntar à sua fácies continental mais complica a questão.

Atendendo ao conhecimento obtido até hoje, confirma-se a presença do paleogénico e subsistem dúvidas sobre a presença de formações cretácicas [Senoniano]. De uma maneira geral estes depósitos são de dois tipos: arcosos muito argilosos assentes imediatamente sobre os xistos "Arcosos de Coja", que servem de base a conglomerados com intercalações argilosas, designados por "Areias e conglomerados de Folques". Estas formações apresentam espessura muito variável, de algumas dezenas até duas ou três centenas de metros. Fundamentalmente estes depósitos constituem-se de terrenos areníticos e argilosos, cobertos de cascalheiros. Estes intercalados em xistos esverdeados, apresentam calhaus de quartzo com arestas pouco boleados.

Existem também no conjunto cristais de feldspato envolvidos por uma pasta argilo-caulínica-muscovítica, além de estratos constituídos por argilas micáceas ou areias argilosas cuja espessura não ultrapassa um metro.

Aluviões

Estas formações que ocorrem fundamentalmente ao longo das principais linhas de água, nomeadamente o rio Ceira e a ribeira de Pampilhosa, são constituídas por areias e outros materiais detríticos, de pouco significado a não ser nos casos em que a meandrização é significativa, favorecendo os materiais arrastados.

02 - Tectónica e metamorfismo

As rochas do complexo xistograuváquico parecem indiciar duas fases de formação:

- uma com grandes dobras e cujos eixos se orientam entre Nor-Nordeste e Este-Nordeste;
- outro tendo originado clivagem existente de plano axial com duração média sensivelmente Noroeste-Sueste e inclinação sub-vertical.

A primeira só é diferenciada onde se evidencia a fácies "flischóide" já que a segunda fase a mascarou. A segunda fase, hoje mais identificável, é certamente hercínica, enquanto que a primeira será de idade anterior.

A seguir a estas fases a região em estudo terá sofrido uma importante fraturação que deu origem fundamentalmente a dois sistemas de fraturas: Norte-Sul e Nor-Nordeste - Sul-Sudoeste; Este-Nordeste - Oeste-Sudeste, que têm sido datadas como tardi-hercínicas, mas que sem dúvida terão sido sujeitos a fenómenos mais recentes.

Observam-se ainda na região algumas estruturas circulares, um pouco a sul de Góis, que poderão estar relacionadas com cúpulas graníticas não aflorantes.

03 - Recursos minerais

O concelho de Góis está incluído na província mineralógica setentrional, com mineralizações de origem epigenéticas, mais particularmente com jazidas do tipo filoniano, de idade pósestefaniana. Uma das jazidas existentes no concelho, atualmente não explorada é de cassiterite [Sn], volframite [W], ouro [Au] e prata [Ag].

As jazidas de volfrâmio e cassiterite localizam-se quer junto ao rio Ceira quer a norte de Góis, no limite com o concelho de Arganil, enquanto que a jazida estritamente de volfrâmio ocorre a Sul de Góis onde o rio Ceira inflete para Norte, provavelmente influenciado pela tectónica regional.

A ocorrência de Ouro e Prata proporcionou uma pequena exploração junto à povoação de Roda Fundeira, um campo ficoniano, mas cujo filão foi inteira e rapidamente desmontado.

No tocante aos recursos naturais salienta-se a existência de:

- Quartzitos que poderão ser explorados como pedra para construção civil em pedreiras;
- Formações arcóscas, onde há eventualmente barreiras que poderão fornecer matéria prima para pequenas indústrias de telhas e tijolos;
- Rochas do complexo xistograuváquico utilizadas como pedra de construção na região, já que nesta não existe granito;
- Xistos argilosos para pequenas fábricas de cerâmica de telha e tijolo.

No domínio dos recursos minerais, no concelho de Góis encontram-se ainda as áreas de recuperação ambiental de "Góis Vale Pião", Góis Sr^a da Guia" e "Escádia Grande".

No domínio das águas minerais e de acordo com o conhecimento atual não são conhecidas nascentes significativas que possam vir a ser utilizadas como águas de nascente ou águas minerais naturais.

04 - Hidrogeologia

As formações xistosas são as predominantes no concelho o que desde logo lhe confere uma aptidão aquífera reduzida. No entanto há que distinguir entre as zonas com xistos argilosos e xistos grauvaquóides [ou grauvaques], pois estes quando faturados têm comportamento hidrogeológico diferente. Por outro lado, a crista quartzítica, com comportamento típico, usual nesta litogia devido à sua compacidade e fraturação, também tem possibilidades reduzidas, tanto mais que se apresenta como um sinclinal deformado.

Quanto às formações recentes da cobertura, que vão desde o cretácico até ao paleogénico e cuja separação não é perfeitamente distinta, constituídas por arcoses muito argilosos, conglomerados e argilas, o seu comportamento é bastante variável, mas sem deixar de ser fraco e dependente da maior ou menor percentagem da componente argilosa.

Nestas circunstâncias dividiu-se o concelho em quatro zonas de diferentes aptidões aquíferas, estimando-se a produtividade das diferentes formações existentes. Os valores adiantados correspondem a uma produtividade média, o que não invalida a existência de caudais pontualmente diferentes, tanto por defeito como por excesso, resultantes de fatores locais texturais e/ou muito difíceis, ou mesmo impossíveis de detetar em reconhecimento de superfície.

Os terrenos antigos fissurados, dominantes no concelho, apresentam uma produtividade baixa e um poder de armazenamento muito pequeno, pelo que o caudal das captações baixa rapidamente quando em exploração prolongada, originando que as captações apresentem níveis aquíferos muito diferentes, consoante se trate da época pluvial ou seca. Para prevenir tais inconvenientes as captações deverão atingir pelo menos 80 metros, de modo a permitir a colocação da bomba o mais fundo possível.

As fraturas destas rochas apresentam-se muitas vezes pouco abertas e colmatadas por material argiloso, o que permite uma transmissividade em regra inferior a 20 m²/dia. O caudal destas formações, que depende do número de fraturas, fissuras atravessadas e estado de sua colmatção, pode inicialmente atingir valores muito acima da média. No entanto não são representativos, acabando por atingir rapidamente os valores médios ditos normais da região.

Deste modo resulta que os projetos de abastecimento de água se deverão basear nos caudais médios estatisticamente comprovados e nunca nos valores obtidos nos ensaios das captações, que não obedecem às regras verdadeiramente fiáveis, isto é, ensaios com bomba submersível de duração suficiente e medição rigorosa de níveis.

Em função da aptidão aquífera das formações referidas dividiu-se o concelho em 4 zonas, a saber:

1. Corresponde aos xistos e grauvaques, de que se podem esperar caudais da ordem de 1 e 2 l/s
2. Predominam os xistos argiloso em que os caudais previsíveis variam entre 0,5 a 1 l/s
3. Onde ocorrem as formações de cobertura mais recentes e que poderão fornecer caudais de 2 l/s, ou mesmo superiores, podendo também dar lugar a captações de produtividade nula ou quase, dependente localmente da quantidade de argila
4. Corresponde aos quartzitos, ainda que apresentem variações acentuadas de caudal, a média de 1 l/s será a mais fiável para este tipo de formação

Os aluviões, que pela sua fraca representatividade não foram alvo de considerações detalhadas, podem, quando com espessura razoável fornecer caudais bastante aproveitáveis em captações por poços, em especial se munidos de drenos.

Dada a natureza das formações e condições geomorfológicas do concelho, o tipo de captação dominante é a galeria de mina, cujos caudais são, no entanto, fracos, exaurindo-se totalmente, ou quase, com o tempo e na época estival.

Góis é um concelho pobre em águas subterrâneas, preconizando-se para um abastecimento público normal o recurso a águas de superfície, através de albufeiras ou tomas de águas diretas, a fim de evitar os estrangulamentos de abastecimento que anualmente se verificam.

05 - Pedologia e Reserva Agrícola Nacional

Geologicamente, o concelho de Góis assenta no subsolo antigo da Meseta, composto essencialmente por xistos, grauvaques e quartzitos, atravessados aqui e além por alguma escassa linha aluvionares. A geologia do concelho pode aglutinar-se em três grandes grupos: aluviões; xistos; grauvaques e quartzitos.

O primeiro grupo deu origem a solos férteis para a agricultura, provenientes da desagregação e alteração da rocha mãe, normalmente das classes A e B. Os "terrenos remexidos" pelo homem podem originar solos estéreis ou das classes B ou C. O grupo dos xistos ou grauvaques englobando ainda micaxistos gnaisses, resulta normalmente em solos de classes D e E.

Os gnaisses e granitos dão normalmente solos de floresta, geralmente das classes D e E.

O concelho de Góis ainda não dispõe de uma carta de solos.

No caso particular do concelho de Góis, a base geológica e litológica e a muito acentuada orografia, originam a predominância de litossolos e solos litólicos.

- Solos Litólicos: solos pouco evoluídos de perfil AC ou ABc formados a partir de rochas não calcárias. Correspondem em parte aos solos "Rankeriformes" ou "Rankers" respetivamente das classificações Kubiana ou Americana.
- Litossolos: são solos derivados de rochas consolidadas de espessura efetiva normalmente inferior a 10 cm. Encontram-se predominante em áreas sujeitas a erosão acelerada ou a erosão geológica recente.

Em resumo, a situação do concelho de Góis quanto às áreas de distribuição dos solos é a seguinte:

- Solos Litólicos - 14.700 ha
- Litossolos - 8.200 ha
- Solos Mediterrâneos Pardos Calcários - 2.600 ha
- Solos Pardos - 920 ha

Praticamente toda a área do País a norte do rio Tejo não dispõe de estudo e cartografia de solos referentes às 5 classes de capacidade de uso: A, B, C, D e E. Apenas se dispõe de elementos muito generalizados baseados em fotointerpretação e que se distribuem por 3 classes: classes A - solos de utilização agrícola, classe C - solos de utilização agrícola condicionada e classe F - solos de utilização não agrícola.

Verifica-se como seria de esperar, dado o tipo de solos ocorrentes no concelho, solos litólicos e litossolos, que as áreas de maior aptidão se situam principalmente nas baixas aluvionares, que ocorrem ao longo das principais linhas de água, nomeadamente o rio Ceira, onde a meandrização é a mais significativa.

A principal área do concelho que integra a Reserva Agrícola Nacional situa-se no vale do rio Ceira, na baixa que vai desde Vila Nova do Ceira até Góis, com dois prolongamentos ao longo da ribeira de Celavisa e do rio Sótão.

06 - Reserva Ecológica Nacional

As camadas superiores do solo são as mais vulneráveis aos efeitos erosivos das chuvas, assumindo no concelho de Góis particular relevo como está bem patente na própria morfologia do terreno.

Os efeitos da erosão produzidos pela chuva dependem da energia cinética dos pingos que caem no solo e da quantidade e velocidade das águas de escoamento. Outros fatores a considerar são a qualidade e a quantidade da vegetação, o tipo de solo, o declive do terreno e a extensão da encosta.

Nas condições edafoclimáticas da zona e nas chuvadas de tempestade, a precipitação processa-se com uma pluviometria superior aquela que o solo pode absorver, devido à reduzida velocidade de infiltração dos solos.

O concelho de Góis situa-se numa zona montanhosa, com declives muito elevados e erosão elevada onde as condições naturais apontam para o revestimento florestal.

A legislação que regula os Planos Municipais de Ordenamento do Território³, no seu artigo 97º, ponto 1, refere que a planta de condicionantes deve assinalar as servidões administrativas e restrições de utilidade pública que possam constituir limitações ou impedimentos, designadamente a REN.

A Reserva Ecológica Nacional foi criada pelo Decreto-Lei nº 321/83, de 5 de julho. O Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, procede à primeira alteração do regime Jurídico⁴ da REN define-a como *"uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial"* [art.º 2º, ponto 1].

O concelho de Góis tem REN aprovada pela Portaria n.º 346/93, de 23 de março, que para efeitos legais é a REN vigente. Contudo, no âmbito da Revisão do PDM decorre um processo de delimitação de uma nova REN [DL n.º 166/2008 de 22 de agosto, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 239/2012, de 2 de novembro e Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro], de acordo com as novas orientações [RCM n.º 81/2012 publicada no Diário da República, 1ª série -- n.º 192 -- 3 outubro de 2012]. A sua delimitação bruta servirá de base para a formulação das propostas de ordenamento e integrará a Planta de Condicionantes - REN. O respetivo processo de exclusão de áreas integradas no regime da REN, a efetuar no âmbito da presente revisão, conduzirão à versão final da REN que vigorará após a aprovação do Plano.

³ RGIT, Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio

⁴ Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto

Capítulo 02 - **Análise Fisiográfica**

| 01 - Hipsometria

Em termos fisiográficos, o concelho de Góis apresenta zonas de **relevo bastante acidentado** com grande parte da superfície da área do concelho a encontrar-se em intervalos de altitudes compreendidas entre os 200 e os 500 metros.

O concelho é atravessado no sentido Este-Oeste por uma cadeia montanhosa localizada entre os 800 e os 1.205 metros, constituindo-se o último como o ponto mais elevado [na freguesia de Góis] que se localiza na vizinhança com Trevim, na Serra da Lousã. Junto às principais linhas de água [rio Unhais, rio Ceira e o rio Sótão], estão localizadas as situações onde o relevo é mais acentuado, com vertentes escarpadas e de difícil acesso. As zonas mais baixas situam-se a Noroeste do concelho, ao longo do vale do rio Ceira e da ribeira de Celavisa, isto é, de Vila Nova do Ceira até Góis, com cotas inferiores a 300m e na zona sul em Alvares.

02 - Declives

O declive é uma variável importante quando se pretende avaliar o risco de incêndio de uma determinada região. Declives mais acentuados estão geralmente associados a uma reduzida acessibilidade às manchas florestais, dificultando as ações de manutenção dos povoamentos e ao combate dos incêndios. A progressão das chamas, por um outro lado é mais rápida em zonas de maior declive, facilitando a progressão dos incêndios florestais. Assim, quanto mais acidentado for o terreno, maior o risco de incêndio.

O concelho de Góis é constituído na sua grande parte por **declives bastante acentuados**, encontrando-se entre os 20 e 25%, sendo estes correspondentes a ocupação florestal. Por outro lado, os declives menos acentuados localizam-se na região sul do concelho, designadamente na freguesia de Alvares e ao longo do vale do Ceira, de Vila Nova do Ceira até Góis, onde se atingem os valores inferiores a 5%.

03 - Exposição de encostas

O fator exposição é condicionante do risco de incêndio florestal, uma vez que a quantidade anual de radiação solar incidente em determinada vertente varia com a exposição geográfica. Em virtude deste facto, a temperatura, a humidade relativa do ar, a velocidade e direção dos ventos locais, o tipo de combustíveis existentes e a própria humidade dos combustíveis também variam. Assim, os combustíveis das vertentes expostas a Sul e Este, como consequência de uma maior incidência acumulada de radiação solar, têm, de um modo geral, menores teores de humidade, tornando a propagação dos incêndios mais fácil. Também registam temperaturas mais elevadas, valores de humidade relativa do ar mais baixas, ventos locais mais intensos e heterogêneos, bem como vegetação mais heliófila do que as vertentes expostas a Norte e Oeste.

No concelho de Góis, decorrente da irregularidade do relevo, existem as mais variadas exposições, denota-se uma percentagem mais elevada de área exposta a Oeste e Norte, no entanto a existência de zonas expostas a Sul, por se tratarem das mais preocupantes em termos de propagação de incêndios, merecem a maior atenção.

Capítulo 03 - Recursos Hídricos

01 - Hidrografia

No contexto das águas superficiais continentais e face ao escasso número de lagoas, os rios assumem um importante papel na hidrografia do país. As principais características dos cursos de água portugueses são a sua direção e a irregularidade dos regimes hidrológicos. A direção predominante é Este-Oeste: no Norte do país mais vincada no sentido Oeste, no centro essencialmente para Sudoeste e no Sul para Sussudoeste. A maioria das exceções explicam-se pelo relevo e tectónica locais.

*"A proteção das águas é fundamental na medida em que constitui uma condição prévia para a saúde humana, para os ecossistemas, bem como um recurso indispensável para a economia. A água também desempenha um papel fundamental no ciclo de regulação do clima."*⁵

O quadro legal da gestão da água teve origem na Diretiva-Quadro da Água [DQA] 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000. A Diretiva "estabeleceu um quadro de ação de âmbito comunitário para o domínio da política da água que constitui hoje a ferramenta principal para a gestão integrada dos recursos hídricos, satisfazendo as necessidades atuais sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras e evitando o conflito entre desenvolvimento e proteção ambiental, e a promoção de medidas articuladas em cada bacia hidrográfica, com vista a garantir uma gestão sustentável dos recursos hídricos, protegendo assim as águas superficiais interiores, de transição e costeiras e as águas subterrâneas." [PGBH Vouga, Mondego e Lis, 2012]

A DQA foi transposta para o direito nacional pela Lei da Água n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual.

De acordo com a DQA, o planeamento dos recursos hídricos deve basear-se na elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica [PBH] e de Planos de Gestão de Região Hidrográfica [PGRH], sendo estes os instrumentos principais para a implementação da DQA e dos seus objetivos:

- Evitar a degradação, proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos, ecossistemas terrestres e zonas húmidas daqueles dependentes;
- Promover uma utilização sustentável de água e assegurar o seu fornecimento em quantidade e qualidade, de forma equilibrada e equitativa;
- Reforçar e melhorar o ambiente aquático através da redução gradual ou cessação de descargas, emissões e perdas de substâncias prioritárias;
- Assegurar a redução gradual e o agravamento da poluição das águas subterrâneas;
- Mitigar os efeitos das inundações e das secas;
- Proteger as águas marinhas, prevenir e eliminar a sua poluição.

A Lei da Água, define como princípio que a região hidrográfica constitui a unidade principal de planeamento e gestão das águas, tendo por base a bacia hidrográfica como estrutura territorial, no n.º 2 do artigo 3.º. De acordo com a mesma Lei, na alínea vv) do artigo 4.º, entende-se por região hidrográfica "a área de terra e de mar constituída por uma ou mais bacias hidrográficas contíguas e pelas águas subterrâneas e costeiras que lhes estão associadas, constituindo-se como a principal unidade para a gestão das bacias hidrográficas".

⁵ PGBH Mondego, Vouga e Lis, 2016

Atualmente estão em vigor os PGRH relativos ao 2º ciclo de planeamento, para o período 2016/2021. O Programa constitui um instrumento de planeamento das águas que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da bacia hidrográfica.

A RH4 abrange as bacias hidrográficas de Vouga, Mondego e Lis, constituída pelas respetivas bacias hidrográficas e as ribeiras da costa incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, conforme Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho. O território do Plano abrange 64 concelhos, dos quais 39 integralmente e 25 parcialmente abrangidos e ocupa uma área de cerca de 12.144 km².

A região hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste é uma região hidrográfica internacional engloba uma área total em território nacional de 30.502 km², constituída pela bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, as bacias hidrográficas das Ribeiras do oeste, as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, conforme Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho. A região engloba 103 concelhos, dos quais 73 estão totalmente inseridos nesta região hidrográfica e 30 estão parcialmente abrangidos.

02 - Recursos hídricos superficiais

A quantidade e a qualidade dos recursos hídricos dependem, em grande medida do coberto vegetal e muito particularmente do estrato arbóreo. O aproveitamento e a maximização das águas pluviais que atingem o solo são beneficiados pelos povoamentos florestais que, por aumentarem as taxas de infiltração do solo, promovem o escoamento não torrencial. Em termos gerais o concelho pertence a duas bacias hidrográficas distintas. Neste sentido a região norte do concelho pertence à **bacia hidrográfica do Mondego, Vouga e Lis** [RH4] e integra-se na massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego e pertence à subárea hidrográfica do Mondego. Por outro lado, a região sul do concelho pertence à **bacia hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste** [RH5] e integra-se na massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo e pertence à subárea hidrográfica do Rio Zêzere.

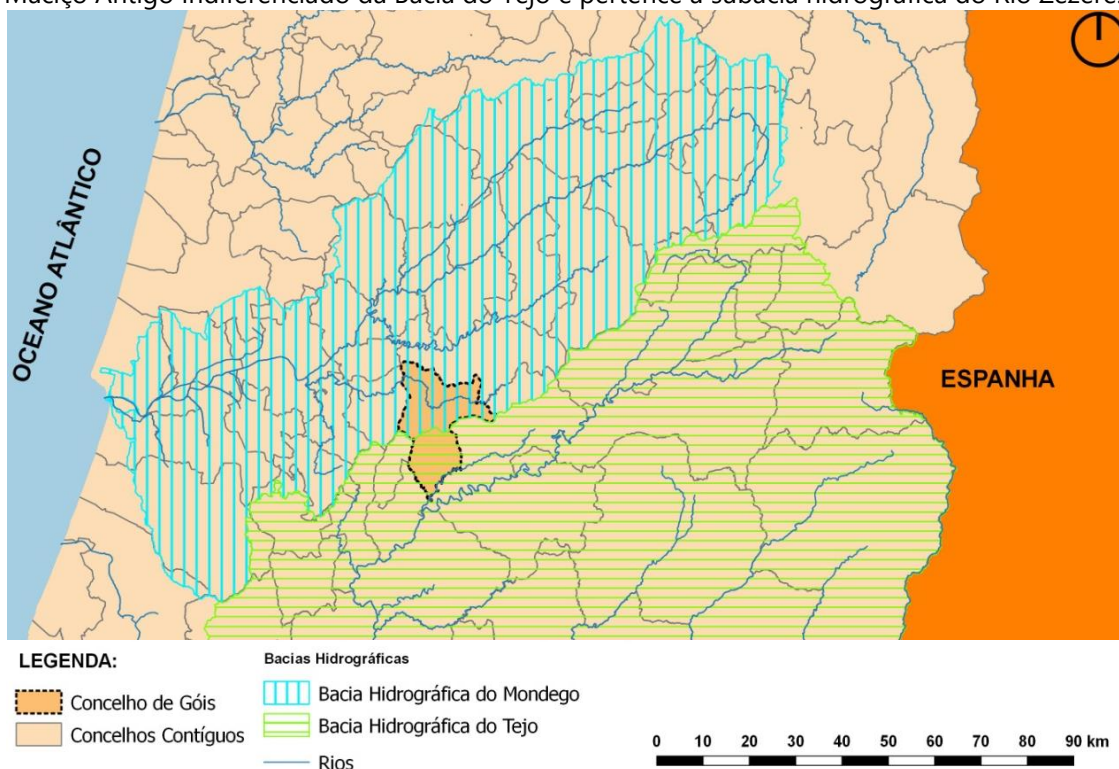


Figura 01 - Bacia hidrográfica do Mondego e Bacia hidrográfica do Tejo no concelho de Góis

A principal linha de água do concelho de Góis é o **rio Ceira**, afluente do rio Mondego, tem cerca de um terço do seu percurso [32 km] interior do concelho de Góis, atravessando-o no sentido aproximadamente transversal a Norte. Evidenciam-se ainda as seguintes linhas de água, em função da área da respetiva bacia hidrográfica e do seu comprimento: rio Unhais, rio Sótão, ribeira de Mega, ribeira de Sinhel, ribeira de Celavisa, ribeira das Mestras, ribeira do Loureiro, ribeira da Pena, ribeira de Corterredor, ribeira do Amioso, ribeira de Carrimá e ribeira do Porto, num total aproximado de 130 quilómetros de extensão de massa de água no interior do concelho.

Ao longo das linhas de água, a vegetação ripícola desempenha um papel importante no funcionamento dos ecossistemas, proporcionando habitats de alimentação, abrigo e reprodução para um grande número de espécies.

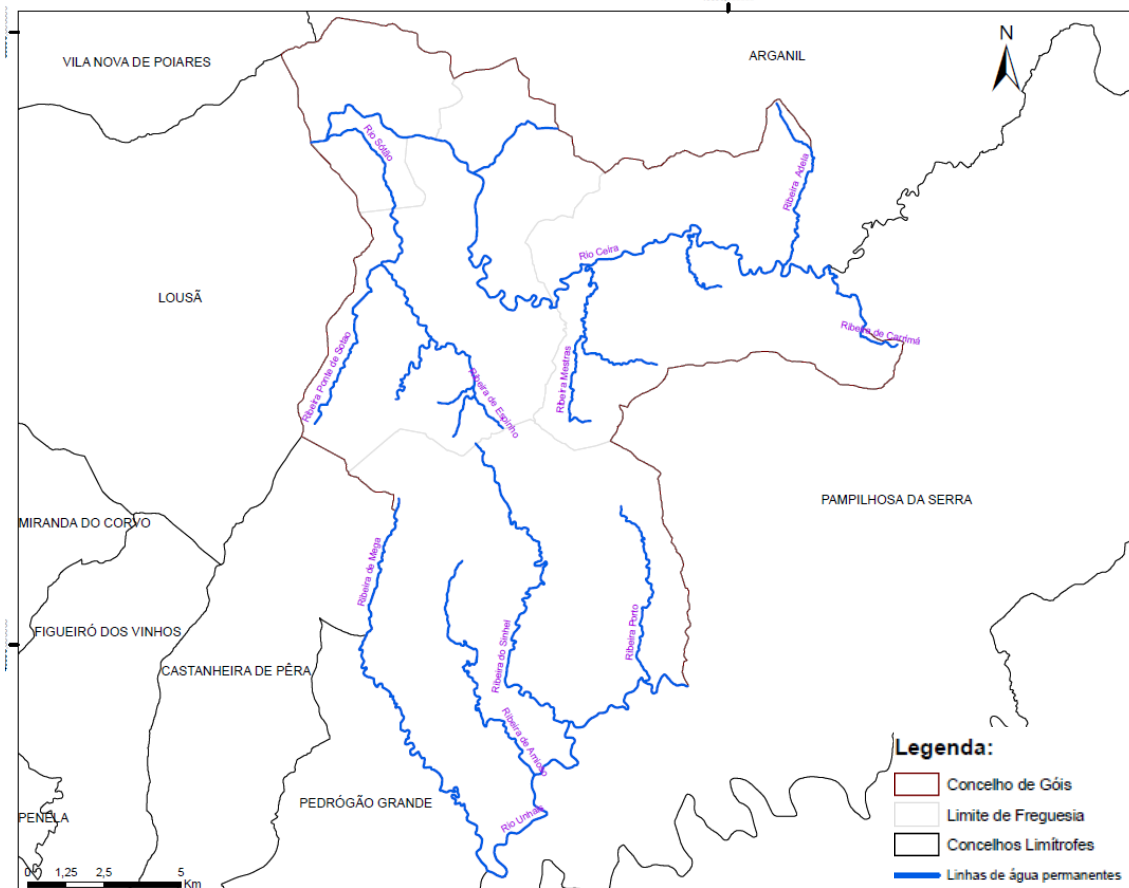


Figura 02 - Rede hidrográfica no município de Góis (PMDFCI 2019-2028)

A importância do ecossistema existente nestas áreas é de uma riqueza incalculável e a sua alteração, remoção ou artificialização conduzem a uma perda de capacidade de suporte e estabilização das margens dos rios e ribeiras, bem como a um descontrolo das cheias, filtração da poluição difusa e alterações do grau de insolação das águas.

Atualmente constata-se uma ameaça séria à vitalidade e funcionalidade destes ecossistemas devido a uma invasão biológica por *Acacia dealbata* Link, vulgarmente conhecida por mimosa. É um problema generalizado pela região Centro e não específico do concelho de Góis.

Em consequência da progressiva consciencialização ambiental, nomeadamente da importância do recurso água para a qualidade de vida das populações e todas as atividades humanas, assim como para a sustentabilidade do território, a Câmara Municipal, implementou, entre os anos de 2014 e 2015, um projeto de requalificação, renaturalização e reabilitação das linhas de água existentes, designadamente a requalificação das galerias ripícolas nos leitos e margens (10m) da principais linhas de água do concelho: rio Ceira, ribeira do Sinhel e rio Sótão. No início do ano de 2022 está previsto começar a empreitada de Reabilitação Fluvial dos Ecossistemas Ribeirinhos do Rio Ceira que irá decorrer em 3 áreas no concelho de Góis no leito e margens do rio Ceira. A intervenção consiste na reabilitação fluvial dos ecossistemas ribeirinhos do rio Ceira, com a qual se pretende garantir o escoamento das linhas de água, minimizar a erosão, o arrastamento dos solos e assegurar o uso balnear, no âmbito de candidatura ao Fundo EEA Grants.

No âmbito dos recursos hídricos superficiais a área do concelho de Góis é abrangida pelas massas de água superficiais indicadas na tabela que se segue, onde se encontram também mencionados os respetivos estados, que variam entre Razoável a Bom, conforme consta no

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis, 2016-2021 (PGRH RH4A)¹ e no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, 2016-2021 (PGRH RH5)¹.

Massas de Água	Tipologia	Estado 2º Ciclo PGRH
PT04MON0639 – Rio Alva (HMWB – Jusante B. Fronhas)	Rios	Bom
PT04MON0654 – Albufeira Fronhas	Lagos	Razoável
PT04MON0659 – Rio de Folques	Rios	Bom
PT04MON0660 – Ribeira de Rochei	Rios	Bom
PT04MON0667 – Rio Sótão	Rios	Bom
PT04MON0671 – Ribeira de Celavisa	Rios	Bom
PT04MON0679 – Rio Ceira	Rios	Bom
PT04MON0684 – Ribeiro do Corterredor	Rios	Bom
PT04MON0690 – Rio Arouce	Rios	Bom
PT05TEJ0791 – Ribeira de Praçais	Rios	Bom
PT05TEJ0793 – Ribeira do Carvalho	Rios	Bom
PT05TEJ0795 – Ribeira da Loisa	Rios	Bom
PT05TEJ0799 – Rio Unhais (HMWB – Jusante B. Santa Luzia)	Rios	Razoável
PT05TEJ0800 – Ribeira da Foz	Rios	Razoável
PT05TEJ0803 – Ribeira do Sinhel	Rios	Bom
PT05TEJ0809 – Ribeira do Amioso	Rios	Bom
PT05TEJ0812 – Ribeira de Mega	Rios	Bom
PT05TEJ0824 – Albufeira Cabril	Lagos	Razoável
PT05TEJ0831 – Ribeira de Pena	Rios	Bom

No que respeita às massas de água subterrâneas, o território municipal situa-se sobre as massas de água indicadas na tabela que se segue.

Massas de Água	Estado 2º Ciclo PGRH
PTA0x2RH4 – Maciço Antigo Indiferenciado da bacia do Mondego	Bom
PTA0x1RH5 – Maciço Antigo Indiferenciado da bacia do Tejo	Bom

De salientar que o objetivo dos PGRH RH4A e RH5 (objetivo estratégico – OE2) é que se atinja o bom estado em todas as massas de água, aspeto que foi tido em consideração no presente processo de Revisão do PDM de Góis.

No âmbito do 3º ciclo dos PGRH RH4A e RH5 estão identificadas 90 captações públicas para abastecimento de água na área do concelho, sendo que 1 delas é superficial e as restantes subterrâneas.

Quanto às captações de água para abastecimento público subterrâneas, localizadas no concelho de Góis, destaca-se:

- Portaria n.º 143/2017, de 20 de abril que aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações da Nascente da Coelhosa, do polo de captação de Coelhosa, e da Mina de Barroca das Fontes, do polo de captação de Cortes, cujas coordenadas constam em anexo, bem como as respetivas zonas de proteção.
- Portaria n.º 164/2016, de 9 de junho que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea (68).
- Portaria n.º 7/2017, de 4 de janeiro que aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações (4).
- Portaria n.º 74/2016, de 7 de abril que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea (2).

Não existem, no entanto, perímetros de proteção delimitados e publicados através de Portaria

(em Diário da República) para várias captações públicas identificadas.

Nos termos da Lei da Água, parte da área deste concelho está integrada, entre outras, nas seguintes zonas protegidas:

- Todas as massas de água subterrâneas são consideradas zonas protegidas “Zonas de captação de água subterrânea para a produção de água para consumo humano”, de acordo com o artigo 7º da Diretiva Quadro da Água (DQA)2.
- Zona designada para proteção de espécies aquáticas de interesse económico, nomeadamente para Ciprinídeos ('Ceira – Da nascente a central elétrica de Monte Redondo'; 'Ceira – da Central elétrica de Monte Redondo à foz'; 'Ribeira de Unhais – Albufeiras de Santa Luzia e Cabril' e 'Ribeira de Unhais – da Nascente ao regolho da Albufeira de Cabril ao NPA, com exceção de Santa Luzia').
- Zona Especial de Conservação da Rede Natura 2000 designado 'Serra da Lousã' (Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de Março).
- Águas de Recreio – Zonas Balneares: Cabreira (PTCV3N), Canaveias (PTCJ3Q), Colmeal (PTCX7K), Peneda/Pêgo Escuro (PTCJ3D), Ponte do Sótão (PTCL9D) e Alvares (PTCL9E) (Diretiva 2006/7/CE, 15 de fevereiro).

As referidas classificações estabelecem um conjunto de condicionantes e restrições que impendem sobre a respetiva área e a envolvente próxima, situação que foi acautelada e ponderada na presente Revisão do PDM de Góis.

O concelho é abrangido por duas albufeiras de Águas Públicas classificadas ao abrigo do DL n.º 107/2009, de 15 de maio, a albufeira de Monte Redondo e a albufeira de Cabril.

No concelho estão ainda identificadas, entre outras, as seguintes atividades e ocupações, algumas com condicionantes específicas sobre o território, situação que deve ser também acautelada no PDM: - 6 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) Urbanas,

02.1. Massas de água superficiais

"De acordo com a Diretiva-Quadro da Água uma massa de água de superfície corresponde a uma massa de água distinta e significativa de águas de superfície, como por exemplo um lago, uma albufeira, um ribeiro, rio ou canal, um troço de ribeiro, águas de transição ou uma faixa de águas costeiras." [PGBH Vouga, Mondego e Lis,].

No âmbito da qualidade das águas superficiais e, de acordo com a informação constante no SNIRH, no município de Góis existe uma estação de monitorização, inserida na Rede de Qualidade da Água Superficial, denominada "Dornelas Zêzere", que permite caracterizar qualitativamente os recursos hídricos superficiais. A classificação da água foi efetuada com base nos critérios da Classificação dos Cursos de Água Superficiais de acordo com as suas Características de Qualidade para Usos Múltiplos, propostos pelo INAG. A análise aos resultados apresentados, na estação de monitorização de Dornelas Zêzere, demonstra que, entre os anos 1995 e 2013, a qualidade da água nesta estação não tem sido regular, no entanto, no período que decorreu entre 2010 a 2013 classificou-se como "boa".

Os **recursos aquícolas** constituem um valioso recurso natural renovável, do ponto de vista económico, ambiental, social e cultural. A pesca em águas interiores, enquanto atividade exploradora destes recursos, é capaz de proporcionar benefícios diretos [consumo e venda do peixe capturado] e indiretos [oferta de recreio e lazer, desenvolvimento turístico, exploração económica em concessões ou reservas de pesca com a geração de receitas e criação de postos de trabalho]. O Rio Ceira é um curso de água classificado como águas piscícolas, com apetência para a pesca de ciprinídeos [como o barbo e a boga] e salmonídeos.

No concelho de Góis identifica-se a existência de **águas balneares interiores**. Entende-se como águas balneares interiores, correntes e paradas, águas de transição [estuarinas] e águas costeiras que:

- Sejam autorizadas para uso de banhos pelas entidades competentes e ativamente a nível local, regional, nacional ou internacionalmente [ou que se pretenda que o venham a ser de futuro] e/ou;
- Não sendo áreas proibidas, sejam regularmente utilizadas para banhos por um número considerável de banhistas locais e/ou visitantes.

O Decreto-Lei nº 135/2009, de 3 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 113/2021, de 23 de maio, estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade de águas balneares e de prestação de informação pública sobre as mesmas. O diploma determina que a identificação das águas balneares e a fixação da época banhear deverão ser efetuadas, anualmente, por uma única portaria, sendo a prática banhear apenas permitida em águas identificadas como águas balneares. A autoridade competente para a coordenação e fiscalização da aplicação do DL é a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

O Controlo da avaliação da qualidade das águas balneares realiza-se com base nos resultados dos programas de monitorização, obtidos pelos laboratórios responsáveis pela sua execução [APA, I.P].

Quanto à vigilância das águas sanitárias compete ao diretor do Departamento de Saúde Pública, em articulação com as unidades de saúde pública, desenvolver as seguintes ações de vigilância:

- Avaliar as condições de segurança e funcionamento das instalações e envolventes das zonas balneares;
- Realizar análises que complementem a avaliação da qualidade das águas balneares;

- Realizar estudos orientados para a avaliação de fatores de risco, quando justificados pelos dados ambientais ou epidemiológicos;
- Avaliar o risco para a saúde da prática balnear.

O concelho de Góis possui um conjunto de praias fluviais e locais com aptidão para a prática balnear muito rico rodeadas por um imponente enquadramento paisagístico.

As praias fluviais das Canaveias, Peneda/Pêgo Escuro e Alvares, foram galardoadas com a Bandeira Azul, sendo 2015 o ano de estreia no hastear do galardão na Praia das Canaveias e o terceiro ano consecutivo para a Praia da Peneda/Pêgo Escuro.

No que diz respeito à qualidade das águas balneares e com base no Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos [SNIRH, IP], a praia fluvial de Alvares, da Cabreira, do Colmeal e de Peneda/Pêgo Escuro, no ano de 2021, as águas estavam classificadas como “Excelente” para a prática balnear, a praia fluvial das Canaveias obteve classificação “Boa”.

Água balnear	Classificação
Cabreira	Excelente
Canaveias	Boa
Colmeal	Excelente
Peneda/Pêgo Escuro	Excelente

02.2. Fontes de poluição

Até à presente data não foram detetadas fontes de poluição, não tendo sido por isso identificados problemas de qualidade nas massas de água.

No entanto, considerando que o objetivo dos PGRH RH4A e RH5 (objetivo estratégico – OE2) é que se atinja o bom estado em todas as massas de água, verifica-se que 4 massas de água superficiais apresentam o estado inferior a Bom.

Massas de Água	Tipologia	Estado 2º Ciclo PGRH
PT04MON0654 – Albufeira Fronhas	Lagos	Razoável
PT05TEJ0799 – Rio Unhais (HMWB – Jusante B. Santa Luzia)	Rios	Razoável
PT05TEJ0800 – Ribeira da Foz	Rios	Razoável
PT05TEJ0824 – Albufeira Cabril	Lagos	Razoável

03 - Recursos hídricos subterrâneos

O concelho pertence a duas bacias hidrográficas distintas. Neste sentido a região norte do concelho pertence à bacia hidrográfica do Mondego [RH4] e integra-se na massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego e pertence à subacia hidrográfica do Mondego. Por outro lado, a região sul do concelho pertence à bacia hidrográfica do Tejo [RH5] e integra-se na massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo e pertence à subacia hidrográfica do Rio Zêzere.

O concelho de Góis integra-se, na sua totalidade, no Maciço Antigo [A], a qual constitui uma das quatro Unidades Hidrogeológicas de Portugal Continental. Esta Unidade Hidrogeológica ocupa a maior extensão em Portugal e é constituída, essencialmente, por rochas eruptivas e metassedimentares. De um modo geral, esta unidade caracteriza-se pela constituição de materiais com escassa aptidão hidrogeológica, no entanto, apesar de pobres em recursos hídricos subterrâneos eles desempenham um papel importante quer no abastecimento à população, quer na atividade agrícola. De facto, além de milhares de pequenas captações particulares, a maioria dos concelhos dispõe de grande número de captações de águas subterrâneas para abastecimento.

O concelho de Góis insere-se nos Depósitos Modernos mais concretamente na Região de Lousã e Arganil. As formações detríticas são da idade cretácica e terciária as quais se traduzem num enchimento que atinge um máximo de 440 m de espessura.

Quadro 01 - Estações de monitorização da água subterrânea no município de Góis | Fonte: SNIRH, IP

Nº inventário	Freguesia	Local	Bacia hidrográfica	Tipo	Classificação
243/1	Cadafaz	Cadafaz	Mondego	Furo vertical	A2
243/2	Góis	Carcavelos	Mondego	Furo vertical	A2
243/3	Góis	Póvoa de Góis	Mondego	Furo vertical	-

Tendo como base a informação do SNIRH, foram identificados 3 pontos de água no município de Góis, identificadas no quadro 1. No que diz respeito à qualidade da água subterrânea, as captações nas quais existe informação estão classificadas com o nível "A2"⁶, no ano de 2015.

⁶ A classificação da qualidade da água subterrânea é efetuada de acordo com o Decreto-Lei nº 83/2011, de 20 de junho, que procede à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de julho, que estabelece especificações técnicas para a análise e monitorização químicas do estado da água, e revoga o Anexo III do Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de agosto.

Capítulo 04 - **Caraterização Climática**

O clima condiciona de forma acentuada todos os componentes bióticos e abióticos dos ecossistemas, afetando, por conseguinte, a forma como o ser humano ocupa o território e constrói a paisagem, influenciando diretamente variáveis a considerar em matéria de planeamento tais como, inundações e o seu regime [designadamente, probabilidade de picos de cheia], disponibilidade de água ou propensão a incêndios florestais.

01 - **Precipitação**

Em termos de precipitação, o concelho de Góis regista uma situação característica dos regimes pluviométricos torrenciais, sendo a mesma distribuída de uma forma desigual ao longo dos meses do ano.

Os dados relativos à estação de Coimbra, respeitantes a um período temporal distinto e nos termos das normais climatológicas, permitem constatar que a precipitação média anual é da ordem dos 944 mm, concentrando-se preferencialmente nos meses de outubro a abril, correspondendo o período de maior escassez hídrica de junho a setembro.

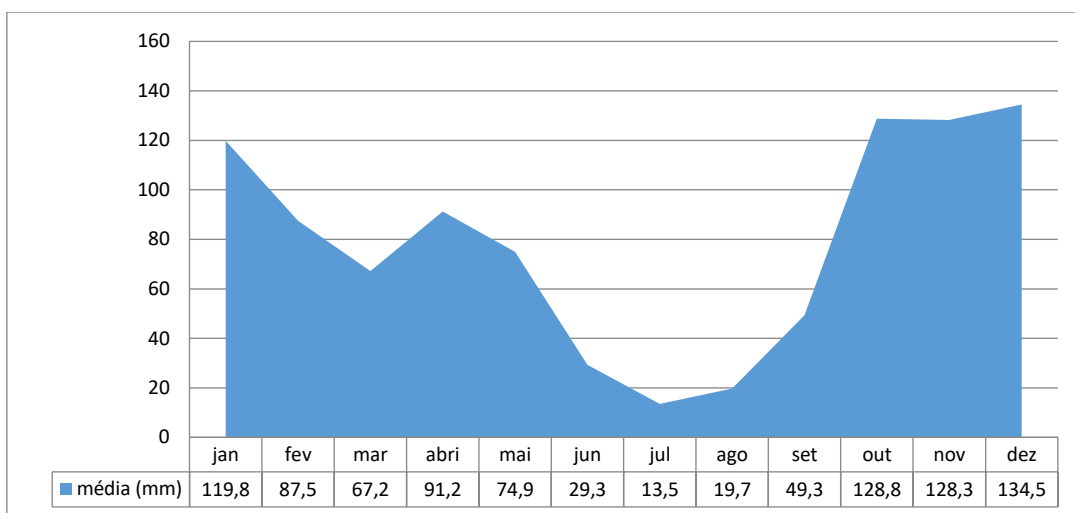


Figura 03. Precipitação média da estação meteorológica de Coimbra [1981 - 2010 _ provisórias] | Fonte: IPMA, Normais Climatológicas de Coimbra [1981 – 2010]

A média mensal mais elevada corresponde ao mês de dezembro com 134,5 mm e a média mensal menos relevante corresponde a julho, com 13,5 mm. O somatório de precipitação entre o período de junho a setembro perfaz um total 111,8 mm, registando os restantes meses valores de 832,2 mm, facto que evidencia a baixa humidade nos meses estivais.

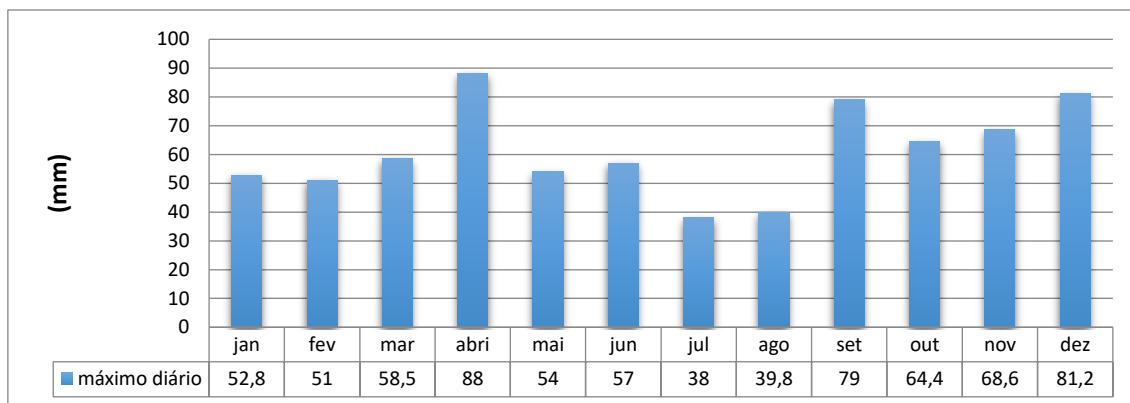


Figura 04. Precipitação máxima diária da estação meteorológica de Coimbra [1981 - 2010 _ provisórias] | Fonte: IPMA, Normais Climatológicas de Coimbra [1981 – 2010]

Os dados disponíveis permitem ainda verificar a existência de piques diários de precipitação, verificando-se que no período em análise a máxima diária ocorreu no mês de abril, onde num único dia ocorreu uma precipitação de 88 mm. Sendo que outras ocorrências houve em que resultou níveis elevados de precipitação num único dia, resulta de facto ilações a retirar para a análise da sujeição a eventuais situações de ponta na rede hidrográfica de superfície. De referir que mesmo nos meses de verão, poderão ocorrer situações de precipitação diária relativamente moderada, de que resulta igualmente uma certa inconstância na ocorrência de precipitação.

02 - **Humidade relativa**

Relativamente ao descritor humidade relativa do ar os valores estão expressos em percentagem correspondendo o 0% ao ar seco e 100% ao ar saturado de vapor de água. O valor médio anual da humidade relativa varia entre os 80%, medidos às 9 horas e os 74% medidos às 18 horas. A análise da humidade relativa do ar foi feita às 9 e 18 horas e os resultados obtidos foram os seguintes:

- As humidades relativas do ar atingem os valores mais elevados em novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, com mais de 80%, quer às 9 e às 18 horas;
- O mês de novembro apresenta valores de humidade iguais, tanto às 9 e às 18 horas, com 82%;
- Agosto e setembro são os meses com menor humidade às 9 horas com cerca de 73%, ocorrendo o mesmo em julho [62%] e agosto [58%] mas para as 18 horas,

Estes factos permitem concluir que existe uma correlação forte e direta entre a humidade relativa do ar e a precipitação, sendo que os valores de humidade relativa do ar assumem valores mais reduzidos com as temperaturas mais elevadas dos meses de verão.

03 - Temperatura

A temperatura do ar no concelho de Góis é fortemente condicionada e variável de acordo com as características morfológicas do terreno e a exposição à insolação. A variação deste parâmetro é variável devido à morfologia muito irregular do terreno onde as condições de influência microclimática têm significado notório devido às formas expressivamente onduladas que são culminadas em alguns casos em serranias e vales profundos. A temperatura apresenta assim grande variabilidade decorrente da localização interior do concelho, estando sujeito a condições de alguma continentalidade, apesar da proximidade ao oceano. O desenvolvimento de condições microclimáticas também influencia a temperatura do ar, devido às condições geomorfológicas e orografia do concelho.

Os dados provisórios relativos à Estação Meteorológica de Coimbra permitem concluir que a temperatura média mais elevada refere-se ao mês de Agosto [20°C] bem como aos restantes meses estivais de julho [19,8°C] e Setembro [18,6°C]. Os meses de Inverno são os mais rigorosos com os valores da média mensal a rondar os 8°C, concretamente nos meses de dezembro [7,8°C], janeiro [7,9°C] e fevereiro [8,5°C].

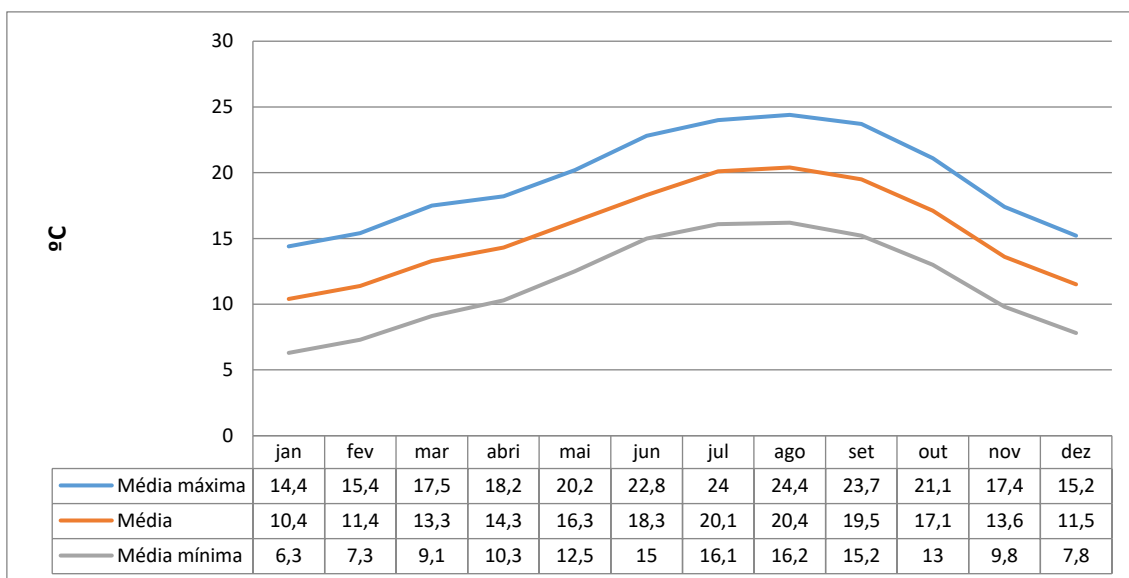


Figura 05. Temperatura média, média mínima e máxima mensal da estação de Coimbra [1981-2010 _ provisórias] | Fonte: IPMA, Normais Climatológicas de Coimbra [1981 - 2010]

Atendendo aos valores médios de temperatura máxima mensal verifica-se que os valores médios mais altos ocorrem nos meses de verão, julho e agosto, com 24°C e 24,4°C, respetivamente. De referir que, considerando-se como dias quentes aqueles cuja temperatura é superior ou igual a 20°C.

Em sentido contrário, e atendendo aos dados relativos à média da temperatura mínima mensal constata-se que janeiro e fevereiro são os meses mais frios.

O aumento da temperatura do ar com a chegada dos meses estivais é progressivo, não sendo assim tão demarcado dos restantes meses, não atingindo temperaturas demasiadamente elevadas. No entanto, as temperaturas registadas nos primeiros meses de Verão associados aos ventos com orientação de este, Oeste e Sudoeste constituem-se como um grande risco no que respeita à ocorrência de incêndios florestais e ondas de calor.

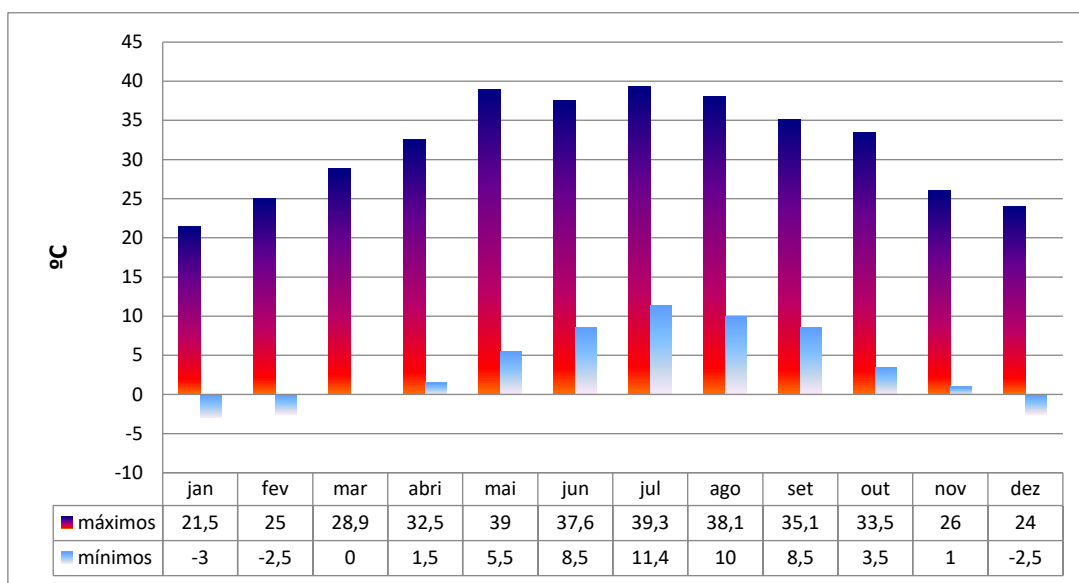


Figura 06. Extremos de temperatura da estação meteorológica de Coimbra [1981-2010 _ provisórias] | Fonte: IPMA, Normais Climatológicas de Coimbra [1981 – 2010]

Não menos importante de referir as situações extremas. Se se atender aos valores de temperatura absoluta diária ocorreram máximos absolutos de 39,3°C em julho e de 38,1°C em agosto e, em direção oposta, mínimos absolutos negativos, em particular -3°C em janeiro e -2,5°C em dezembro e fevereiro. De sublinhar que, sendo situações extremas, são certamente situações ocasionais [Figura 7].

04 - Ventos

O vento é o parâmetro meteorológico que caracteriza o movimento de uma massa de ar na atmosfera, sendo por tal, agente modelador da superfície terrestre, exerce uma ação importante sobre a vegetação, pois é favorável às plantas quando moderado, provocando a renovação do ar e facilitando a fotossíntese. O presente ponto efetua uma análise em função dos ventos dominantes, sendo considerados dois fatores neste quadro de análise: a velocidade e a direção do vento.⁷

As orientações dominantes do vento [Quadro 2] no concelho de Góis no que diz respeito à sua frequência e velocidade são de Este com uma frequência média anual de 36,5% e uma velocidade média de 9,7 km/h. Os ventos de Este são mais frequentes e atingem maiores velocidades nos meses invernosos [dezembro, janeiro e fevereiro] e em março, outubro e novembro, com valores de frequência superiores a 40%. Os ventos com orientações de Oeste e Sudoeste também são algo dominantes no concelho com frequências médias anuais de 28,4% e 30,1%, respetivamente. Por outro lado, o vento com orientação de Norte é o menos dominante com uma frequência média anual de 0,2% e uma velocidade média anual de 4,6 km/h.

O concelho de Góis não está sujeito, regra geral, a ventos fortes ou ciclónicos, sendo que as velocidades medidas são inferiores a 13 km/h, podendo considerar-se como brisas ligeiras ou suaves.

Quadro 02 - Valores médios anuais do vento | Fonte: PME, 2011

Meses	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW	
	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V
Janeiro	0,3	7,3	4,7	6,1	43,2	11,1	0,2	3	0,6	7,2	22,5	9,3	26,2	9,6	1	6,1
Fevereiro	0,4	7	1,6	4,7	44,4	12,1	0,4	9,2	0,9	10,8	24,2	8,8	27,2	9,5	0,5	9
Março	0,3	2	0,8	9	40,1	10,2	1,4	6,3	1,1	6,2	31,9	7,8	23,4	7,4	0,5	6,5
Abril	0	0	0,5	4,5	36,8	8,4	0,8	7,6	0,3	5,3	31,6	8,2	29,1	7,6	0,2	3,5
Maio	0,2	4	0,6	5,3	24,3	8,1	0,5	6	0,8	6,6	37,8	8,1	35,3	7,6	0,2	3
Junho	0,3	5	0,7	3	23,9	9	1	7,7	1,2	7,9	37,1	8,1	35	7,2	0,5	5,6
Julho	0	0	0,6	4,5	22,1	8,5	1,3	6,4	1,3	5,7	35,6	8,7	38,4	7,6	0,2	9
Agosto	0,2	3	0,3	4,5	24,1	7,8	0,8	6,9	1,6	7,8	37,3	8,4	35,2	7,2	0,2	6
Setembro	0,3	3,7	0,4	3,2	30,3	7,6	1,2	6,4	1,3	4,9	36,3	7,6	28,5	5,8	0,5	5,4
Outubro	0,3	5	1,6	5,4	47,4	11	0,6	8,2	1,6	6,2	25,5	7,1	21,8	6	0,5	4,4
Novembro	0,2	3	3,6	3,7	50,3	10	1,5	5,8	1,7	5,6	20	6,7	21,7	7,2	1	4,8
Dezembro	0,1	3	5,3	7,8	51,6	9,3	1	5,9	0,7	6,5	20,7	7,4	20,2	8,3	0,2	4,5

Legenda: F - frequência relativa [%]; V - velocidade média do vento [km/h]

⁷ A velocidade do vento representa a distância percorrida pela massa de ar num certo intervalo de tempo; a direção do vento é definida pela linha de onde o vento sopra (a seta aponta numa direção função dos pontos cardeais que são fixos).

Capítulo 05 - Paisagem e Ocupação do Solo

01 - As regiões naturais e o concelho de Góis

O concelho de Góis está inserido numa zona de fronteira entre duas regiões naturais: **Beira Alta e Beira Serra**. Segundo J. Pina Manique e Albuquerque, através da Carta Ecológica de Portugal, o continente está dividido em 12 grandes Regiões Naturais. Em termos das subregiões verifica-se que Góis engloba fundamentalmente duas subregiões: Lousã e Lousã-Carvalhal, as quais apresentam características de homogeneidade geomorfológica, climática, topográfica e fitossociológica.

O território municipal abrange uma zona ecológica correspondente ao nível basal [AM] - Mediterrâneo/Atlântica, assentes em formações de xistos arcaicos ou paleózoicos, nível submontano [SA * MA * AM], montano [A * SA] e Altimontano [SA * AO] de fáceis fitoclimática Subatlântica que são caracterizadas por uma vegetação natural constituída pela seguinte caracterização autofídica:

- AM: Quercus Suber [Sobreiro]; Olea Europea [Oliveira]; Castanea Sativa [Castanheiro]; Pinus Pinea [Pinheiro Manso]; Pinus Pinaster [Pinheiro Bravo]
- SA * AO: Quercus Pirenaica [Carvalho Negral]; Junipems Communis [Zimbro Comum]; Pinus Silvestris [Pinheiro Silvestre]; Taxus Baccata [Teixo]; Betula Pubescens [Bétula]
- A * SA: Quercus Pirenaica [Carvalho Negral]; Quercus Robur [Carvalho Roble]; Taxus Baccata [Teixo]; Castanea Sativa [Castanheiro]; Betula Pubescens [Bétula]
- SA * MA * Am: Quercus Pirenaica [Carvalho Negral]; Quercus Robur [Carvalho Roble]; Quercus Faginea [Carvalho Português]; Quercus Suber [Sobreiro]; Olea Europea [Oliveira]; Castanea Sativa [Castanheiro]; Pinus Pinea [Pinheiro Manso]; Pinus Pinaster [Pinheiro Bravo]

02 - Subregiões homogêneas no concelho de Góis

No Mapa Síntese, que espacializa o zonamento proposto pelo PROF CL, estão identificadas 20 subregiões homogêneas, que se caracterizam por integrarem zonas críticas do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios, zonas sensíveis para a conservação da natureza, a floresta modelo, os municípios, os terrenos submetidos a regime florestal e os corredores ecológicos. O **município de Góis** integra as **subregiões homogêneas** de "**Floresta da Beira Serra**", "**Lousã e Açor**", "**Vale do Alva**" e "**Pampilhosa e Alvelos**".

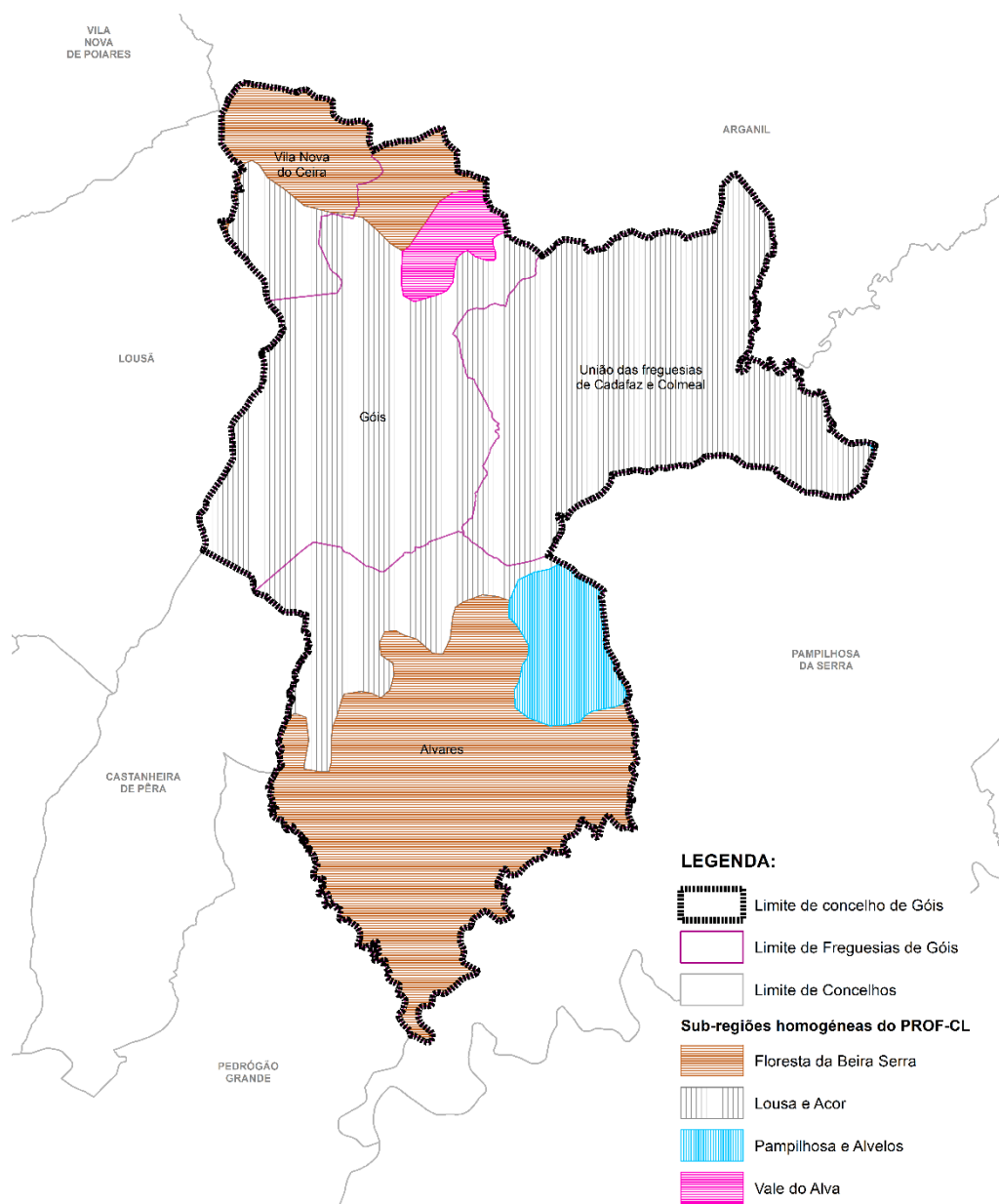


Figura 07 - Subregiões homogêneas do PROF CL no concelho de Góis

O território do concelho de Góis abrange 4 sub-regiões homogêneas (SRH) (Figura 7) e cada uma corresponde a uma unidade territorial com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil dominante das funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização, como resultado da otimização combinada de três funções principais:

- a) Floresta da Beira Serra - nesta sub-região homogénea (SRH), visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: Função geral de produção; Função geral de proteção; Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores
- b) Pampilhosa e Alvéolos - nesta sub-região homogénea (SRH), visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: Função geral de produção; Função geral de proteção; Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores
- c) Vale do Alva – nesta sub-região homogénea (SRH), visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: Função geral de produção; Função geral de proteção; Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores
- d) Lousã e Açor - nesta sub-região homogénea, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: Função geral de produção; Função geral de proteção; Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

03 - Características e condições do meio ambiente

Para auxiliar à caracterização do concelho de Góis, procedeu-se à caracterização dos fatores paisagísticos em três grandes categorias: abióticos, bióticos e culturais.

FATORES ABIÓTICOS

Terra

- Os recursos minerais detetados são escassos e presentemente sem qualquer importância económica relevante para o concelho.
- A exploração dos recursos naturais para utilização como materiais de construção é bastante reduzida.
- O concelho é também pobre em termos de solos com potencialidades agrícolas - apenas 31% da área total apresenta capacidade de uso agrícola.

Água

- A área do território municipal apresenta fracos recursos de água, abrangendo sobretudo formações existentes, que fazem parte do complexo xistograuváquico.
- Em termos de permeabilidade dos seus solos o concelho abrange uma área de solos de fraca permeabilidade, em que o escoamento superficial é elevado e os efeitos erosivos desse escoamento são agravados pela elevada percentagem de declives de inclinação superior a 15%.
- O rio Ceira e os seus afluentes desempenham um papel dominante na paisagem de toda a parte norte do concelho, sendo a paisagem da zona sul condicionada pelo rio Unhais e seus afluentes.

Atmosfera

- A topografia do concelho, o tipo de revestimento do solo e o rumo dos ventos dominantes, não favorecem a drenagem atmosférica nos vales profundos.
- Dada a fraca industrialização, a poluição atmosférica provocada pelas poucas unidades existentes não atinge valores significativos.

Processos naturais

- O leito de cheia do rio Ceira, sobretudo desde Vila Nova do Ceira até Góis, abrange a maior parte dos solos férteis da área em estudo.
- A orografia do concelho, aliada ao rumo dos ventos dominantes provocam problemas de drenagem atmosférica nos vales profundos.
- A formação de geada no concelho é elevada.
- As linhas de água formam verdadeiros corredores ecológicos indispensáveis à manutenção da fauna e flora e ao equilíbrio ecológico de toda a área abrangida pelo concelho.

FATORES BIÓTICOS

Flora

- A baixa densidade populacional aliada ao fraco crescimento urbano [pequenas áreas de expansão urbana], não tem tido influência sobre a constituição das associações vegetais.
- A pressão resultante das necessidades económicas, provocou no passado o corte de matas, numa região onde a madeira constitui a principal fonte de combustível e material de construção.
- Há necessidade de aumentar a taxa de florestação com espécies mais adequadas aos solos existentes e à manutenção dos ecossistemas.

- Os corredores formados pelas associações ripícolas são indispensáveis para proteção dos leitos de drenagem natural, para proteção da fauna e para o equilíbrio de toda a paisagem natural.
- O concelho de Góis, de acordo com a carta de sensibilidade aos incêndios florestais está incluído numa das zonas de máximo risco. Este facto resulta da simultaneidade e da intensidade com que nele ocorrem certos fatores desfavoráveis, em particular climáticos, pedológicos e ligados ao coberto florestal existente.
- A monocultura de uma resinosa muito inflamável como o pinheiro bravo é uma das causas principais dos incêndios florestais.

Fauna

A fauna é constituída sobretudo pelo coelho bravo, perdiz, algumas aves de rapina e por população piscícola.

04 - Uso e ocupação do solo

O concelho de Góis é predominantemente ocupado [Quadro 38] por espaços rurais, sendo que o uso florestal é a ocupação dominante no concelho com um total de 93%, com cerca de 69% da superfície total afeta ao uso florestal [aproximadamente 18.422 hectares] e 24% correspondente a Matos e Pastagens, o uso agrícola com 5% [total de 1.262 hectares] corresponde maioritariamente às áreas envolventes às aldeias, e a ocupação social ocupa uma área de 335 hectares.⁸

Quadro 03 - Distribuição das classes e ocupação do solo no concelho de Góis (PMDFCI, 2019-2028)

Ocupação	Área (hectares)	rácio
Social	335	0,01
Agrícola	1.262	0,05
Florestal	18.422	0,69
Matos e Pastagens	6.439	0,24
Improdutivos	42	0,00
Superfícies Aquáticas	126	0,00
total	26.627	1,00

No que diz respeito à ocupação do solo por freguesia, as que representam maior extensão de área florestal e agrícola são as freguesias de Alvares e Góis (Quadro 4).

⁸ PMDFCI de Góis, 2019-2028

Quadro 04 - Distribuição das classes de ocupação do solo e dos povoamentos florestais, por freguesia (PMDFCI, 2019-2028)

Uso	Ocupação	Alvares		Góis		UF Cadafaz e Colmeal		Vila Nova do Ceira		Município	
		Ha	rácio	Ha	rácio	Ha	rácio	Ha	rácio	Ha	rácio
Matos e pastagens	Matos	26,28,21	0,26	377,049	0,05	3025,6	0,43	243,8	0,11	6274,7	0,24
	Pastagens	38,46	0,00	81,70	0,01	21,92	0,00	22,52	0,01	164,6	0,01
Florestal	Eucalipto	5919,27	0,59	2096,482	0,29	921,7	0,13	1260,7	0,55	10198,2	0,38
	Acácias	112,40	0,01	504,785	0,07	236,5	0,03	287,9	0,13	1141,6	0,04
	Pinheiro-bravo	362,88	0,04	2813,10	0,39	2197,5	0,31	36,5	0,02	5409,9	0,20
	Outras folhosas	231,11	0,02	335,71	0,05	356,6	0,05	68,2	0,03	991,6	0,04
	Outras resinosas	186,83	0,02	308,43	0,04	-	-	-	-	495,3	0,02
	Pov misto Pb*Of	-	-	119,43	0,02	-	-	13,6	0,01	133,1	0,00
	Pov misto Pb*Ec	-	-	50,975	0,01	-	-	-	-	51,0	0,00
	Pov misto Ec*Of	-	-	-	-	-	-	1,7	0,00	1,7	0,00
Social	Social	97,28	0,01	132,5	0,02	48,1	0,01	57,2	0,03	335,0	0,01
Improdutivos	Improdutivos	-	-	40,25	0,01	-	-	1,9	0,00	42,2	0,00
Superfícies aquáticas	Áreas interiores	122,55	0,01	1,16	0,00	-	-	2,1	0,00	125,8	0,00
Agrícola	Agrícola	354,97	0,04	423,4	0,06	203,8	0,03	280,2	0,12	1262,4	0,05
Total		10054	1	7285	1	7012		2276	1	26627	1

A constituição do coberto vegetal do concelho de Góis traduz a influência tipicamente mediterrânea, encontrando-se em vertentes de baixa altitude, abrigadas e com exposição predominantemente ao quadrante sudoeste, espécies características como o carvalho português, o sobreiro, medronheiro e outras, e nas exposições a norte o castanheiro e outras folhosas. A distribuição das áreas de pinheiro bravo e de eucalipto surge em zonas de solos pobres, disseminados um pouco por todo o território concelhio.

A ocupação do solo caracteriza-se pela ocorrência de uma mistura de espécies na mesma mancha [por exemplo olival com mato, pinheiros e uns restos de vinha] e por manchas florestais que apresentam frequentemente um grau de cobertura bastante inferior a 100% [por exemplo uma mancha de um antigo pinhal que já ardeu e que atualmente é ocupada por mato no estrato rasteiro e 20% de pinheiros mais 20% de eucaliptos no estrato arbóreo].

À semelhança do que vai sucedendo no centro do território português, os pinhais vão sendo substituídos pelos eucaliptais, sendo o concelho de Góis um exemplo a esse nível. A espécie dominante é o eucalipto com cerca de 38% do total, seguida pelo pinheiro bravo. A destacar a presença significativa de mais três espécies: a acácia, *Pinus Nigra* e o castanheiro. A acácia atinge uma proporção elevada tendo em conta que se trata de uma espécie exótica, sem grande interesse comercial e de fácil propagação, competindo com espécies autóctones, ameaçando os seus habitats.

No concelho de Góis grande parte dos produtores não reside habitualmente no território concelhio, e não têm como atividade principal a agricultura ou a floresta, sendo que a causa dessa realidade se deve a fatores limitantes como o muito elevado risco de fogo, a pequena dimensão da propriedade, o elevado número de proprietários, a ausência de gestão florestal, a falta de conhecimento de mercados de prestação de serviços ou de venda dos produtos pelos proprietários florestais, a desmotivação do proprietário para o investimento florestal, a desarticulação entre as diversas infraestruturas, a rara presença do proprietário como produtor florestal ou mesmo como residente, a estrutura dos povoamentos existentes não possibilitando a mecanização ou tornando os custos de exploração muito elevados, não permitindo assim uma rentabilidade que garanta a continuidade da atividade florestal.

A atividade florestal é vista como um suplemento eventual de rendimento dos proprietários, sendo a propriedade de dimensão muito reduzida e por vezes distribuída por vários prédios distintos não confinantes.

As zonas florestais constituem áreas muito importantes pelas suas múltiplas utilizações, destacando-se para o concelho a influência que exercem nas cheias, na proteção dos solos das diversas bacias hidrográficas e no recreio da população.

A prática da agricultura, de uma forma geral, no concelho de Góis é muito reduzida, e a que persiste corresponde a uma agricultura de subsistência, com predomínio das culturas de olival, vinha e pomar. As localizações das áreas de uso agrícola têm expressão na envolvente dos aglomerados urbanos, e em locais de topografia menos acentuada encontrando-se associadas à presença de linhas de água.

05 - Áreas protegidas

Em Portugal Continental a Rede Natura 2000 é atualmente composta por 29 ZPE e 60 Zonas Especiais de Conservação, estando o município de Góis inserido na Rede Natura 2000, na **ZEC Serra da Lousã [PTCON0060]**⁹. O município de **Góis** tem **17% do seu território classificado**.

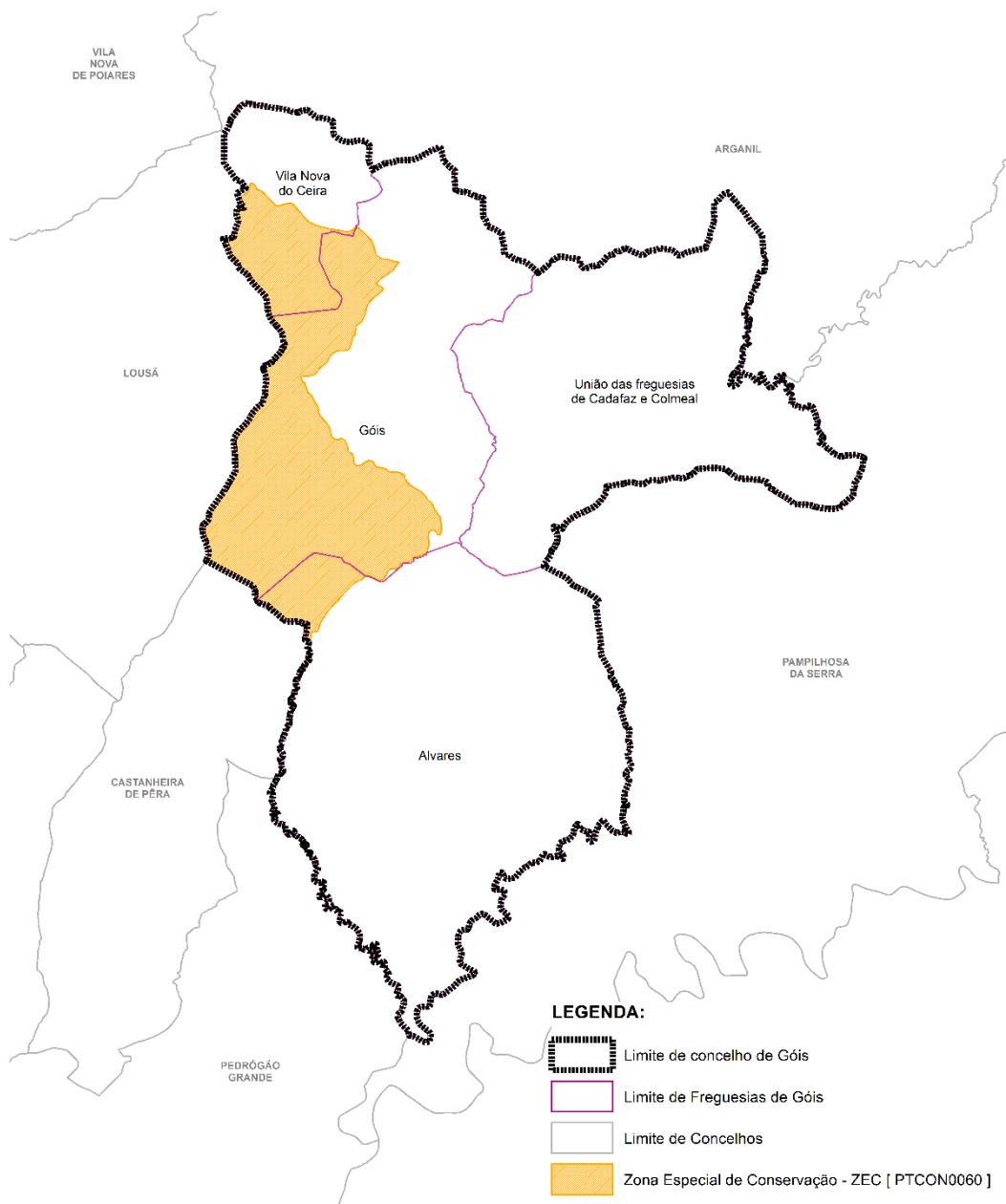


Figura 08 - Rede Natura 2000 no município de Góis

⁹ Resolução do Conselho de Ministros nº 76/00, de 5 de julho

A ZEC Serra da Lousã, que no município de Góis abrange as freguesias de Vila Nova do Ceira, Góis e Alvares, é marcado pela presença do rio Ceira, rio Sótão e ribeira do Loureiro. A área classificada no município de Góis abrange uma área total de **4.539,51 ha** estando localizada a oeste.

A serra da Lousã representa a extremidade Sudoeste da cordilheira central, exibindo linhas de cumeeada entre os 800 e os 1200 metros, com declives acentuados [originando encostas íngremes e vales muito encaixados, por vezes quase inacessíveis] nas vertentes a Norte e suaves a Sul onde, respectivamente, se fazem sentir as influências climáticas atlântica e mediterrânica. Devido à acentuada orografia e às variantes climáticas, a vegetação existente é diversificada, com a ocorrência de azinheiras [*Quercus rotundifolia*] nas zonas mais secas e ensolaradas e de carvalhais de carvalho-roble [*Quercus robur*] e carvalho-negral [*Quercus pyrenaica*] [9230] nas zonas mais húmidas e frias.

É uma Zona Espacial de Conservação de apreciável interesse paisagístico, com imponentes cristas quartzíticas de valor geomorfológico significativo, acompanhadas pela existência de cascalheiras [depósitos de vertente] [8130*], áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético.

As inúmeras linhas de água, quase todas de carácter permanente, alimentam as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e Mondego e assumem grande importância para espécies da fauna. A vegetação ripícola encontra-se num bom estado de conservação, sendo de destacar as galerias onde se podem observar amieiros [*Alnus glutinosa*] [91E0*] e comunidades dominadas por azereiro [*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*] [5230*], com a presença de azevinho [*Ilex aquifolium*], um habitat de carácter reliquial naturalmente pouco frequente. Inclui áreas importantes para a conservação do lagarto-de-água [*Lacerta schreiberi*] e particularmente para a salamandra-lusitânica [*Chioglossa lusitanica*], atendendo a que se trata de uma área de elevada diversidade genética para a espécie e de maior vulnerabilidade.

São vários os *habitats* que se podem encontrar na Zona Especial de Conservação da Serra da Lousã. No caso do município de Góis, e atendendo à cartografia disponível para a caracterização do Zona Especial de Conservação, ao nível dos *Habitats*, destacam-se manchas significativas de carvalhais e sobreiros sobre complexo xistograuváquico, arenitos e calcário.

Saliente-se que a informação disponibilizada corresponde a uma simplificação pelo que todas as manchas correspondem a uma associação de *habitats*.

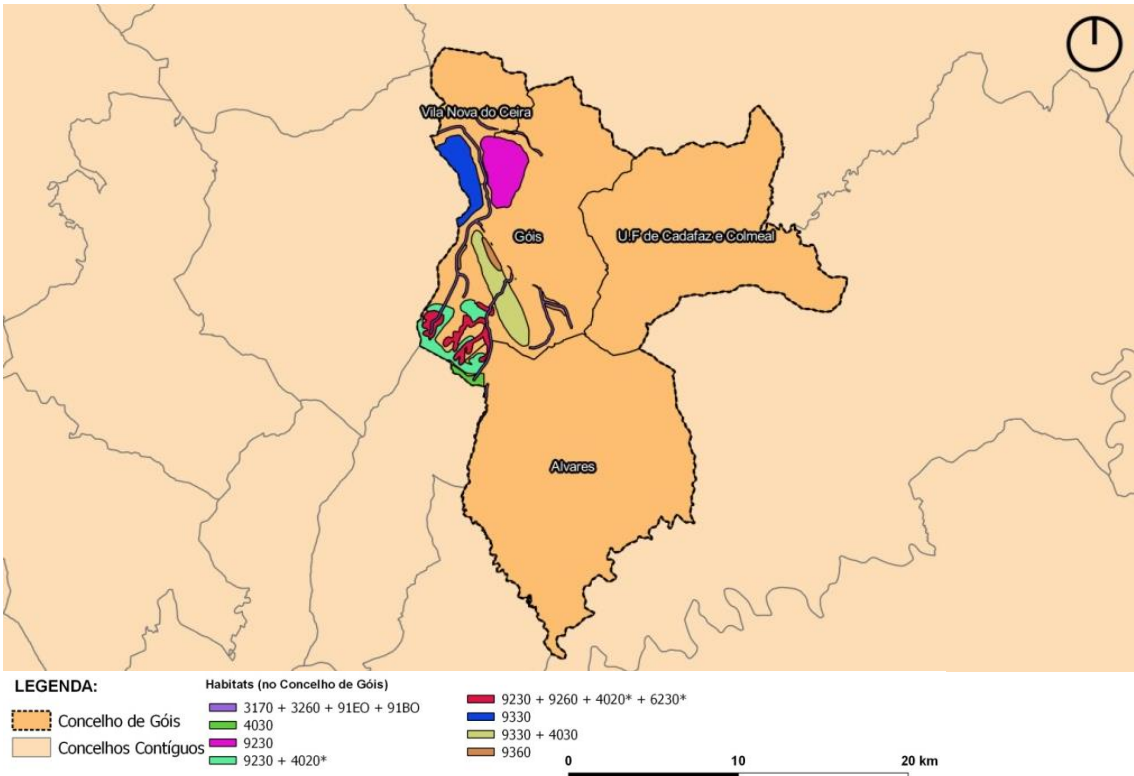


Figura 09 - Habitats naturais e seminaturais no município de Góis, constantes do anexo B-I do Decreto-lei nº 49/2005, de 24/2

Quadro 05 - Habitats naturais e seminaturais no município de Góis, constantes do anexo B-I do Decreto-lei nº 49/2005, de 24/2

3170*	Charcos temporários mediterrânicos
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>.
4030	Charnecas secas europeias
6230*	Formações herbáceas de <i>Nardus</i>, ricas em espécies, em substratos silicosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>
91EO*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> [<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>]
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9360*	Laurissilvas macaronésias (<i>Laurus</i>, <i>Ocotea</i>)

Quadro 06 - Espécies vegetais de interesse comunitário, no município de Góis, constantes do anexo B-II do Decreto-lei nº 49/2005, de 24/2

	<i>Scrophulariaceae</i>
<i>Veronica micrantha</i> Hoffmanns & Link	
	<i>Amaryllidaceae</i>
<i>Narcissus cyclamineus</i> DC	
	<i>Gramineae</i>
<i>Festuca summilusitana</i> Franco & R. Afonso	
	<i>Cruciferae</i>
<i>Murbeckiella sousae</i> Rothm	
	<i>Scrophulariaceae</i>
<i>Scrophularia grandiflora</i> DC subsp. <i>grandiflora</i> DC	
	<i>Liliaceae</i>
<i>Ruscus aculeatus</i> L.	
	<i>Amaryllidaceae</i>
<i>Narcissus bulbocodium</i> L	
	<i>Amaryllidaceae</i>
<i>Narcissus triandrus</i> L.	

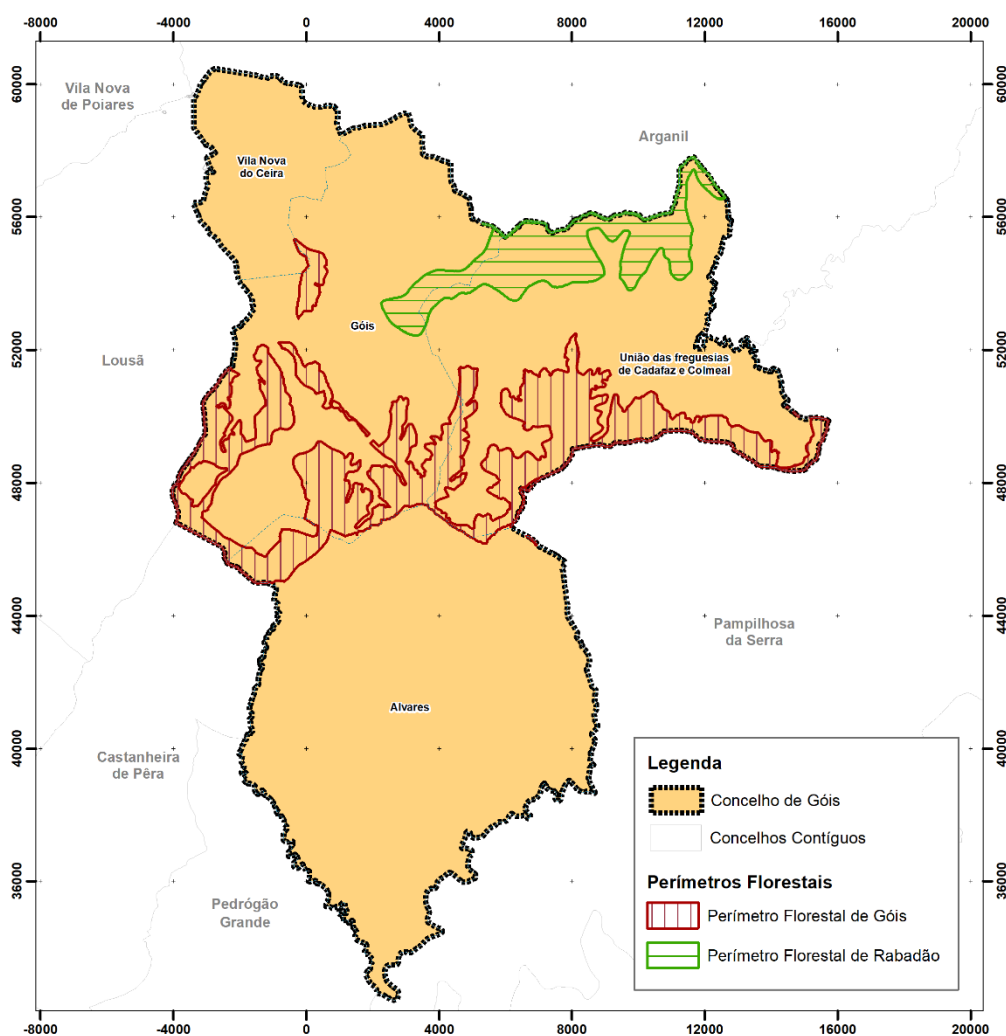


Figura 10 - Perímetros florestais de Góis e Rabadão | Fonte: ICNF

No concelho de Góis localizam-se os Perímetros Florestais de Rabadão e de Góis, abrangidas pelo Regime Florestal de tipo parcial. O Perímetro Florestal do Rabadão, que ocupa no município 1.400 ha, distribui-se pela freguesia de Góis e União de Freguesias de Cadafaz e

Colmeal, e o Perímetro Florestal de Góis, que ocupa uma área de 3.617 ha, está distribuído pelas freguesias de Góis, Vila Nova do Ceira e União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal. Estas zonas especiais ocupam uma área de 5.017 ha no município.

No concelho de Góis existem aproximadamente 7.497 hectares de áreas florestais com gestão, dos quais 672 hectares pertencem à empresa Altri Florestal e 712 hectares estão sob gestão da Portucel Soporcel Florestal, ambas empresas de exploração florestal.

Submetidos ao regime florestal parcial [ICNF], existe uma área de 4.735 hectares de perímetros florestais e a existência de uma Zona de Intervenção Florestal [ZIF], dos Penedos com 1.422 hectares, onde se incluem 471 hectares de área pertencente ao município de Góis – Mata da Oitava e a restante área pertencente a privados. Encontra-se em fase de constituição outra ZIF que abrange a totalidade da área da freguesia de Alvares.

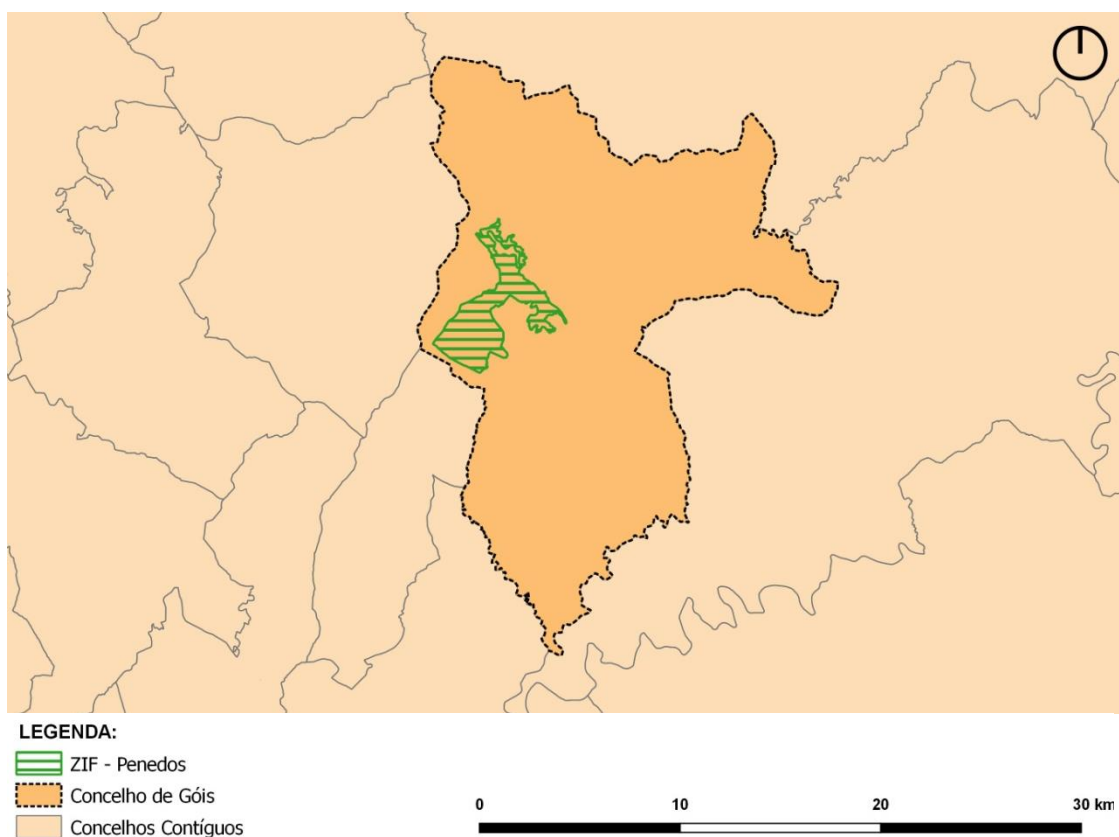


Figura 11 - Zona de Intervenção Florestal dos Penedos, concelho de Góis | Fonte: ICNF

Síntese

O concelho de Góis apresenta um enorme potencial ambiental, devido à grande riqueza de fauna e flora, locais de interesse da paisagem, presença de várias linhas de água e a paisagem deslumbrante.

A geologia desta área é composta por terrenos do complexo xistoso ordovícico muito metamorizados alternando com quartzitos. As rochas aflorantes são o xisto e os quartzitos.

O concelho de Góis pertence a duas bacias hidrográficas distintas, sendo a região norte do concelho abrangido pela bacia hidrográfica do Mondego e a região sul ocupada pela bacia hidrográfica do Tejo. O concelho possui diversas linhas de água e ribeiras, sendo que o rio Ceira, afluente do rio Mondego, constitui o principal curso de água. Evidenciam-se ainda as seguintes linhas de água, em função da área da respetiva bacia hidrográfica e do seu comprimento: rio Unhais, rio Sótão, ribeira de Mega, ribeira de Sinhel, ribeira de Celavisa, ribeira das Mestras, ribeira do Loureiro, ribeira da Pena, ribeira de Corterredor, ribeira do Amioso, ribeira de Camimá e ribeira do Porto.

O concelho é abrangido por duas albufeiras de Águas Públicas classificadas ao abrigo do DL n.º 107/2009, de 15 de maio, a albufeira de Monte Redondo e a albufeira de Cabril.

Configura-se que os declives do terreno, bastante acentuados, a par das vias de comunicação existentes foram e continuam a ser os grandes condicionantes da ocupação urbana. Quanto ao uso do solo, no município de Góis é perceptível o predomínio da mancha florestal na globalidade do território [sendo reconhecido como o recurso mais significativo no quadro das potencialidades naturais e da economia do município], bem como o padrão locacional das áreas agricultadas, na envolvente dos aglomerados urbanos.

Quanto ao uso do solo o território concelhio é predominantemente ocupado por espaços rurais, sendo que o uso florestal é a ocupação dominante no concelho. A espécie dominante é o eucalipto. A destacar a presença significativa de mais três espécies: a acácia, *Pinus Nigra* e o castanheiro.

No âmbito dos recursos naturais e de lazer o concelho possui um conjunto de praias fluviais e locais com aptidão para a prática balnear muito rico rodeadas por um imponente enquadramento paisagístico, das quais se destacam as praias fluviais das Canaveias e Peneda/Pêgo Escuro, ambas certificadas.

O concelho de Góis integra a ZEC Serra da Lousã [PTCON0060] que abrange as freguesias de Vila Nova do Ceira, Góis e Alvares com 17% do território classificado e uma área total de 4.539,51 ha estando localizada a oeste.

No concelho de Góis localizam-se os Perímetros Florestais de Rabadão e de Góis, abrangidas pelo Regime Florestal de tipo parcial. O Perímetro Florestal do Rabadão localiza-se na freguesia de Góis e União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, e o Perímetro Florestal de Góis está distribuído pelas freguesias de Góis, Vila Nova do Ceira e União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal. Estas zonas especiais ocupam uma área de 4.530 ha no município.

Primeira Revisão do
Plano Diretor Municipal de Góis



Volume **04**
Estudos Setoriais de Caracterização

Relatório 03 - **Caraterização Sócio Económica**

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

Introdução	4
Capítulo 01 - Demografia	5
01. Enquadramento Demográfico - evolução e distribuição	5
02. Evolução e Distribuição da População do Município de Góis	8
03. Evolução e Distribuição da População nas Freguesias do município de Góis	9
04. Estrutura da População por Grupos Etários	12
05. Nível de instrução da população	16
06. Evolução dos comportamentos demográficos	18
07. Projeções demográficas	19
08. Síntese	20
Capítulo 02 - Habitação	21
01. Introdução	21
02. Caraterização do parque habitacional	22
03. Caraterização dos edifícios	25
04. Caraterização dos alojamentos	28
05. Síntese	31
Capítulo 03 - Economia	32
01. Caraterização Geral	32
02. Setor Primário	38
03. Setor Secundário - Espaços de Atividade Económica	42
04. Setor Terciário	43
05. Síntese	45

Índice de ilustrações

Figura 01 - Variação da taxa de crescimento da população do município de Góis	8
Figura 02 - Evolução demográfica por freguesia em 1981 e 2011	10
Figura 03 - Densidade populacional na Região de Coimbra, 2011	11
Figura 04 - Densidade populacional por freguesia em 2001 e 2011	11
Figura 05 - Pirâmide etária do concelho de Góis, 2001	12
Figura 06 - Pirâmide etária do concelho de Góis, 2011	13
Figura 07 - Índice de envelhecimento para Portugal Continental, Região Coimbra e concelho de Góis, 2001 e 2011	14
Figura 08 - Índice de dependência para Portugal Continental, Região Coimbra e concelho de Góis, 2001 e 2011	14
Figura 09 - Índice de dependência de jovens e idosos para o Concelho de Góis, 2001 e 2011	15
Figura 10 - Taxas de natalidade e mortalidade no concelho de Góis	18
Figura 11 - População empregada por setor de atividade	32
Figura 12 - População ativa no concelho de Góis, 2001 e 2011	33
Figura 13 - População agrícola familiar e nível de escolaridade, 2009	40
 Quadro 01 - Variação populacional nas NUT III da Região Centro	5
Quadro 02 - Variação populacional nos municípios da Região de Coimbra	7
Quadro 03 - Variação da taxa de crescimento da população do município de Góis	8
Quadro 04 - Variação populacional no município de Góis	10
Quadro 05 - Densidade populacional no município de Góis	10
Quadro 06 - Caracterização dos índices em Portugal Continental, Região Coimbra e concelho de Góis	13
Quadro 07 - Nível de escolaridade completo para Góis, Região de Coimbra e Região Centro, 2011	16
Quadro 08 - Taxa de analfabetismo da população para Góis, Região Coimbra, Centro e Continente, 2001 e 2011 (%)	17
Quadro 09 - Saldos populacionais no concelho de Góis, 2010 - 2016	18
Quadro 10 - Projeções demográficas para 2030	19
Quadro 11 - Evolução e variação do número de famílias no concelho e freguesias	22
Quadro 12 - Famílias clássicas e dimensão, 2011 Fonte: INE, Censos	22
Quadro 13 - Características gerais do parque habitacional do concelho de Góis, 2011	23
Quadro 14 - Características gerais do parque habitacional do concelho de Góis, 2001	23
Quadro 15 - Total de edifícios nas freguesias do concelho - 1991, 2001 e 2011	25
Quadro 16 - Edifícios segundo o tipo de utilização por freguesia, 2011	25
Quadro 17 - Número de alojamentos por edifício no concelho, em 2011	26
Quadro 18 - Estrutura etária dos edifícios e evolução do ritmo de construção, para o concelho entre 1919 e 2011	26
Quadro 19 - Estrutura etária dos edifícios, por freguesia, entre 1919 e 2011	26
Quadro 20 - Edifícios, segundo as grandes épocas de construção, por estado de conservação, no concelho de Góis, 2011	27
Quadro 21 - Total de alojamentos nas freguesias do concelho - 1991, 2001 e 2011	28
Quadro 22 - Tipo de alojamento	28
Quadro 23 - Alojamento por tipo de ocupação	29
Quadro 24 - Alojamento por tipo de ocupação, 2011	29
Quadro 25 - Índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, para o concelho em 2011	30
Quadro 26 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) e Regime de ocupação	30
Quadro 27 - População empregada segundo setor de atividade, 2011	33
Quadro 28 - Estrutura etária da população ativa, concelho de Góis, 2001 e 2011	34
Quadro 29 - Indicadores socioeconómicos do município de Góis	34
Quadro 30 - Taxa de desemprego	35
Quadro 31 - Número de empresas não financeiras por ramo e setor de atividade, 2012 a 2015	35
Quadro 32 - Número de empresas segundo escalão de pessoal ao serviço, 2012 a 2015	36
Quadro 33 - População desempregada e Principal meio de vida, 2011	37
Quadro 34 - Evolução do número das explorações e áreas [ha] por freguesia [1989 - 2009]	38

Quadro 35 - Estrutura e número das explorações com SAU por classes de área (ha) no concelho, 2009 Fonte: INE, RGA	39
Quadro 36 - Estrutura etária dos produtores agrícolas, por classes e sexo, 2009	40
Quadro 37 - Média das explorações agrícolas no concelho, 2009	40
Quadro 38 - Empresas sediadas no polo industrial de Cortes	42
Quadro 39 - População empregada por ramos de atividade no setor terciário, no concelho de Góis, 2001 e 2011	43

Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Caracterização Socioeconómica do concelho de Góis, parte integrante da 1ª Fase do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Góis – Caracterização e Diagnóstico.

O ato de planejar pressupõe o conhecimento profundo da população a quem se destina - no que respeita à sua dimensão, dinâmica, distribuição espacial e estrutura - e das atividades que ocupam e permitem o desenvolvimento económico do território em causa - estrutura produtiva e forma de ocupação do território. Neste âmbito, o presente documento encontra-se dividido em três capítulos, Demografia [Cap. I], Habitação [Cap. II] e Economia [Cap. III] cada um destes subdividido em temas específicos.

As dinâmicas demográficas de um território constituem uma das dimensões com maior relevância para a sua estruturação, sobretudo se aliadas aos fenómenos de povoamento, desenvolvimento urbano, social e económico. A caracterização das dinâmicas demográficas e populacionais que se têm vindo a observar no município permitem alcançar um conhecimento da sua estrutura social e económica, fatores determinantes para a definição da estratégia de modelação do ordenamento do território.

A análise empreendida para o município de Góis, atendeu ao facto de este pertencer à Região de Coimbra e para os principais indicadores estatísticos, foi efetuada a comparação entre Góis e os dezanove municípios que constituem esta região.

No que respeita à Região de Coimbra [NUT III], saliente-se que esta foi constituída ao abrigo da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, passando a integrar a Região Centro a partir do ano de 2013. Neste estudo foi, ainda, considerada relevante a análise comparativa do concelho com a Região Centro como referência para os indicadores mais significativos.

No presente relatório procura-se analisar os principais indicadores demográficos, habitacionais e económicos, tendo como principal fonte de informação os dados do Instituto Nacional de Estatística [INE] – 1991, 2001 e 2011, Recenseamento Geral da População. O diagnóstico, determinado pela evolução dos principais indicadores de análise, será o ponto de partida para delinear tendências que ajudem, de forma equilibrada e sustentável, a perspetivar e equacionar o modelo de desenvolvimento concelhio.

Capítulo 01 - **Demografia**

01 - **Enquadramento Demográfico - evolução e distribuição**

A análise da dinâmica demográfica tendo por objetivo conhecer os movimentos da população, bem como as suas tendências, não deverá ser realizada isoladamente, mas sim num contexto mais alargado, particularmente à Região e Subregião onde se insere, uma vez que a realidade concelhia não é independente do comportamento das unidades onde está inserido. Neste sentido procedeu-se à análise da variação relativa da população residente para os concelhos que integram a Região de Coimbra [NUT III], assim como a Região Centro [NUT II], nos últimos 20 anos [período entre 1991-2011].

A análise efetuada permite constatar que a Região Centro apresentou uma evolução populacional desfavorável, cifrando o seu efetivo em 2.327.755 habitantes [2011], apresentando uma clara dicotomia de comportamentos, consoante se trate de subregiões do interior ou do litoral [Quadro 1].

Quadro 01 - Variação populacional nas NUT III da Região Centro | Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Unidade geográfica	População residente [nº]			Variação [%]	
	1991	2001	2011	91-01	01-11
Continente	9.375.926	9.869.343	10.047.621	5,3	1,8
Centro	2.573.158	2.348.397	2.327.755	-8,7	-0,9
Oeste	628.780	338.711	362.540	-46,1	7,0
Região de Aveiro	332.152	364.973	370.394	9,9	1,5
Região de Coimbra	456.773	472.334	460.139	3,4	-2,6
Região de Leiria	264.766	288.630	294.632	9,0	2,1
Viseu Dão Lafões	271.800	275.934	267.633	1,5	-3,0
Beira Baixa	99.870	94.410	89.063	-5,5	-5,7
Médio Tejo	253.365	254.606	247.331	0,5	-2,9
Beiras e Serra da Estrela	265.652	258.799	236.023	-2,6	-8,8

Em grande parte das NUT III que constituem a Região Centro, verifica-se o aprofundar da crise demográfica no último período intercensitário, constatando-se o reforço das taxas de variação negativas em algumas das subregiões e um aumento populacional menos significativo noutras, com exceção da região do Oeste que registou um aumento significativo contrastando com a década anterior.

A **Região de Coimbra [-2,6%]**, onde se localiza o Concelho de Góis, tal como as de Beiras e Serra da Estrela [-8,8%], Beira Baixa [-5,7%], Viseu Dão Lafões [-3,0%] e Médio Tejo [-2,9%] contribuíram para o decréscimo continuado do efetivo populacional do Centro [-0,9%] na **década 2001-2011**.

Analisando a dinâmica demográfica da Região de Coimbra entre o período censitário 1991 e 2001 pode concluir-se que o aumento demográfico foi positivo [3,4%], em grande parte justificado pelo acréscimo populacional dos municípios de Condeixa-a-Nova [17,8%], Lousã [17,1%], Vila Nova de Poiares [14,6%] e Mealhada [13,6%]. No entanto, com tendência de evolução demográfica com taxas negativas, encontram-se os municípios de Pampilhosa da Serra [-10%] e Góis [-9,5%].

No período que decorreu entre 2001 a 2011, a dinâmica demográfica da Região de Coimbra registou um decréscimo de -2,6%. De salientar que a Região Centro [-0,9%] e Portugal Continental [1,8%] acompanharam a tendência de diminuição populacional face ao período intercensitário anterior. O quadro de variações alterou-se, na maioria dos municípios, encontramos Coimbra [-3,4%], Cantanhede [-3,5%] e Mealhada [-1,6%] com tendências de evolução negativas, muito diferentes das registadas no período anterior.

Num contexto regional onde se tem registado um decréscimo populacional, o município de Góis apresentou entre 1991 e 2001 um decréscimo de -9,5% no seu efetivo populacional, o segundo mais elevado da subregião, destacando-se claramente dos restantes concelhos, apenas ultrapassado pelo concelho de Pampilhosa da Serra [-10%].

Os dados do último período intercensitário [2001 -2011] confirmam o cenário de continuidade da redução populacional na generalidade dos municípios que constituem a Região de Coimbra, à exceção de Lousã, Condeixa-a-Nova, Vila Nova de Poiares e Montemor-o-Velho [Quadro 2].

A discrepância dos valores registados no concelho de Góis face aos restantes concelhos da Região de Coimbra não é alheia ao facto de este ser, essencialmente, um concelho de interior, como adiante se explicitará.

Quadro 02 - Variação populacional nos municípios da Região de Coimbra | Fonte: INE, Censos. PORDATA

Dinâmica Demográfica da NUT III	População residente [nº]			Variação [%]	
	1991	2001	2011	91-01	01-11
Região de Coimbra	456.773	472.334	460.139	3,4	-2,6
Arganil	13.926	13.623	12.145	-2,2	-10,8
Cantanhede	37.140	37.910	36.595	2,1	-3,5
Coimbra	139.052	148.443	143.396	6,8	-3,4
Condeixa-a-Nova	13.027	15.340	17.078	17,8	11,3
Figueira da Foz	61.555	62.601	62.125	1,7	-0,8
Góis	5.372	4.861	4.260	-9,5	-12,4
Lousã	13.447	15.753	17.604	17,1	11,8
Mealhada	18.272	20.751	20.428	13,6	-1,6
Mira	13.257	12.872	12.465	-2,9	-3,2
Miranda do Corvo	11.674	13.069	13.098	11,9	0,2
Montemor-o-Velho	26.375	25.478	26.171	-3,4	2,7
Mortágua	10.662	10.379	9.607	-2,7	-7,4
Oliveira do Hospital	22.584	22.112	20.855	-2,1	-5,7
Pampilhosa da Serra	5.797	5.220	4.481	-10,0	-14,2
Penacova	16.748	16.725	15.251	-0,1	-8,8
Penela	6.919	6.594	5.983	-4,7	-9,3
Soure	21.704	20.940	19.245	-3,5	-8,1
Tábua	13.101	12.602	12.071	-3,8	-4,2
Vila Nova de Poiares	6.161	7.061	7.281	14,6	3,1

03 - Evolução e Distribuição da População do Município de Góis

A análise particularizada da evolução da população no município de Góis revela uma diminuição notável da taxa de evolução populacional no período entre 1940-2011. No cômputo geral, a taxa de evolução populacional nos períodos em análise revela-se irregular [Quadro 3 e Figura 1].

Quadro 03 - Variação da taxa de crescimento da população do município de Góis | Fonte: INE

Anos	1890 a 1900	1900 a 1911	1911 a 1920	1920 a 1930	1930 a 1940	1940 a 1950	1950 a 1960	1960 a 1970	1970 a 1981	1981 a 1991	1991 a 2001	2001 a 2011
%	9,1	9,1	-2,8	-3,1	2,1	-11,1	-12,2	-31,2	-4	-16,5	-9,5	-12,4

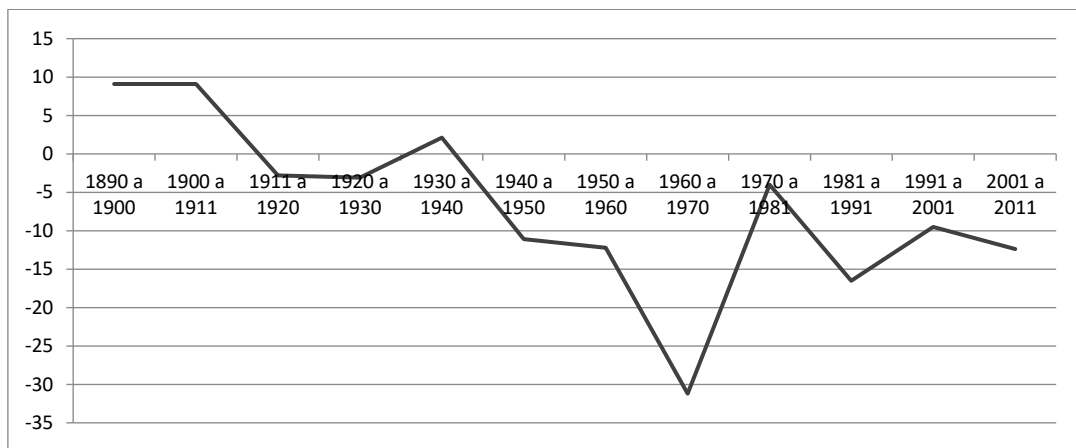


Figura 01 - Variação da taxa de crescimento da população do município de Góis

A população do concelho de Góis conheceu, de 1890 a 2011, três períodos distintos:

- O primeiro, de 1890 a 1911, de crescimento, com taxas decenais de 9,1%;
- O segundo, de 1911 a 1950, de recessão, com taxas de crescimento decenais de -2,8%, -11,1% e -12,2%, respetivamente em 1911-1920, 1940-1950 e 1950-1960. É a partir da década de 40 que se começam a registar quebras mais significativas na população residente do concelho, no decurso de um processo de êxodo rural e migração;
- O **despovoamento acentuado do concelho de Góis** tem início em 1960 até 2011. Esta diminuição está relacionada com o processo de terciarização e com a migração da população para os principais centros urbanos. No último período censitário [2001-2011] a população estabiliza nos cerca de 4.000 habitantes.

Apesar da tendência populacional apontar para a estabilidade, o concelho de Góis viu a sua população decrescer de 11.891 habitantes, em 1900, para 4.260 habitantes em 2011.

O povoamento inicial consolidou-se a partir do estabelecimento dos agregados populacionais ao longo das antigas vias de comunicação fluvial e terrestre ou em locais estratégicos do ponto de vista defensivo, coincidindo as primeiras com as áreas de maior valia agrícola, do ponto de vista físico. As aglomerações populacionais vieram a ser reforçadas, nalguns casos, pela presença de unidades industriais de dimensão significativa, cuja implantação e desenvolvimento teve, contudo, lugar em períodos distintos – casos de Alvares e Ponte do Sótão, em ambas as situações, vinculadas à presença de cursos de água, as unidades industriais em questão encontram-se atualmente extintas.

03 - Evolução e Distribuição da População nas Freguesias do município de Góis

Na sequência da publicação e entrada em vigor da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro [estabelece a obrigação da reorganização administrativa do território das freguesias], o município de Góis passou a compreender quatro freguesias: União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira.

A população residente nas freguesias do concelho de Góis registou em todas elas, entre 1890 e 2011, um comportamento idêntico ao verificado para a globalidade do território concelhio.

A ocorrência de crescimentos diferenciados ao nível de cada freguesia, em particular, e do concelho em geral, traduziu-se em alterações significativas na importância relativa da população residente em cada freguesia, destacando-se a perda de importância da freguesia de Alvares e União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal a favor da freguesia de Góis e Vila Nova do Ceira.

Em 1890 a freguesia de Alvares detinha a maior fatia percentual do total da população do concelho e Cadafaz a menor proporção. Em 1981 estas posições são ocupadas pelas freguesias de Góis [2.615 hab.] e Colmeal [1.626 hab.], respetivamente.

A partir da análise da variação da população nas quatro freguesias que compõem o município de Góis [Quadro 4 e Figura 2] verifica-se que a tendência global no período compreendido entre 1991-2011 foi para o decréscimo, sendo que a União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal [freguesia montanhosa] foi a que mais contribuiu para a perda populacional concelhia, com uma variação de cerca de -50%.

Na década de 1991-2001 o município obteve um decréscimo populacional de -9,5%. Relativamente à evolução da população ao nível das freguesias, a União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal e a freguesia de Alvares foram as que mais contribuíram para esta perda populacional, com uma variação de -25,7% e -21,3%, respetivamente. Por outro lado, destaca-se a freguesia de Góis, pelo que foi a única a apresentar uma dinâmica populacional de estabilização e um dos maiores acréscimos em termos de alojamentos familiares e edifícios, no contexto da realidade concelhia.

No período entre 2001 e 2011 ocorreu um decréscimo populacional continuado ao nível concelhio, com tendência para o aumento, de -12,4%. A União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal continuou a registar uma diminuição acentuada na dinâmica populacional [-32%]. A contrastar com o decénio anterior, a freguesia de Góis apresentou um cenário de decréscimo populacional [-6,8%].

As principais conclusões a retirar das análises desenvolvidas ao longo deste ponto, serão pois as seguintes:

- A população do concelho de Góis, após forte recessão dos anos 60, tende a estabilizar no período de 1981 a 2001 em cerca de 6.000 habitantes, para voltar a decrescer até aos 4.000 habitantes no ano de 2011;
- De 1990 a 2011 ocorreram alterações significativas ao nível da distribuição espacial das populações pelas diversas freguesias, salientando-se a perda de importância das freguesias do sul e leste [Alvares, Cadafaz e Colmeal] a favor das freguesias do noroeste [Góis e Vila Nova do Ceira], o que parece indicar um peso significativo do fator acessibilidade, na distribuição intraconcelhia da população;
- O concelho está a sofrer um processo de despovoamento com as 4 freguesias a perderem população.

Quadro 04 - Variação populacional no município de Góis | Fonte: INE, Censos

Unidade geográfica	População residente [nº]				Variação [%]		
	1981	1991	2001	2011	81-91	91-01	01-11
Alvares	1626	1279	1007	812	-21,3	-21,3	-19,4
UF Cadafaz e Colmeal	985	689	512	348	-30,1	-25,7	-32,0
Góis	2615	2330	2345	2171	-10,9	0,6	-7,4
Vila Nova do Ceira	1208	1074	997	929	-11,1	-7,2	-6,8
Concelho	6434	5372	4861	4260	-16,5	-9,5	-12,4

Quadro 05 - Densidade populacional no município de Góis | Fonte: INE, Censos

Freguesias	Área [km²]	Pop. residente	hab/km²	Pop. residente	hab/km²	Pop. residente	hab/km²	Pop. residente	hab/km²
		1981		1991		2001		2011	
Alvares	98,66	1626	16,5	1279	12,9	1007	10,2	812	8,2
UF de Cadafaz e Colmeal	70,76	985	13,9	689	9,7	512	7,2	348	4,9
Góis	73,37	2615	35,6	2330	31,8	2345	31,8	2171	29,6
Vila Nova de Ceira	20,93	1208	57,7	1074	51,3	997	47,6	929	44,4
Concelho	263	6434	24,5	5372	20,4	4861	18,5	4260	16,2

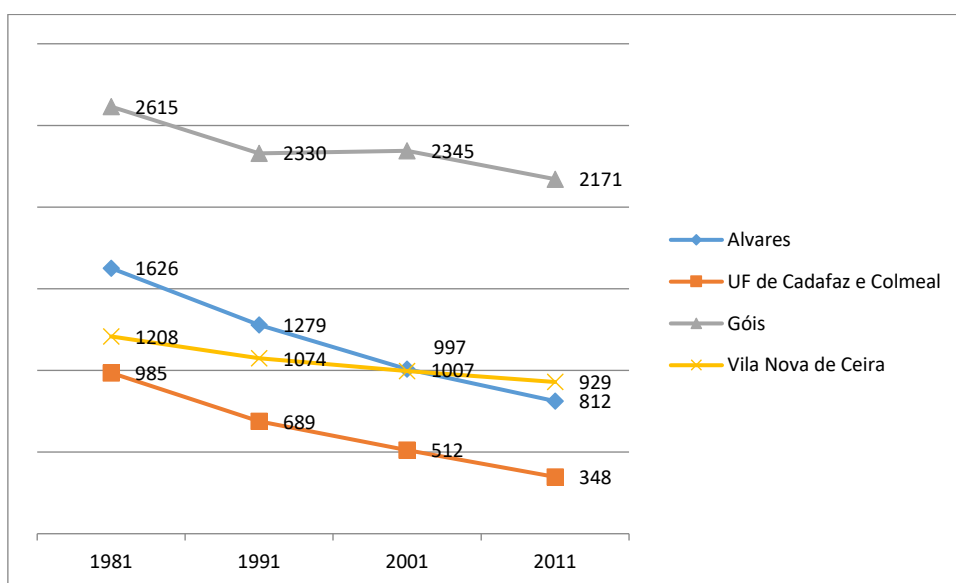


Figura 02 - Evolução demográfica por freguesia em 1981 e 2011 | Fonte: INE, Censos

A densidade populacional retrata a divisão do total de habitantes existentes numa determinada unidade espacial pela superfície dessa mesma unidade, não tomando em consideração as características do espaço físico onde se insere a população em análise.

A **densidade populacional é baixa** na globalidade do município [Quadro 5] e sofreu um decréscimo percentual acentuado, passando de 18,1 hab/km² em 2001, para **16,1 hab/km²** em 2011, correspondente ao decréscimo da população residente que ocorreu em igual período, evidenciando uma elevada dispersão populacional.

A baixa densidade populacional é uma das características do concelho de Góis, bem como de alguns dos concelhos da Região de Coimbra. Góis é o segundo concelho da Região de Coimbra

com menor densidade populacional. Estes dados refletem a tendência demográfica do decréscimo populacional, com o envelhecimento da população, resultante do declínio da fecundidade e o aumento da longevidade, indicadores que serão detalhados.

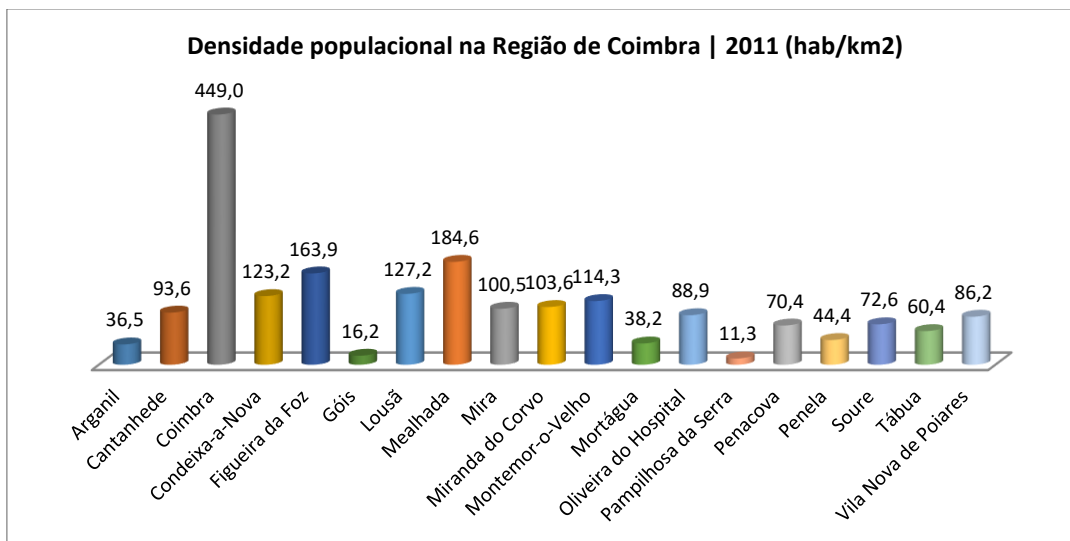


Figura 03 - Densidade populacional na Região de Coimbra, 2011 | Fonte: INE e PORDATA

O território é caracterizado por uma **elevada dispersão populacional** e por **extensas áreas florestais** registando-se alguma disparidade entre freguesias. Apesar da freguesia sede albergar cerca de metade da população do concelho, é a freguesia de Vila Nova do Ceira a mais densamente povoada, com 44,4 hab/km², o que se explica pelo facto de possuir a menor área [20,93 km²], por outro lado, localizada a este do concelho, a União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal é a menos povoada.

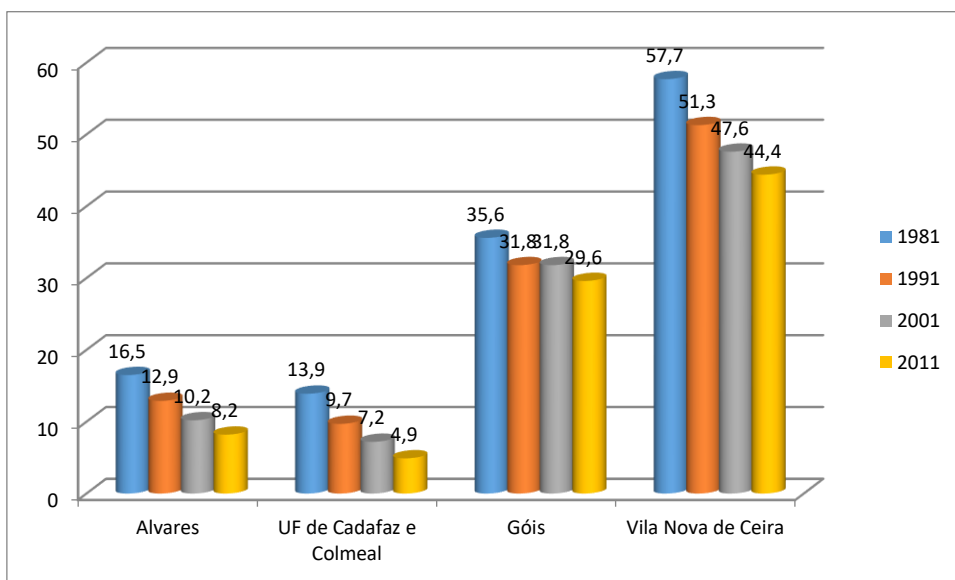


Figura 04 - Densidade populacional por freguesia em 2001 e 2011 | Fonte: INE, Censos

04 - Estrutura da População por Grupos Etários

A análise da estrutura etária da população é um contributo para a identificação das tendências da evolução demográfica importante para a elaboração de previsões demográficas e económicas, isto é, para a definição de estratégias de desenvolvimento municipal.

Da análise comparativa efetuada à estrutura da população do concelho entre 2001 e 2011, verifica-se simultaneamente um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide, refletindo uma população do tipo regressivo, ou seja, uma população mais madura e mais envelhecida [gráfico 5 ao gráfico 7]. Um dos acontecimentos demográficos mais marcantes deste século em Portugal foi a vaga de emigração que, principalmente durante os anos 60, mas no início da década de 70, levou parte importante da população portuguesa a abandonar o país. Verifica-se também uma diminuição acentuada nas classes etária dos 0 aos 14 anos, refletindo-se no estreitamento da base da pirâmide.

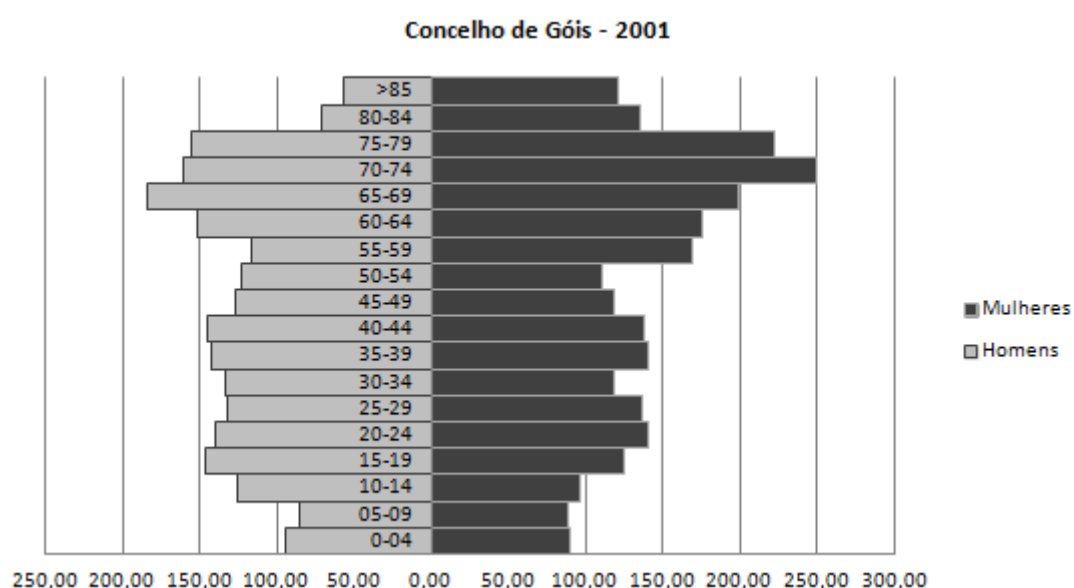


Figura 05 - Pirâmide etária do concelho de Góis, 2001 | Fonte: INE, Censos

Ao observar a pirâmide etária da população em 2001 [Figura 5], verifica-se um quadro de uma população envelhecida, apresentando um agravamento na **diminuição da base da pirâmide** o que demonstra uma baixa taxa de natalidade. O **aumento de efetivos nos escalões etários entre os 60 e 80 anos** poderá ser reflexo do aumento de esperança média de vida, em virtude da melhoria das condições de vida da população, assim como o regresso de emigrantes em idade de reforma.

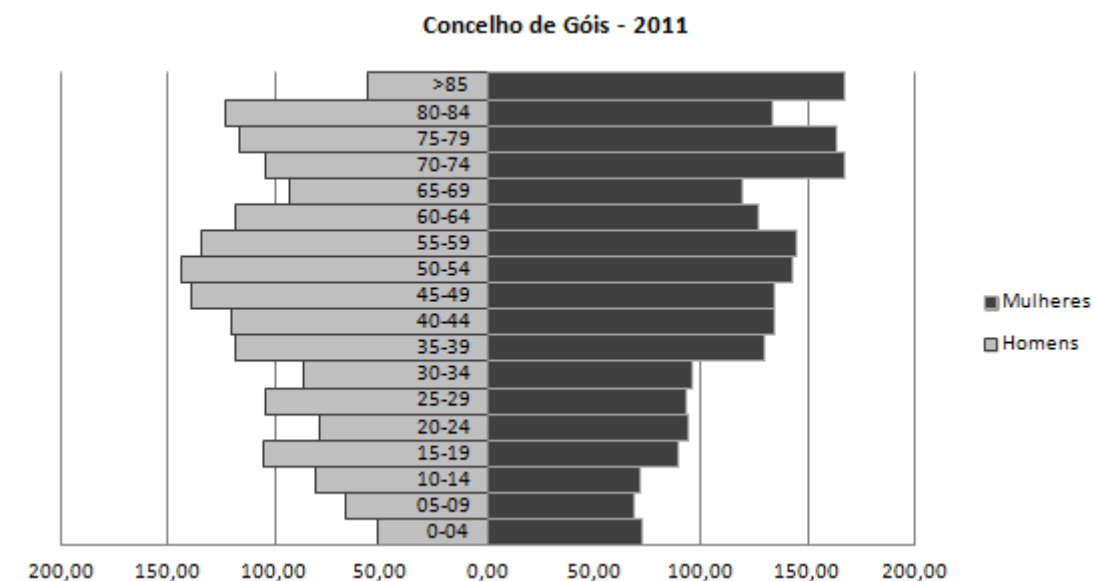


Figura 06 - Pirâmide etária do concelho de Góis, 2011 | Fonte: INE, Censos

Relativamente à pirâmide da estrutura etária de 2011 [Figura 6], o panorama agrava-se com maior intensidade. A população do concelho de Góis está a ficar mais envelhecida. Neste âmbito, torna-se essencial pensar as necessidades de uma população que vai requerer um outro tipo de apoio, quer ao nível dos cuidados de saúde e de apoio domiciliário, quer ao nível dos transportes, para que os serviços cheguem a todas as freguesias do concelho. No que toca a esta faixa da população os investimentos terão que ser mais avultados, dadas as razões de carácter social elencadas. De acordo com dados do INE [2011], [Quadro 6] o grupo etário mais expressivo é o dos 25 aos 64 anos, contabilizando 1989 habitantes, cerca de 47% da população residente do concelho, o qual representa em traços gerais a população ativa do concelho uma vez que é uma classe muito maior que todas as outras. O grupo etário das pessoas com mais de 65 anos representa 34%, contando com 1.450 habitantes do concelho; o grupo etário dos 0 aos 14 anos representa 11% da população [467]; com menor representatividade surge o grupo etário dos 15 aos 24 anos com 8,3% [354 habitantes].

Quadro 06 - Caracterização dos índices em Portugal Continental, Região Coimbra e concelho de Góis | Fonte: INE, Censos

	Góis				Região de Coimbra				Continente			
	2001		2011		2001		2011		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
População residente	4861	100	4260	100	472334	100	460139	100	9869343	100	10047621	100
0-14 anos	580	11,9	467	11,0	66327	14,0	59278	12,9	1557934	15,8	1484120	14,8
15-24 anos	551	11,3	354	8,3	64566	13,7	45527	9,9	1399635	14,2	1079493	10,7
25-64 anos	2175	44,7	1989	46,7	249072	52,7	250604	54,5	5283178	53,5	5546220	55,2
65 e + anos	1555	32,0	1450	34,0	92369	19,6	104730	22,8	1628596	16,5	1937788	19,3
% Índice de Envelhec.	268,1		310,5		139,3		176,7		104,5		130,6	
% Índice de Depend.	78,3		81,8		50,6		55,4		47,7		51,6	
% Índice de dep. jovens	21,3		19,9		21,1		20,0		23,3		22,4	

% Índice de dep. idosos	57,0	61,9	29,5	35,4	24,4	29,2
-------------------------	------	------	------	------	------	------

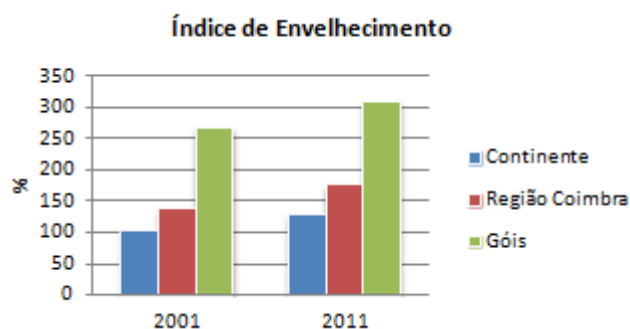


Figura 7 - Índice de envelhecimento para Portugal Continental, Região Coimbra e concelho de Góis, 2001 e 2011 | Fonte: INE, Censos

A análise do índice de envelhecimento [Figura 7] revela a forte tendência para o agravamento deste indicador, situação que tende a aumentar no concelho de Góis, uma vez que apresenta um ritmo de envelhecimento muito acentuado. Tal como aconteceu nos anos anteriores este indicador é sempre superior no concelho de Góis comparativamente à Região de Coimbra e ao Continente. No concelho de Góis, a freguesia que apresenta o valor mais baixo de índice de envelhecimento é a freguesia de Góis [222], contrastando com a União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal que apresenta o valor mais elevado com cerca de 600. Desta forma, entre 2001 e 2011, todas as freguesias do concelho de Góis tiveram um aumento do número de idosos e uma diminuição do número de jovens, tendo acompanhado a dinâmica do concelho. O índice de envelhecimento das freguesias de Góis registaram variações assinaláveis e positivas entre o período 2001 e 2011, o que permite afirmar que o concelho para além de estar a perder população residente encontra-se num **profundo processo de envelhecimento**.

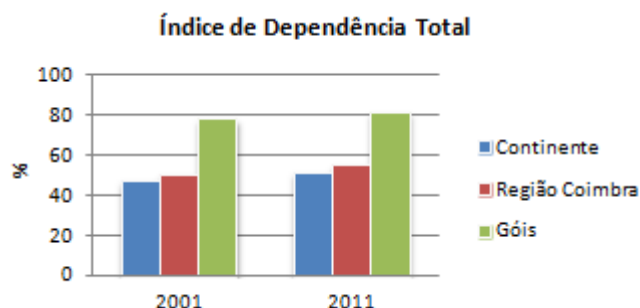


Figura 08 - Índice de dependência para Portugal Continental, Região Coimbra e concelho de Góis, 2001 e 2011 | Fonte: INE, Censos

O índice de dependência total [Figura 8] possibilita determinar a proporção da população que se encontra dependente da população ativa. Nos anos em análise o índice de dependência regista aumentos continuados nas três unidades em estudo. Este aumento deve-se não só ao aumento do índice de longevidade, mas também à diminuição da taxa de natalidade, sendo que estamos perante um concelho sem capacidade de regeneração social.

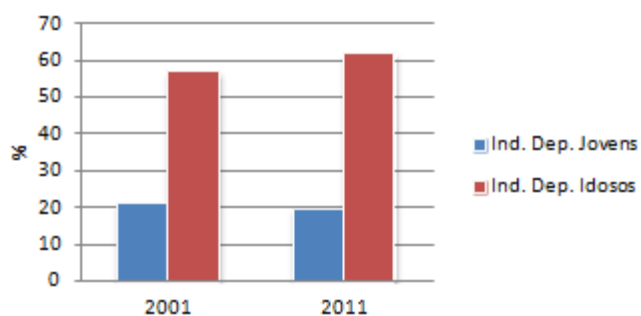


Figura 09 - Índice de dependência de jovens e idosos para o Concelho de Góis, 2001 e 2011 | Fonte: INE, Censos

Relativamente ao concelho de Góis, no decénio entre 2001 - 2011, o índice de dependência de jovens [Figura 9] diminuiu ligeiramente, enquanto que o índice de dependência de idosos aumentou lentamente. Este quadro era expectável, por um lado pelo aumento da esperança de vida e do aumento dos efetivos nos escalões etários superiores, por outro pela diminuição das taxas de natalidade. Uma vez que as taxas de dependência de idosos são elevadas, será fundamental desenvolver no concelho serviços e equipamentos de apoio à população idosa, bem como criar medidas atrativas à população jovem.

05 - Nível de instrução da população

Na sociedade de conhecimento em que hoje nos inserimos, cada vez mais é confirmada a importância da qualificação da população no quadro de desenvolvimento do local onde se inserem. Neste contexto, a qualificação da mão-de-obra residente torna-se um dos fatores preferenciais para a localização das empresas e potencialmente um fator estratégico decisivo para o desenvolvimento social e económico. O nível de instrução concelhio pode ser medido através dos níveis de qualificação académica e das taxas de analfabetismo.

Analisando os níveis de escolaridade [Quadro 7], conclui-se que a maioria da população residente possui o **ensino básico [62%]**, sendo que neste universo 35% frequentou até ao 1º ciclo de ensino básico [1.335 indivíduos], refletindo um reduzido grau de instrução.

De notar que ainda há um número significativo de população sem qualquer nível de escolaridade completo [830 indivíduos]. As principais causas de abandono escolar são o rendimento escolar baixo e a emigração da família dos alunos. Quanto aos restantes níveis de ensino apenas 10% terminou o secundário e **4,7%** da população concelhia possui o **ensino superior** [182 indivíduos].

Quadro 07 - Nível de escolaridade completo para Góis, Região de Coimbra e Região Centro, 2011 | Fonte: INE, Censos 2011

Unidade geográfica	Total	Sem nível	Ensino Básico			Secundário	Médio	Superior
			1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo			
Centro	2008497	253276	590388	242072	369992	290871	18427	243471
		12,6	29,4	12,1	18,4	14,5	0,9	12,1
			59,9					
Região de Coimbra	400861	48729	111618	43127	71964	59644	3593	62186
		12,2	27,8	10,8	18,0	14,9	0,9	15,5
			56,6					
Góis	3793	830	1335	368	660	393	25	182
		21,9	35,2	9,7	17,4	10,4	0,7	4,8
			62,3					

Considerando a **taxa de analfabetismo** [Quadro 8] atingida pelos concelhos da Região de Coimbra, Góis apresenta um elevado peso [**10,3%**], - não obstante ser menor do que em 2001, que representava 17,6% da população -, apenas ultrapassado pelo município de Pampilhosa da Serra [15,9%]. Em termos gerais a taxa de analfabetismo no município de Góis diminuiu no decénio 2001-2011. Ao nível intraconcelhio registaram-se diminuições consideráveis nas freguesias de Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira.

Sendo que o município de Góis é um território bastante condicionado por constrangimentos físicos, a estrutura do povoamento associa-se, entre outras, a localizações preferenciais em função da proximidade da rede viária, é o caso das freguesias referidas anteriormente cujo desenvolvimento associou-se às vias distribuidoras principais – EN342, EN2, EN344 – daí a diminuição das taxas de analfabetismo e o aumento dos níveis de instrução.

Quadro 08 - Taxa de analfabetismo da população para Góis, Região Coimbra, Centro e Continente, 2001 e 2011 (%) | Fonte: INE, Censos

Unidade geográfica		2001	2011
		%	%
Continente		9	5,2
Centro		11	6,4
Região Coimbra		10,0	5,9
Góis		17,6	10,3
Alvares		30,1	18,0
Cadafaz	UF	9,3	7,1
Colmeal		27,2	22,2
Góis		12,3	6,6
Vila Nova do Ceira		17,2	10,9

06 - Evolução dos comportamentos demográficos

A dinâmica populacional resulta essencialmente de dois saldos: o saldo natural [Natalidade-Mortalidade] e saldo migratório [Imigração-Emigração].

Analisando em primeiro lugar o saldo natural deparamo-nos com uma tendência de oscilação, não obstante, variar sempre em valores negativos. No ano de 2010 o valor cifrava-se em -78 indivíduos, para aumentar, no ano de 2015, para -42 indivíduos e, finalmente, atingir -59 em 2016.

Quadro 09 - Saldos populacionais no concelho de Góis, 2010 - 2016 | Fonte: INE, PORDATA

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Saldo total	-82,0	-85,0	-67,0	-41,0	-63,0	-31,0	-49,0
Saldo natural	-78	-84	-70	-44	-56	-42	-59
Saldo migratório	-4	-1	3	3	-7	11	10

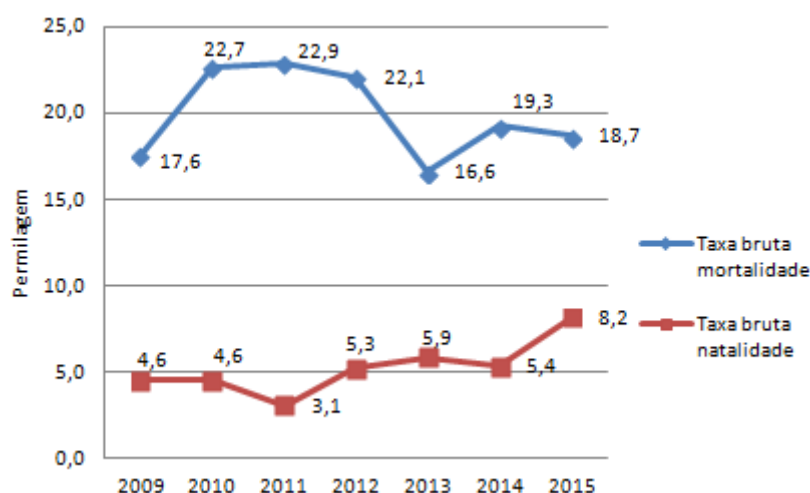


Figura 10 - Taxas de natalidade e mortalidade no concelho de Góis | Fonte: INE

Desde 2011 o número de nascimentos no concelho tem vindo a aumentar ligeiramente. Este aumento torna-se mais relevante se considerarmos que a taxa de natalidade média anual [o número médio de nascimentos por cada 1000 habitantes/ano] aumentou de 3,1‰, em 2011, para 5,9‰, em 2013 e finalmente de 8,2‰ em 2015. No entanto, o crescimento da taxa de natalidade não é suficiente para equilibrar o decréscimo do número de óbitos registados no concelho no mesmo período de tempo, uma vez que este indicador continua a suplantir o número de nascimento. Neste sentido, conclui-se que a diminuição do saldo natural resulta primordialmente de uma redução significativa dos nascimentos no concelho durante o período 2009-2015.

O saldo migratório que, a partir de 2012 tem oscilado entre valores positivos e negativos, contribuiu para o agravamento das taxas negativas. No entanto, a análise da informação evidencia uma forte contribuição do saldo natural para a evolução decrescente da população.

07 - Projeções demográficas

Conhecer as tendências de evolução demográfica é importante para sustentar o processo de desenvolvimento municipal e programar a diferenciação e implementação das políticas públicas. Como tal é fundamental perspetivar a população de forma a adequar/apontar as principais debilidades das diferentes estruturas face ao desenvolvimento demográfico esperado, quer no que se refere à construção de novos equipamentos e infraestruturas, quer como instrumento central da definição de estratégias de criação de emprego e de desenvolvimento socioeconómico do município.

Quadro 10 - Projeções demográficas para 2030 | Fonte: INE, Censos

Unidade geográfica	População residente				Variação %			
	1991	2001	2011	Pn = 2030	91-01	01-11	11-30	91-30
Alvares	1279	1007	812	356	-21,3	-19,4	-56,2	-72,2
UF de Cadafaz e Colmeal	689	512	348	22	-25,7	-32,0	-93,7	-96,8
Góis	2330	2345	2171	2052	0,6	-7,4	-5,5	-11,9
Vila Nova de Ceira	1074	997	929	790	-7,2	-6,8	-15,0	-26,4
Município	5372	4861	4260	3219	-9,5	-12,4	-24,4	-40,1

A leitura do quadro 10 permite concluir que é previsível que o município de Góis venha a registar um **decrécimo populacional** na ordem dos 1.041 habitantes, no período de 20 anos, sendo por isso previsível que em 2030 a população residente ronde os 3.200 habitantes. Regista-se uma tendência de regressão demográfica que importa ter em atenção para proceder à programação de políticas públicas que invertam este cenário.

08 - Síntese

O Concelho de Góis tem **4.260 habitantes** [2011, INE], correspondendo a uma diminuição de **-12,4%** em relação a 2001, residentes nas 4 freguesias: Alvares, Góis, União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal e Vila Nova do Ceira.

A **densidade populacional é baixa** [**16,1 km²/hab**, 2011], evidenciando uma elevada dispersão populacional. Ao nível das freguesias existe alguma disparidade, sendo a União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal a menos povoada e a freguesia de Vila Nova do Ceira a mais densamente povoada pelo facto de possuir a menor superfície territorial [20,93 km²].

Nas freguesias de Alvares e União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal destaca-se maioritariamente a população idosa com idade igual ou superior a 65 anos, contrapondo com as freguesias de Góis e Vila Nova do Ceira, onde os adultos jovens com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos apresentam um valor mais expressivo. A nível concelhio é também o grupo etário dos 25 – 64 anos o mais representativo [47%] e a população dos 15 – 24 anos a menos expressiva [8,3%], resultados de 2011. Atualmente, o concelho de Góis exhibe características demográficas similares a outros territórios interiores do país, ao assistir a um decréscimo populacional acentuado associado ao envelhecimento da população.

O Índice de Dependência Total [82], o Índice de Dependência de Idosos [62] e o Índice de Envelhecimento [310] do concelho de Góis é superior aos da Região Centro e da Região de Coimbra, contrariamente ao que acontece com o Índice de Dependência Jovem [20] que no concelho de Góis é inferior às duas outras regiões em análise. Estes índices traduzem assim a dinâmica de **envelhecimento populacional acentuado**.

A Taxa de Natalidade aumentou nos últimos anos tendo passado de 3,1% em 2011 para 8,2% em 2015 e a de Mortalidade é de 18,7‰ tendo diminuído face a 2011. As principais tendências de decréscimo demográfico no concelho de Góis são explicadas pelo **saldo de crescimento natural**, que nos últimos anos tem sido **negativo**, ou seja, o número de óbitos tem superado consistentemente o número de nascimentos no município.

Os níveis de escolaridade são considerados baixos, uma vez que 62% da população residente possui o ensino básico, correspondendo a 2.363 habitantes. Salienta-se que existe ainda um número significativo de habitantes sem qualquer nível de escolaridade completo [830 indivíduos].

Capítulo 02 - **Habitação**

| 01 - **Introdução**

A habitação surge como uma componente essencial na forma urbana das expansões construtivas em territórios municipais. O fim das dicotomias urbano/rural, centro/periferia, teve como principal causa a expansão da construção para fora daqueles que anteriormente seriam os limites identificáveis da cidade e a habitação é o que domina essa transformação.

As frágeis iniciativas públicas no setor com os consideráveis investimentos privados na construção da habitação, a par do esquecimento do parque habitacional devoluto, manifestaram-se num desfasamento entre os padrões da oferta e da procura com evidentes consequências económicas, sociais e territoriais.

Serve o presente estudo de suporte, de fundamentação e orientação para a definição de uma política para o setor da habitação no concelho de Góis.

Elaboraram-se um conjunto de estudos e de perguntas, que visam a fundamentação das Orientações/Propostas do Plano Diretor Municipal neste âmbito setorial. Efetuou-se, para tal, a análise do parque habitacional concelhio, com o intuito de encontrar quais as suas carências qualitativas e quantitativas.

Na análise e caracterização do parque habitacional utilizaram-se dados qualitativos e quantitativos tendo como fonte de referência dados estatísticos disponíveis, quer no sítio do INE, referentes aos anos de 1991 e 2001, dos dados do XV Recenseamento Geral da População – Censos 2011, bem como do PORDATA.

02 - Caracterização do parque habitacional

A avaliação da situação do parque habitacional do concelho de Góis pretende elaborar uma breve caracterização do mesmo, com a finalidade de melhor conhecer as necessidades e potencialidades existentes no concelho no setor permitindo, assim, a possibilidade de definir quais as prioridades de atuação num desenho de medidas que visem a melhoria da qualidade de vida da população.

A taxa de evolução populacional no concelho de Góis sempre se ditou por um padrão irregular, registando taxas de evolução demográfica negativa a partir da década de 1940. Esta evolução demográfica decrescente manifestou-se com particular intensidade na última década censitária [2001-2011] com -12,4%. A esta dinâmica de decréscimo demográfico está associada uma diminuição do número de famílias [quadro 11], verificando-se, no entanto, que o decréscimo do número de famílias tem sido, em termos relativos, inferior ao da população.

Quadro 11 - Evolução e variação do número de famílias no concelho e freguesias | Fonte: INE, Censos

Unidade geográfica	Famílias			Variação (%)		
	1991	2001	2011	91-01	01-11	91-11
Concelho	2095	1934	1787	-7,7	-7,6	-14,7
Alvares	556	449	351	-19,2	-21,8	-36,9
UF Cadafaz e Colmeal	308	243	189	-21,1	-22,2	-38,6
Góis	825	856	857	3,8	0,1	3,9
Vila Nova do Ceira	406	386	390	-4,9	1,0	-3,9

Na última década [2001-2011] ocorreu a tendência para o decréscimo continuado do número de famílias [-7,6%]. Ao nível das freguesias, Góis foi a única a apresentar um aumento no período 1991-2001, no entanto, na última década [2001-2011] verifica-se uma tendência para a estagnação, ao contrário da freguesia de Vila Nova do Ceira que inverteu o quadro de diminuição registado na década anterior [1991-2001].

A diminuição do número de famílias nas últimas décadas está associada ao decréscimo das famílias clássicas [Quadro 12] com “2 pessoas” e “4 ou mais pessoas”. No período 2001-2011 verificou-se um aumento das famílias clássicas com “3 pessoas” [3,6%] seguindo-se um acréscimo das famílias compostas por “1 pessoa” [2,5%]. Há uma tendência evidente para a diminuição da dimensão média do agregado familiar.

Quadro 12 - Famílias clássicas e dimensão, 2011 | Fonte: INE, Censos

		Famílias clássicas					
		Total	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 ou mais pessoas
2001	Nº	1934	481	707	335	276	135
	%	100	25	37	17	14	7
2011	Nº	1787	493	655	347	230	62
	%	100	28	37	19	13	3
Var. 01-11		-7,6	2,5	-7,4	3,6	-16,7	-54,1

A leitura dos dados apresentados no Quadro 13 evidencia claramente a presença de um concelho que se caracteriza por uma tipologia predominantemente unifamiliar, dada a relação existente entre o número de alojamentos e o número de edifícios ser de 1,05; o facto do valor da densidade construtiva ser próximo do valor da densidade de alojamentos corrobora esta característica do parque habitacional concelhio. A dimensão média das famílias é baixa, rondando os 2 indivíduos por agregado familiar. O indicador “famílias por alojamento” de 0,46 [sendo também inferior a 1 em todas as freguesias] demonstra que não existem casos de sobrelotação. Neste sentido é possível afirmar que o parque habitacional existente no concelho de Góis satisfaz as necessidades quantitativas existentes.

Quadro 13 - Características gerais do parque habitacional do concelho de Góis, 2011 | Fonte: INE, Censos

Unidade Geográfica	População	Famílias	Edifícios	Alojamentos	Área (Km ²)	Hab/Fam	Fam/Aloj	Aloj/Edif	Densidade Construtiva	Densidade Alojamento
Concelho	4260	1787	4934	5165	91,29	2,38	0,35	1,05	18,8	19,6
Alvares	812	351	1662	1673	29,54	2,31	0,21	1,01	16,8	17,0
UF Cadafaz e Colmeal	348	189	862	876	32,34	1,84	0,22	1,02	12,2	12,4
Góis	2171	857	1624	1811	22,63	2,53	0,47	1,12	22,2	24,7
Vila Nova do Ceira	929	390	786	805	6,78	2,38	0,48	1,02	37,6	38,5

Quadro 14 - Características gerais do parque habitacional do concelho de Góis, 2001 | Fonte: INE, Censos

Unidade Geográfica	População	Famílias	Edifícios	Alojamentos	Hab/Fam	Fam/Aloj	Aloj/Edif	Densidade Construtiva	Densidade Alojamento
Concelho	4861	1934	4252	4416	2,51	0,44	1,04	16,2	16,8
Alvares	1007	449	1352	1376	2,24	0,33	1,02	13,7	13,9
UF Cadafaz e Colmeal	512	243	750	761	2,11	0,32	1,01	10,6	10,7
Góis	2345	856	1440	1560	2,74	0,55	1,08	19,6	21,3
Vila Nova do Ceira	997	386	710	719	2,58	0,54	1,01	34,0	34,4

Particularizando as diferenças de cada uma das freguesias do concelho de Góis, pode enunciar-se o seguinte:

- Góis [Sede de concelho] e Alvares são as freguesias que registam um maior número de edifícios e alojamentos, sendo este último valor bastante próximo ao número de edifícios, o que indica a existência de tipologias multifamiliares nestas freguesias;
- Vila Nova do Ceira é a freguesia que apresenta a maior densidade construtiva e de alojamentos, que se explica pelo facto de possuir a menor área [20,93 km²];
- As menores densidades construtivas e de alojamentos verificam-se na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal [freguesia montanhosa].

A análise evolutiva dos principais indicadores do quadro habitacional concelhio evidencia o seguinte:

- A dimensão média familiar no concelho de Góis sofreu uma diminuição, o que corrobora o facto de que as famílias de maior dimensão têm vindo a perder expressão. No ano de 2001, a dimensão média da família no concelho era de 2,5 indivíduos por agregado familiar, diminuindo em 2011 para 2,3 indivíduos por agregado familiar.

- O indicador “número de famílias por alojamento” assistiu a uma diminuição, sendo que o número de alojamentos continua a ser superior ao número de famílias. Este facto relaciona-se, quer com o processo de nuclearização, quer com a constituição de agregados familiares de menores dimensões.
- Relativamente ao indicador “alojamentos por edifício” não obstante, o ligeiro aumento da tipologia multifamiliar na freguesia de Góis, a leitura da tabela permite concluir que o concelho continua a demonstrar características de uma ocupação predominantemente unifamiliar.
- As densidades construtivas e de alojamentos aumentaram. As freguesias que mais contribuíram para o aumento das densidades foram Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira.

03 - Caracterização dos edifícios

A evolução do edificado [quadro 15] nas últimas décadas regista um crescimento relativo positivo, embora o maior aumento se tenha verificado no último período censitário, 2001-2011, com cerca de 16%. Ao nível das freguesias destaca-se Alvares como a que mais contribuiu para o aumento registado no período censitário 2001-2011, com cerca de 23%, retrato muito diferente do registado no decénio anterior, 1991-2001 em que esta freguesia foi a que registou a maior quebra e a União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal registou a variação mais elevada.

Quadro 15 - Total de edifícios nas freguesias do concelho - 1991, 2001 e 2011 | Fonte: INE, Censos

Unidade Geográfica	Edifícios			Var %	
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011
Concelho	4094	4252	4934	3,9	16,0
Alvares	1539	1352	1662	-12,2	22,9
UF Cadafaz e Colmeal	647	750	862	15,9	14,9
Góis	1291	1440	1624	11,5	12,8
Vila Nova do Ceira	617	710	786	15,1	10,7

Os dados do quadro 16 revelam que 98% [4.812 edifícios] dos edifícios no concelho têm uma utilização exclusivamente residencial. Contudo, o uso parcialmente residencial surge com alguma expressão na freguesia de Vila Nova do Ceira.

Quadro 16 - Edifícios segundo o tipo de utilização por freguesia, 2011 | Fonte: INE, Censos

Unidade Geográfica	Total	Principalmente residenciais				Principal/ não residencial	%
		Exclusiva/ residenciais	%	Parcial/ residencial	%		
Concelho	4934	4812	98	92	2	30	1
Alvares	1662	1643	99	11	1	8	0
UF Cadafaz e Colmeal	382	371	97	7	2	4	1
Góis	480	478	100	2	0	0	0
Vila Nova do Ceira	1624	1568	97	42	3	14	1

No município de Góis a tipologia predominante é a unifamiliar, tratando-se de um território de características predominantemente rurais. A constatação é corroborada pelo indicador “número de alojamentos por edifício” [quadro 17], que reforça a característica do parque habitacional de predomínio da tipologia unifamiliar que caracteriza o território concelhio. No entanto, há uma dezena de edifícios localizados na freguesia de Góis - Sede de concelho - de tipologia multifamiliar [2 a 6 alojamentos].

No concelho de Góis a ocupação do território foi-se organizando ao longo dos eixos viários, consequência do relevo montanhoso, o que conduziu a um povoamento disperso. Predomina a função habitacional de tipologia unifamiliar isolada com uma matriz fundiária compartimentada à face dos arruamentos - crescimento linear.

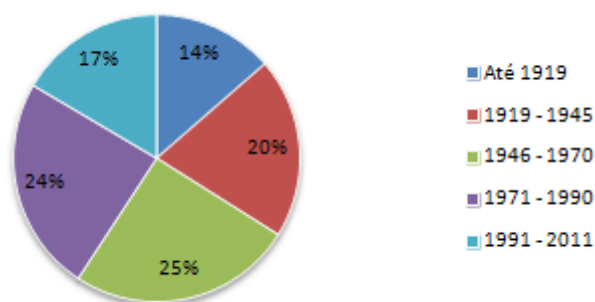
Quadro 17 - Número de alojamentos por edifício no concelho, em 2011 | Fonte: INE, Censos

Unidade geográfica	Edifícios Total	Número de alojamentos							
		Com 1	%	Com 2 a 6	%	Com 7 a 12	%	Com 13 ou mais	%
Concelho	4934	4822	98	103	2	8	0	1	0
Alvares	1662	1650	99	12	1	0	0	0	0
UF Cadafaz e Colmeal	862	849	98	13	2	0	0	0	0
Góis	1624	1553	96	62	4	8	0	1	0
Vila Nova do Ceira	786	770	98	16	2	0	0	0	0

A partir da análise da evolução da dinâmica construtiva ao longo dos anos é possível concluir que o parque habitacional concelhio é um envelhecido, sendo que 49% dos edifícios existentes no concelho foram construídos entre 1946 e 1990, foi no período de 1971 a 1990 que se construiu o maior número de edifícios por ano. Esta situação é elucidativa do estado em que o parque habitacional se apresenta. Atendendo a este facto, a política habitacional merece uma reflexão, sobre o tipo de intervenções a fazer no edificado, quais as formas de o fazer e com que prioridades.

Quadro 18 - Estrutura etária dos edifícios e evolução do ritmo de construção, para o concelho entre 1919 e 2011 | Fonte: INE, Censos

	Nº de Edifícios	Nº médio de edifícios construídos por ano
Antes de 1919	671	--
Entre 1919 e 1945	1003	38,6
Entre 1946 e 1970	1249	52,0
Entre 1971 e 1990	1195	59,8
Entre 1991 e 2011	816	40,8
Total	4934	53,6



Quadro 19 - Estrutura etária dos edifícios, por freguesia, entre 1919 e 2011 | Fonte: INE, Censos

Unidade geográfica	Total	Até 1919	1919 - 1945	1946 - 1970	1971 - 1990	1991 - 2011
Góis	4934	671	1003	1249	1195	816
Alvares	1662	63	369	571	431	228
UF Cadafaz e Colmeal	862	86	231	176	254	115
Góis	1624	357	259	299	373	336
Vila Nova de Ceira	786	165	144	203	137	137

Relacionado o estado de conservação do edificado do concelho de Góis com a época de construção, constata-se que para o período relativo aos edifícios construídos antes de 1960, 55% estão com necessidades de reparação, 7% estão muito degradados e 38% não têm necessidade de reparação. No que respeita ao período entre 1961 e 1980, o concelho regista um aumento no que respeita aos edifícios sem necessidade de reparação [42%] e uma diminuição no que se refere aos que têm necessidade de reparação [36%], sendo que apenas 1% do edificado se encontra num estado muito degradado. Depois de 1980, existem 93% de edifícios sem necessidade de reparação, 7% com necessidade de reparação e nenhum edifício considerado no estado muito degradado.

Ao nível da freguesia, Colmeal [75%] é a que regista valores mais elevados no que se refere aos edifícios construídos antes de 1960. Entre o período de 1961 a 1980, Cadafaz [47%] e Colmeal [47%] detêm mais edifícios construídos nesta série com necessidade de reparação. Depois de 1980, as freguesias de Cadafaz [19%], Góis [18%] e Vila Nova do Ceira [18%] são as que possuem valores mais altos de edifícios com necessidade de reparação. No que se refere aos edifícios muito degradados e para as grandes épocas de construção em análise, as freguesias de Colmeal, Góis e Vila Nova do Ceira são aquelas onde os valores se apresentam mais elevados, sendo portanto as que apresentam maior fragilidade aquando de situações de risco, [Quadro 20].

Quadro 20 - Edifícios, segundo as grandes épocas de construção, por estado de conservação, no concelho de Góis, 2011
| Fonte: INE, Censos

Fonte: INE, Censos

Unidade geográfica		Antes de 1960				1961-1980				Depois de 1980			
		Total	SNR	CNR	MD	Total	SNR	CNR	MD	Total	SNR	CNR	MD
Concelho		2340	48	44	8	1216	75	24	1	1378	91	8	1
Alvares		719	38	53	9	539	72	28	0	404	92	8	0
Cadafaz	UF	144	38	36	26	65	65	26	9	173	80	16	4
Colmeal		286	49	40	12	86	72	27	1	108	86	13	1
Góis		770	62	32	6	366	85	15	0	488	94	6	0
Vila Nova de Ceira		421	39	59	2	160	74	26	0	205	94	6	0

SNR - sem necessidades de reparação; CNR - com necessidades de reparação; MD - muito degradado

04 - Caracterização dos alojamentos

A evolução dos alojamentos [Quadro 21] registou um comportamento semelhante ao verificado na evolução dos edifícios, com um crescimento nas décadas em análise. Sendo que, no último período censitário [2001-2011] evidenciou-se, igualmente, um crescimento acentuado [17%]. As freguesias de Alvares e Góis foram as que mais contribuíram para o crescimento na década 2001-2011. A freguesia de Alvares contraria a década anterior com o maior aumento registado por freguesia.

Quadro 21 - Total de alojamentos nas freguesias do concelho - 1991, 2001 e 2011 | Fonte: INE, Censos

Unidade Geográfica	Alojamentos			Var %	
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011
Concelho	4170	4421	5176	6,0	17,1
Alvares	1547	1377	1676	-11,0	21,7
UF Cadafaz e Colmeal	651	761	876	16,9	15,1
Góis	1329	1563	1816	17,6	16,2
Vila Nova de Ceira	643	720	808	12,0	12,2

Relativamente ao tipo de alojamento [Quadro 22] sobressaem os alojamentos familiares clássicos nos anos em análise. Segundo os dados dos Censos de 2011, existiam 5.168 alojamentos familiares, sendo que a sua totalidade constituíam alojamentos familiares clássicos. Quando analisadas as variações por períodos censitários constata-se que os alojamentos familiares clássicos aumentaram 17%. De salientar, ainda, a pouca expressão dos alojamentos familiares não clássicos e coletivos, não obstante o seu aumento relativo.

Quadro 22 - Tipo de alojamento | Fonte: INE, Censos

		Alojamentos familiares			Coletivos
		Total	Clássicos	Não Clássicos	
2001	Nº	4417	4416	1	4
	%	100	100	0	0
2011	Nº	5168	5165	3	8
	%	100	100	0	0
Var. 01-11		17,0	17,0	200,0	100,0

Analisando os alojamentos de acordo com a sua tipologia [quadro 23 e Quadro 24] verifica-se que em 2011, 34% dos alojamentos [1.779] são ocupados como residência habitual, 12% estão vagos e 53% são destinados a segunda habitação. No cômputo geral houve uma tendência para uma diminuição dos alojamentos familiares de residência habitual [-7,8%] e o aumento quer dos alojamentos destinados à segunda habitação [20,7%], bem dos alojamentos vagos.

Quadro 23 - Alojamento por tipo de ocupação | Fonte: INE, Censos

		Total	Residência habitual	Uso sazonal ou secundário	Vagos
2001	Nº	4416	1929	2278	209
	%	100	44	52	5
2011	Nº	5165	1779	2750	636
	%	100	34	53	12
Var. 01-11		17,0	-7,8	20,7	204,3

No que respeita aos alojamentos familiares de residência habitual, as freguesias de Góis e Vila Nova do Ceira são as que apresentam valores mais elevados com 54% e 53%, respetivamente. Pelo contrário a freguesia de Alvares [25%] e a União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal [23%] são aquelas onde a tipologia de alojamento de residência habitual é menor.

Quanto aos alojamentos familiares de uso sazonal ou secundário, pode constatar-se que esta tipologia é dominante na freguesia de Alvares e na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, conferindo a estas freguesias um comportamento mais flutuante e sazonal da população que reside nestes alojamentos.

Quadro 24 - Alojamento por tipo de ocupação, 2011 | Fonte: INE, Censos

Unidade Geográfica	Total	Residência habitual		Uso sazonal ou residência secundária		Alojamentos vagos	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Góis	5165	1779	34	2750	53	636	12
Alvares	1673	350	21	1032	62	291	17
Cadafaz	382	97	25	243	64	42	11
Colmeal	494	92	19	396	80	6	1
UF Cadafaz e Colmeal	876	189	22	639	73	48	5
Góis	1811	852	47	728	40	231	13
Vila Nova do Ceira	805	388	48	351	44	66	8

Os alojamentos familiares vagos são dominantes nas freguesias de Alvares [17%] e Góis [13%]. Nestes casos os altos valores registados de alojamentos familiares vagos dão a indicação que se tratam de freguesias mais urbanas, edificadas e com uma mistura maior de tipologia de alojamentos. Os altos valores de alojamentos familiares vagos poderão também dar a indicação que os mesmos são devolutos, construídos em épocas mais antigas estando o seu estado de conservação mais vulnerável.

O índice de lotação do alojamento [Quadro 25] indica do número de divisões a mais ou em falta em relação ao número de residentes no alojamento. Deste modo, a leitura da tabela evidencia que a maioria dos alojamentos estão sublotados, correspondendo a 81% do total de 1.779 alojamentos familiares clássicos. Apenas 14% dos alojamentos apresentam uma lotação normal e 5% dos alojamentos estão sobrelotados.

Quadro 25 - Índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, para o concelho em 2011 | Fonte: INE, Censos

Índice de lotação								
Góis	Total	Alojamentos Sublotados			Normal	Alojamentos Superlotados		
		Nº de Divisões Excedentes				Nº de Divisões em Falta		
		3 divisões ou +	2 divisões	1 divisão		1 divisão	2 divisões	3 divisões ou +
Nº	1779	479	477	479	254	80	7	3
%	100	81			14	5		

A análise do indicador alojamento por proprietário [Quadro 26] permite concluir que a maioria dos alojamentos familiares tem o proprietário como ocupante [88%], existindo um nicho de mercado de arrendamento muito reduzido que abarca apenas 6% dos alojamentos. Tendo em consideração os valores de cada freguesia, refira-se que o mercado de arrendamento se encontra particularmente concentrado na freguesia de Góis [onde se encontra localizada também a maioria do parque habitacional de tipologia multifamiliar concelhio].

Quadro 26 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) e Regime de ocupação | Fonte: INE, Censos

Unidade Geográfica	Total	Proprietário ou coproprietário	%	Proprietário em regime de propriedade coletiva	%	Arrendatário ou subarrendatário	%	Outra situação	%
Concelho	1779	1560	88	10	1	106	6	103	6
Alvares	350	318	91	1	0	13	4	18	5
UF Cadafaz e Colmeal	189	175	93	0	0	3	2	11	6
Góis	852	721	85	5	1	77	9	49	6
Vila Nova de Ceira	388	346	89	4	1	13	3	25	6

No ano de 2001, 93% das famílias no concelho de Góis, residia em habitação própria e apenas 5% residia em habitação arrendada. Esta tendência manteve-se em 2011, embora a percentagem de famílias a residir em casa própria tenha diminuído [88%] e a percentagem de famílias a residir em casa arrendada tenha aumentado [6%].

05 - Síntese

O concelho de Góis tem **1.787 famílias** [INE, **2011**], correspondendo a uma diminuição de - **7,6%** em relação ao ano de 2001. A **dimensão média** das famílias é baixa, rondando os **2 indivíduos**.

Em 2011 o concelho de Góis regista um crescimento de **16%** no número de **edifícios** no período censitário 2001-2011, passando de 4.252 no ano de 2001, para **4.934** no ano de **2011**. A maioria dos edifícios [**98%**] tem **utilização exclusivamente residencial**.

O **parque habitacional é envelhecido**, sendo que 49% do edificado foi construído no período antes de 1946 até 1990, no entanto foi no período de 1971 a 1990 que se construiu o maior número de edifícios por ano. É na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal que se registam mais edifícios construídos anteriores a 1980 com necessidades de reparação.

Em 2011 existiam no concelho de Góis **5.168 alojamentos familiares**, representando um aumento de **17%** em relação ao ano de 2001. No parque habitacional do concelho de Góis os alojamentos destinam-se fundamentalmente à **segunda habitação** [**53%**, INE, **2011**]. A maioria dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual têm o proprietário como ocupante [**88%**], sendo que o mercado de arrendamento se encontra particularmente concentrado na freguesia de Góis, onde se encontra também localizada a maioria do parque habitacional de tipologia multifamiliar.

O concelho de Góis possui características de uma **ocupação predominantemente unifamiliar**, tratando-se de um território com características rurais.

A freguesia de Vila Nova do Ceira apresenta a maior densidade construtiva e densidade de alojamento dado ao facto de possuir a menor superfície [20,93 km²]. Por outro lado, as menores densidades construtivas e de alojamentos localizam-se nas áreas montanhosas no concelho - União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal.

Capítulo 03 - **Economia**

01 - **Caraterização Geral**

Marcado por uma geografia própria muito acidentada e por uma dimensão essencialmente microregional e local, a vida social e económica do município de Góis cruza-se com a forma de implantação e desenvolvimento dos aglomerados tradicionais existentes, apresentando o território formas de povoamento disperso, como o atestam as 190 povoações existentes distribuídas pelas suas quatro freguesias: Alvares, Góis, Vila Nova do Ceira e União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal.

A economia do concelho conheceu, ao longo dos tempos, diversas atividades que foram surgindo ao sabor das conjunturas históricas: o aproveitamento da neve natural da Serra da Neve, que era guardada em poços, no já longínquo período monárquico; a exploração mineira [volfrâmio, estanho e ouro], com destaque para os períodos de ocupação romana da 2ª Guerra Mundial; o fabrico de papel, pela Companhia de Papel de Góis, a maior empresa de que há memória no concelho, fundada em 1912 e encerrada em 1992.

Atualmente, o tecido económico do concelho apresenta fragilidades, consequência da própria interioridade que o caracteriza, mas também pelos escassos investimentos que se têm verificado, sendo que, consequentemente, a fixação de indústrias não tem grande expressão.

O modelo industrial é maioritariamente tradicional, pouco evoluído tecnologicamente e com fraco nível de competitividade, o concelho de Góis possui cinco Polos Industriais localizados nas freguesias de Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira. Neste âmbito, os setores da madeira, alumínio e o setor social absorvem a maior fatia de mão-de-obra. Dispersos pelo concelho têm igualmente alguma dimensão, os setores dos mármore e da pecuária. A exploração florestal, de grande importância no concelho, assume um modelo de exploração tipicamente familiar, registando-se a existência de pequenas empresas. As indústrias transformadoras representam 26% [INE, 2015] do tecido empresarial do concelho.

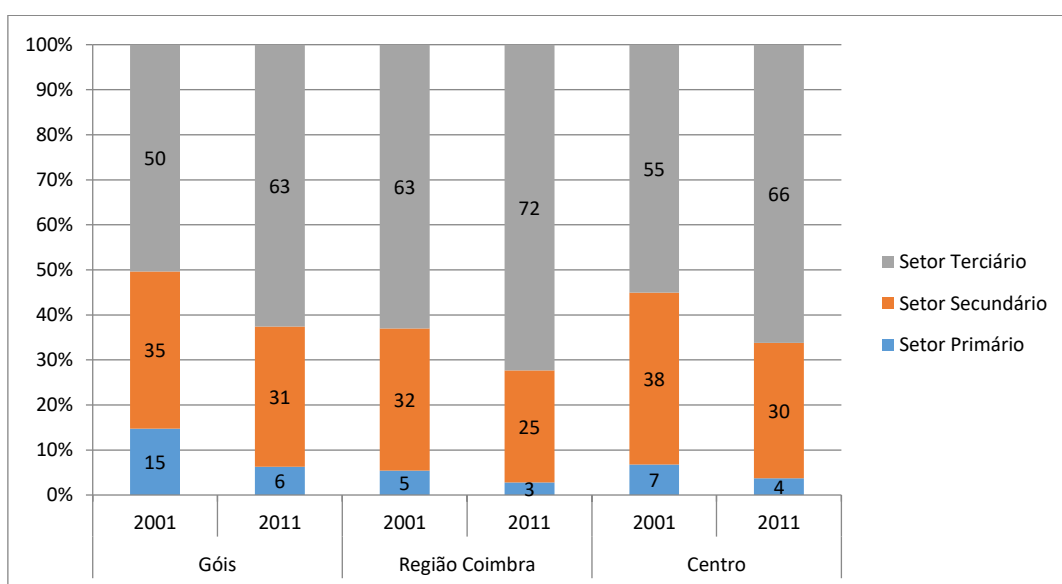


Figura 11 - População empregada por setor de atividade

A população residente do concelho de Góis em 1991 distribui-se de forma mais ou menos uniforme segundo os setores de atividade [Figura 11 e Quadro 27], sendo o setor industrial o que empregava maior número de pessoas no concelho, seguindo-se de muito perto os serviços e, por último, a agricultura. Em 2001 assiste-se a uma diminuição, ainda que pouco significativa, dos indivíduos que trabalhavam no setor primário com 15% e 262 pessoas dedicadas a este grupo, a uma ligeira diminuição da população empregue no setor secundário expresso nos 35% e cerca de 619 indivíduos a trabalharem neste setor e a um aumento significativo do setor terciário [10%].

Quadro 27 - População empregada segundo setor de atividade, 2011 | Fonte: INE, Censos

Unidade territorial	Total	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário	
		Total	%	Total	%	Total	%
Centro	940211	35018	3,7	282800	30,1	622393	66,2
Região de Coimbra	188966	5258	2,8	47013	24,9	136695	72,3
Concelho	1400	88	6,3	436	31,1	876	62,6
Alvares	201	13	6,5	62	30,8	126	62,7
UF Cadafaz e Colmeal	69	11	15,9	Cada26	37,7	Colm32	46,4
Góis	844	45	5,3	244	28,9	555	65,8
Vila Nova de Ceira	286	19	6,6	104	36,4	163	57,0

Em 2011 o setor terciário empregava o maior número de pessoas no concelho, com 63% e 876 pessoas dedicadas a este grupo, 31% correspondentes a 436 trabalhavam no setor secundário e 6% da população representando 88 indivíduos trabalhavam no setor primário. O concelho de Góis na transição de 2001 para 2011 possui uma dinâmica económica cada vez mais assente nos serviços, estando, portanto, a passar por um processo de terciarização, onde a atividade industrial, apesar de uma diminuição ligeira ainda é representativa no concelho e onde a agricultura representa uma pequena parte da atividade económica.

A população ativa [Figura 12 e Quadro 28] refere-se ao conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem mão-de-obra disponível [empregada ou desempregada] para a produção de bens e serviços e que entram no circuito económico. A população ativa do concelho de Góis totaliza 1.549 indivíduos [INE, 2011]. A freguesia de Góis, entre o período censitário de 2001 e 2011 registou o menor decréscimo [-9%], representando 58% da mão-de-obra do concelho de Góis. A União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal registou a maior diminuição no que respeita ao peso que esta tem relativamente à mão-de-obra ativa no concelho, [Cadafaz -48% e Colmeal -67%], estas unidades têm um peso bastante diminuto face à mão-de-obra ativa concelhia, sendo que Cadafaz representa 3% e Colmeal representa 2%.

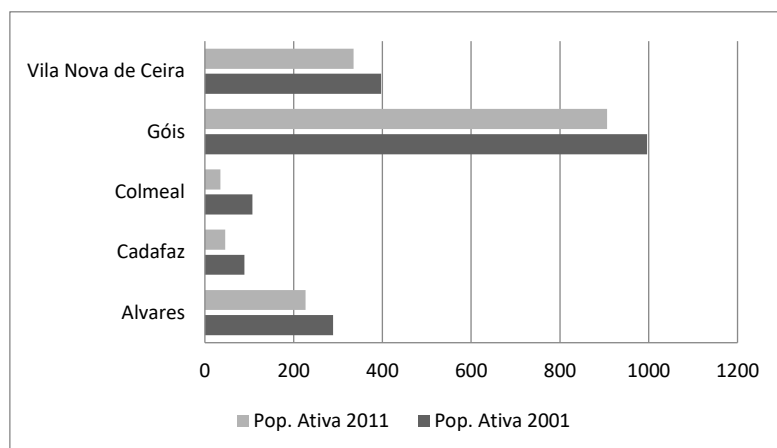


Figura 12 - População ativa no concelho de Góis, 2001 e 2011 | Fonte: INE, Censos

Quadro 28 - Estrutura etária da população ativa, concelho de Góis, 2001 e 2011 | Fonte: INE, Censos

Classes etárias	2001		2011		Varição 01-11
	Nº	%	Nº	%	%
Total	1878	100,0	1549	100,0	-17,5
15 - 19 anos	91	4,8	16	1,0	-82,4
20 - 24 anos	238	12,7	124	8,0	-47,9
25 - 29 anos	245	13,0	162	10,5	-33,9
30 - 34 anos	220	11,7	191	12,3	-13,2
35 - 39 anos	247	13,2	214	13,8	-13,4
40 - 44 anos	230	12,2	198	12,8	-13,9
45 - 49 anos	189	10,1	230	14,8	21,7
50 - 54 anos	144	7,7	197	12,7	36,8
55 - 59 anos	106	5,6	133	8,6	25,5
60 - 64 anos	89	4,7	64	4,1	-28,1
65 - 69 anos	35	1,9	10	0,6	-71,4
70 - 74 anos	31	1,7	6	0,4	-80,6
75 ou + anos	13	0,7	4	0,3	-69,2

A partir da leitura do quadro 29 é possível analisar e estabelecer uma relação da estrutura económica municipal com a população de Góis.

Quadro 29 - Indicadores socioeconómicos do município de Góis | Fonte: Censos, INE

Designação	Unidade	Ano
População Ativa HM	1.549 Indivíduos	2011
População Economicamente Ativa HM	1.400 Indivíduos	2011
Taxa de Atividade HM, em 2001	38,6%	2001
Taxa de Atividade HM, em 2011	36,4%	2011
População Desempregada HM	149 Indivíduos	2011
População Desempregada, procura 1º emprego HM	36 Indivíduos	2011
População Desempregada, procura novo emprego HM	113 Indivíduos	2011
Taxa de Desemprego HM, em 2001	5,5%	2001
Taxa de Desemprego HM, em 2011	9,6%	2011

No município de Góis a taxa de desemprego [Quadro 29 e Quadro 30] ronda os 10% [2011, INE], superior à que existia em 2001 que registava cerca de 6%. O número de desempregados no município incide mais sobre as mulheres, com um total de 76 indivíduos do sexo feminino, em oposição aos 73 indivíduos do sexo masculino. A maioria da população desempregada encontra-se a cargo da família [52%]. No entanto os dados estatísticos não contabilizam as formas de emprego informais de base tradicional e familiar.

A agricultura de subsistência com técnicas tradicionais nas explorações de minifúndio têm bastante relevância na economia da região. A exploração de mel, hortas, olivais contribuem em larga escala para o emprego, especialmente o de base tradicional e familiar, contribuindo para o sustento do núcleo familiar.

A taxa de atividade [Quadro 29] permite definir o peso da população ativa sobre o total da população residente no concelho, ou seja, o número de ativos por 100 habitantes, situava-se em 2011 nos 36% verificando um ligeiro decréscimo se comparada a 2001, com uma maior incidência nos indivíduos do sexo masculino. Para 2011, as freguesias que registam taxas de atividade mais acentuadas são as de Góis e Vila Nova do Ceira com 42% e 36% respetivamente e onde esta taxa é mais baixa é na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal com cerca de 23% respetivamente.

Quadro 30 - Taxa de desemprego | Fonte: Pordata

Unidade Territorial	Taxa de Desemprego	
	2001	2011
Continente	6,9	13,2
Centro	5,8	11,0
Região de Coimbra	6,2	10,3
Góis	5,5	9,6

O **setor secundário** tem pouca expressão no concelho, destacando-se uma indústria de produção de candeeiros elétricos [Vicente & Vicente, Lda.] que emprega cerca de duas dezenas de pessoas. Salienta-se, ainda, neste setor, a crescente tendência para a localização de Parques Eólicos no concelho, sendo que atualmente, já se encontram três parques em produção, estando mais um em construção.

O concelho de Góis é abrangido por coutos mineiros de, entre outros, volframite, cassiterite, ouro e prata, cuja exploração está desativada.

A exploração florestal, de grande importância no concelho, assume um modelo de exploração tipicamente familiar, registando-se a existência de pequenas empresas. As indústrias transformadoras representam 27% do tecido empresarial do concelho [Quadro 32, INE, 2015].

A implantação de unidades industriais no Concelho de Góis está hoje prejudicada pela oferta crescente de localizações alternativas surgidas devido à implementação do Plano Rodoviário Nacional 2000. As desvantagens decorrentes da diminuta acessibilidade, determinada pelas características do território, evidenciam-se na medida em que o número de postos de trabalho na agricultura se reduz e em que o desenvolvimento dos setores secundário e terciário é fator determinante na fixação da população.

O **setor terciário** registou uma evolução significativa, ao ponto de ter já ultrapassado os 50% de população ativa, enquanto que o setor primário e secundário têm evidenciado uma progressiva perda de importância, pelo crescimento do setor terciário e pela saída de ativos [para outros municípios e para fora do país].

A leitura do quadro 31, onde consta a distribuição das empresas não financeiras sediadas no município de Góis, pelos diferentes ramos e setores de atividade, permite destacar a sua importância na economia do município, bem como a respetiva evolução durante o período de 2012 a 2015.

Quadro 31 - Número de empresas não financeiras por ramo e setor de atividade, 2012 a 2015 | Fonte: INE

N.º de Empresas	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	30	96,8	49	98,0	59	1,0	64	100,0
Indústrias Extrativas	1	3,2	1	2,0	1	0,0	0	0,0
Setor Primário	31	8,7	50	14,1	60	15,3	64	15,8
Indústrias Transformadoras	30	29,7	27	30,3	25	26,0	25	26,6
Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	1	1,0	1	1,1	2	2,1	1	1,1
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Construção	70	69,3	61	68,5	69	71,9	68	72,3
Setor Secundário	101	28,2	89	25,1	96	24,4	94	23,2
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	83	36,7	80	37,2	88	37,1	84	33,9
Transporte e Armazenamento	10	4,4	12	5,6	10	4,2	12	4,8
Alojamento, Restauração e Similares	41	18,1	37	17,2	43	18,1	43	17,3
Atividade de Informação e Comunicação	3	1,3	2	0,9	1	0,4	1	0,4
Atividades Imobiliárias	5	2,2	5	2,3	4	1,7	5	2,0
Atividade de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	24	10,6	23	10,7	21	8,9	24	9,7
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	18	8,0	18	8,4	25	10,5	34	13,7
Educação	6	2,7	5	2,3	6	2,5	7	2,8
Atividade de Saúde Humana e Apoio Social	8	3,5	7	3,3	10	4,2	10	4,0
Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	7	3,1	6	2,8	12	5,1	9	3,6
Outras Atividades de Serviços	21	9,3	20	9,3	17	7,2	19	7,7
Setor Terciário	226	63,1	215	60,7	237	60,3	248	61,1
Total	358	100	354	100	393	100	406	100

No município de Góis, em 2012, exerciam atividade 358 empresas, tendo o seu número aumentado em cerca de 13,4% durante o período em análise [2012-2015], perfazendo um total de **406 empresas** no ano de **2015**. O crescimento do número de empresas evidencia-se nos ramos da "*Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*", "*Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio*", "*Atividade de Saúde Humana e Apoio Social*" e na "*Construção*". No entanto, ocorreram diminuições nos ramos da "*Indústria Transformadora*" e "*Outras Atividades de Serviços*".

O setor de atividade com maior expressão no município é o setor terciário, com uma quota do número de empresas razoavelmente estável, a rondar os 61%. O setor primário era constituído por 64 empresas em 2015, com o total das empresas no ramo da "*Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*". Este setor representou cerca de 16% da atividade empresarial do município.

A caracterização por ramos de atividade permite evidenciar que é a "*Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*", que possui um lugar de destaque no setor primário, seguido dos ramos da "*Construção*" com uma representatividade de cerca de 72%, no setor secundário. Por fim, surge o "*Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*" com um peso relativo de 34% no setor terciário.

Quadro 32 - Número de empresas segundo escalão de pessoal ao serviço, 2012 a 2015 | Fonte: Pordata

Escalão	2012	2013	2014	2015
< 10	348	346	385	398
10 - 49	7	5	5	5
50 - 249	2	2	2	2
250 ou +	1	1	1	1
Total	358	354	393	406

Quanto à dimensão das empresas [Quadro 32], no concelho predominam as empresas de pequena dimensão, com menos de 10 trabalhadores, representando 98% do tecido empresarial nos anos em análise. Este panorama mantém-se atualmente, não se tendo verificado transformações.

Nestas últimas décadas tem-se registado um aumento dos serviços, bem como o abandono da agricultura e floresta e a diminuição da indústria de transformação, que levou a que as populações se deslocassem dos meios rurais para os meios urbanos, resultando num maior número de terrenos incultos agrícolas e, conseqüentemente no caso do concelho de Góis, no aumento de combustíveis florestais.

Com um modelo industrial maioritariamente tradicional, pouco evoluído tecnologicamente e com fraco nível de competitividade, Góis possui cinco Polos Industriais localizados nas freguesias de Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira. Neste âmbito, os setores da indústria cerâmica, madeira e alumínio absorvem a maior fatia de mão-de-obra. Dispersos pelo concelho têm igualmente alguma dimensão, os setores dos mármore e da pecuária.

Quadro 33 - População desempregada e Principal meio de vida, 2011 | Fonte: INE, Censos

Total	Nº	%
	149	100
Trabalho	15	10
Reforma/ Pensão	3	2
Subsídio de desemprego	26	17
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	0	0
Rendimento social de inserção	10	7
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	2	1
Rendimento da propriedade ou da empresa	0	0
Apoio social	2	1
A cargo da família	78	52
Outro	13	9

02 - Setor Primário

O setor de atividade primário tem vindo a perder ativos no concelho, à semelhança da tendência que se verifica a nível regional e nacional. Destacando-se nesta área empresas como a pecuária da várzea, o Aviário do Nogueiro e a produção e o corte de espécies florestais [eucaliptos, pinheiros e acácias].

Apesar da índole rural do concelho, verifica-se um acréscimo do número de pessoas que depende cada vez menos exclusivamente da agricultura. Hoje, os ativos agrícolas a tempo inteiro são poucos. A agricultura que existe não é especializada e raramente mecanizada, revelando um atraso significativo. Naturalmente que esta realidade é consequência também da pequena dimensão das explorações, ausência de investimento, inexistência de novas técnicas, baixa produtividade e incipientes circuitos de comercialização.

As características edafoclimáticas do concelho de Góis não permitiram o desenvolvimento de uma agricultura e pastorícia intensiva. Este modelo de subsistência determinou a generalização das explorações florestais - pinheiro bravo e eucalipto - que hoje ocupam cerca de 75% da sua superfície. A silvicultura assume pois papel predominante no âmbito da atividade económica concelhia.

02.1 – Agricultura

Em meados do séc. XX a agricultura e a sociedade rural em Portugal ganha expressão demográfica, onde a vida das aldeias e lugares assentava na população agrícola que se havia apropriado de todo o espaço disponível. Passados 40 anos, constata-se o abandono dos territórios por parte da agricultura, tendência que continua a verificar-se no concelho [Quadro 34]. Em 1989 existiam 472 explorações e passados 10 anos contavam-se 277 explorações, representando uma variação de -50%, não obstante a área agrícola ter aumentado ligeiramente. No ano de 2009 o número de explorações volta a decrescer para 132, o que se traduz numa variação de -52%, em relação a 1999, sendo que a área ocupada sofre uma redução drástica.

A diminuição do número de explorações agrícolas no período de 20 anos [1989-2009] é visível em todas as freguesias pertencentes ao concelho, na freguesia de Góis esta diminuição é mais acentuada.

A partir dos dados é possível afirmar que continua a verificar-se o abandono da atividade agrícola em detrimento de outros setores de atividade. Este abandono vem muitas vezes associado ao afastamento por parte das pessoas da própria aldeia e vila, procurando outras fontes de riqueza.

Quadro 34 - Evolução do número das explorações e áreas [ha] por freguesia [1989 - 2009] | Fonte: INE, RGA

Freguesias	1989		1999		2009	
	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área
	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha
Concelho	472	512	277	559	132	170
Alvares	96	79	42	118	31	43
UF Cadafaz e Colmeal	85	28	43	76	21	56
Cadafaz	53	32	24	19	12	5
Colmeal	32	24	19	57	9	23
Góis	206	273	134	290	43	56
Vila Nova de Ceira	85	105	58	75	37	43

As explorações predominantes no concelho de Góis são as de pequena dimensão [Quadro 35] 0 - < 1 ha, não obstante ocuparem a menor área [18,2%]. Por outro lado, as explorações de média dimensão ocupam mais de metade da área total [61%] e cerca de 46% das explorações existentes. Comparativamente com as explorações de pequena e média dimensão as explorações superiores a 5 ha representam um quantitativo residual das explorações existentes.

O número de explorações de pequena dimensão é em maior número o que traduz a natureza minifundiária das mesmas.

Quadro 35 - Estrutura e número das explorações com SAU por classes de área (ha) no concelho, 2009 | Fonte: INE, RGA

Classes de área (ha)	N.º de Explorações	%	Área (ha)	%
0 - < 1 ha	67	50,8	31	18,2
1 ha - < 5 ha	61	46,2	103	60,6
5 ha - < 20 ha	4	3,0	37	21,8
20 ha - < 50 ha	-	-	-	-
>=50 ha	-	-	-	-
Total	132	100	170	100

Quadro 36 - Estrutura etária dos produtores agrícolas, por classes e sexo, 2009 | Fonte: INE, RGA

Classes	Sexo					
	HM	%	H	%	M	%
15 – 24	-	-	-	-	-	-
25 – 34	1	0,8	1	100,0	-	-
35 – 44	7	5,3	6	85,7	1	14,3
45 – 54	22	16,5	13	59,1	9	40,9
55 – 64	42	31,6	25	59,5	17	40,5
>=65	61	45,9	47	77,0	14	23,0
Total	133	100	92	69,2	41	30,8
Var. 99-09	-52,3		-57,9		-31,7	

Dos 133 produtores agrícolas, 46% tem idade superior a 65 anos, sendo o produtor maioritariamente do sexo masculino, representando 69% do total dos produtores agrícolas. Na década 1999-2009 os produtores agrícolas diminuíram 52%, facto que comprova a queda do setor primário em detrimento do setor secundário e terciário. No que respeita ao género, os indivíduos do sexo masculino e feminino também viram diminuir a sua população em 58% e 32%, respetivamente. No concelho de Góis estamos perante uma população agrícola de produtores envelhecidos.

A agricultura não é encarada como uma atividade economicamente rentável e a população agrícola possui um baixo nível de escolaridade, pelo que se não forem introduzidas medidas para incentivar esta população e os jovens a médio prazo, esta prática terá o seu fim, podendo apenas subsistir de uma forma reduzida, na perspetiva de agricultura de subsistência.

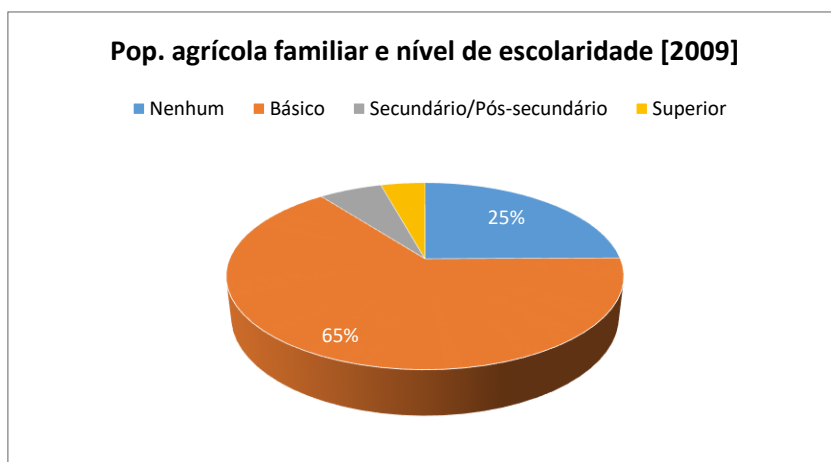


Figura 13 - População agrícola familiar e nível de escolaridade, 2009 | Fonte: INE, Censos

Quadro 37 - Média das explorações agrícolas no concelho, 2009 | Fonte: INE, RGA

Unidade Geográfica	2009	%
Concelho	132	100
Alvares	31	23
UF Cadafaz e Colmeal	21	16
Góis	43	33
Vila Nova do Ceira	37	28

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, norma TG 10, nº5, iv), estabelece o regime de excecionalidade para o Pinhal Interior Norte, onde se inclui o município de Góis e constata-se o seguinte: "onde a área média de exploração agrícola é inferior a 2 ha a excepção

pode aplicar-se às freguesias cuja área média de exploração agrícola seja em pelo menos 5% inferior à área média de exploração do respectivo município". Nas freguesias que compõem o concelho de Góis o valor da média de exploração agrícola é superior a 5%.

02.2 - Recursos florestais

No concelho de Góis existem aproximadamente 7.497 hectares de áreas florestais com gestão, dos quais 673 hectares pertencem à empresa Celulose Beira Industrial - Celbi, SA e 668 hectares estão sob gestão da Aliança Florestal, ambas empresas de exploração florestal, segundo dados da Associação Florestal do concelho de Góis.

Da responsabilidade da Direção-Geral dos Recursos Florestais [DGRF] existe uma área de 4.735 hectares de perímetros florestais [Perímetro Florestal de Rabadão e Perímetro Florestal de Góis] e uma Zona de Intervenção Florestal [ZIF dos Penedos] com uma área de 1.422 hectares onde se incluem 471 hectares de área pertencente ao município de Góis e a restante área pertence a privados.

À semelhança do que vai sucedendo no centro do território português, os pinhais vão sendo substituídos pelos eucaliptais, sendo o concelho de Góis um exemplo a esse nível. A espécie dominante é o eucalipto, seguida pelo pinheiro bravo. A destacar a presença significativa de mais três espécies: a acácia, *Pinus Nigra* e o castanheiro. A acácia atinge uma proporção elevada tendo em conta que se trata de uma espécie exótica, sem grande interesse comercial e de fácil propagação, competindo com espécies autóctones, ameaçando os seus habitats.

A atividade florestal é vista como um suplemento eventual de rendimento dos proprietários, sendo a propriedade de dimensão muito reduzida e por vezes distribuída por vários prédios distintos não confinantes.

03 - Setor Secundário - Espaços de Atividade Económica

→ Zona industrial da Alagoa

O polo situa-se na freguesia de Góis, concentra 7 empresas com investimentos nos ramos de construção, equipamento elétricos e iluminação, motos e vestuário profissional, comportando um total de 83 trabalhadores e outras duas localizadas em Alagoa com um total de 5 trabalhadores. Do conjunto destas empresas, duas têm atividade no mercado de exportação. Este polo tem uma área de 10.315 m² e a área por lote varia entre os 1.838 e os 3.588 m².

→ Zona industrial de Cortes

O polo industrial de Cortes tem sede na freguesia de Alvares e concentra 5 empresas com atividade nos ramos de construção, mecânica e metalomecânica/metalúrgica com um total de 10 trabalhadores. Deste polo fazem parte 7 lotes referentes ao loteamento inicial existentes e 5 novos lotes cuja ampliação decorreu em 2014, com uma área total de 35.000 m² e variando entre os 1.920 e os 6.589 m².

Quadro 38 - Empresas sediadas no polo industrial de Cortes | Fonte: Diagnóstico Social do concelho de Góis, 2015

Empresa	Atividade	Nº de Trabalhadores
Ramiro Bandeira Unipessoal, Lda.	Construção/ Portas e Janelas	4
Ferros José Antunes Unipessoal, Lda.	Construção/ Portas e Janelas	3
Metalúrgica Carlos Paula Unipessoal, Lda.	Metais/ Oficinas Metalúrgicas e Metalomecânicas	1
Maria Alice da Conceição Dias Antunes	Comércio/ Materiais de Construção	1
José das Neves Antão	Oficina/ Reparação de Automóveis	1

→ Zona industrial de Várzea Pequena

Situado na freguesia de Vila Nova do Ceira, neste polo industrial estão instaladas 3 empresas, duas de construção e uma de pedras e minerais, com um total de 17 trabalhadores. Esta zona industrial tem 9 lotes que ocupam uma área de 18.574,00 m² e variam em termos de dimensão entre os 600 m² e 840 m².

→ Zona industrial urbana de Jardim ou Forca

O polo industrial tem sede na freguesia de Góis e concentra atualmente 4 empresas em laboração. O polo é composto por 4 lotes com área total de 10.255 m² variando a sua dimensão entre 1.838 m² e 3.588 m².

→ Zona industrial urbana do Baião

O polo industrial situa-se na freguesia de Góis e estão presentes 3 empresas em laboração. O pólo é composto por 4 lotes com uma área total de 9.563 m², variando a sua dimensão entre 1.818 m² e 3.205 m².

04 - Setor Terciário

O setor terciário, conforme constatado anteriormente, tem vindo progressivamente a assumir uma importante posição no concelho, e a nível nacional, conseguido, inclusive, ser o maior empregador do concelho, além de que representa o setor mais forte, onde se concentram a maior parte das atividades económicas.

Quadro 39 - População empregada por ramos de atividade no setor terciário, no concelho de Góis, 2001 e 2011 | Fonte: INE, Censos

Ramos de Atividade	2001	%	2011	%	91/01 (%)
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos	186	20,8	195	22,3	4,8
Transportes e armazenagem	59	6,6	47	5,4	-20,3
Alojamento e restauração e similares	86	9,6	82	9,4	-4,7
Actividades de informação e de comunicação			9	1,0	
Actividades financeiras e de seguros	16	1,8	17	1,9	6,3
Actividades imobiliárias	32	3,6	6	0,7	-81,3
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares			18	2,1	
Actividades administrativas e dos serviços de apoio			24	2,7	
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	215	24,0	182	20,8	-15,3
Educação	67	7,5	74	8,4	10,4
Saúde e ação social	156	17,4	164	18,7	5,1
Outras actividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	61	6,8	47	5,4	-23,0
Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio	16	1,8	11	1,3	-31,3
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,0	0	0,0	
Total	894	50,4	876	62,6	-2,0

Como se pode constatar no quadro 39, a população empregada neste setor decresceu [-2%], entre 2001 e 2011, não obstante o aumento da importância do setor terciário no concelho de Góis.

No ano de 2001, os principais ramos de atividade do setor, centram-se na componente da "administração pública, defesa e segurança" com 24%, correspondendo a áreas como a saúde, educação, serviços sociais, entre outros, e o "comércio por grosso e a retalho" [21%].

As duas grandes áreas de atividade referidas constituem de facto as grandes protagonistas da dinâmica verificada nos últimos 10 anos [2001-2011], concentrando conjuntamente cerca de 43% do total de ativos no setor terciário.

Avalia-se de um modo mais detalhado, as principais dinâmicas ocorridas nesta década em estudo:

- O período 2001-2011 revela um ligeiro decréscimo do número de empregados no setor terciário;
- Destacam-se como setores que contribuíram para esta diminuição, as "atividades imobiliárias" [-81%], as "atividades das famílias com empregados" [-31%], as "atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais" [-23%], os "transportes e armazenagens" [-20%] a "administração, defesa e segurança" [-15%] e o "alojamento e restauração" [-5%];

- No Recenseamento de 2011 surgiram novos ramos de atividade associados à informação e comunicação, às atividades de consultoria e científicas e, ainda, às atividades administrativas e serviços de apoio;
- Os transportes, atividade crucial no ordenamento do território e no desenvolvimento a diversas escalas territoriais, sofreu uma diminuição de 20%.

05 - Síntese

O concelho de Góis possui 1.400 indivíduos economicamente ativos [INE, 2011]. O **setor terciário** emprega o **maior número de população** no concelho com **63%** que correspondem a 876 indivíduos, 31% correspondem a 436 empregados no setor secundário e 6% representam 88 indivíduos empregados no setor primário. O concelho de Góis possui uma dinâmica económica cada vez mais assente nos serviços, estando, portanto, a passar por um **processo de terciarização**.

A **taxa de atividade** em 2011 situava-se nos **36%** registando um **ligeiro decréscimo** quando comparada a 2001. As freguesias que registam taxas de atividade mais acentuadas são as de Góis e Vila Nova do Ceira com 42% e 36%, respetivamente. As freguesias que registam valores mais elevados de taxa de atividade são aquelas que à partida poderão registar um fluxo maior no que respeita aos movimentos pendulares da população.

Apesar da índole rural que caracteriza o concelho de Góis há um acréscimo do número de pessoas que depende cada vez menos exclusivamente da agricultura. A **atividade agrícola** assume um forte **cariz familiar** numa perspetiva **de subsistência** e de um modo geral **complementar** a outras atividades.

A **atividade agrícola** continua com **graves problemas** associados à idade avançada do produtor agrícola [65 ou mais anos de idade], ao baixo nível de escolaridade, aliados às dimensões reduzidas e fragmentação da propriedade agrícola [explorações de minifúndio]. Estes continuam a constituir entraves ao desenvolvimento da atividade e motivos da fraca produtividade que se regista.

As características edafoclimáticas do concelho de Góis não permitiram o desenvolvimento de uma agricultura e pastorícia intensiva. Este modelo de subsistência determinou a generalização das explorações florestais - pinheiro bravo e eucalipto - que hoje ocupam cerca de 77% da sua superfície. A **silvicultura** assume um papel **predominante** no âmbito da atividade económica concelhia.

No município de Góis exercem atividade **406 empresas** [INE, 2015], tendo o seu número aumentado em cerca de 13,4% em relação ao ano de 2012. O crescimento do número de empresas evidencia-se nos ramos da "*Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*", "*Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio*", "*Atividade de Saúde Humana e Apoio Social*" e na "*Construção*".

Quanto à dimensão das empresas, no concelho predominam as **empresas de pequena dimensão**, com menos de 10 trabalhadores, representando 98% do tecido empresarial.

Com um modelo industrial maioritariamente tradicional, pouco evoluído tecnologicamente e com fraco nível de competitividade, Góis possui **cinco polos industriais** localizados nas freguesias de Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira. Os setores da indústria da madeira e alumínio absorvem a maior fatia de mão-de-obra. Dispersos pelo concelho têm igualmente alguma dimensão, os setores dos

Primeira Revisão do
Plano Diretor Municipal de Góis



Volume **04**
Estudos Setoriais de Caraterização

Relatório 04 – **Sistema Urbano**

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

Introdução	3
Capítulo 01 - Sistema Urbano	4
Capítulo 02 - Estrutura e Forma Urbana	11
01 - Introdução	11
02 - O Método de Abordagem	12
03 - Preocupações de Partida	13
04 - Macroescala Funcional	14
05 - Microescala Funcional /Caraterização dos Espaços Urbanos	24
Capítulo 03 - Acessibilidades e Transportes	33
01 - Introdução	33
02 - Acessibilidades	34
03 - Rede de Transportes Públicos	47
04 - Movimentos Pendulares	61
05 - Síntese Conclusiva	66
Capítulo 04 - Equipamentos de Utilização Coletiva	67
01 - Introdução	67
02 - Evolução do Povoamento	69
03 - Análise da Rede de Equipamentos	70
04 - Outros Equipamentos	92
05 - Síntese Conclusiva	93

Índice de ilustrações

Figura 1 - Síntese 1 do Modelo Territorial reorientado do PROT-C	5
Figura 2 - Síntese 1 do Modelo Territorial reorientado do PROT-C	6
Figura 3 - Sistema Urbano da Região Centro	8
Figura 4 – Modelo Digital de Terreno, Declive, Hidrografia	15
Figura 5 - Bacia hidrográfica do Mondego e Bacia hidrográfica do Tejo no concelho de Góis	16
Figura 6 - Esquema de acessibilidades	18
Figura 7 - Padrões ocupacionais tipo	24
Figura 8 - Plano de Ação de Reabilitação Urbana do município de Góis	32
Figura 9 - Estrutura viária do município de Góis Fonte: PRN 2000	36
Figura 10 - Esquema de Acessibilidades Fonte: PRN 2000	39
Figura 11 - Circuitos de transporte público do concelho de Góis [GóiSim]	49
Figura 12 - Evolução do Número de Alunos com Transporte Escolar por Ciclo de Ensino	55
Figura 13 - Principais geradores de tráfego no município de Góis	56
Figura 14 - Movimentos pendulares nos concelhos da Região de Coimbra [entradas e saídas de população ativa, 2011]	61
Figura 15 - Movimentos pendulares nos Concelhos da Região de Coimbra (entradas e saídas de população ativa, 2011)	62
Figura 16 - Entradas e saídas nos concelhos da região de Coimbra, 2011	63
Figura 17 - Tempo médio de deslocação nos concelhos da Região de Coimbra, 2011	64
Figura 18 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares dos concelhos da região de Coimbra	65
Figura 19 - Localização da Esquadra da GNR de Góis [Av. Eng.º Augusto Nogueira Pereira]	80
Figura 20 - Quartel dos Bombeiros de Góis [R. Cmte. Henrique Bebiano Baeta Neves]	81

Índice de quadros

Quadro 01 - Distribuição dos centros urbanos do concelho do Góis pelos níveis hierárquicos	9
Quadro 02 - Principais Tipologias de Intervenção por Tipologia de Espaços Urbanos	28
Quadro 03 - concelho de Góis. Rede viária: itinerários e características. estradas nacionais e municipais	36
Quadro 04 - Distâncias de Góis a centros urbanos mais próximos e localidades envolventes e ao litoral	43
Quadro 05 - Evolução do número de alunos que beneficiam do Transporte Escolar por Ciclo de Ensino	54
Quadro 06 - Tempo médio de deslocação nos concelhos da Região de Coimbra, 2011	63
Quadro 07 - Equipamentos de apoio social no município de Góis	73
Quadro 08 - Estabelecimentos escolares no município de Góis, ano letivo 2018/2019	76
Quadro 10 - Espaços museológicos, Biblioteca Municipal e Auditórios	83
Quadro 11 - Associações empresariais, desportivas, culturais e recreativas	85
Quadro 12 - Equipamentos desportivos no concelho de Góis	88
Quadro 13 - Critérios de Previsão de Equipamentos Desportivos	89
Quadro 14 - Dotação de equipamentos face ao normativo da DGT	90

Introdução

O Concelho de Góis demarca-se dos demais municípios do território nacional, em função da sua dimensão e da elevada dispersão e reduzida urbanização do território.

Neste quadro, a constituição do presente relatório – Sistema Urbano, tem como objetivo abordar um conjunto de temáticas necessárias ao procedimento de revisão do PDM, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial [RJIGT], no que respeita ao conteúdo material do plano e à necessidade de caracterizar o território a intervir.

Pretende-se assim caracterizar a área de intervenção quanto às redes viárias, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como, os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos. Integra-se ainda neste documento, uma abordagem à temática da regeneração e requalificação urbana no município de Góis.

Neste contexto, e porque se trata de matéria vasta e distinta, sem prejuízo de que no seu todo caracterizam o território, optou-se por tratar a mesma em capítulos distintos, de seguida identificados:

- Capítulo 01 - Sistema Urbano
- Capítulo 02 - Estrutura e Forma Urbana
- Capítulo 03 - Acessibilidades e Transportes
- Capítulo 04 - Equipamentos de Utilização Coletiva

A análise destas matérias encontra-se apoiada nas peças gráficas de grande formato, identificadas no corpo do relatório, para além das figuras constantes no presente relatório.

Capítulo 01 - Sistema Urbano

01 - Sistema Urbano Regional

Por forma a definir o sistema urbano do município de Góis, recorreu-se inicialmente ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro¹, documento de referência para enquadrar o município na Região Centro.

Em termos espaciais, o modelo territorial que o PROT Centro preconiza resulta da integração de cinco sistemas estruturantes, nomeadamente:

- O **sistema produtivo**, que representa as principais fontes de geração de rendimento e de emprego, traduzindo a capacidade endógena de sustentação económica da Região;
- O **sistema ambiental**, que representa o quadro de referência biofísica do modelo territorial da Região;
- O **sistema urbano**, que representa os padrões e as dinâmicas de ocupação urbana;
- O **sistema de acessibilidades e equipamentos**, que integra as redes de infraestruturas, transportes, comunicações, energia e equipamentos coletivos;
- O **sistema de riscos naturais e tecnológicos**, que reflete os potenciais riscos.

Dada a complexidade e a extensão das formas de povoamento, da territorialização da sociedade e da economia da Região, implicou que a definição dos vários espaços territoriais fosse realizada segundo uma perspetiva de "*textura*" e "*estrutura*". Enquanto a primeira enfatiza questões relacionadas com a geografia física, a segunda é organizada integrando variáveis económicas, urbanas, mobilidade e parâmetros de vulnerabilidade social e exposição ao risco. A metodologia procurou refletir a diversidade da região, apostando em representações que procuram evidenciar as várias "*geometrias variáveis*" territoriais.

¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006

O modelo territorial proposto reorientado assenta nas seguintes premissas:

Sistemas Estruturados de Povoamento	Litoral Viseu e Planalto Beirão Eixo Urbano da Beira Interior
Unidades Funcionalmente Relevantes	Sistema Urbano de Aveiro Sistema Urbano de Coimbra - Figueira da Foz Sistema Urbano de Leiria – Marinha Grande Sistema Urbano de Viseu Guarda Covilhã/Fundão Castelo Branco
Outras Unidades	Corredor de Lafões Envolvente da Albufeira da Aguieira Corredor Urbano da Estrada da Beira Eixo Urbano do Pinhal

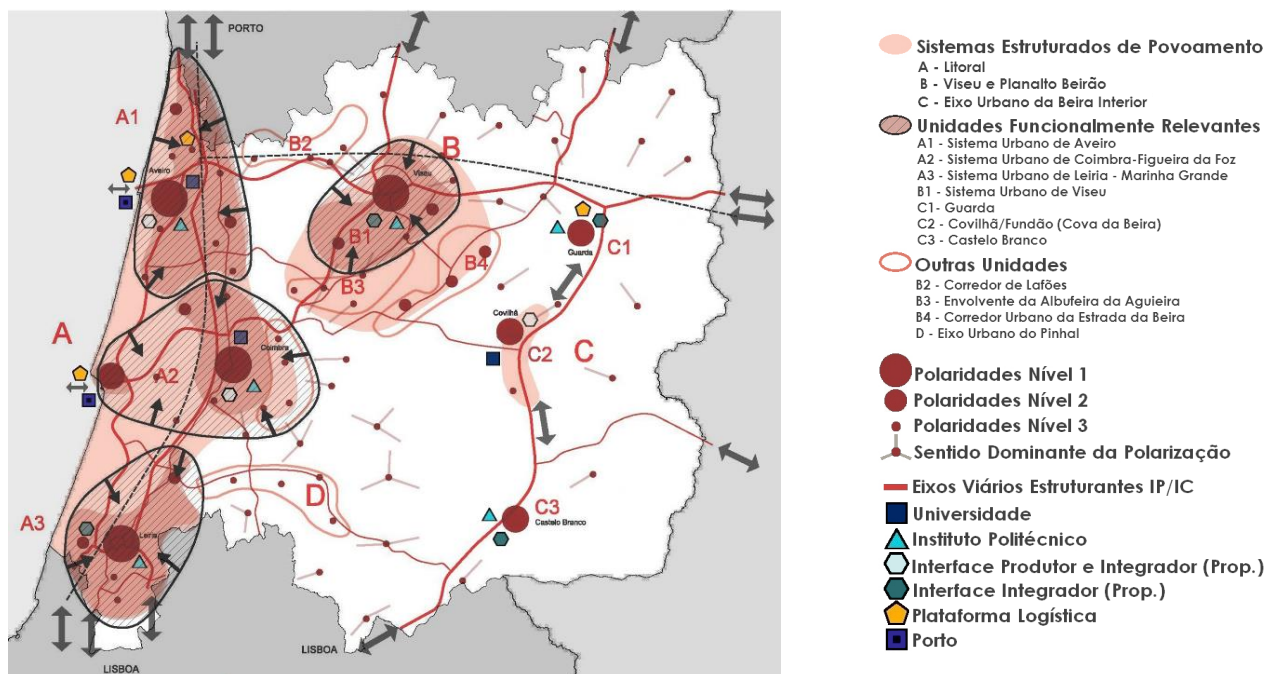


Figura 01 - Síntese 1 do Modelo Territorial reorientado do PROT-C | PROT-C [em elaboração] CCDR-C

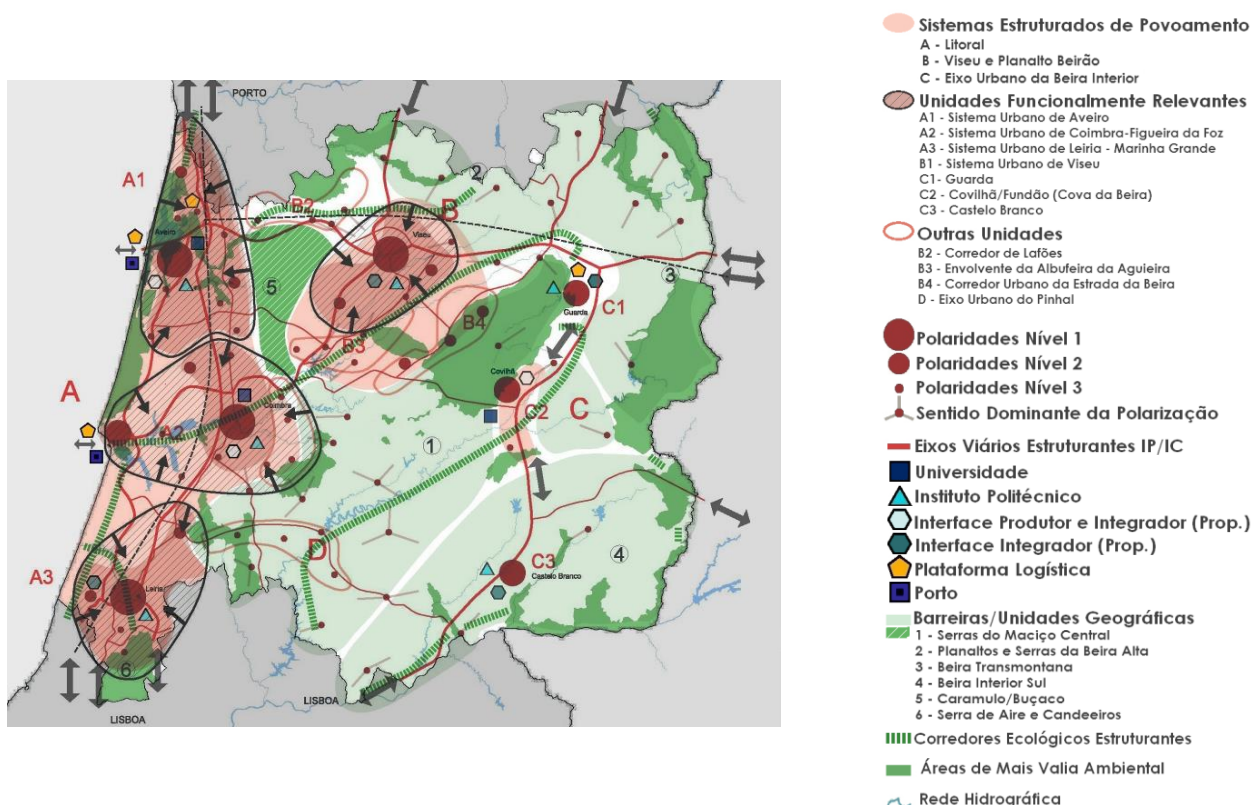


Figura 02 - Síntese 1 do Modelo Territorial reorientado do PROT-C | PROT-C [em elaboração] CCDR-C

A Região Centro apresenta um esquema de unidades territoriais que pode constituir um território alternativo às duas Metrópoles, onde as cidades médias e os pequenos centros proporcionam uma oferta de emprego e um quadro de vida de qualidade claramente diferenciadores. Sendo um território de “múltiplas geometrias de relacionamento”, é possível encontrar as seguintes unidades territoriais:

A região Centro desenvolve-se numa extensa mancha urbana estruturada em várias Unidades Territoriais:

- Centro Litoral;
- Dão-Lafões e Planalto Beirão;
- Beira Interior
- **Pinhal Interior e Serra da Estrela**

De acordo com a nomenclatura do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, o concelho de **Góis** insere-se na Unidade Territorial do **Pinhal Interior e Serra da Estrela**. Esta unidade integra os centros urbanos de Alvaiázere, Arganil, Cantanhede, Castanheira de Pêra, Carregal do Sal, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pedrogão Grande, Penacova, Sertã, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares. Coimbra destaca-se claramente pela oferta formativa e base tecnológica, ligado à universidade secular, mas também nas funções administrativas, de saúde e de comércio e serviços e no seu potencial de internacionalização. Polariza um conjunto de centros urbanos vizinhos que asseguram a função habitacional de suporte. A influência dos serviços mais avançados, designadamente na área da saúde, estende-se a um extenso território. Exerce, por isso, funções de alcance regional, alargando a sua influência a territórios do Pinhal, vertebrando nesse sentido uma lógica de alternativa à influência das aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto.

De acordo com o documento, *"o coberto vegetal dominante é a floresta de pinho e eucalipto, que desaparece acima da cota dos cerca de 700-800 metros para dar lugar a formações degradadas, matos, pastagens e afloramentos rochosos."* Dada a inclinação das vertentes, o retalhamento fundiário, a dificuldade de acessos e a distribuição de pontos de água, a floresta é um recurso vulnerável ao risco de incêndio. A bacia do rio Zêzere [importante pelo potencial hídrico] drena praticamente todo este território onde os rios correm encaixados e o solo agrícola escasseia.

No que diz respeito à rede viária o IP2/A23, o IC8 e o IC6 constituem as principais vias de relação, sendo que o IC8 é a via que une, direta ou indiretamente, mais sedes concelhias, de Ansião a Proença-a-Nova.

Relativamente à estratégia urbana que suporta o PROT Centro exige que se fomente a **consolidação de um sistema urbano regional policêntrico** segundo um modelo de estrutura urbana a três níveis: Centros urbanos regionais; Centros urbanos estruturantes; Centros urbanos complementares.

Os **Centros Urbanos Regionais** [CUR] definem-se pela concentração de população residente, pela importância da base económica e por um leque diversificado de equipamento e serviços.

No seu contributo para o policentrismo pretende-se que os CUR se afirmem, globalmente, como âncoras do desenvolvimento da Região. São fundamentais nos processos de inovação e reforço da coesão e competitividade regional, dinamizando os processos de concertação com as centralidades urbanas das regiões adjacentes. Os Centros Urbanos Regionais de Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco devem assumir esta função de ancoragem regional.

Os **Centros Urbanos Estruturantes** [CUE] desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas, e devem afirmar-se como nós estruturantes do sistema urbano regional. Têm funções de articulação urbana e são fundamentais no reforço da conectividade urbana e, por isso, dinamizadores do policentrismo regional, nomeadamente na estruturação dos subsistemas urbanos. Os Centros Urbanos de Ovar, Ílhavo, Águeda, Cantanhede, Pombal, Marinha Grande, Mangualde, Tondela, Seia, Gouveia e Oliveira do Hospital devem assumir esta função de estruturação do território regional.

Os **Centros Urbanos Complementares** [CUC], como é considerado **Góis**, apresentam um leque mínimo de funções urbanas, ainda que pouco diversificadas, mas fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade. Têm uma função predominantemente municipal, garantindo uma oferta urbana essencial para a coesão territorial. No seu contributo para o policentrismo, deve-se:

- 1] Afirmar os centros urbanos complementares enquanto nós de estruturação e amarração local e de articulação com o sistema urbano regional.
- 2] Assegurar, nos territórios de baixa densidade, que os centros urbanos complementares são nós fundamentais de sustentação sócio rural.
- 3] Afirmar os centros urbanos complementares enquanto espaços de cidadania, de valorização de recursos e de quadros de vida cruciais para o desenvolvimento local.

Os centros urbanos, que não são centros urbanos regionais nem centros urbanos estruturantes, mas são sedes de município, devem desempenhar um papel complementar na estruturação regional. Estes centros urbanos podem fazer parte de um ou mais subsistemas urbanos.

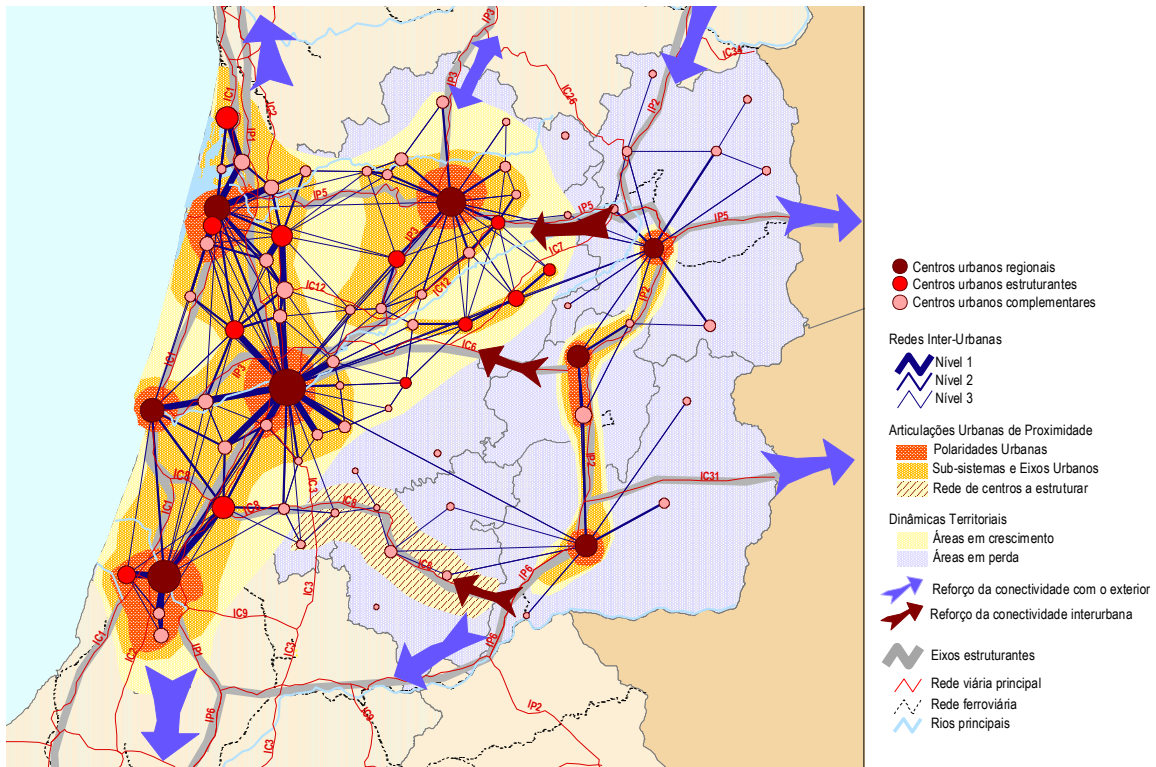


Figura 03 - Sistema Urbano da Região Centro | Fonte: Proposta do PROT Centro setembro, 2010

Com implicações à escala do PDM, o PROT Centro ainda preconiza a promoção e reforço das sinergias urbano-rurais, sendo que para tal, se deve:

- Maximizar as articulações entre o urbano e o rural, atendendo às especificidades das “unidades territoriais” e as respetivas unidades urbanas.*
- Incentivar as parcerias institucionais de âmbito urbano-rural, como instrumento de coordenação das atuações da administração local e central e de outros agentes pertinentes.*
- Assumir os subsistemas urbanos, enquanto espaço de cidadania, de valorização de recursos, de residência e de quadros de vida, e como referencial de desenvolvimento urbano-rural.*
- Assegurar nos subsistemas urbanos uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promova a polivalência, a complementaridade e a equidade territorial.*
- Organizar a mobilidade de pessoas e bens, de forma a assegurar a equidade territorial no acesso a bens e serviços.*
- Organizar os serviços agrorurais de caráter intermunicipal ou regional, privilegiando as polarizações já existentes e de forma a criar sinergias interserviços.*
- Definir a escala [municipal, intermunicipal ou regional] a que devem ser prestados os serviços ao setor agrorural e organizar os serviços em função do tipo de mobilidade a incrementar [ou seja, identificando se deve ser o serviço que se desloca ao produtor/agricultor ou se é o produtor/agricultor que se desloca ao serviço].*

02 - Sistema Urbano Municipal

A definição do sistema urbano no âmbito do PDMG, tem subjacente a necessidade de definição de um correto zonamento e de uma adequada utilização e gestão do território, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes. Com efeito, a definição do sistema urbano de um concelho é fundamental enquanto instrumento que deverá servir de orientação à implantação espacial de equipamentos e de atividades económicas promotores de desenvolvimento e atenuadores das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações intercentros e atenuando a atual dependência polarizadora das sedes de concelho.

As dimensões da ocupação humana e do desenvolvimento funcional futuros aconselham algumas alterações ao sistema urbano existente. Estas prendem-se essencialmente com a inclusão de todas as sedes de freguesia no 2º nível hierárquico, à exceção da sede de concelho, enquanto o último nível mantém a agregação de todos os restantes centros urbanos [delimitados por perímetro urbano]. Assim, a definição do sistema urbano de um concelho deverá funcionar como a base para o seu desenvolvimento na medida em que deverá permitir a definição, para cada nível hierárquico proposto, da sua função de apoio às atividades económicas e de ponto de concentração de equipamentos coletivos, tendo em vista harmonizar níveis de conforto desejáveis e favorecer a equidade territorial.

Considera-se que o sistema urbano do município se encontra presentemente estruturado em torno de 3 níveis: o primeiro nível é constituído pela centralidade administrativa de Góis; o segundo nível integra os aglomerados de Vila Nova do Ceira, Alvares, Colmeal, Cadafaz, Cabreira, Cortes, Ponte de Sótão, Bordeiro e Casal de Cima e, por fim, o terceiro nível é constituído por todos os restantes aglomerados urbanos do concelho. Em teoria, o sistema urbano proposto radica no pressuposto de que deverá funcionar como estrutura orientadora da implantação espacial de equipamentos coletivos e de atividades económicas promotoras de desenvolvimento e, tanto quanto possível, atenuadoras das desigualdades espaciais, numa perspetiva do reforço da coesão territorial.

A ponderação dos indicadores utilizados [dimensão demográfica e funcional], enquadrados pelas acessibilidades internas e externas e pelas dinâmicas territoriais do município, bem como as expectativas de desenvolvimento futuro do município, ditou a hierarquização dos centros urbanos do concelho de Góis nos três níveis hierárquicos, conforme quadro abaixo.

Quadro 01 - Distribuição dos centros urbanos do concelho do Góis pelos níveis hierárquicos

Níveis Hierárquicos	Centros Urbanos
Nível I	Góis
Nível II	Vila Nova do Ceira Alvares Cabreira Cortes Ponte de Sótão Bordeiro Casal de Cima
Nível III	Restantes Aglomerados

O **Nível I** é constituído pela centralidade administrativa de **Góis**, imposto, desde logo, pela sua importância administrativa e pelas funções associadas, afirmando-se como a grande polarizadora de todo o funcionamento municipal, é na vila que se concentram o comércio e serviços privados e os equipamentos coletivos e serviços públicos de nível superior, e é a cidade que tem capacidade para servir uma procura especializada e esporádica.

Os centros de **Nível II** encontram-se num nível intermédio, entre o núcleo principal e os restantes aglomerados, por possuírem um volume populacional considerável, no contexto concelhio e também um nível de dotação funcional superior que os diferencia do nível seguinte e que no essencial representam os aglomerados que são ou já foram sedes de freguesia.

O **Nível III** é constituído por **Restantes Centros** de reduzida dimensão e reduzida importância demográfica. São caracterizados, igualmente, por uma fraca ou reduzida dinâmica funcional. As funções existentes neste nível são, na sua maioria, as que servem uma procura diária e local [mercearia, café, táxi, etc.] e os equipamentos coletivos, quando existem, são do nível mais básico, como por exemplo o campo de futebol e a associação. Podem apresentar alguma expressão demográfica e dimensão territorial à escala do Plano.

O município de **Góis** apresenta uma vasta área territorial de **263,30 km²** [corresponde a 6% da área total da Região de Coimbra] e apresentava, de acordo com os Censos de 2011, uma população total de **4.260 habitantes**. O município é limitado a Norte pelos municípios de Arganil e Vila Nova de Poiares, a Sul com o município de Pedrogão Grande, a sudeste e este com o município de Pampilhosa da Serra e a Oeste pelos municípios da Lousã e Castanheira de Pêra. Caracteriza-se por um forte isolamento geográfico. Na sequência da aplicação da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, a qual estabelece a obrigação da reorganização administrativa do território das freguesias, passou a compreender **quatro freguesias**: Alvares, União das Freguesias Cadafaz e Colmeal, Góis e Vila Nova do Ceira.

Capítulo 02 - **Estrutura e Forma Urbana**

| 01 - **Introdução**

De entre os fatores que determinam a previsão da classificação dos usos do solo, uma leitura atenta da estrutura fundiária existente é essencial para ajustar uma proposta de ocupação do solo passível de ser executada. Isto porque, prever um uso para determinado local poderá ser dificultado, se não impossibilitado face a um fracionamento significativo de cadastro, do qual decorrerá eventuais distintos e legítimos interesses. Aliás, tal análise colhe enquadramento no RJGT e demais legislação complementar.

As formas de povoamento estão, inevitavelmente, relacionadas com fatores naturais e humanos que condicionaram o desenvolvimento dos territórios. A análise das formas de povoamento e a sistematização das fases de crescimento [quando existem dados que o tornam possível] tem como principal objetivo perceber as tendências e perspetivar caminhos de crescimento urbano sustentável.

O estudo da estruturação do território pressupõe o conhecimento do povoamento, ou seja, das formas de apropriação dos territórios.

A uma **escala macro**, o conhecimento das grandes unidades de ocupação urbana – núcleos ou estruturas lineares, considerando as características físicas do território como fatores condicionantes do uso do solo e da sua organização espacial, os níveis de acessibilidade e os projetos/elementos âncora das dinâmicas de crescimento;

A uma **escala micro**, uma abordagem circunscrita à forma urbana, que corresponde à avaliação do modo como o espaço público [rede viária local e espaços de estar – alargamentos, largos, praças e jardins] foi dando resposta às necessidades dos habitantes, como o edificado se foi transformando com o tempo quer ao nível formal quer volumétrico ou mesmo de utilização dos materiais e relacionamento com o espaço público.

A análise da evolução do povoamento no concelho de Góis será efetuada, numa primeira fase, através do estudo da evolução da população residente e do número total de fogos dos principais aglomerados urbanos do concelho. Numa segunda fase proceder-se-á à análise da densidade populacional e do nível de urbanização do concelho e das freguesias.

02 - O Método de Abordagem

Para a concretização do objetivo proposto optou-se por fazer uma abordagem de escalas diferenciadas, estudando contextos mais alargados – escala regional e concelhia – que servem de suporte à análise e diagnóstico da microescala – aglomerados urbanos. Assim sendo estabelece-se a seguinte metodologia:

- 1) **Macro Estrutura Funcional Concelhia** | 1º Aproximação à Hierarquia Urbana. Criação de um suporte analítico sustentado sobre os condicionalismos e fatores que influenciam a forma arquitetónica e estrutura dos aglomerados deste Concelho.
Concretização de um quadro de caracterização do território que possibilite delinear pistas/linhas orientadoras das propostas de expansão, regulamentação e áreas de estudo a aprofundar.
- 2) **Micro Estrutura Funcional** | Caracterização de espaços urbanos. Construção de uma abordagem às estruturas e formas urbanas existentes no concelho com base no conhecimento de campo e nas reuniões com os autarcas das Juntas de Freguesia e técnicos da Câmara Municipal, levadas a cabo desde o início do Plano.
- 3) **Hierarquização dos Espaços Urbanos/Aglomerados** | Na última fase, com base no diagnóstico elabora-se uma abordagem crítica da informação recolhida e elencam-se pistas para o programa de intervenção, bem como para a estratégia de ordenamento.

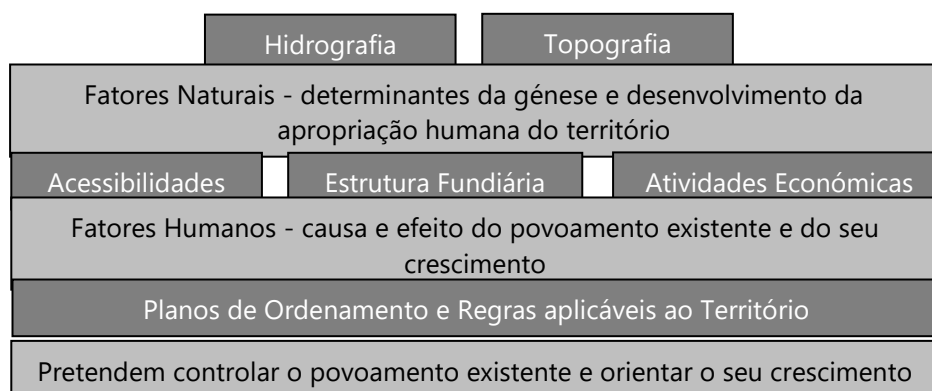
03 - Preocupações de Partida

- Conhecer as dinâmicas de apropriação do território, não só as que estiveram na origem do povoamento concelhio, mas também, e fundamentalmente, as dinâmicas que atualmente estão instaladas e que moldam os padrões de crescimento do espaço urbano. O contraste entre as zonas antigas e as zonas mais recentes.
- Conhecer as sinergias entre os aglomerados concelhios – os problemas e potencialidades instaladas territorialmente;
- Considerando a microescala dos territórios, importa potenciar a qualidade do espaço urbano, fator preponderante para a qualidade de vida das populações. O objetivo será sempre o de detetar as potencialidades e os problemas sugerindo caminhos alternativos para manter e melhorar os espaços de vivência e convivialidade.

04 - Macroescala Funcional

Antes de avançar para uma caracterização mais detalhada do espaço urbano concelhio importa perceber as causas e efeitos deste povoamento numa perspetiva generalista. Isto é, importa estruturar uma caracterização à escala concelhia percebendo a rede urbana existente, as complementaridades e descontinuidades que se foram vincando ao longo dos anos e que se equacionará a hipótese de manter ou contrariar.

O povoamento de Góis, tal como o povoamento de qualquer território é resultado de inúmeros fatores históricos, no entanto, e uma vez que estes já foram brevemente descritos no relatório da história e património, é importante olhar para o território concelhio atual e sistematizar os fatores naturais e humanos que tendo ditado a génese da ocupação podem continuar a ser preponderantes nas propostas de crescimento.



Os **Fatores Naturais** – Hidrografia e Topografia – regra geral ditaram a apropriação humana original do território. Sendo os recursos naturais [agricultura e floresta] a principal fonte de rendimento da população, o respeito pela topografia e a preservação das linhas de água como elementos essenciais à manutenção da atividade socioeconómica é evidente, quer na utilização do espaço natural, quer na localização dos aglomerados. É evidente o equilíbrio entre o território e a ocupação humana.

Tendo em consideração a matriz de fatores comuns ao desenvolvimento dos aglomerados desta região – sistemas montanhosos, linhas de água e todas as atividades a estes associadas, foram os **Fatores Humanos** que introduziram especificidades e desencadearam processos de especialização com consequente necessidade de interdependências e funcionamento em rede.

Os fatores humanos são mais do que determinantes para a estruturação dos aglomerados; são também por esta determinados. Ou seja, as acessibilidades, as atividades e a estrutura fundiária são fatores que influenciam o crescimento dos aglomerados, mas também, são influenciados por esse mesmo crescimento, são assim causa e consequência dos modelos ocupacionais instalados e, como tal peças fundamentais da atividade de planeamento e ordenamento territorial.

Por último, e em termos cronológicos os mais recentes, existem os **Fatores Regulamentares** que induzem/condicionam o modelo de ocupação espacial existente. Refiram-se as condicionantes e servidões administrativas legalmente em vigor [REN, RAN, rede elétrica, Imóveis classificados, Proteção a Infraestruturas, etc.] e os Planos de Ordenamento do Território que vigoram no concelho – Plano Diretor Municipal em vigor e demais instrumentos de ordenamento em vigor.

04.1 - Fatores naturais

Góis é um concelho que apresenta características montanhosas, localizado no território de transição entre o Litoral e as fronteiras da região, sendo uma zona de montanha, com grande densidade florestal, recurso este que marca significativamente a estrutura económica desta área geográfica, o que lhe confere características diversas.

O declive é uma variável importante quando se pretende avaliar o risco de incêndio de uma determinada região. Declives mais acentuados estão geralmente associados a uma reduzida acessibilidade às manchas florestais, dificultando as ações de manutenção dos povoamentos e ao combate dos incêndios. A progressão das chamas, por um outro lado é mais rápida em zonas de maior declive, facilitando a progressão dos incêndios florestais. Assim, quanto mais acidentado for o terreno, maior o risco de incêndio.

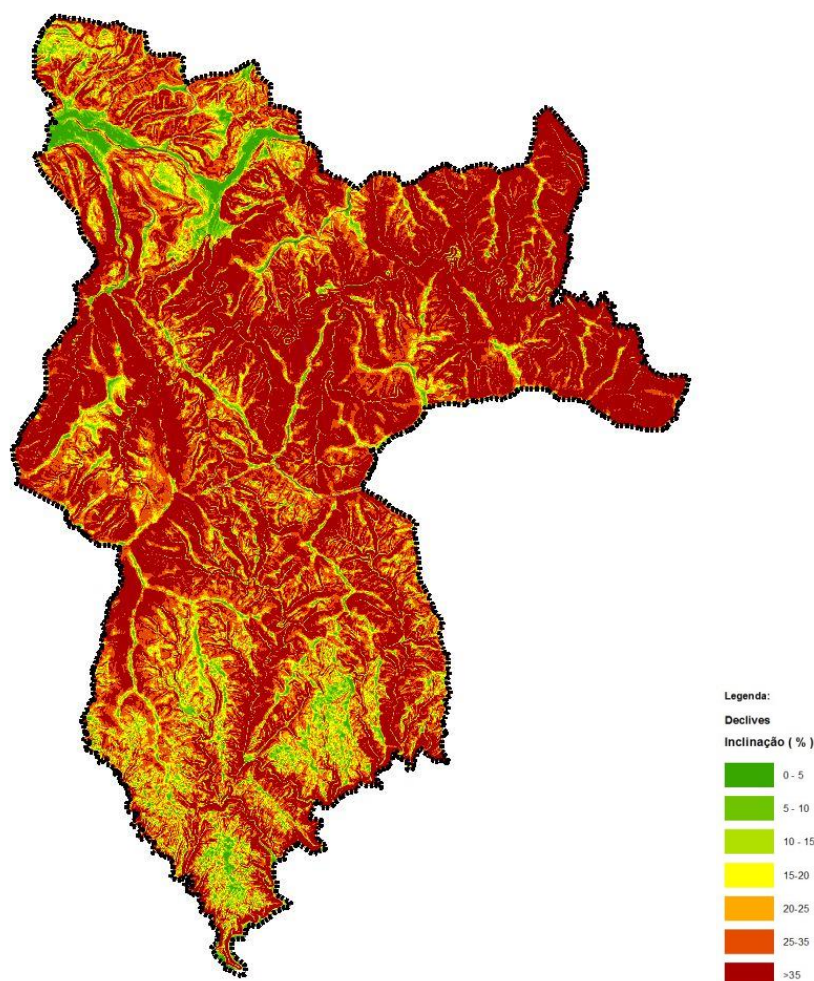


Figura 04 – Modelo Digital de Terreno, Declive, Hidrografia

O concelho de Góis é constituído na sua grande parte por **declives bastante acentuados**, encontrando-se entre os 20 e 25%, sendo estes correspondentes a ocupação florestal. Por outro lado, os declives menos acentuados localizam-se na região sul do concelho, designadamente na freguesia de Alvares e ao longo do vale do Ceira, de Vila Nova do Ceira até Góis, onde se atingem os valores inferiores a 5%.

A quantidade e a qualidade dos recursos hídricos dependem, em grande medida do coberto vegetal e muito particularmente do estrato arbóreo. O aproveitamento e a maximização das águas pluviais que atingem o solo são beneficiados pelos povoamentos florestais que, por aumentarem as taxas de infiltração do solo, promovem o escoamento não torrencial. Em termos gerais o concelho de **Góis** pertence a duas bacias hidrográficas distintas, sendo a região norte do concelho abrangido pela **bacia hidrográfica do Mondego** e a região sul ocupada pela **bacia hidrográfica do Tejo** [Figura 7] , com bastantes ribeiras de carácter permanente ao longo de todo o ano.

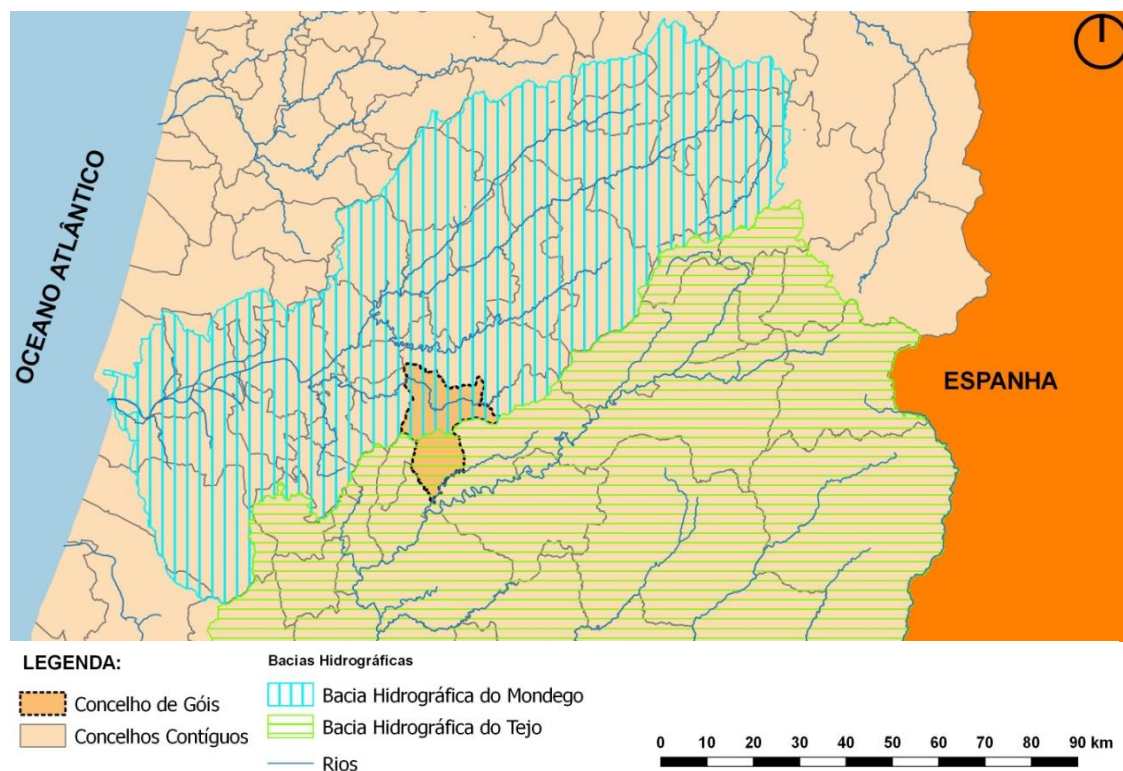


Figura 05 - Bacia hidrográfica do Mondego e Bacia hidrográfica do Tejo no concelho de Góis

A principal linha de água do concelho de Góis é o **rio Ceira**, afluente do rio Mondego, tem cerca de um terço do seu percurso [32 km] interior do concelho de Góis, atravessando-o no sentido aproximadamente transversal a Norte. Evidenciam-se ainda as seguintes linhas de água, em função da área da respetiva bacia hidrográfica e do seu comprimento: rio Unhais, rio Sótão, ribeira de Mega, ribeira de Sinhel, ribeira de Celavisa, ribeira das Mestras, ribeira do Loureiro, ribeira da Pena, ribeira de Corterredor, ribeira do Amioso, ribeira de Carrimá e ribeira do Porto, num total aproximado de 130 quilómetros de extensão de massa de água no interior do concelho.

04.2 - Fatores humanos

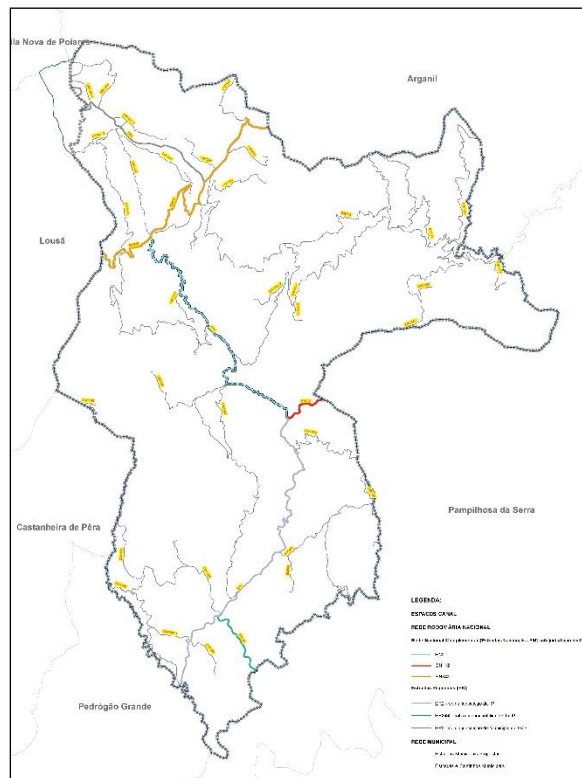
Os fatores naturais descritos ditaram o traçado das vias e a forma dos espaços construídos. A estes o homem foi acrescentando novos fatores que direta ou indiretamente travaram ou aceleraram o povoamento. A apropriação do território tenta sempre tirar partido dos fatores naturais, nos casos de maior equilíbrio o assentamento humano utiliza o espaço natural como prolongamento do espaço de vivência não adulterando características fundamentais. A compreensão do território urbano assenta fundamentalmente no conhecimento de três fatores humanos:

1. As **ligações viárias** foram, e em determinados contextos continuam a ser, fatores determinantes na expansão dos aglomerados, funcionando como fios condutores da expansão pontual e individual;
2. As **atividades económicas**, a sua existência em determinadas localizações é, sem dúvida, um fator de peso para o crescimento dos aglomerados. O grau de atração dos aglomerados onde existem equipamentos de apoio à população, comércio, serviços, possibilidades de emprego é muito superior ao dos que não têm;
3. A **estrutura fundiária** condiciona as possibilidades de construção.

04.3 - Esquema de acessibilidades

Em termos de rede de acessibilidade de âmbito municipal e local, poder-se-á assumir que, de um modo geral, o concelho de Góis, não se encontra bem servido de vias de comunicação. As suas principais vias distribuidoras existentes, nomeadamente a EN2/ER2 "Góis/Pedrogão Grande [parcialmente sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal e do Município de Góis] entre o limite a noroeste do concelho de Góis e o KM275 [curva do Pião]", a EN342 "Góis/Lousã/Arganil [sob jurisdição Infraestruturas de Portugal]", a EN342-3 "Várzea Grande/Serpins [via municipalizada: Município de Góis]", a EN112 "Góis/Pampilhosa da Serra [sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal]" e a ER344 "Alvares/Pampilhosa da Serra [sob responsabilidade da Infraestruturas de Portugal]", apresentam um traçado sinuoso, consequência da orografia do território, problemas quanto à legibilidade e alguma fragilidade ao nível do seu perfil e do seu estado de conservação, nomeadamente nas ligações entre aglomerados e freguesias mais isoladas.

Figura 6 - Esquema de acessibilidades



Acresce, que o esquema viário e as condições morfológicas das vias de comunicação, na ligação aos principais polos de origem distinta do concelho, designadamente: ligação a Coimbra, ligação à A13 e ligação ao IC8 condicionam de forma significativa o desenvolvimento socioeconómico pelos tempos de viagem elevados em distâncias relativamente curtas. Também ao nível das ligações internas do concelho as vias existentes condicionam as viagens à sede de concelho, nomeadamente: a zona do vale do Ceira, na ligação união de freguesias Cadafaz e Colmeal e ligação a Alvares.

Estamos, portanto, na presença de um território com uma malha viária polarizada pelos principais eixos viários e a partir dos quais se foi desenhando a restante malha viária de acesso aos vários aglomerados concelhios. A topografia foi sem dúvida o fator determinante da atual morfologia da malha existente, condicionando também a ocupação e vocação dos espaços urbanos.

04.4 - Estrutura e forma urbana

Em termos de estrutura urbana, a distribuição dos aglomerados é feita segundo diversos critérios: a morfologia do território, as linhas de água e as vias de comunicação.

A generalidade dos aglomerados do interior de Portugal tem características rurais, sendo o desenho das ruas marcadamente orgânico em função dos limites das propriedades. Fruto do abandono demográfico dos ambientes rurais verificado em Portugal e, em particular, no interior nas últimas décadas, o edificado foi sendo também abandonado. Por isso as suas estruturas edificadas acusam o descuido continuado. A população que ainda permanece e que garante o uso agrícola da terra, foi adaptando as construções originais ou construindo de raiz segundo novos padrões de conforto e exigência. Originalmente, as habitações eram construídas com recurso à pedra, material relativamente abundante. Não havia uma forma estabelecida para as casas e para os anexos agrícolas, que podem estar juntos na mesma construção ou separados.

Existiam, sim, técnicas de construção que, aliadas aos materiais utilizados, contribuíam para uma unidade da paisagem edificada. No presente, essas construções não garantem condições de habitabilidade e conforto, por esta razão, e pelos custos da requalificação ou exigências “de modernidade” dos seus proprietários, foram abandonadas. No entanto, constituem um importante testemunho de dimensões históricas, sociais e culturais que importa estudar e, sobretudo, necessitam do encontro com uma solução que permita a sua requalificação. O espaço que resulta entre as construções, ajuda a definir as ruas, também com dimensões que cumpriam as necessidades no passado, mas que agora têm dificuldade em responder às novas utilizações, como é o exemplo do automóvel.

04.5 - **Densidade populacional e nível de urbanização**

De acordo com os Censos 2011, Góis é o segundo concelho com menor densidade populacional da região de Coimbra, residindo no concelho cerca de 16,2 habitantes por km², ao passo que na globalidade da região de Coimbra residem aproximadamente 47,3 habitantes por km². Apenas o concelho de Pampilhosa da Serra, apresenta, uma densidade populacional inferior à registada no concelho de Góis.

A União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal é ao nível do concelho de Góis, a freguesia menos densamente povoada, com uma densidade populacional aproximada de 4,9 habitantes por km². Por seu turno, a freguesia de Vila Nova do Ceira é a mais densamente povoada, com uma densidade populacional de 44,4 habitantes por km².

As restantes freguesias do concelho apresentam valores inferiores ao registado em Vila Nova do Ceira e superiores ao da União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, todas elas, portanto, com densidades inferiores à densidade populacional da região.

Freguesias	habitantes	hab / km2
Alvares	812	8,2
UF Cadafaz e Colmeal	348	4,9
Góis	2.171	29,6
Vila Nova do Ceira	929	44,4
Concelho	4.260	16,2

O nível de urbanização da população residente no concelho de Góis, medido segundo a proporção do número total de fogos localizados em aglomerados com 500 ou mais habitantes [valores de 2011] é igualmente um dos mais baixos da região de Coimbra.

04.6 - Hierarquia urbana

A rede urbana do concelho de Góis é caracterizada por um conjunto de aglomerado de pequena dimensão dominada pela sede de concelho. Regista-se que apenas existem 9 aglomerados com mais de 100 habitantes [população residente]:

Aglomerado	N.º habitantes
Góis	750
Vila Nova do Ceira (Várzea Grande)	340
Ponte Sótão	265
Cortes	220
Cabreira	175
Várzea Pequena	165
Casal de Cima	155
Bordeiro	135
Alvares	105

As duas anteriores sedes de freguesia com menos de 100 habitantes, nomeadamente Colmeal e Cadafaz, correspondem agora à atual União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal.

O Município de Góis apresenta uma distribuição populacional bastante condicionada por constrangimentos físicos, que se traduzem em fortes assimetrias, associadas às dificuldades de mobilidade. Estas características têm vindo, desde sempre, a condicionar a estrutura do povoamento. É possível definir o município de Góis, como predominantemente rural, dado que apenas a freguesias de Góis, localizada no setor central, deverá ser considerada como "Área Urbana", enquanto que o restante território se integra, no que se designa por "Áreas Predominantemente Rurais".

Em termos de distribuição geográfica dos aglomerados, o concelho apresenta um certo desequilíbrio, pois é na zona Noroeste que se concentram os principais lugares [Góis, Várzea Grande, Várzea Pequena, Ponte de Sótão e Bordeiro].

A análise da hierarquia dos aglomerados com base nas funções centrais, será feita recorrendo-se ao trabalho elaborado pelo GAT de Arganil com o título "Informação Urbanística de Base" [Dezembro, 1982], no qual foi considerada a ocorrência de 70 funções, nos seguintes setores: comunicações, empresas industriais, comércio, infraestruturas básicas, educação e segurança social, saúde e religião, feiras e associações recreativas, culturais e desportivas.

Assim, pelo número e tipo de funções que cada lugar apresenta foi possível estabelecer 4 níveis:

1. O **nível 1** é constituído pelo aglomerado de Góis com um número elevado de funções.
2. O **nível 2** é constituído por Vila Nova do Ceira [número de funções e seu tipo; potencial demográfico].
3. No **nível 3** incluíram-se 7 aglomerados apresentando todos eles, nalgumas funções, mais de uma unidade.
4. O **nível 4**, que inclui lugares que possuem pelo menos 20% do nº total das funções consideradas. Abrange aglomerados que não dispõem de mais de uma unidade por função e com níveis de população baixos [entre 23 e 71 hab], exceção feita a Casal de Cima com 156 hab.

Concluindo, pode dizer-se que os principais aglomerados urbanos do concelho de Góis são: Góis, Vila Nova do Ceira [Várzea Grande], Alvares, Colmeal, Cadafaz, Cabreira, Cortes, Ponte de

Sótão, Bordeiro e Casal de Cima, que no seu conjunto representam cerca de 60% da população total do concelho.

A distribuição dos aglomerados do concelho, baseia-se na morfologia do território, nas linhas de água e nas vias de comunicação. O seu crescimento é determinado por fatores mais complexos de base económica e social, gerados por fatores de proximidade e capacidade de atração de população. O território urbano do concelho não é exceção. À ocupação inicial determinada por fatores naturais foram-se juntando fatores externos como o traçado das vias regionais – EN 2, EN 112, EN 342, EN 342-3 e EN 344, que serviram e continuam a servir de eixo de atravessamento interconcelhio e, como tal, são os locais de maior visibilidade.

A região de Coimbra e mais concretamente os municípios que integravam a anterior subregião do Pinhal Interior Norte, é caracterizada pela diminuição do povoamento, ausência de estrutura urbana e pelo despovoamento. Este território regista uma clara perda demográfica, em que as tendências da década de 1991-2001 e 2001-2011 assinalam apenas uma ligeira atratividade da sede de concelho por oposição ao esvaziamento dos territórios envolventes, ou seja, dos aglomerados de menor dimensão.

A proximidade do município de Góis, a centros funcionais, em especial Coimbra e a aposta na rede de acessibilidades, constitui uma mais-valia, podendo traduzir-se num fator de inversão do processo de abandono populacional.

O território de Góis regista maioritariamente uma ocupação florestal [cerca de 90% do território municipal], enquanto a área com ocupação agrícola, corresponde a uma área residual no território municipal, registando solos com escassa aptidão agrícola, mais apropriados à exploração extensiva e menos exigentes à prática da silvicultura ou de atividades de atividades ligadas à floresta.

Neste contexto a área urbana assume uma reduzida expressão territorial, se comparada com municípios da Região de Coimbra e da Região Centro.

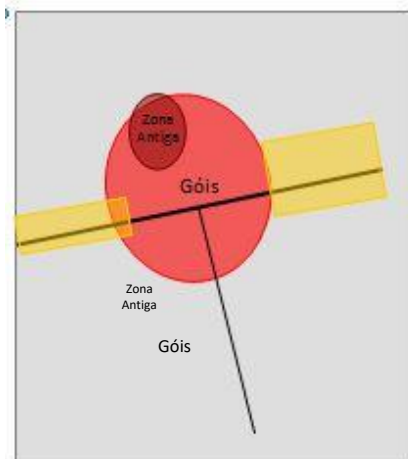
No que diz respeito à rede de acessibilidades, o concelho assume uma posição relativamente excêntrica, nomeadamente no que diz respeito à rede de rodoviária de âmbito nacional, em especial os Itinerários Principais [IP] e Itinerários Complementares [IC]. Neste âmbito, importa salientar, um relativo distanciamento aos principais centros urbanos regionais, o que se traduz em dificuldades de acesso a funções centrais de carácter social e de saúde. Este aspeto assume maior importância, quando associado a uma forte dependência de eixos viários [Estradas Nacionais e Regionais] e à ausência de alternativas à utilização destes eixos e do transporte automóvel.

05 - Microescala Funcional/Caraterização dos Espaços Urbanos

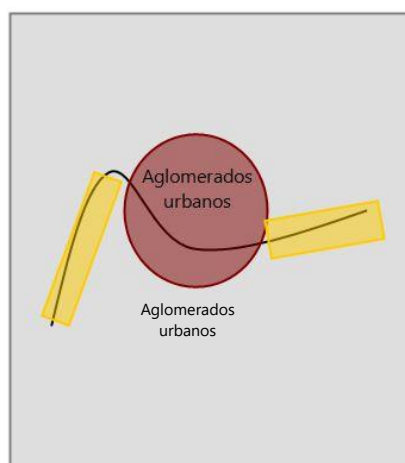
A abordagem às estruturas e formas urbanas existentes no concelho tem como principal objetivo o conhecimento adquirido no terreno e nas reuniões com os autarcas das Juntas de Freguesia e com os técnicos da Câmara Municipal, levadas a cabo desde o início do plano.

05.1 - Padrões de ocupação tipo

Percorrendo o território de Góis, identificam-se espaços com características morfológicas e funcionais idênticas, podendo mesmo falar-se em tendências / padrões de ocupação.



Padrão ocupacional característico da Unidade Territorial Homogénea tipo "Espaços Centrais - Núcleo Antigo e Espaços Habitacionais"



Padrão ocupacional característico da Unidade Territorial Homogénea tipo "Espaços Urbanos de Baixa Densidade"

Zonas antigas – Malha urbana de desenho orgânico, fortes interdependências entre o edificado e o espaço público, edificado arquitetura marcadamente rural / vernacular. Apesar de serem visíveis algumas marcas de abandono são, inequivocamente, os espaços mais representativos dos valores culturais - nomeadamente históricos, arquitetónicos, urbanísticos ou simplesmente afetivos e como tal deverão ser alvo de políticas de reabilitação. A nível concelhio mantêm-se como espaços de concentração do pequeno comércio e de alguns dos equipamentos de utilização coletiva.

Zonas consolidadas de tipologia multifamiliar – Envolve as zonas acima descritas, foram na sua génese os espaços de localização dos equipamentos consumidores de novas áreas e que por isso se localizaram na periferia das zonas residenciais. O desenho urbano, menos orgânico mas marcadamente radiocêntrico passa a incorporar conceitos de ortogonalidade (quarteirão). Encontram-se nestes espaços alguns exemplares de tipologia multifamiliar. A contiguidade territorial nem sempre é sinónimo de continuidade urbana, é muitas vezes um fator negativo sendo a rutura formal evidente. Regista-se quase exclusivamente na categoria de espaço urbano (sede de concelho).

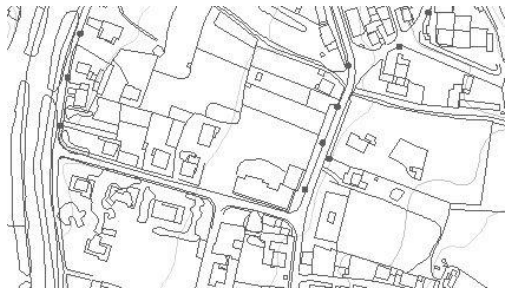
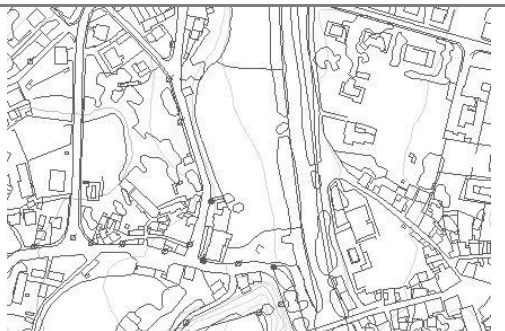
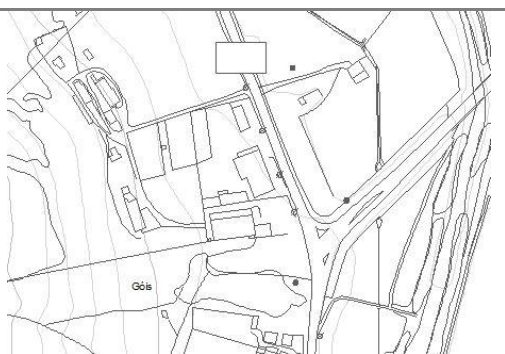
Zonas consolidadas de tipologia unifamiliar – Aglomerados sede de freguesias ou aglomerados isolados de características rurais de tipologias unifamiliares. O desenho urbano, pouco orgânico, marcadamente linear. Encontram-se nestes espaços algumas áreas expetantes, mas infraestruturadas. A contiguidade territorial nem sempre é sinónimo de continuidade urbana, é muitas vezes articulada com outras atividades do mundo rural. Regista-se quase exclusivamente na categoria de espaço urbano de baixa densidade.

Zonas de franjas urbanas – A inexistência de espaços disponíveis nas zonas mais centrais, a conotação social negativa das zonas antigas e a falta de imaginação na sua reabilitação, conjugadas com a disponibilidade de terrenos ao longo dos arruamentos que partem dos centros antigos para todo o território são alguns dos fatores que dão origem à paisagem urbana característica da envolvente dos aglomerados - Uma paisagem urbana débil e monofuncional, de ocupação extensiva de baixa densidade de tipologia unifamiliar.

Figura 07 - Padrões ocupacionais tipo

Assumem-se estes padrões ocupacionais como uma realidade local incontornável para a qual é fundamental encontrar mecanismos de qualificação de espaços urbanos distintos, mas que só pensados em conjunto podem, no seu todo, alcançar patamares competitivos de qualidade urbana.

Padrão Ocupacional	Características
Espaço Urbano – Núcleo Antigo	
	▪ Quarteirões ocupados quase na sua totalidade por espaços construídos. ▪ A escala urbana adequa-se a uma vivência de bairro. ▪ O espaço público que, na sua génese serviu como espaço de estruturação da ocupação, atualmente serve, desadequadamente, de suporte ao tráfego automóvel. ▪ Património edificado, mantém características simbólicas e arquitetónicas ligadas à identidade local.
Espaço Urbano Central	
	▪ Zonas atualmente consideradas centrais, que constituem os centros das sedes de freguesias, onde se concentram os principais equipamentos e as atividades económicas; ▪ O desenho do espaço edificado tem a preocupação de criar espaços públicos que não os de circulação. Aparecem praças, pequenos jardins, espaços de equipamentos e outros acontecimentos que qualificam não só o local onde ocorrem como toda a envolvente; ▪ A criação de espaços públicos decorre de uma variação da forma e implantação dos polígonos, fator que valoriza a imagem do concelho; ▪ As imagens apresentadas para este padrão ocupacional demonstram a diversidade de implantações existentes. Todas elas com a integração de espaços públicos, de estacionamento e circulação que se desenvolvem paralelamente aos eixos viários principais, não sendo estes últimos estruturantes da ocupação; ▪ Como aspeto negativo destacam-se os impasses que se foram multiplicando pelo território urbano. ▪ Na sede de concelho, a tipologia multifamiliar com volumetrias até aos 4 pisos, constitui por si só uma escala pouco adaptada ao usufruto do espaço pelos seus habitantes; ▪ O espaço comercial existente no rés do chão dos edifícios não está associado a nenhum espaço público para além do simples passeio, o que muitas vezes pode ser um fator de desinteresse para os potenciais clientes; ▪ Raramente existem âncoras de estruturação do território – a monotonia desta paisagem urbana quase nunca é “quebrada” por um elemento de destaque – jardim, equipamento ou outro elemento ...
Espaço Urbano Habitacional	

	▪ Espaços estruturados por uma malha ortogonal sem hierarquia ou distinção funcional dos espaços de circulação. ▪ Territórios marcados pelas extensas manchas de espaços construídos, os elementos base de todo o desenho são o lote e o arruamento. ▪ Não existem elementos de diferenciação da malha e do tecido urbano, sendo por estas razões territórios monótonos onde facilmente se perde quem por lá circula.
	Espaço Urbano de Baixa Densidade ▪ Retalhos de espaço construído que povoam o território rural. ▪ Lógica de ocupação dispersa e isolada, sem nenhuma articulação direta com a envolvente construída ou natural. ▪ Sem espaços públicos, apenas existem as ligações viárias de suporte.
	Espaço de Atividade Económica ▪ Zona industrial da Alagoa, Zona industrial Urbana de Jardim ou Forca e Zona industrial Urbana do Baião, na freguesia de Góis, Zona industrial de Cortes, na freguesia de Alvares e Zona industrial de Várzea Pequena, na freguesia de Vila Nova do Ceira, onde se registam espaços de Indústria, armazenagem, empresas de construção de Portas e Janelas, oficinas metalúrgicas e metalomecânicas, comércio de materiais de construção e oficinas de automóveis.

*"Temos de reconhecer, hoje, que as formas de urbanização da sociedade portuguesa e a sua territorialização são substancialmente diferentes das da maioria das regiões da EU e não encaixam com modelos urbanísticos tomados como referência da Europa. Por isso permanecem entre nós, muitos equívocos sobre a ideia da concentração urbana e da permanência do modelo da cidade compacta tradicional versus dispersão. A grande diferença em relação a outros países europeus mais organizados será no facto de que **a ocupação dispersa e de baixa densidade, assim como as estruturas urbanas distendidas, foram enquadradas e planeadas na maior parte dos países, enquanto em Portugal eram rejeitadas e remetidas para o mercado informal e para ocupações casuísticas não planeadas.**" [In Soares, L.B., Sociedade e Território, nº33]*

Sendo que, a primeira etapa para a qualificação urbana é reconhecer e assumir as realidades locais, o maior desafio é sem dúvida o desenvolvimento de programas de intervenção diferenciados mas que concorram para a concretização de cenários de oportunidade.

05.2 - Programas de intervenção

Simplificam-se os programas de intervenção em seis tipos de objetivos que se cruzam e complementam conforme a tipologia de espaço urbano presente:

QUALIFICAR – Objetivo principal de qualquer intervenção em todas as tipologias de espaço urbano. Algumas das ações que se devem adotar como prioritárias: criar incentivos para a qualidade da intervenção privada sobre o território [prémios de arquitetura, engenharia], incutir o sentido social de posse sobre espaços urbanos de utilização coletiva [equipamentos, serviços e espaços públicos], dar especial ênfase à intervenção pública no espaço que é de todos.

REABILITAR – Apesar de ser um objetivo passível de aplicar a intervenções em espaços diversos, é nas zonas consolidadas mais antigas que se assume como “motor-chave”. Reabilitar pressupõe o respeito pela morfologia urbana presente, ou seja, a melhoria das condições de uso e habitabilidade destas zonas será feita com a preocupação de recuperação da imagem dos conjuntos e do caráter dos espaços.

CONSOLIDAR – Considera-se a consolidação como principal objetivo nas estruturas urbanas onde apesar de já existir construção, os “espaços vazios” proporcionam a possibilidade de definir e melhorar a forma e função do território urbano. Colmatar espaços assumindo as regras da envolvente sempre que favoreçam a qualidade urbana ou definindo novas regras – alinhamentos, volumetrias, características dos espaços de circulação – passeios, faixa de rodagem, etc.

INTEGRAR – A integração encara-se como objetivo transversal a todas as categorias de espaço, ou seja, os diferentes momentos de crescimento do espaço urbano ocorreram negligenciando o seu papel de charneira, a importância da continuidade e complementaridade - geraram-se espaços descontínuos e de difícil perceção de conjunto. Importa assim que se encontrem os elementos de continuidade entre diferentes espaços e que nas novas intervenções esta preocupação seja assumida de raíz. Os espaços com programas funcionais singulares sejam eles industriais ou de equipamentos também carecem deste tipo de preocupações. Para este objetivo concorre a capacidade de intervir sobre o espaço público – principal elemento de continuidade urbana: percurso automóvel ou pedonal, e de regulamentar a estética do construído [formas, volumes, cores].

Quadro 02 - Principais Tipologias de Intervenção por Tipologia de Espaços Urbanos

	Tipologia de espaço urbano				
Tipologia de Intervenção	Zonas Antigas consolidadas	Zonas consolidadas	Zonas de "franja"		Zonas de exceção empresariais, industriais, equipamentos e serviços
			Ocupadas	Expectantes	
QUALIFICAR					
REABILITAR					
CONSOLIDAR					
INTEGRAR					

05.3 - Desafios e questões a ter em consideração na estratégia de Ordenamento

Tendo em consideração as características ocupacionais descritas, surgem como principais desafios à revisão do PDM de Góis, no domínio da estrutura e forma urbana, para todo o território:

A . Reabilitação Urbana

Espaços de identidade, espelho de culturas e quotidianos passados, encontram-se aqui espaços de valor socio-urbanístico que urge preservar e integrar no tecido urbano mais alargado

Medidas

- A1. Tratamento dos espaços públicos;
- A2. Apoio à reabilitação: divulgação de financiamentos e apoios à reabilitação, apoio técnico aos projetos;
- A3. Projeto modelo, para dar a conhecer história, as funções originais e propor a reinvenção dos espaços, a adequação a novas necessidades respeitando elementos arquitetónicos e urbanos fundamentais;
- A4. Apoio ao Comércio Tradicional – incentivos.

B. Integração de Elementos Naturais no desenho do espaço urbano

Assumir a qualidade do espaço urbano como um prolongamento da qualidade do espaço natural é um desafio para a diferença deste território

Medidas

- B1. Tratamento das frentes ribeirinhas como espaços de recreio e lazer associados ao meio urbano;
- B2. Integração de zonas de equipamento associadas à envolvente dos aglomerados como âncoras de intervenção no espaço natural, associados à criação de corredores permeáveis em meio urbano.

C. Qualificação e Equilíbrio de espaços territorialmente contíguos e funcionalmente incompatíveis

A amálgama funcional existente pode dizer-se que é uma característica dos territórios concelhios. Espaços habitacionais e espaços industriais/armazenagem entram em conflito devido a diferentes necessidades de apropriação do espaço, gerando cenários desqualificados.

Medidas

- C1. Delimitação de espaços para programas funcionais específicos – atividade industrial;
- C2. Nos casos de proximidades dificilmente reversíveis, definição de espaços barreira com cortina arbórea ou elementos de minimização de impactos visuais, sonoros ou de outra natureza;

D. Qualificação e Transformação dos elementos estruturantes da génese urbana e funcional dos aglomerados – as Estradas Nacionais

A concentração de novas atividades, consumidoras de espaços, foi acontecendo de forma desordenada ao longo destes eixos. Com a atual melhoria do quadro de acessibilidades surge a oportunidade de qualificação e integração, sendo para tal indispensável discutir e reinventar o papel destes eixos no tecido urbano.

Medidas

Plano de estrutura dos eixos viários em transformação – EN2 e EN342 – matriz de localização preferencial por setores de atividade (prós e contras);

E. Os aglomerados Urbanos de Baixa Densidade e de Estrutura Urbana Linear

Estruturas Lineares tradicionalmente associados ao universo rural agrícola. A não adulteração deste modelo de apropriação do espaço passa por medidas concretas de gestão urbanística.

Medidas

Definição de afastamentos à frente do lote para que nunca se crie uma imagem de frente urbana.

Definição de um polígono máximo de implantação de acordo com a área e forma da parcela em causa.

05.4 - Requalificação e Regeneração Urbana

A publicação da Lei de Bases da Política de Solos e do Ordenamento do Território e Urbanismo², faz elevar a qualificação e a regeneração urbana como paradigma maior do ato de planear em Portugal.

Não sendo tal alheio a um acentuar da relevância da regeneração urbana, em detrimento da anterior tendência de crescimento dos centros urbanos em extensão, o facto é que, a regeneração urbana tem vindo a ser uma área de atuação do Estado e da Administração Local .

No concelho de Góis, o município tem orientado a sua estratégia de intervenção, elegendo como domínios prioritários de intervenção a requalificação urbana e paisagística e a promoção da imagem da Vila, a modernização das infraestruturas básicas e do espaço público urbano, a facilitação do acesso e da mobilidade no centro, o estabelecimento de corredores de continuidade urbana, a disponibilização de espaços e equipamentos desportivos e a salvaguarda de zonas de descompressão mais adequadas às novas formas de vivência urbana e essenciais a um processo de crescimento ordenado e atento aos valores ambientais.

Estas foram as prioridades assumidas no anterior Quadro Comunitário de Apoio [QCA III] e, numa ótica de continuidade, continuam a sê-lo no atual período de programação estrutural no Quadro de Referência Estratégico Nacional [QREN] ou Portugal 2020.

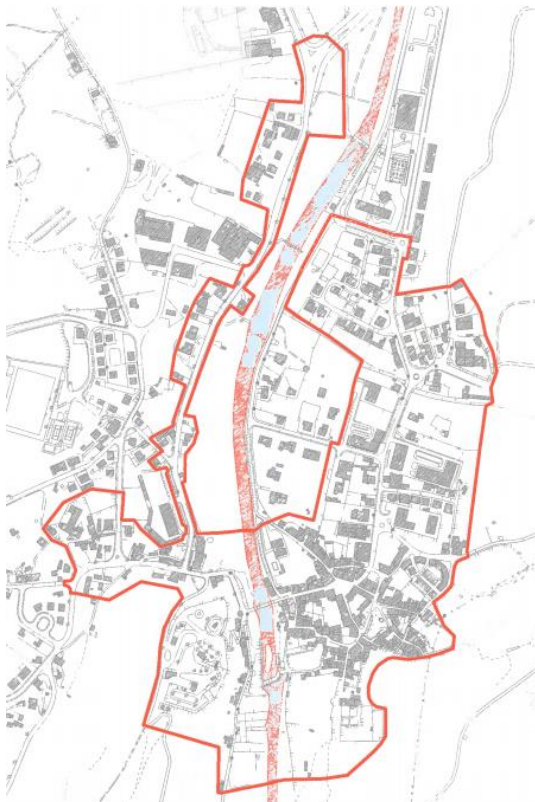
O ponto seguinte, identifica e caracteriza a área de intervenção e as principais obras de requalificação urbana no município de Góis.

² Lei nº 31/2014, de 30 de maio

05.5 - Obras de requalificação do espaço público e regeneração urbana

Em termos de obras de requalificação do espaço público / regeneração urbana, o município de Góis, através do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana [instrumento de programação vocacionado para a execução] procura reabilitar de forma a requalificar e melhorar a qualidade de vida, numa intervenção que abrange a reabilitação de edifícios degradados, devolutos ou funcionalmente inadequados, a melhoria do parque imobiliário urbano, a modernização das infraestruturas urbanas, uma aposta na melhoria geral da mobilidade e ainda a promoção de ações de valorização da oferta turística.

A ARU de Góis compreende uma área de 36,12 ha e engloba o centro da vila, designadamente o núcleo mais antigo, a praia fluvial e o parque de campismo, e as zonas de expansão para oeste e para norte. De um modo geral, a ARU é limitada pelas traseiras das edificações da Rua de Santo António e pela Rua Stanley Mitchell, seguindo para norte, incluindo os edifícios mais recentes e o supermercado Minipreço, e o loteamento e grande parte do Bairro Verde, onde inflete para sul e abarcando as edificações existentes, incluindo as oficinas da CMG, a Biblioteca Municipal, o Centro Social Rocha Barros, o Quartel dos Bombeiros Voluntário de Góis, o Bairro da Bota e a antiga escola primária. Seguindo o sopé da encosta, o limite da ARU abarca o cemitério e a igreja paroquial, atravessando o rio para poente e contornando o parque de campismo, incluindo assim o morro do castelo e as edificações do Bairro de São Paulo, junto à EN2, estendendo-se para Oeste e incluindo a sede da ADIBER. De forma linear, paralelo ao rio na sua margem esquerda, o limite da ARU inclui o troço da EN2 até ao nó com a EN342, a norte, assim como as casas servidas por essa via, descendo novamente até ao Bairro de São Paulo, onde atravessa o rio até à Rua de Santo António.



A maior parte dos projetos relacionam-se com a reabilitação de ruas, designadamente em matéria de iluminação e mobiliário urbano, repavimentação e reordenamento de estacionamento.

Figura 8 - Plano de Ação de Reabilitação Urbana do município de Góis

Do conjunto de projetos enquadrados pela área da requalificação / regeneração urbana do município de Góis, estes sobressaem pela sua dimensão e valorização do espaço público, ou ainda, pela promoção da imagem do concelho. Verifica-se igualmente um forte investimento nos equipamentos educativos, desportivos e, obviamente de lazer, localizados na envolvente da principal curso de água, o rio Ceira. De entre os diferentes projetos executados e a executar, destacam-se aqueles que nos parecem mais relevantes para a construção de uma vila com uma imagem urbana mais qualificada.

Capítulo 03 - **Acessibilidades e Transportes**

01 - Introdução

No presente capítulo é realizada a caracterização da Rede Viária, bem como, da mobilidade e dos sistemas de transportes existentes no concelho de Góis.

A análise da rede rodoviária é efetuada tendo por base o Plano Rodoviário Nacional 2000 [PRN2000] e restante rede que se imprime no território, que assim possibilitou uma caracterização do sistema viário atual.

Nesta fase de caracterização, procede-se à caracterização da rede viária concelhia efetuando-se, nomeadamente, a análise da sua inserção na rede exterior, das áreas servidas, da sua estrutura e hierarquia atual. Procede-se igualmente a uma análise sumária das perspetivas de evolução da rede viária concelhia, tendo por base os principais investimentos previstos no Plano de Ação do Concelho para 2017 e na Estratégia do Concelho para 2020.

Relativamente à mobilidade no concelho, efetua-se uma análise com base nos dados estatísticos publicados pelo INE, assim como, nos dados recolhidos junto da CM de Góis, designadamente em relação aos modos suaves de transporte, redes de serviço de táxis e rede de estacionamento público.

A análise da rede de transportes assenta na informação disponibilizada pelas empresas concessionárias, procurando-se estabelecer uma análise sucinta dos seus níveis de oferta de transportes públicos [rodoviários] no território em estudo.

As análises encontram-se apoiadas em peça gráfica complementar ao presente relatório.

02 - Acessibilidades

O atual Plano Rodoviário Nacional³ [PRN] define uma rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.

A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar. Além da rede rodoviária nacional, foi criada uma nova categoria, a das Estradas Regionais, que asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à Rede Rodoviária, que integram a Lista V anexa ao PRN. O Plano Rodoviário inclui uma Rede Nacional de Autoestradas que consta da Lista IV anexa ao PRN.

OBJETIVOS

- Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.
- Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.
- Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.
- Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

REDE RODOVIÁRIA NACIONAL

Rede Nacional Fundamental

Integra os Itinerários Principais (IP), que são as vias de comunicação de maior interesse nacional, servem de base de apoio a toda a rede rodoviária nacional e asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supradistrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras.

Rede Nacional Complementar

Integra os Itinerários Complementares [IC] e as Estradas Nacionais [EN], que asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supra concelhia, mas infradistrital.

Rede Nacional de Autoestradas

Integra os elementos da rede rodoviária nacional especificamente projetados e construídos para o tráfego motorizado, que não servem as propriedades limítrofes e que estejam sinalizados como autoestrada.

³ Decreto-Lei nº 222/98 de 17 de Junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de retificação nº 19-D/98 de 31 de Outubro, pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de agosto.

02.1 - O contexto municipal e regional

As vias de comunicação assumem uma importância determinante para o desenvolvimento económico e constituem um elemento de suporte à atração e fixação da população, sendo considerado que a acessibilidade e a mobilidade, encaradas enquanto garantia de acesso a bens e serviços se constituem como fatores fundamentais para o reforço da competitividade e da qualidade de vida do concelho. A acessibilidade e mobilidade que se encontra associada às ligações rodoviárias com os territórios e regiões envolventes afirmam-se igualmente como fatores que podem potenciar o desenvolvimento da atividade turística.

No que diz respeito às condições de acessibilidade no âmbito da rede viária municipal e local, poder-se-á assumir que, de um modo geral, o concelho de Góis, não se encontra bem servido de vias de comunicação, acrescido do facto de as principais vias distribuidoras existentes, nomeadamente a EN2 "Góis / Pedrogão Grande [parcialmente desclassificada: Infraestruturas de Portugal e município de Góis entre o limite a noroeste do concelho de Góis e o KM275 [curva do Pião]]", a EN342 "Góis/ Lousã / Arganil [Infraestruturas de Portugal]", a EN342-3 "Várzea Grande / Serpins [totalmente desclassificada: Município de Góis]", a EN112 "Góis / Pampilhosa da Serra (Infraestruturas de Portugal)" e a EN344 "Alvares/ Pampilhosa da Serra [Infraestruturas de Portugal]", apresentarem um traçado sinuoso, consequência da orografia do território.

A rede viária local, apresenta problemas quanto à legibilidade e alguma fragilidade ao nível do seu perfil e do seu estado de conservação, nomeadamente nas ligações entre aglomerados e freguesias mais isoladas. Contudo a situação não se apresenta problemática pois, por um lado dado a pouca expressão ao nível da implantação de aglomerados e atividades é geradora de um reduzido volume de tráfego e por outro esta rede tem vindo recentemente a sofrer beneficiações, particularmente ao nível das pavimentações, encontrando-se atualmente, quer ao nível da sua extensão e cobertura, quer ao nível do seu estado de conservação, em condições aceitáveis face às solicitações de tráfego a que é sujeita.

Como aspetos fundamentais e caracterizadores da rede viária, importa realçar a grande dependência funcional do concelho e em especial do principal aglomerado populacional [Góis] face à **EN2** e à **EN342**, onde se concentram os principais constrangimentos e pontos de conflito da rede viária concelhia. Importa, no entanto, realçar que, estamos perante um concelho onde, não se perspetiva alterações na rede viária de carácter regional / nacional, não se perspetivando consideráveis repercussões na restante rede viária concelhia.

A rede viária principal, mesmo não atravessando o território municipal, mas com influência na rede viária do município de Góis, é constituída pelas seguintes estradas nacionais:

EN2 - Penacova - Poiares - Góis - Pedrogão Grande - Sertã
EN17 - Coimbra - Guarda
EN110 - Coimbra - Penela - [Tomar]
EN112 - Portela do Vento [Góis] - Castelo Branco
EN236 - Lousã - Castanheira de Pêra
EN342 - Miranda do Corvo - Lousã - Góis - Arganil - [EN17]
EN342-3 - Várzea Grande - Serpins
EN344 - Alvares - Pampilhosa da Serra

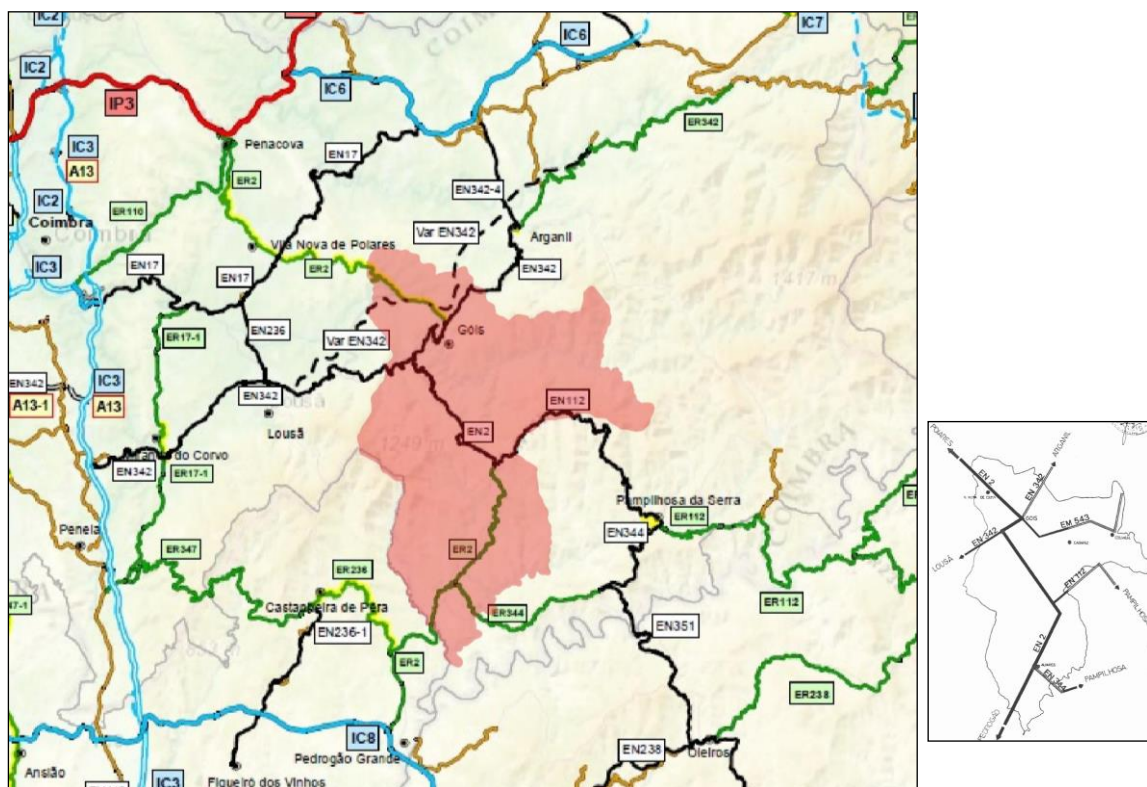


Figura 09 - Estrutura viária do município de Góis | Fonte: PRN 2000

Quadro 03 - concelho de Góis - rede viária: itinerários e características das estradas nacionais, regionais e municipais

Estradas Nacionais

Classificação	Designação	Pontos Externos e Intermédios
2	Chaves - Faro	Entre limites do concelho
112	Portela do Vento - Castelo Branco	Portela do Vento - Rolão
342	Carriço - Avô	Entre limites do concelho
343	Cerdeira [EN2] - Estação Penamacor	Cerdeira - Limite do concelho
344	Coja - Alvares	Limite do concelho - Carrasqueira - Alvares

Estradas Regionais

Classificação	Designação	Pontos Externos e Intermédios
2	ER 2 ⁴	Entre Portela do Vento (entroncamento da EN2) e o limite do concelho de Pedrogão Grande
344	ER 344 ⁵	Entre Alvares (entroncamento da ER2) e o limite do Concelho de Pampilhosa da Serra
2	ER 2 ⁶	Entre o limite do Concelho da Lousã e Góis (entroncamento da EN342)

Estradas Municipais

Classificação	Designação das Vias	Pontos Externos e Intermédios
543	EN 342 [Góis] ao Colmeal	EN 342 [Góis] - Cortecega - Cabreira - Sandinha - Capelo - Colmeal
543-1	Ramal para Cadafaz	EM 543 [proximidade de Cabreira] - Tarrastal - Cadafaz

⁴ Sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal.

⁵ Sob responsabilidade da Infraestruturas de Portugal

⁶ Sob jurisdição do Município de Góis.

Estradas Municipais		
Classificação	Designação das Vias	Pontos Externos e Intermédios
543-2	Ramal para EN 112 [Catraia do Rolão]	EM 543 [Colmeal] - Carvalhal do Sapo - EM 112 [Catraia do Rolão]
549	EN2 [Tulha] à EN 112 [Moradias]	EN 2 [Tulha] - Telhada - Limite do concelho
550	EN 344 [prox. de Trinhão] à EN 549 [Tulhas]	Ponte do Barco - Carrasqueira - Casal de Baixo - EN549
Caminhos Municipais		
Classificação	Designação das Vias	Pontos Externos e Intermédios
1148	----	Limites do município de Castanheira de Pera
1149	----	Município de Castanheira de Pera - Oubrais
1160	EN 2 - Mega Cimeira	Portela do Torgal - Mega Cimeira
1160-1	CM 1160 - CM 1390	Oubrais - CM 1390
1360	EN 2 à EM 522 [Chapinheira]	EN 2 - Carapinhal - Telhada - EM 522 [Chapinheira]
1360-1	Ramal para Campelo	CM 1360 - Campelo
1361	EN 2 (proximidade de Várzea Pequena) à EN 2	EN 2 - Várzea Pequena - CM 1361-1 - Vale de Egas - Limite do concelho
1361-1	Ramal para Inviando	CM 1361 [Várzea Pequena] - Inviando
1363	EN 342-3 [V.N. Ceira] e Sacões	EN 342-3 [V.N. Ceira] - Monteiro - Sacões
1364	EN 342 a Conhais	EN 342 Ponte de Sotão - Conhais
1364-1	Ramal para Albergaria	CM 1364 - Albergaria
1365	EN 2 a Samoura	EN 2 - Samoura
1366	EN 342 a Luzenda de Além	EN 342 - Luzenda de Além
1367	EN 342 [Bordeiro] a Póvoa	EN 342 [Bordeiro] - Póvoa
1375	EN 342 [Góis] a Carcavelos	EN 342 [Góis] - Carcavelos
1376	EN 2 a Alvém	EN 2 - Alvém
1377	EN 2 a Esporão	EN 2 - Esporão
1378	EN 2 a Pena	EN 2 - Ribeira Cimeira - Ribeira Fundeira - Pena
1379	EN 2 a Cerdeira	EN 2 - Cerdeira
1380	EN 2 a Povorais	EN 2 - Povorais
1381	EN 2 a EM 543-1	EN 2 - EM 543-1
1381-1	Ramal para Mestras	CM 1381 - Mestras
1381-2	Ramal para Folgosa	CM 1381 - Folgosa
1382	EM 543-1 Corterredor	EM 543-1 - Corterredor
1383	EM 543 a Candosa	EM 543 - Candosa
1384	EM 543-2 a Aldeia velha	EM 543-2 - Aldeia velha
1385	EM 543-2 a Malhada	EM 543-2 - Soito - Malhada - EN 2 - Malhada
1386	EN 2 a Simantorta	EN 2 - Simantorta
1387	EN 2 ao CM 1380	EN 2 Relva da Mó - Roda Fundeira - Roda Cimeira - Casal Novo - CM 1380
1388	EM 549 [Telhada] a Coelhosa	EM 549 [Telhada] - Coelhosa
1389	EN 2 Alvares e Amiosinho	EN 2 [Alvares] - Amiosinho
1390	EN 2 Amioso Cimeiro	EN 2 Amioso do Senhor - Amioso Cimeiro
1391	EN 2 a Mega Fundeira	EN 2 - Cortes - Mega Fundeira
1394	EM 550 a Foz Alvares	EM 550 - Foz Alvares
1395	EN 2 a Lomba	EN 2 - Lomba
1397	EN 112 a Coelhal	EN 112 - EM 549 [Telhada] - Coelhal
1397-1	Ramal para Alvares	CM 1397 - Alvares
1406	EN 342 - Vale Godinho	EN 342 a Piães - Outeiro - Liboreiro
1428	EM 342 - Liboreiro	EM 342 - Liboreiro
1440	EM 543 - Açor - Ádela	EM 543 - Município de Arganil

De acordo com o PROT Centro o município de Góis pertence à unidade Pinhal Interior Norte, esta abrange os concelhos que fazem a transição entre o Litoral e as fronteiras da região, sendo uma zona de montanha, com grande densidade florestal, recurso este que marca significativamente a estrutura económica desta área geográfica. A agricultura é de fraca dimensão, prevalecendo essencialmente uma agricultura de complementaridade / pluriatividade ou para consumo doméstico, razão pela qual a mancha florestal faz desta unidade uma das maiores áreas contínuas de pinhal da Europa.

Esta região é caracterizada por assimetrias relativamente às acessibilidades, sendo notório o contraste entre os municípios próximos do litoral e os municípios do interior e entre os extremos norte e sul da região e os concelhos centrais.

O concelho de Góis, localizado no alto distrito de Coimbra, sofrendo as consequências da interioridade e dos fatores inerentes ao mundo rural, dispõe de uma rede viária concelhia totalmente asfaltada e com bons acessos não só de ligação entre as quatro freguesias, mas também entre as diferentes aldeias e lugares.

Os concelhos de Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital, que se situam a norte, têm como principais vias de acesso o IC6, com ligação ao IP3 e à A25.

Os **concelhos que se situam a sul** têm como principais vias de acesso o IC8 e o IC3, sendo que o primeiro tem um traçado na direção este/oeste, servindo os concelhos de Penela, Alvaiázere e Ansião. Já os **concelhos centrais** de Vila Nova de Poiares, **Góis**, Lousã, Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pêra são essencialmente servidos por estradas nacionais ou regionais, nomeadamente a **EN 2 / ER2, EN 342 e a EN 17**.

A melhoria da rede viária foi nos últimos anos o principal investimento da Autarquia de Góis, em colaboração com as Juntas de Freguesia, por se considerar que as vias de comunicação assumem grande relevância na mobilidade de pessoas, bens e serviços e contribuem inequivocamente para o desenvolvimento local.

A estrutura viária proposta assentou na definição de uma rede hierarquizada das infraestruturas rodoviárias. Para o estabelecimento desta hierarquia tomou-se como base a rede urbana proposta [núcleos urbanos principais – nível I e núcleos urbanos secundários – níveis II e III] e aceitou-se que um dos modelos possíveis seria o de prever ligações rodoviárias a dois níveis: ligações exógenas e ligações endógenas. Dentro destas últimas, ligações entre sedes de espaço, e entre sedes de subespaço. Deste modo, resultou uma estrutura viária concelhia hierarquizada a três níveis, sendo as vias principais e as vias secundárias de nível 1 e 2.

O concelho de Góis é servido por uma rede rodoviária que garante importantes ligações entre freguesias do concelho e entre concelhos vizinhos:

- **EN 2**, a qual estabelece a ligação à sede do concelho [freguesia de Góis] e atravessa o concelho no sentido norte-sul, servindo os núcleos populacionais de Chã e Amioso Fundeiro na freguesia de Alvares e os aglomerados populacionais de Póvoa da Cerdeira, Esporão, Ladeiras e Cima de Alvim na freguesia de Góis;
- **EN 112**, que atravessa a freguesia de Alvares e faz a ligação ao concelho de Pampilhosa da Serra. Esta via faz a ligação com a EN2 e tem o sentido de sudoeste-nordeste;
- **EN 342**, que atravessa a freguesia de Góis no sentido sudoeste-nordeste, servindo os núcleos populacionais de Alegria, São Martinho, Bordeiro. Esta via faz a ligação do concelho a outros concelhos como é o caso da Lousã e de Arganil;

As principais vias de acesso existentes são:

- **ER 2** – limite do Município de Vila Nova de Poiares – Várzea Pequena, Várzea Grande – Góis / Cruzamento com a EN 112 – Alvares – limites do Município de Pedrógão Grande;
- **EN 112** – Portela do Vento [EN 2] – limites do Município da Pampilhosa da Serra;
- **EN 342** – limites do Município da Lousã – Ponte de Sótão – Góis – Bordeiro – limites do Município de Arganil;
- **EN 342-3** – limites do Município da Lousã – Várzea Pequena [EN 2];
- **ER 344** – Alvares [ER 2] - limites do Município da Pampilhosa da Serra;
- **EN 342** – Vilarinho – Góis – Arganil;
- **EN 2** – Portela de Góis – Alvares;

Como foi referido anteriormente, a rede de vias secundárias é dividida em dois níveis [nível I e nível II].

No **nível I** destacam-se:

- **EM 543** – EN 342 [Góis] – Cortecega – Cabreira – Sandinha – Capelo – Colmeal – limite do Concelho;
- **EM 543-1** – EM 543-1 [proximidades da Cabreira] – Tarrastal – Cadafaz.

No **nível II** evidenciam-se:

- **EM 549** – EN 2 [Tulha] - Chã de Alvares;
- **CM 1387** – EN 2 – Relva da Mó – Roda Fundeira – Roda Cimeira – Casal Novo – EN 2;
- **CM 1391** - EN 2 - Cortes;
- **CM 1160** – Portela do Torgal – Boiça.



Figura 10 - Esquema de Acessibilidades | Fonte: PRN 2000

Neste contexto, a rede rodoviária do concelho de Góis é composta por dois níveis hierárquicos, um dos quais constante no PRN 2000, sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal, e outro, sob jurisdição camarária:

Rede Rodoviária Nacional

- **EN 2** - Góis / Pedrogão Grande – parcialmente desclassificada: Infraestruturas de Portugal e Município de Góis entre o limite a noroeste do concelho de Góis e o KM275 "curva do Pião".
EN 112 – Entre Portela do Vento (entroncamento da EN2) e o limite do concelho da Pampilhosa da Serra;
EN 342 - limites do Município da Lousã – Ponte de Sótão – Góis – Bordeiro – limites do Município de Arganil.

Estrada Regionais sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal

- **ER 2** – Entre Portela do Vento (entroncamento da EN2) e o limite do concelho de Pedrogão Grande.

Estrada Regionais sob responsabilidade da Infraestruturas de Portugal

- **ER 344** – Entre Alvares (entroncamento da ER2) e o limite do Concelho de Pampilhosa da Serra.

Estrada Regionais sob jurisdição do Município de Góis

- **ER 2** – Entre o limite do Concelho da Lousã e Góis (entroncamento da EN342).

Rede Municipal

- Outras vias que servem o município, inclusive os arruamentos urbanos e antigas Estradas Nacionais, desclassificadas pelo atual PRN 2000, passando a adotar a designação de Estradas Municipais.

O quadro de seguida inscrito sistematiza a hierarquização das redes de estradas que servem o Concelho do Góis e as ligações que estabelecem:

Rede Rodoviária [PRN 2000]		Nível	Via
Rede Nacional Complementar	EN [Estradas Nacionais sob jurisdição da IP]	Nacional	EN 2 - Góis, Portela de Baixo - Ladeiras - Esporão - Póvoa da Cerdeira / Cerdeira - Amieiros - cruzamento com a EN112; EN 112 - Portela do Vento [EN2] - Limite do Concelho [Pampilhosa da Serra]; EN 342 - Limite do Concelho [Lousã] - Ponte de Sótão - Góis - Bordeiro - Limite do Concelho [Arganil].
Estradas Regionais	ER [Estradas Regionais sob jurisdição da IP]	Regional	ER 2 – Entre Portela do Vento (entroncamento da EN2) e o limite do concelho de Pedrogão Grande
	ER [Estradas Regionais sob responsabilidade da IP]	Regional	ER 344 – Entre Alvares (entroncamento da ER2) e o limite do Concelho de Pampilhosa da Serra
	ER [Estradas Regionais sob jurisdição da CMG]	Regional	ER 2 - Entre o limite do Concelho da Lousã e Góis (entroncamento da EN342)
Rede Municipal	EM e CM [Estradas e Caminhos Municipais sob jurisdição]	Municipal	EM 512 - EM543 [Colmeal] - Sobral; EM 543 - EN342 [Góis] - Cortecega - Cabreira - Sandinha - Capelo - Colmeal - Limite do Concelho; EM 543-1 - EM543 [Proximidades de Cabreira] - Tarrastal –

Rede Rodoviária [PRN 2000]		Nível	Via
	da CMG]		Cadafaz.
			EM 543-2 - EM543 - Colmeal - Carvalhal do Sapo – Limite do concelho de Pampilhosa da Serra [EN112].
			EM 549 - EN2 [Tulha] - Chã de Alvares; EM 550 - EM549 - Carrasqueira; CM 1148 - Caminho Municipal 1148 CM 1149 - Caminho Municipal 1149 CM 1160 - Caminho Municipal 1160 CM 1160-1 - Caminho Municipal 1160-1 CM 1360 - Caminho Municipal 1360 CM 1360-1 - Caminho Municipal 1360-1 CM 1361 - Caminho Municipal 1361 CM 1361-1 - Caminho Municipal 1361-1 CM 1363 - Caminho Municipal 1363 CM 1364 - Caminho Municipal 1364 CM 1367 - Caminho Municipal 1367 CM 1368 - Caminho Municipal 1368 CM 1376 - Caminho Municipal 1376 CM 1378 - Caminho Municipal 1378 CM 1380 - Caminho Municipal 1380 CM 1381 - Caminho Municipal 1381 CM 1381-2 - Caminho Municipal 1381-2 CM 1382 - Caminho Municipal 1382 CM 1384 - Caminho Municipal 1384 CM 1385 - Caminho Municipal 1385 CM 1386 - Caminho Municipal 1386 CM 1387 - Caminho Municipal 1387 CM 1390 - Caminho Municipal 1390 CM 1391 - Caminho Municipal 1391 CM 1397 - Caminho Municipal 1397 CM 1406 - Caminho Municipal 1406 CM 1428 - Caminho Municipal 1428 CM 1440 - Caminho Municipal 1440
			Eixos viários e arruamentos em solo urbano
			Eixos viários e arruamentos em solo rústico

Rede Complementar

De acordo com a classificação do PRN 2000, a **EN2** é a principal via da rede complementar - estradas nacionais. Esta via em articulação com a **ER2**, que atravessa o concelho, constitui um dos principais eixos de ligação aos concelhos envolventes, nomeadamente a norte ao município de Poiares e a sul ao município de Pedrogão Grande.

Dentro da rede complementar - estradas nacionais, destaca-se no município de Góis, pela relevância deste eixo viário, nas ligações rodoviária ao exterior do concelho, a **EN112** que constitui uma ligação ao município da Pampilhosa da Serra.

Ainda dentro da rede complementar - estradas nacionais, mas desclassificadas sob jurisdição da IP, destacam-se no município de Góis, a **EN342** que constitui uma ligação entre os municípios da Lousã e Arganil.

Dentro da Rede de Estradas Regionais, destaca-se no município de Góis, igualmente pela relevância destes eixos viários, nas ligações rodoviária ao exterior do concelho, a **ER344 e a ER2**, que constituem as ligações ao município da Pampilhosa da Serra e de Pedrogão Grande.

Rede Municipal

A rede municipal concelhia é constituída por vias locais ou arruamentos urbanos, identificadas com função de distribuição principal ou secundária, dos quais se destacam os seguintes, pela sua função nas ligações intraconcelhias e de distribuição do tráfego:

EM 543, constitui a ligação entre a EN 342 [Góis], servindo os aglomerados de Cortecega, Cabreira, Sandinha, Capelo e Colmeal, já no limite do concelho.

EM 543-1, constitui a ligação entre a EM 543 e os aglomerados de Tarrastal e Cadafaz.

EM 543-2, constitui a ligação entre a EM 543 e os aglomerados de Colmeal e Carvalhal do Sapo, até ao limite do concelho de Pampilhosa da Serra [EN112];

EM 512, constitui a ligação entre a EM 543 (Colmeal), servindo o aglomerado de Sobral;

EM 549 – EN02 [Tulha] - Chã de Alvares;

EM 550 – EM549 - Carrasqueira;

CM 1387 – EN2 – Relva da Mó – Roda Fundeira – Roda Cimeira – Casal Novo – EN02;

CM 1391 – EN2 - Cortes;

CM 1160 – Portela do Torgal – Boiça.

02.2 - Análise das acessibilidades externas

O quadro 3 apresenta uma síntese das distâncias / tempo de percurso registados, através das vias que garantem melhor grau de acessibilidade [considerando a distância, o tipo de acessibilidade e o tempo], entre a sede do município de Góis e os principais polos urbanos mais próximos apoiados em vias de importância nacional.

São ainda consideradas na matriz, a distância / tempo de percurso às principais localidades da envolvente, nomeadamente às sedes dos municípios envolventes e a distância ao litoral [praias e portos mais próximos].⁷

Quadro 4 - Distâncias de Góis a centros urbanos mais próximos e localidades envolventes e ao litoral | Fonte: Distâncias obtidas através da pesquisa de percursos em <https://maps.google.pt>

	Localidades	Distância [km]	Tempo de Percurso Estimado	Vias Utilizadas
Centros Urbanos mais próximos	Coimbra	42	48m	N2 e N17
	Covilhã	100	2h:10m	EN2, EN112 e EM513
Localidades da Envolvente	Arganil	13,3	20m	EN342
	Lousã	18,1	28m	EN342
	Poiões	20,3	24m	EN2
	Pampilhosa da Serra	35,8	43m	EN2
	Miranda do Corvo	28,4	36m	EN342
	Condeixa-a-Nova	47,1	54m	EN342
	Pedrogão Grande	40,4	50m	EN2
	Castanheira de Pêra	43,6	1h:02m	EN2
Portos /praias mais próximas	Aveiro	101,1	1h:26m	EN2 / IP3 / IP1 (A1)
	Fig. da Foz	95,2	1h:20m	EN2 / IP3 / A14

O reduzido nível de acessibilidade rodoviária ao concelho de Góis resulta da ausência em termos de atravessamento do município de importantes vias de caráter nacional, não permitindo ligações expeditas aos principais polos urbanos do país, assim como ao litoral.

⁷ Os parâmetros apontados na matriz foram efetuados com base na página da google maps, e considerando os seguintes fatores: distância mais rápida, sem prejuízo de se incluir percursos por autoestradas portajadas.

02.3 - Hierarquia viária

Segundo a classificação atual, a função que desempenha na rede, as características técnicas, a ocupação marginal e o volume e composição do tráfego, não negligenciando o seu papel físico e de espaço público envolvente, apresenta-se uma classificação/ hierarquização da rede viária do concelho de Góis, tendo em conta as funções que desempenham no sistema viário, mesmo que as características específicas de cada uma não estejam devidamente adaptadas às funções que desempenham.

A classificação que se pretende adotar, procura basear-se em conceitos que, estando associados aos tradicionalmente expostos pela engenharia de tráfego, procuram estabelecer uma relação direta com o território marginante.

A abordagem da legibilidade e clarificação da estrutura viária apresenta-se como fundamental na presente análise, encontrando-se esta diretamente relacionada com a fluidez com que se processa o tráfego.

Pretende-se que a legibilidade e estruturação da malha viária assegure um acréscimo na mobilidade e na qualificação dos espaços urbanos, fomentando a diversidade das vivências espaciais. Neste sentido, é fundamental a definição de uma hierarquização viária, ainda que polivalente e flexível, que permita a identificação de trajetos e percursos.

As vias têm como objetivo ligar entre si as peças do território, adquirindo vários significados e funções de acordo com as suas características geométricas, atividade marginal e movimento de pessoas, tornando-se particularmente importantes as ruas, largos e praças, como locais de comunicação e de comércio e como palco de acontecimentos sociais, culturais e políticos.

A existência de um modelo de circulação legível e hierarquizado contribui para:

- Identificar e clarificar trajetos e percursos;
- Potenciar uma maior fluidez de tráfego;
- Descongestionar as áreas urbanas principais;
- Melhorar a qualidade ambiental dos diversos espaços urbanos, assumindo um papel crucial na definição de uma política de transportes e gestão de tráfego.

Neste contexto, as vias terão, portanto, de ser função das propostas urbanísticas, complementando-as e fornecendo um dos elementos de ligação entre os vários setores urbanos, não sendo, no entanto, elas a determinar esse desenvolvimento. Assim, as intenções da hierarquização viária proposta apoiam-se fundamentalmente nos seguintes fatores: malha existente e necessidade da sua continuidade e necessidade de novas vias.

Em termos gerais, uma classificação eficiente de qualquer rede rodoviária, passaria pela hierarquização em dois grandes conjuntos de vias:

Vias estruturantes - vocacionadas fundamentalmente para o serviço da função de circulação. Garantem as ligações entre os diferentes aglomerados urbanos, estando vocacionadas apenas para os grandes trajetos, pretendendo obter os máximos níveis de capacidade com níveis adequados de segurança;

Vias locais – vocacionadas fundamentalmente para as funções de acesso e de vivência local. Servem para o acesso aos espaços urbanos onde se localizam todas as atividades, pretendendo garantir não só a acessibilidade às propriedades, mas também a existência de uma qualidade ambiental e de vida elevados.

Na prática existe uma gradação nas características das vias existentes que vão desde as puramente estruturantes até às locais, passando por outras que servem, em diferentes graus, ambas as missões. De acordo com o anteriormente referido, o modelo de hierarquização da malha viária proposta, assentou fundamentalmente na classificação por níveis, consoante a sua importância, enquanto elemento estruturante do sistema viário, ou do sistema de transporte público, ou ainda, das funções urbanas que as suas áreas marginais possam vir a desempenhar, definindo para esse efeito os perfis transversais aconselháveis, não só do ponto de vista funcional, mas também paisagístico, independentemente das suas características atuais e da sua classificação em termos de PRN 2000.

Assim, e de um modo geral, podemos definir e caracterizar a seguinte classificação:

- a) Rede Nacional Complementar [EN];
- b) Rede de Estradas Desclassificadas sob jurisdição da IP [ED];
- c) Rede Municipal [EM];
- d) Rede Local ou de Acesso.

De notar que, embora estejam implícitas nesta classificação características de ordem geométrica, tal não implica a obrigatoriedade de uma rigidez a esse nível.

A **rede nacional complementar [EN]**: estabelecem a ligação entre a malha urbana dos principais aglomerados e as vias nacionais / regionais, principais geradoras de tráfego, articulando-as com as várias malhas existentes no território, que de alguma forma atravessam os aglomerados urbanos, amarrando as vias de caráter mais urbano, permitindo desta forma uma melhoria considerável na mobilidade, articulando as várias malhas existentes na sua envolvente e estabelecem a ligação destas com a malha viária estruturante.

No território do concelho de Góis este nível hierárquico é constituído pela rede de estradas nacionais que atravessam o concelho, nomeadamente as EN2/ER2, EN342 e a EN112, que se apresentam como vias de maior importância, em termos de classificação de acordo com o PRN, desempenham uma função crucial na malha viária, motivo pelo qual integram a rede que desempenha a função de vias distribuidoras que abrange o concelho de Góis.

A EN2/ER2 atravessa o concelho e assegura a ligação desde limite do município de Vila Nova de Poiares, passando por Várzea Pequena, Várzea Grande, Góis, Portela do Vento, Alvares, até ao limite do município de Pedrogão Grande. A EN112 assegura a ligação entre a Portela do Vento e o limite do concelho de Pampilhosa da Serra.

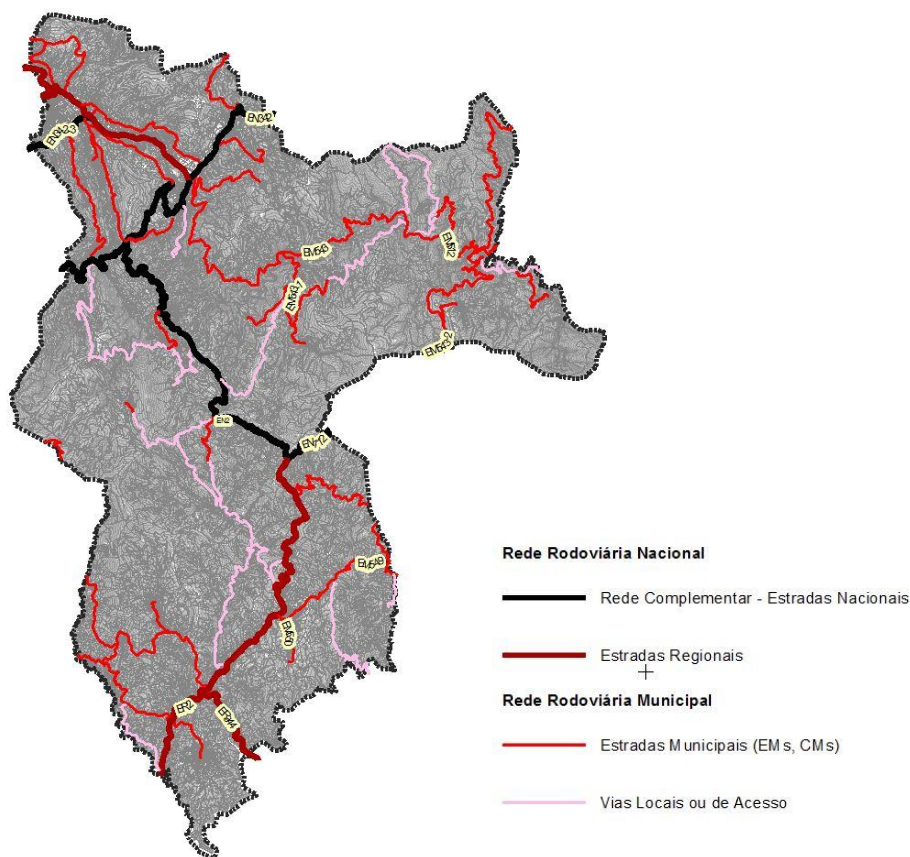
Estradas Regionais [ER] - trata-se de estradas nacionais que passaram a integrar a rede regional. Apresentam na generalidade um perfil condicionado, muitas vezes reduzido, que suporta alguma ocupação e que garantem por um lado a ligação entre a rede viária nacional e as vias locais, assumindo ainda uma componente significativa na ligação entre os diferentes aglomerados, garantindo o acesso direto às propriedades confinantes (vias de Acesso Local). Com influência direta no concelho de Góis, é constituída pelo troço da ER2 (sob jurisdição da IP), que assegura a ligação entre Portela do Vento (entroncamento da EN2) e o limite do concelho de Pedrogão Grande, a ER 344, que estabelece a ligação entre Alvares e o limite do concelho de Pampilhosa da Serra, e também por um outro troço da ER 2 (sob jurisdição do Município de Góis), que assegura a ligação entre o limite do concelho da Lousã e Góis (entroncamento da EN342).

A **rede municipal** corresponde ao nível hierárquico mais elevado das vias que se assumem como principais vias recetoras do tráfego local gerado pela malha urbana, escoando depois na rede de estradas nacionais. Identificam-se com estas funções na malha viária dos principais aglomerados do concelho de Góis, as Estradas Municipais, que para além de assegurar as ligações entre aglomerados de diferentes freguesias, desempenham também um importante papel de suporte e de estrutura da malha urbana dos aglomerados de menor dimensão.

Deste nível da hierarquia viária do concelho de Góis, destacam-se a EM543, que constitui a ligação entre a EN342 [Góis], passando por Cortecega, Cabreira, Sandinha, Capelo, Colmeal, até ao limite do concelho, a EM543-1 [proximidades da Cabreira], que assume a ligação aos aglomerados de Tarrastal e Cadafaz, EM543-2 que assume a ligação aos aglomerados de Colmeal e Carvalho do Sapo, até ao limite do concelho de Pampilhosa da Serra [EN112], a EM512, que constitui a ligação a EM543 [Colmeal] e o aglomerado de Sobral, a EM549, que constitui a ligação entre a EN2 [Tulha] e o aglomerado de Chã de Alvares e a EM550, que constitui a ligação entre a EM549 e o aglomerado de Carrasqueira.

Na **rede viária local ou de acesso**, consideram-se todas as restantes vias, arruamentos e caminhos municipais, que servem quer o solo urbano, quer o solo rústico do concelho e que surgem a partir das vias dos níveis hierárquicos superiores. Integram nesta classificação as ruas de carácter estritamente local em espaço urbano de acesso às principais atividades e habitações, ou as estradas e os caminhos municipais de carácter estritamente local e de acesso às principais atividades e propriedades em espaço rural. Encontram-se identificadas em planta aquelas que do ponto de vista da estruturação urbanística, são indispensáveis à continuidade do tecido urbano existente.

Figura 14 - Hierarquia Viária Proposta para o Concelho de Góis



03 - Rede de Transportes Públicos

03.1 - Introdução

No setor das acessibilidades e dos transportes muito tem sido feito, muito exige ainda tempo e recursos para ser concretizado. E não nos podemos esquecer que as carências infraestruturais acentuam desvantagens competitivas, que se repercutem nas atividades económicas, como também nas condições de vida dos cidadãos. Numa sociedade com crescente mobilidade, o papel das acessibilidades é insubstituível e, nessa medida as regiões serão tanto menos periféricas quanto melhores se revelarem as respostas ao serviço do movimento das pessoas, bens e serviços.

Uma política de acessibilidades e transportes, que procura ter um relevante valor instrumental para o desenvolvimento económico e social do território, deverá contribuir para corrigir assimetrias intra e inter-regionais e, se necessário for alterar dinâmicas menos positivas, nomeadamente as que se traduzem numa concentração excessiva de oferta de mobilidade com recurso a um só modo de transporte.

A qualidade e eficiência do sistema de acessibilidade, consequência direta da fluidez como circulam serviços, pessoas e bens, é forte condicionante do desenvolvimento socioeconómico e cultural das comunidades. Desempenham, pois, os transportes um papel crucial na localização das atividades e distribuição espacial dos equipamentos. Deste modo, procurar-se-á manter presente os motivos da viagem, o que se relaciona intimamente com a distribuição espacial das atividades/equipamentos, e as relações que entre elas se estabelecem, aliadas normalmente a critérios de minimização dos custos, que fazem com que áreas com "melhor acessibilidade" condicionem a lógica de implantação.

Qualquer que seja o nível de intervenção existe sempre uma interação entre a transformação territorial do uso do solo e a acessibilidade. Sendo o transporte indispensável para exercer a acessibilidade, deverá andar este estudo em conexão com o ordenamento do território.

As infraestruturas viárias por suportarem a mobilidade e circulação dos vários modos de transporte, também assumem grande importância na sua relação com o ordenamento do território.

Um sistema de transportes deve, para além de satisfazer as necessidades de circulação de pessoas, bens e serviços, promovendo o bem-estar da população, ter uma função estruturante relativamente ao desenvolvimento concelhio e indispensável a uma estrutura hierárquica viária.

A qualidade de vida das populações passa também pela adequação permanente da oferta dos serviços de transportes às necessidades dos utentes, sob os aspetos quantitativos e qualitativos, devendo ainda garantir aos utentes a liberdade de escolha do modo de transporte, incluindo o recurso ao transporte por conta própria.

De igual modo, e procurando responder às necessidades de acessibilidade das populações, assegurando as deslocações pendulares da população, caracterizar-se-á o perfil dos transportes públicos rodoviários que servem o concelho de Góis, por forma a inventariar o número, frequência e área das carreiras, assim como o âmbito espacial dos serviços que se encontram à disposição da comunidade local.

Da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres⁸, instrumento legal que enquadra e define os diferentes modos de transporte terrestre, importa destacar que uma das suas preocupações é a organização e funcionamento do sistema de transportes, no sentido de incorporarem entre outros aspetos, as orientações das políticas de ordenamento do território e desenvolvimento regional, bem como ter em conta a qualidade de vida e proteção ambiental. A referida lei fornece uma definição clara quanto ao âmbito espacial da deslocação dos transportes que se desenvolvem exclusivamente em território nacional, considerando:

Os transportes urbanos, objeto de avaliação no âmbito do PDM de Góis, como aqueles que visam satisfazer as necessidades de deslocação em meio urbano, cabendo aos transportes locais a responsabilidade de satisfazer as necessidades de deslocação dentro de um município. A inter-relação entre o sistema de transporte e o uso do solo é um fenómeno universalmente reconhecido, onde algumas vezes é difícil estabelecer ao certo a relação de causa-efeito.

Uma das características importantes ao nível dos transportes coletivos rodoviários é a sua grande flexibilidade o que facilita o ajustamento em tempo real da oferta às transformações do uso do solo atuais e futuras. Contudo, apesar da flexibilidade de exploração, possui de uma forma geral uma baixa atratividade, dada as velocidades praticadas serem normalmente deficientes, bem como a qualidade do serviço prestado, entre outras.

A existência de elevados padrões de mobilidade é fundamental no processo de desenvolvimento sustentado. Neste âmbito, é imprescindível a existência de um sistema de transportes eficiente, na medida em que constitui um fator decisivo na criação de oportunidades para promover os equilíbrios espaciais sobre o território e fomentar o pleno aproveitamento dos recursos e a criação de emprego e consequente melhoria das condições de vida e bem-estar das populações.

As acessibilidades olhadas no prisma das rotinas diárias da população, denotam particulares diferenças entre cada uma das freguesias, quando observadas para além das distâncias quilométricas, o tempo despendido nas deslocações e ao respetivo custo. As freguesias mais distantes da sede de concelho, onde se situam os principais serviços de apoio, inexistentes nas restantes localidades, vêm assim afetadas as suas rotinas, pelo tempo de viagem, a própria necessidade de permanecer na sede do concelho durante largas horas e no custo das próprias deslocações.

⁸ Lei nº10/90, de 17 de março

CARVALHINHA				
Dias úteis				
▼ GÓIS	-	-	8.30	-
▼ SEQUEIROS	7.37	-	-	-
▼ PÓVOA DE GÓIS	7.45	-	-	-
▼ BORDEIRO	7.50	-	8.35	-
▼ VALE GODINHO	7.53	-	8.38	-
▼ REGATEIRA II	7.57	-	8.42	-
▼ REGATEIRA I	7.58	-	8.43	-
▼ S. MARTINHO	8.00	-	8.45	-
▼ OUTEIRO / PIÃES	8.03	-	8.48	-
▼ VALE MACIEIRA	8.07	-	8.52	-
▼ CASAL LOUREIRO	8.10	-	8.55	-
▼ LIBOREIRO	8.15	-	9.00	-
▼ MANJÃO / VALE MOREIRO	8.20	-	9.05	-
▼ GÓIS	8.25	-	9.10	-
	A	-	E	-
▼ GÓIS	11.15	15.30	17.30	18.25
▼ MANJÃO / VALE MOREIRO	11.20	15.35	17.35	18.30
▼ LIBOREIRO	11.25	15.40	17.40	18.35
▼ CASAL LOUREIRO	11.30	15.45	17.45	18.40
▼ VALE MACIEIRA	11.35	15.48	17.48	18.43
▼ OUTEIRO / PIÃES	11.37	15.52	17.52	18.47
▼ S. MARTINHO	11.40	15.55	17.55	18.50
▼ REGATEIRA I	11.42	15.57	17.57	-
▼ REGATEIRA II	11.43	15.58	17.58	-
▼ VALE GODINHO	11.47	16.02	18.02	-
▼ BORDEIRO	11.50	16.05	18.05	-
▼ PÓVOA DE GÓIS	-	16.10	18.10	-
▼ SEQUEIROS	-	16.18	18.18	-
	E	A / F	A	A

A Período escolar B Período não escolar C 2ª feira E 3ª feira F 4ª feira I Exceção 3ª feira
J 3ª e 6ª feira L Recebe e dá ligação a Góis em Portela de Góis (*) Passa em Góis Vila

PENHA				
Dias úteis				
▼ GÓIS ESCOLA *	7.00	-	-	-
▼ PENHA	7.20	7.55	7.55	14.30
▼ RIBEIRA	7.25	8.00	8.00	14.35
▼ CERDEIRA	-	-	8.06	-
▼ PÓVOA DA CERDEIRA	-	-	8.11	-
▼ ESPORÃO	7.30	8.05	8.20	14.40
▼ LADIRAS	7.33	8.08	8.23	14.43
▼ CIMO DE ALVEM	7.36	8.11	8.26	14.46
▼ CASELHOS	7.40	8.15	8.30	14.50
▼ PONTE SÓTÃO	-	8.20	8.35	-
▼ PONTE SÓTÃO FÁBRICA	-	8.21	8.36	-
▼ PONTÃO DO SELADINHO	-	8.22	8.37	-
▼ ALEGRIA	-	8.24	8.39	-
▼ PORTELA	7.45	8.28	8.43	14.55
▼ GÓIS ESCOLA *	-	8.40	8.55	15.07
	A	A / I	E	E
▼ GÓIS ESCOLA *	13.30	15.30	17.30	-
▼ PORTELA	13.42	15.42	17.42	-
▼ ALEGRIA	13.46	15.46	17.46	-
▼ PONTÃO DO SELADINHO	13.48	15.48	17.48	-
▼ PONTE SÓTÃO FÁBRICA	13.49	15.49	17.49	-
▼ PONTE SÓTÃO	13.50	15.50	17.50	-
▼ CASELHOS	13.55	15.55	17.55	-
▼ CIMO DE ALVEM	13.59	15.59	17.59	-
▼ LADIRAS	14.02	16.02	18.02	-
▼ ESPORÃO	14.05	16.05	18.05	-
▼ PÓVOA DA CERDEIRA	14.14	-	-	-
▼ CERDEIRA	14.19	-	-	-
▼ RIBEIRA	14.25	16.10	18.10	-
▼ PENHA	14.30	16.15	18.15	-
	E	A / F	A	-

COSTA DE GÓIS		
Dias úteis		
▼ GÓIS ESCOLA	15.30	17.30
▼ PIÃO I	15.36	17.36
▼ PIÃO II	15.37	17.37
▼ ALAGOA	15.39	17.39
▼ NOGUEIRO	15.41	17.41
▼ SAMOURA	15.43	17.43
▼ MONTEIRA	15.50	17.50
	A / F	A
▼ MONTEIRA	8.10	-
▼ SAMOURA	8.17	-
▼ NOGUEIRO	8.19	-
▼ ALAGOA	8.21	-
▼ PIÃO II	8.24	-
▼ PIÃO I	8.25	-
▼ GÓIS ESCOLA	8.30	-
	A	-

CONHAIS		
3ª feiras		
▼ GÓIS ESCOLA	8.40	-
▼ PORTELA	8.52	-
▼ ALEGRIA	8.56	-
▼ PONTÃO SELADINHO	8.59	-
▼ PONTE SÓTÃO FÁBRICA	9.00	-
▼ ALBERGARIA	9.04	-
▼ PONTE SÓTÃO	9.07	-
▼ CONHAIS	9.10	-
▼ SACÕES	9.14	-
▼ CEREJAL	9.19	-
▼ V. N. CEIRA (CENTRO)	9.21	-
▼ SAMOURA	9.27	-
▼ NOGUEIRO	9.29	-
▼ ALAGOA	9.31	-
▼ PIÃO II	9.34	-
▼ PIÃO I	9.35	-
▼ GÓIS FEIRA *	9.40	-

▼ GÓIS FEIRA *	12.15	-
▼ PIÃO I	12.21	-
▼ PIÃO II	12.22	-
▼ ALAGOA	12.24	-
▼ NOGUEIRO	12.26	-
▼ SAMOURA	12.28	-
▼ V. N. CEIRA (CENTRO)	12.34	-
▼ CEREJAL	12.36	-
▼ SACÕES	12.41	-
▼ CONHAIS	12.45	-
▼ PONTE SÓTÃO	12.48	-
▼ ALBERGARIA	12.51	-
▼ PONTE SÓTÃO FÁBRICA	12.55	-
▼ PONTÃO SELADINHO	12.56	-
▼ ALEGRIA	12.59	-
▼ PORTELA	13.03	-
▼ GÓIS ESCOLA *	-	-

VILA NOVA DO CEIRA		
Dias úteis		
▼ CAMPELO	7.30	7.30
▼ BARREIRO	7.34	7.34
▼ CARAPINHAL	7.36	7.36
▼ MATA	7.39	7.39
▼ VÁRZEA PEQUENA I	7.40	7.40
▼ VÁRZEA PEQUENA II	7.40	7.40
▼ FONTE DO SOITO	7.41	7.41
▼ CARVALHAIS	7.42	7.42
▼ INVIANDO	7.43	7.43
▼ LINTEIRO	7.46	7.46
▼ LUZENDA	7.49	7.49
▼ CASALINHO DE BAIXO	7.51	7.51
▼ CASALINHO DE CIMA	7.53	7.53
▼ CASAL TABORDA	7.55	7.55
▼ GÓIS ESCOLA *	8.00	8.00
	A	B / E

▼ GÓIS ESCOLA *	12.00	16.00	18.00
▼ CASAL TABORDA	12.05	16.05	18.05
▼ CASALINHO DE CIMA	12.07	16.07	18.07
▼ CASALINHO DE BAIXO	12.09	16.09	18.09
▼ LUZENDA	12.11	16.11	18.11
▼ LINTEIRO	12.14	16.14	18.14
▼ INVIANDO	12.17	16.17	18.17
▼ CARVALHAIS	12.18	16.18	18.18
▼ FONTE DO SOITO	12.19	16.19	18.19
▼ VÁRZEA PEQUENA II	12.20	16.20	18.20
▼ VÁRZEA PEQUENA I	12.20	16.20	18.20
▼ MATA	12.21	16.21	18.21
▼ CARAPINHAL	12.24	16.24	18.24
▼ BARREIRO	12.26	16.26	18.26
▼ CAMPELO	12.30	16.30	18.30
	E	A / F	A

CORTES		
Dias úteis		
▼ CORTES	-	7.00
▼ ALVARES	-	7.10
▼ STA. MARGARIDA	-	7.15
▼ CATRAIA RODA	-	7.22
▼ PORTELA DO VENTO	-	7.28
▼ CABECADAS	-	7.30
▼ CERDEIRA	-	7.33
▼ LADEIRAS	-	7.42
▼ CIMO DE ALVEM	-	7.44
▼ PORTELA DE GÓIS	-	7.48
▼ GÓIS	-	7.55
▼ PONTE DE SÓTÃO	-	7.52
	L	-

▼ PONTE DE SÓTÃO	18.01	-
▼ GÓIS	18.05	-
▼ PORTELA DE GÓIS	18.10	-
▼ CIMO DE ALVEM	18.14	-
▼ LADEIRAS	18.16	-
▼ CERDEIRA	18.23	-
▼ CABECADAS	18.26	-
▼ PORTELA DO VENTO	18.28	-
▼ CATRAIA RODA	18.34	-
▼ STA. MARGARIDA	18.38	-
▼ ALVARES	18.45	-
▼ CORTES	18.55	-
	L	-

VALE DO CEIRA				
Dias úteis				
▼ CARVALHAL (O)	6.50	7.25	-	14.35
▼ LOURAL (O)	6.54	7.29	-	14.29
▼ ROCAIO	6.57	7.32	-	14.32
▼ AÇOR / ÁDELA (O)	6.59	7.34	-	14.34
▼ COIMBAL	7.00	7.35	-	14.35
▼ SOBRAI (O)	7.06	7.41	-	14.41
▼ CANDOSA	7.11	7.46	-	14.46
▼ CAPELO	7.15	7.50	-	14.50
▼ SANDRINHA	7.19	7.54	-	14.54
▼ CABREIRA	7.23	7.58	-	-
▼ CADAFAZ	-	-	8.55	-
▼ CORTERREDOR	-	-	9.03	-
▼ CORTERREDOR (O)	-	-	9.06	-
▼ FOLGOSA (O)	7.31	8.06	9.13	-
▼ TARRASTAL	7.37	8.12	9.19	-
▼ CABREIRA	7.40	8.15	9.22	14.58
▼ CORTECEGA	7.48	8.23	9.30	15.06
▼ GÓIS ESCOLA *	7.53	8.28	9.35	15.11
	A/C	A/J	E	E
▼ GÓIS ESCOLA *	13.00	-	-	18.05
▼ CORTECEGA	13.05	-	-	18.10
▼ CABREIRA	13.13	-	-	18.18
▼ TARRASTAL	13.16	-	-	18.21
▼ FOLGOSA (O)	13.22	-	-	18.27
▼ CORTERREDOR (O)	13.29	-	-	-
▼ CORTERREDOR	13.32	-	-	-
▼ CADAFAZ	13.40	-	-	-
▼ CABREIRA	13.50	-	-	18.35
▼ SANDRINHA	13.54	-	-	18.39
▼ CAPELO	13.58	-	-	18.43
▼ CANDOSA	14.02	-	-	18.47
▼ SOBRAI (O)	14.07	-	-	18.52
▼ COIMBAL	14.13	-	-	18.58
▼ AÇOR / ÁDELA (O)	14.14	-	-	18.59
▼ ROCAIO	14.16	-	-	19.01
▼ LOURAL (O)	14.19	-	-	19.04
▼ CARVALHAL (O)	14.23	-	-	19.08
	E	-	-	A

A 6ª feira (ou 5ª feira se véspera de feriado) o projeto **Góis SIM** disponibiliza uma ligação especial **entre a Central de Camionagem de Coimbra e Góis**. O mesmo serviço é realizado ao **domingo** (ou 2ª feira se feriado) para quem viaja de **Góis para Coimbra** e pretende seguir viagem em expreso Transdev.

LIGAÇÃO ENTRE COIMBRA E GÓIS (SERVIÇOS EXPRESSO)			
6ª feira		Domingo	
▼ COIMBRA (GARE)	21.30	▼ GÓIS	19.00
▼ V. N. CEIRA (CENTRO)	22.15	▼ V. N. CEIRA (CENTRO)	19.50
▼ GÓIS	22.25	▼ COIMBRA (GARE)	19.55

2ª feira se véspera de feriado.

2ª feira se feriado.

As novas carreiras vieram privilegiar a mobilidade entre as freguesias e a sede do concelho, assumindo relevância na deslocação para os serviços públicos locais. Houve ainda um reforço das carreiras para Coimbra, Lousã, Arganil e Vila Nova de Poiares de forma a “ajustar os horários dos autocarros aos dos trabalhadores e estudantes”.

A partir do 9.º ano, os estudantes de Góis têm que estudar fora do concelho, por falta de oferta educativa. “O isolamento é um drama em Góis”, principalmente junto da população idosa. Motivo pelo qual a câmara criou um passe social para aposentados, de 7 euros mensais e de 12

euros mensais para a população não-aposentada, enquanto o transporte escolar se mantém gratuito.

No âmbito do protocolo assinado entre as câmaras municipais de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, **Góis**, Pampilhosa da Serra e Pedrogão Grande e a empresa rodoviária da Beira Litoral S.A. [TRANSDEV], no sentido de promover a implementação de medidas que viabilizem a continuação destes serviços, são disponibilizados os seguintes horários:

Carreira L7492 Coimbra - Pampilhosa

	Dias úteis		Dias úteis
COIMBRA	15.45	PAMPILHOSA DA SERRA	8.45
FOZ AROUCE	16.20	CARVALHO (X)	8.55
FONTE PULGA	16.23	CATRAIA AZEVEDO	9.06
PÓVOA LOUSÃ	16.25	CERDEIRA	9.16
LOUSÃ	16.30	PORTELA GÓIS	9.24
SARNADINHA	16.33	GOLPILHARES	9.34
VILARINHO	16.36	VILARINHO	9.38
GOLPILHARES	16.40	SARNADINHA	9.41
PORTELA GÓIS	16.51	LOUSÃ	9.45
CERDEIRA	16.59	PÓVOA LOUSÃ	9.50
CATRAIA AZEVEDO	17.09	FONTE PULGA	9.52
CARVALHO (X)	17.20	FOZ AROUCE	9.55
PAMPILHOSA DA SERRA	17.30	COIMBRA	10.30

Carreira L7486 Alvares - Lousa

	Dias úteis		Dias úteis	
CORTES	7.00	LOUSÃ	15.00	17.40
ALVARES	7.10	SARNADINHA	15.03	17.43
STA. MARGARIDA	7.15	EB1 LOUSÃ	15.06	-
CATRAIA RODA	7.22	VILARINHO	15.08	17.46
PORTELA DO VENTO	7.28	GOLPILHARES	15.12	17.49
CABEÇADAS	7.30	BOAVISTA	15.20	17.57
CERDEIRA	7.33	PONTE DE SOTÃO	15.24	18.01
LADEIRAS	7.42	GÓIS	-	18.05
CIMO DE ALVEM	7.44	PORTELA DE GÓIS	15.30	18.10
PORTELA DE GÓIS	7.48	CIMO DE ALVEM	-	18.14
GÓIS	7.55	LADEIRAS	-	18.16
PONTE DE SOTÃO	7.52	CERDEIRA	-	18.23
BOAVISTA	7.56	CABEÇADAS	-	18.26
GOLPILHARES	8.04	PORTELA DO VENTO	-	18.28
VILARINHO	8.09	CATRAIA RODA	-	18.34
SARNADINHA	8.12	STA. MARGARIDA	-	18.38
LOUSÃ	8.15	ALVARES	-	18.45
	L	CORTES	-	18.55
			A	L

A] Período escolar L] Recebe e dá ligação a Góis em Portela Góis 4ª feiras Exceto 4ª feiras

Carreira L7465 Arganil - Coimbra

	Dias úteis								Sábados	Domingos	
ARGANIL	-	6.30	9.00	-	13.30	-	-	-	9.00	7.15	-
GÓIS	-	6.50	9.20	13.00	13.50	17.45	18.10	-	9.20	7.35	19.00
OLIVAL SOUSA	-	7.06	9.34	13.11	-	17.56	18.21	-	9.34	7.46	-
OLHO MARINHO	7.30	7.11	9.39	13.15	-	18.10	18.35	-	9.39	7.51	-
RISCA SILVA	-	-	9.56	-	-	-	-	-	9.56	-	-
S. MIGUEL POIARES	7.45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VILA NOVA POIARES	7.55	7.30	10.15	13.30	-	18.20	-	-	10.15	8.05	-
FOZ DE AROUCE (X)	-	7.42	10.27	-	-	18.32	-	-	10.27	8.17	-
CEIRA	-	8.00	10.45	-	-	18.50	-	-	10.45	8.35	-
COIMBRA (Terminal Rodoviário)	-	8.30	11.00	14.30	-	19.05	-	-	11.00	9.00	19.55
	A					A				F	

	Dias úteis								Sábados	Domingos	
COIMBRA (Terminal Rodoviário)	-	7.15	12.30	-	14.30	-	18.15	21.30	17.30	17.30	
CEIRA	-	7.30	-	-	14.45	-	18.45	-	17.45	17.45	
FOZ DE AROUCE (X)	-	7.48	-	-	15.03	-	19.03	-	18.03	18.03	
VILA NOVA POIARES	-	7.55	13.30	13.35	15.15	17.15	19.15	-	18.15	18.15	
S. MIGUEL POIARES	-	-	-	13.44	-	17.22	-	-	-	-	
RISCA SILVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
OLHO MARINHO	7.10	8.05	13.44	14.00	15.25	17.35	19.37	-	18.37	18.37	
OLIVAL SOUSA	7.17	8.12	13.49	-	15.32	-	19.42	-	18.42	18.42	
GÓIS	7.40	8.30	14.00	-	15.50	-	19.55	22.25	18.55	18.55	
ARGANIL	-	-	-	-	16.15	-	20.20	-	19.20	19.20	
	A			A		A				F	

A Período escolar
 F E feriados
 Ligação em Poiares com a L7485
 4ª feira
 6ª feira ou 5ª se véspera de feriado
 Ou 2ª se feriado na 2ª

Carreira L7445 Arganil - Lousã

	Dias úteis	Sábados
ARGANIL	17.40	-
CASAL S. JOSÉ	17.45	-
PEREIRO (X)	17.47	-
SEQUEIROS	17.58	-
GÓIS	18.05	-
PORTELA GÓIS	18.08	-
BOAVISTA	18.20	-
GOLPILHARES	18.30	8.50
VILARINHO	18.35	8.54
SARNADINHA	18.39	8.57
LOUSÃ	18.45	9.00

Carreira L7444 Góis - Lousa

	Dias úteis		
GÓIS	7.40	15.30	-
V. N. CEIRA	7.47	15.37	-
QUATRO ÁGUAS	7.53	15.58	-
AMIAIS	7.55	16.00	-
SERPINS (X)	7.57	16.02	-
SOUTELO	8.00	16.05	-
GOLPILHARES	8.02	16.07	-
PRILHÃO	8.03	16.10	-
COVÃO	8.06	16.13	-
VILARINHO	8.09	16.16	-
EB1 LOUSÃ	8.15	-	-
SARNADINHA	8.18	16.19	-
LOUSÃ	8.25	16.25	-
	A	A	

LOUSÃ	14.30	17.05	18.35
SARNADINHA	14.33	17.08	18.38
EB1 LOUSÃ	14.36	17.11	-
VILARINHO	14.39	17.14	18.40
COVÃO	14.42	17.17	18.43
PRILHÃO	14.45	17.20	18.46
GOLPILHARES	14.48	17.23	18.49
SOUTELO	14.50	17.25	18.51
SERPINS (X)	14.53	17.28	18.54
AMIAIS	14.55	17.30	18.56
QUATRO ÁGUAS	14.57	17.32	18.58
V. N. CEIRA	15.03	17.40	19.04
GÓIS	15.10	-	19.10
	A	A	A

Às 4ª feiras Exceto 4ª feiras A Período escolar

Carreira L7524 Santa Margarida - Pedrogão Grande

	Dias úteis				
SANTA MARGARIDA	-	7.00	7.00	7.15	7.15
ALVARES	-	7.04	7.04	7.19	7.19
AMIOSO	-	7.10	-	-	-
CORTES	-	7.26	7.12	7.27	7.27
LOURICEIRA (X)	-	7.34	7.20	7.35	7.35
ESTEVIANAS	6.50	7.44	-	-	-
ERVIDEIRA	7.05	8.04	-	-	-
PICHA (ENT.)	-	8.08	7.24	7.39	7.39
ESCALOS CIMEIROS	-	8.19	7.35	7.50	7.50
ESCALOS DO MEIO	-	8.37	7.53	8.08	8.08
VENDA DA GAITA	-	8.41	7.57	8.12	8.12
PICHA (X)	7.15	8.43	-	-	-
ESCALOS FUNDEIROS (X)	7.19	8.47	7.59	8.14	8.14
PEDRÓGÃO GRANDE	7.25	8.55	8.05	8.20	8.20
	A	B	B	A	B

2ª feiras Exceto 2ª feiras A Período escolar B Período não escolar

	Dias úteis	
PEDRÓGÃO GRANDE	12.00	17.05
ESCALOS FUNDEIROS (X)	12.06	17.11
PICHA (X)	12.10	17.15
VENDA DA GAITA	12.12	17.17
ESCALOS DO MEIO	12.16	17.21
ESCALOS CIMEIROS	12.34	17.39
PICHA (ENT.)	12.45	17.50
ERVIDEIRA	12.49	-
ESTEVIANAS	13.09	-
LOURICEIRA (X)	13.19	17.54
CORTES	13.27	18.02
AMIOSO	13.43	-
ALVARES	13.49	18.10
SANTA MARGARIDA	13.55	18.15

As ligações ao Expresso à 6ª feira ou 5ª feira se for véspera de feriado de Coimbra para Góis continuam a ser às 21h30m em Coimbra com chegada a Góis às 22h20m. Em sentido contrário é feito ao Domingo ou 2ª feira se feriado às 19h com chegada a Coimbra às 19h50m.

O principal modo de transporte público em circulação é o autocarro, existindo um único operador, a TRANSDEV. No concelho existe ainda o projeto **SIT Flexi**, transporte flexível a pedido, efetuado por táxi, com horários e dias definidos à semelhança da rede regular. O transporte escolar, é assegurado pela Câmara Municipal de Góis, com recurso à rede regular, bem como através de viaturas municipais ou contratos com IPSS locais e táxis.

De acordo com a legislação em vigor a Câmara Municipal de Góis elabora, anualmente, o plano anual de transportes escolares, tendo em conta não só o circuito das carreiras públicas existentes e que servem o concelho, como a cobertura eficaz das localidades com crianças do ensino pré-escolar, ensino básico e ensino secundário. De facto, são muitos os circuitos efetuados diariamente pelos serviços de transporte e, por isso, são também muitos os recursos humanos e financeiros disponibilizados pelo município.

A Rede de Transportes Escolares, para o ano letivo de 2022/2023, é composta por 12 circuitos, assegurados por 4 carreiras públicas intermunicipais, 5 carreiras no âmbito do projeto GóisSIM e 3 circuitos especiais assegurados pela Câmara Municipal e uma IPSS local. A título de exemplo os circuitos existentes podem oscilar entre os 28 e os 91 km diários.

São também da responsabilidade do município a totalidade das despesas inerentes ao transporte de alunos que frequentam a Escola Secundária de Arganil e a Escola Secundária da Lousã. A Câmara Municipal assegura, assim, os transportes escolares diários das crianças e jovens do concelho e assegura igualmente os transportes necessários para o funcionamento e as deslocações das crianças e jovens para as Atividades de Complemento Curricular e Atividades de Animação e Apoio à Família [AAAF] quando não é possível o seu desenvolvimento no estabelecimento de ensino habitual. Proporciona ainda ao conjunto de alunos do Agrupamento de Escolas de Góis o transporte gratuito para as visitas de estudo.

Quadro 05 - Evolução do número de alunos que beneficiam do Transporte Escolar por Ciclo de Ensino [2010/2011 a 2013/2014] | Fonte: Plano de Transportes Escolares – CM Góis

Anos letivos	Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	ES	Total
2019 / 2020	21	32	25	46	85	209
2020 / 2021	15	34	26	54	63	192
2021 / 2022	12	45	16	52	62	187
2022 / 2023	10	44	13	35	51	153



Mobilidade flexível em Góis

Góis

Locais de embarque SIT FLEXI:

Rota 1	Rota 2	Rota 3	Rota 4
Teilhada	Comareira	Adela	Malhada
Chapinhreira	Agra Nova	Açor	Carrima
Passô	Agra Velha	Colmeal	Soito
Juncal	Povorais	Sobral	Foz de Adela
Salgueiral	Rota 5	Salgado	Ribeira de Adela
Tôpa	Amioso Cimeiro	Saído	Carvalhal do Sapo
Murtinheira	Amioso do Senhor	Sandinha	Aldeia Velha
Cabril	Obras	Cabreira	Cortezedor
Terras	Mega Cimeira	Cadafaz	Rota 7
Picartos	Varzina	Folgosa	Algaes
Casal da Ribeira	Piço Vale Armunha	Rota 6	Simantorta
	Estevianas	Amiosinho	Mestras
	Milreu	Santa Margarida	Relva da Mó
	Candeia	Carrasqueira	Roda Fundeira
	Fonte dos Sapos	Fonte Limpia	Roda Cimeira
	Cilha Velha	Foz de Alvares	Casal Novo
	Mega Fundeira	Coelhosa	
	Vale do Laço	Telhada	
	Seixo	Madeiras Pequenos	
	Corga da Vaca		

Central de reservas: 800 200 201

CIM|RC **Góis** **www.sit-regiaoodecoimbra.pt**

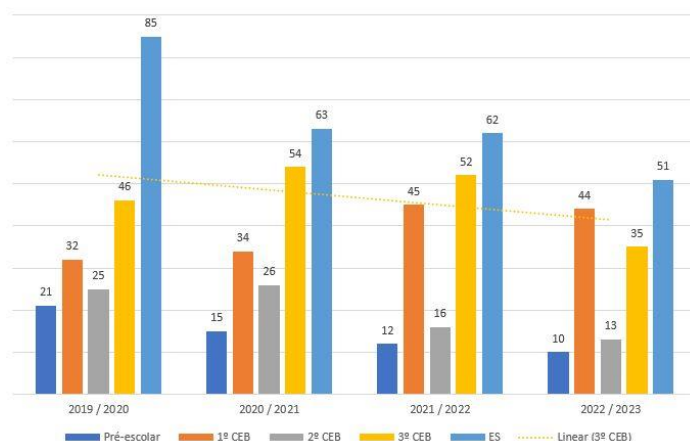


Figura 12 - Evolução do Número de Alunos com Transporte Escolar por Ciclo de Ensino | Fonte: Plano de Transportes Escolares – CM Góis

Na análise da figura 12 observa-se que a maioria dos alunos a beneficiar de transporte escolar nos últimos anos letivos são do 3º Ciclo do Ensino Básico. Observa-se também no ano letivo de 2022/2023 um aumento do número de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e uma redução dos alunos do pré-escolar e do 2º Ciclo do Ensino Básico.

03.3 - Identificação dos grandes geradores de tráfego

Os principais polos geradores de viagens do concelho de Góis, correspondentes essencialmente, às atividades socioeconómicas.

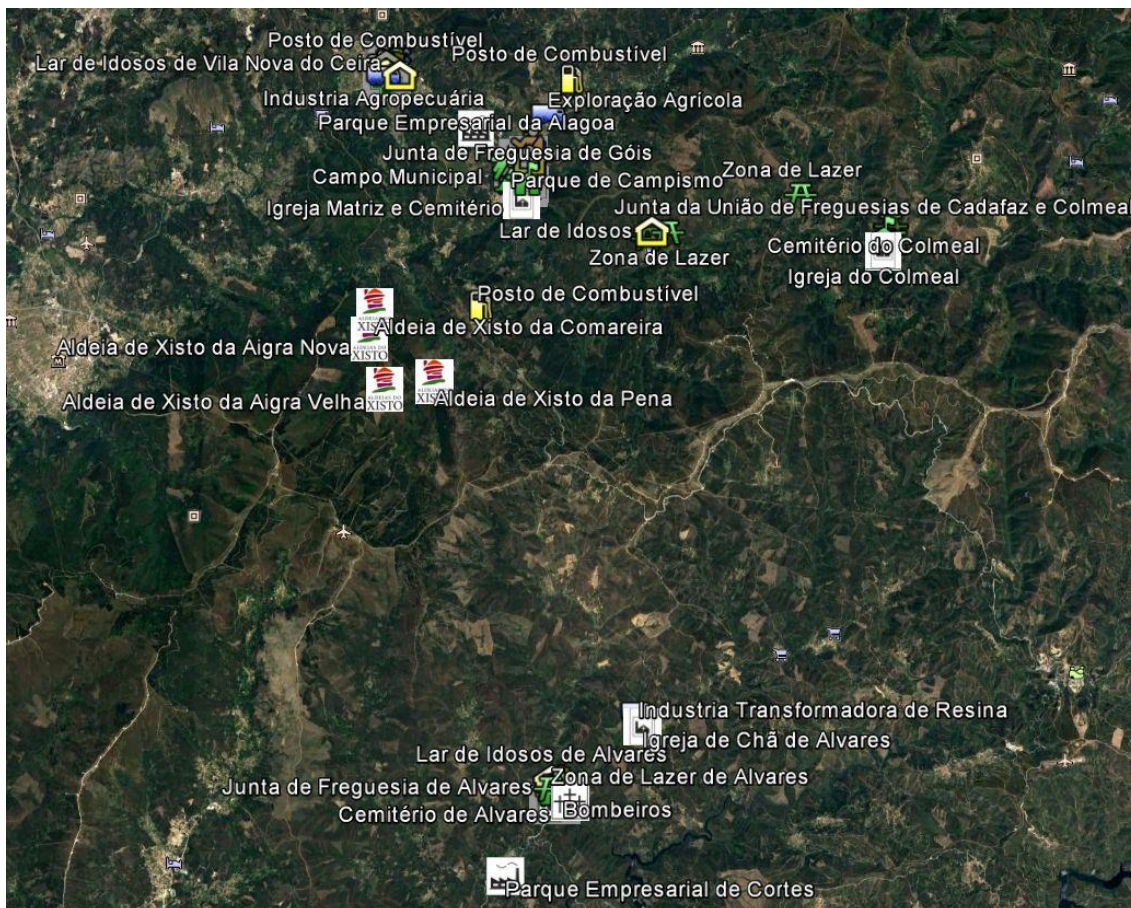


Figura 13 - Principais geradores de tráfego no município de Góis

Os serviços, salientando as escolas, o centro de saúde e a Santa Casa da Misericórdia, são atividades que maior dinâmica conferem à vila de Góis e maior número de deslocações originam diariamente em conjunto com o comércio. Este tipo de atividades gera movimentos regulares e não regulares na vila e para a vila. Para este tipo de atividade é essencial que seja fornecida uma oferta consistente e variada de alternativas de mobilidade, visto que uma considerável parte da população que acede a essas atividades não reside na sede de concelho.

As principais unidades industriais instaladas no município "Góis Cor", "José Simões", "Mata Borrão", são também geradoras de postos de trabalho e por isso de importantes fluxos diários, regulares e não regulares na vila e para a vila de Góis.

O ensino é um dos principais geradores de movimento no concelho. O agrupamento de escolas de Góis concentra os estabelecimentos de ensino público concelhios que permite ter uma oferta educativa que cobre os diferentes níveis de ensino que totalizam 5 Jardins de Infância, 3 escolas do 1º ciclo da Escola Básica e 1 escola que ministra o 2º e 3º ciclo da Escola Básica.

A escola do 2º e 3º ciclo da Escola Básica localiza-se na vila de Góis, pelo que quase todos os alunos que frequentam estes graus de ensino se deslocam diariamente para a sede de concelho.

As escolas básicas do 1º ciclo [EB1] localizam-se nas freguesias de Góis, Alvares e Vila Nova do Ceira. Existem, ainda, 5 estabelecimentos onde é ministrada a educação pré-escolar (Jardim de Infância), 3 dos quais pertencentes à rede pública e 2 integrados numa Instituição Particular de Solidariedade Social [IPSS].

Todos os anos, no 3º fim-de-semana de agosto, entre os dias 17 e 20 de agosto, sob o lema **"Tá-se bem!"** realiza-se a concentração internacional de motos. Nesta altura na vila de Góis ocorre o maior encontro entre os motores e a natureza no seu estado puro onde o Rio Ceira assume o papel de anfitrião. O Parque Natural de Mototurismo, um palco privilegiado onde amigos, famílias, entusiastas, cidadãos anónimos e turistas se encontram e reencontram, abre as portas para receber todos aqueles que, com a sua presença, têm engrandecido o nome do concelho.

O emprego mobiliza deslocações muito variadas, nomeadamente para as zonas industriais, e para o centro da vila, onde está concentrado o setor terciário.

03.4 - Ligações interconcelhias e seus padrões de mobilidade

Os fluxos entre o concelho de Góis e outros concelhos são realizados, por três grupos: os trabalhadores, os visitantes de fim de semana, e, por fim, os turistas/visitantes esporádicos. Existem, ainda, alguns alunos a deslocar-se diariamente para a fora e, outros, para dentro do concelho.

No que respeita aos trabalhadores, a deslocação interconcelhia é realizada pelas pessoas que residem no concelho de Góis e se deslocam para trabalhar noutros concelhos, ou que fazem o movimento contrário. Existe um número considerável de pessoas que diariamente, se desloca para o concelho de Góis para trabalhar vindas essencialmente dos concelhos de Arganil, Coimbra, Oliveira do Hospital, Tábua e Vila Nova de Poiares, entre outros.

De um modo geral, existem mais trabalhadores em Góis vindos dos concelhos a Sudoeste, do que dos concelhos de montanha [a Sudeste], eventualmente pelas frágeis condições de acessibilidade. A maioria destas pessoas desloca-se de e para Góis de transporte individual.

Quanto aos turistas e outros visitantes, as suas deslocações são, como é de esperar, muito variáveis, e com origem em variadíssimos locais, quer pelo país, quer pelo estrangeiro. Nos meses de verão, principalmente julho, agosto e setembro, o volume de deslocações deste tipo é considerável.

03.5 - Ligações intraconcelhias e seus padrões de mobilidade

Para conhecer os movimentos num determinado território, é necessário identificar e caracterizar os vários agentes de mobilidade, isto é, todos aqueles que se movimentam nesse território, por diferentes razões. É importante descodificar as suas exigências, deslocações típicas, hábitos, intenções, entre outros, no fundo, conhecer o perfil de comportamento destes vários grupos, para, de seguida, perceber os seus padrões de deslocamento e retirar conclusões acerca da adequação dos modos e condições de transporte disponíveis às necessidades da população. No caso de Góis, os agentes de mobilidade são essencialmente:

Os **trabalhadores** [residentes e não residentes na sede de concelho]

As áreas industriais são responsáveis por um elevado volume de deslocações diárias no concelho – Zona Industrial de Góis, ou de empresas industriais localizadas pontualmente por todo o concelho.

Atualmente, o tecido económico do concelho apresenta fragilidades, consequência da própria interioridade que o caracteriza, mas também pelos escassos investimentos que se têm verificado, sendo que, consequentemente, a fixação de indústrias não tem grande expressão.

O modelo industrial é maioritariamente tradicional, pouco evoluído tecnologicamente e com fraco nível de competitividade, o concelho de Góis possui cinco Polos Industriais localizados nas freguesias de Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira. Neste âmbito, os setores da indústria da madeira e alumínio absorvem a maior fatia de mão-de-obra. Dispersos pelo concelho têm igualmente alguma dimensão, os setores dos mármore e da pecuária. A exploração florestal, de grande importância no concelho, assume um modelo de exploração tipicamente familiar, registando-se a existência de pequenas empresas. As indústrias transformadoras representam 26% [INE, 2015] do tecido empresarial do concelho.

A implantação de unidades industriais no concelho de Góis está hoje prejudicada pela oferta crescente de localizações alternativas em consequência da implementação do PRN 2000. As desvantagens decorrentes da diminuta acessibilidade, determinada pelas características do território, evidenciam-se na medida em que o número de postos de trabalho na agricultura se reduz e em que o desenvolvimento dos setores secundário e terciário é fator determinante na fixação da população.

Relativamente ao setor terciário, as atividades estão especialmente concentradas no centro da vila, nomeadamente os bancos, câmara municipal, finanças, centro de saúde, comércio, pequenos escritórios, etc., para onde se desloca diariamente um volume considerável de pessoas vindas de todas as freguesias do concelho.

Os **estudantes**, são os que mais se movimentam de transporte público, diariamente, abrangendo todos os níveis de ensino, desde a pré-primária até ao secundário. De uma forma geral, as crianças que frequentam o jardim de infância ou o 1º ciclo da Escola Básica deslocam-se para a escola mais próxima do seu local de residência.

Os **turistas**, pelos vários pontos turísticos presentes no concelho e pelo produto turístico que Góis oferece, associado ao turismo de natureza, turismo cultural e à imagem de marca do seu património turístico associado à água [rios e planos de água] e ao verde [orografia movimentada e dotada de um verde exuberante e constante na paisagem ao longo do ano], não esquecendo o Projeto das Aldeias de Xisto, onde no concelho de Góis se inserem **quatro aldeias**, designadamente, as aldeias de Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena, é de esperar

que, dependendo da capacidade de atração e da rede de acessibilidade, se desloquem em maior numero ao município de Góis.

Os **residentes**, como já foi referido, os residentes na Vila efetuam deslocações muito variáveis, especialmente se estas ultrapassam os limites da freguesia e do concelho. No que respeita aos residentes que trabalham, estudam, ou simplesmente acedem ao comércio e serviços internamente à Vila de Góis, dadas as dimensões do aglomerado urbano, estas deslocações são feitas a pé se as distâncias o permitem, ou de automóvel se as distâncias ou os desníveis já forem consideráveis.

Outros visitantes [movimentos esporádicos], existe uma série de pessoas que se desloca esporadicamente à sede de concelho para aceder a vários serviços, os bancos, a câmara municipal ou o comércio em geral. Observa-se que em Góis, este grupo tem, em parte, grande capacidade de adaptação aos horários praticados pelo transporte público. No entanto, a maioria destas pessoas desloca-se na vila e para a vila utilizando transporte individual.

04 - Movimentos Pendulares

04.1 – Introdução

Caraterizadas que estão as infraestruturas de suporte à mobilidade e a rede de transportes coletivos dos quais resulta a insuficiente rede de acessibilidades e as dificuldades de acesso à rede de transportes públicos, importa caraterizar a mobilidade de forma a completar uma análise de constrangimentos / carências em matéria de transporte.

A análise da matéria dos movimentos pendulares é efetuada com recurso aos dados disponibilizados pelo INE no Recenseamento Geral da População de 2011, sendo desde já de sublinhar que os dados produzidos pelo INE, neste último recenseamento, contêm menos cruzamento de informação do que aqueles que foram disponibilizados em 2001.

Neste contexto, são utilizadas as seguintes variáveis para caracterizar os movimentos pendulares:

- Proporção da população residente que entra na unidade territorial [concelho];
- Proporção da população residente que sai da unidade territorial [concelho];
- Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares [N.º] por concelho;
- Duração média dos movimentos pendulares [min] da população residente empregada ou estudante por concelho.

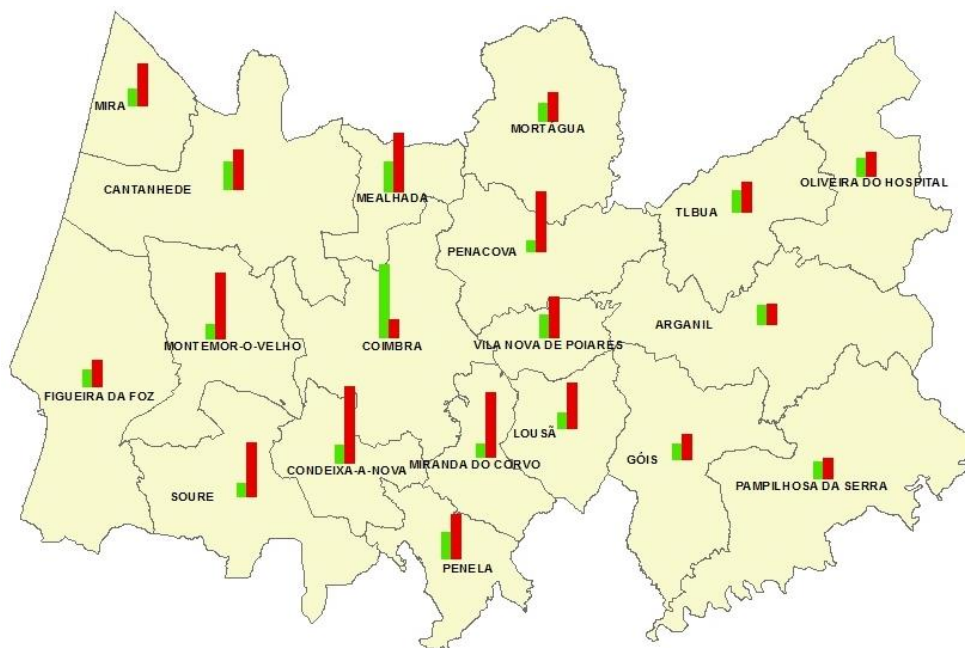


Figura 14 - Movimentos pendulares nos concelhos da Região de Coimbra [entradas e saídas de população ativa, 2011]
Fonte: INE, Censos

04.2 - Movimentos pendulares

Movimentos Pendulares	% Entradas	% Saídas
Arganil	8,69	9,03
Cantanhede	12,29	17,45
Coimbra	33,04	8,51
Condeixa-a-Nova	8,39	34,24
Figueira da Foz	7,87	12,15
Góis	7,07	11,57
Lousã	7,06	20,22
Mealhada	12,93	26,09
Mira	7,22	18,76
Miranda do Corvo	5,85	29,03
Montemor-o-Velho	6,56	29,4
Mortágua	7,83	12,88
Oliveira do Hospital	7,82	10,24
Pampilhosa da Serra	7,45	9,22
Penacova	5	26,5
Penela	11,7	19,72
Soure	5,82	24,6
Tábua	9,93	13,47
Vila Nova de Poiares	10,37	18,4

O desenvolvimento do emprego no comércio e serviços, no sentido da atração da população, por um lado, e as dificuldades de acesso aos principais polos urbanos, em sentido contrário, aliado a um reduzido crescimento da oferta habitacional na vila, são os fatores que acima de tudo justificam o posicionamento do concelho quanto aos respetivos movimentos pendulares. Góis apresenta diariamente, um saldo negativo, se compararmos n.º de trabalhadores não residentes que entram no concelho (oriundos, sobretudo, de Coimbra, Cantanhede, Mealhada e Penela), com o n.º de trabalhadores que saem diariamente para fora dos limites da cidade (sobretudo, para Condeixa, Soure, Miranda Corvo, Montemor-o-Velho e Lousã).

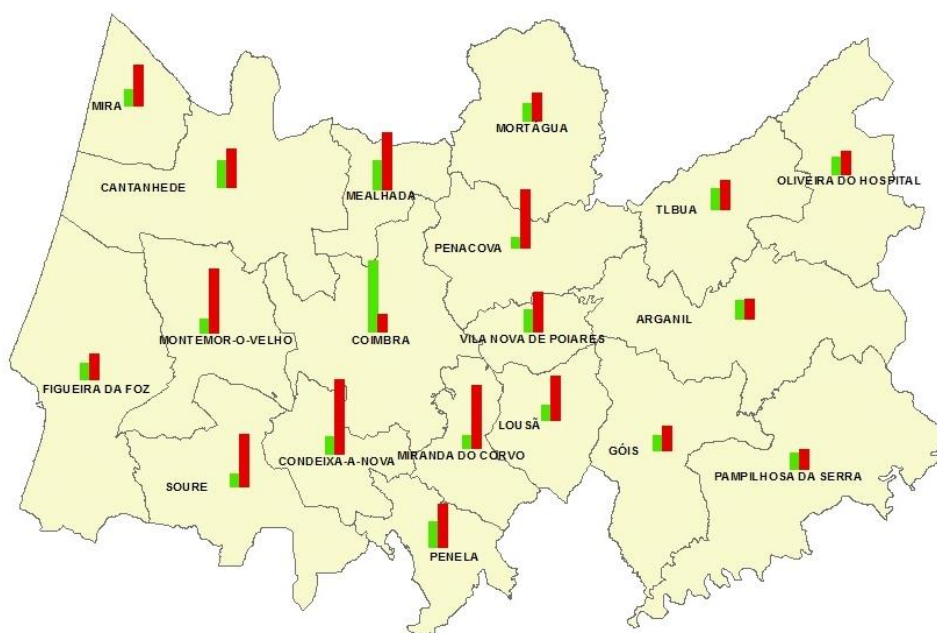


Figura 15 - Movimentos pendulares nos Concelhos da Região de Coimbra (entradas e saídas de população ativa, 2011) | Fonte: INE, Censos

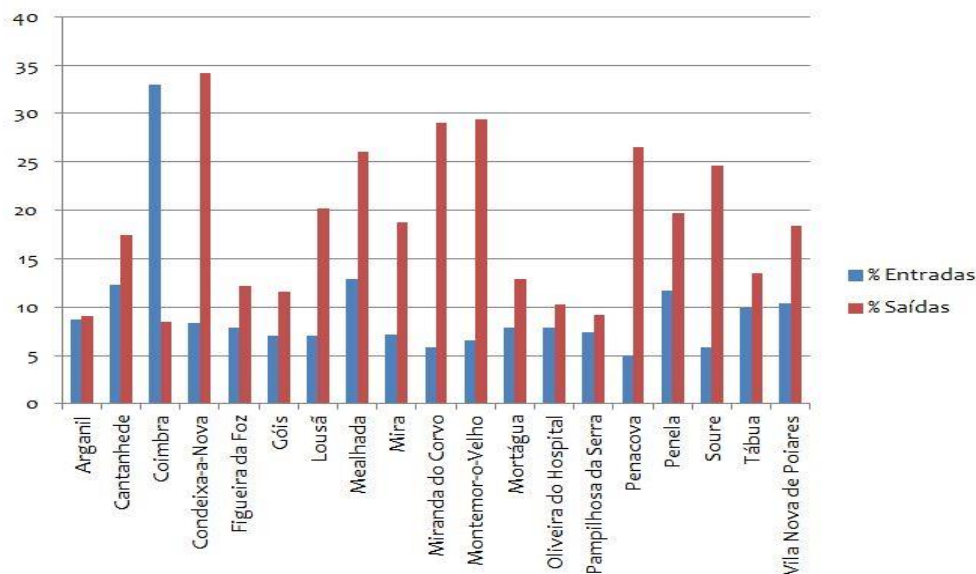


Figura 16 - Entradas e saídas nos concelhos da região de Coimbra, 2011 | Fonte: INE, Censos

Quadro 6 - Tempo médio de deslocação nos concelhos da Região de Coimbra, 2011 | Fonte: INE, Censos

Movimentos pendulares	Tempo Médio de Deslocação [min.]
Arganil	16,22
Cantanhede	17,61
Coimbra	19,31
Condeixa-a-Nova	20,52
Figueira da Foz	18,51
Góis	16,35
Lousã	20,91
Mealhada	17,52
Mira	16,84
Miranda do Corvo	23,19
Montemor-o-Velho	23,16
Mortágua	16,31
Oliveira do Hospital	15,31
Pampilhosa da Serra	18,73
Penacova	22,08
Penela	20,13
Soure	22,56
Tábua	15,31
Vila Nova de Poiares	17,84

No contexto da Região de Coimbra, Coimbra constitui obviamente o concelho com maiores movimentos pendulares, induzidos pelas entradas, aliado a uma distinta utilização dos modos de transporte em relação aos concelhos da região. No que diz respeito aos concelhos com maiores movimentos pendulares, induzidos pelas saídas, surgem os municípios de Condeixa-a-Nova, Miranda do Corvo e Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Lousã e Mira, induzindo claramente que estes concelhos, em particular, sofrem já um processo de atração pela Área Metropolitana de Coimbra.

Os restantes municípios, apresentam valores menos significativos, onde a balança tende sempre para o lado das saídas, apesar de num ou noutro caso as situações se encontrarem próximas do equilíbrio.

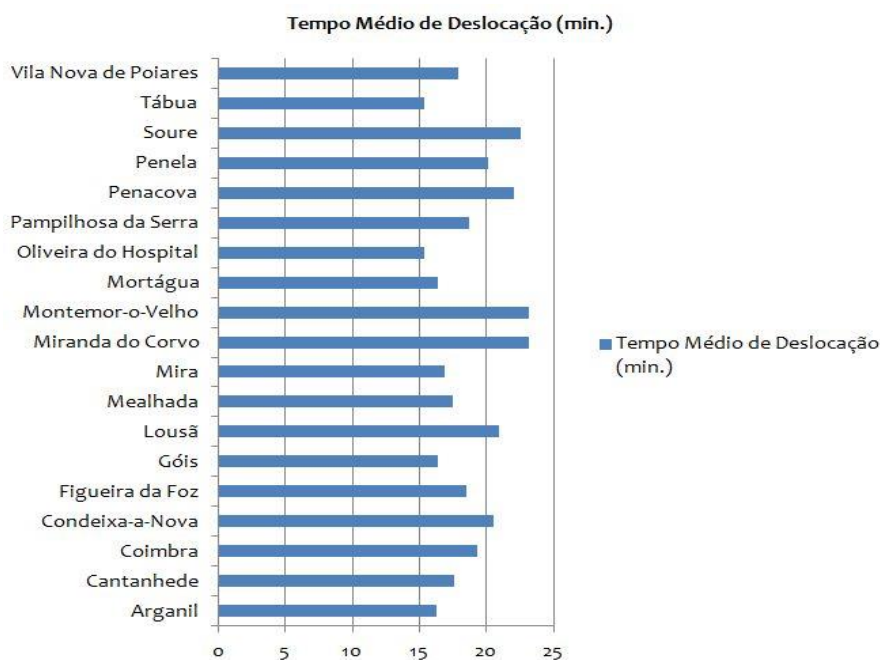


Figura 17 - Tempo médio de deslocação nos concelhos da Região de Coimbra, 2011 | Fonte: INE, Censos

O Concelho de Góis apresenta valores ligeiramente abaixo da média registada para os municípios da região de Coimbra, cujo tempo médio de deslocação pendular varia entre os 15,31 minutos em Tábua e Oliveira do Hospital e os 23,19 minutos em Miranda do Corvo e 23,16 minutos em Montemor-o-Velho, seguido de 22,56 minutos em Soure, o que denota e comprova a influência da deslocação por trajetos mais sinuosos e a atração por destinos de trabalho mais afastados, designadamente a Coimbra.

04.3 - Movimentos pendulares por meio de transporte

O meio de transporte mais utilizado nos concelhos da região de Coimbra para as deslocações pendulares é claramente o automóvel.

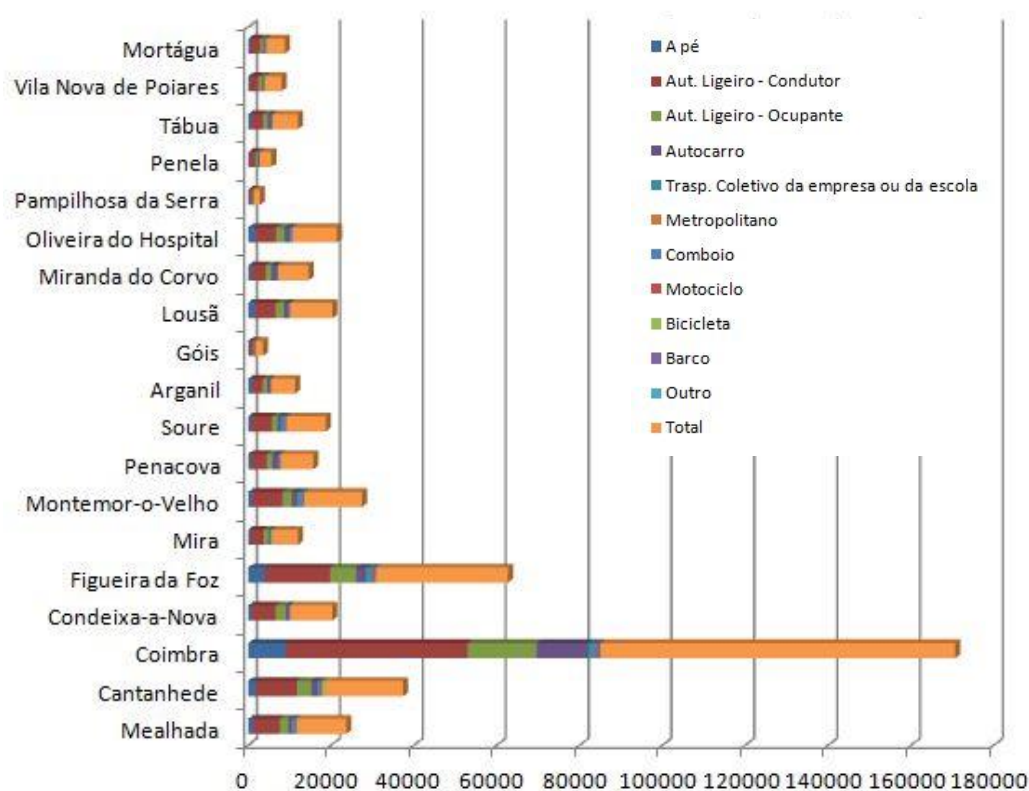


Figura 18 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares dos concelhos da região de Coimbra | Fonte: INE [2011]

O concelho de Góis destaca-se claramente dos demais pela maior relevância no uso do automóvel, seguido do transporte em autocarro. As deslocações a pé assumem ainda algum significado nas deslocações dentro dos aglomerados urbanos, na sua maioria de pequena dimensão.

05 - Síntese Conclusiva

O concelho apresenta uma rede viária extensa, muito sinuosa em resultado da orografia do território, embora nem sempre racionalmente distribuída, encontra-se em bom estado de conservação, necessitando, contudo, da criação de novas ligações viárias e de implementar melhoramentos na rede viária existente ao nível do traçado e da sinalização.

As necessidades que se fazem sentir ao nível da rede viária concelhia, de acordo com o que foi possível detetar, para além da necessidade de correção de traçado de algumas ligações existentes, essencialmente ao nível da rede de distribuição e da rede urbana, a criação de novas ligações viárias, visa essencialmente resolver um problema detetado e salientado pelos órgãos autárquicos [Câmara Municipal e Juntas de freguesia] e que se prendem essencialmente, com a grande dependência da rede principal, nas ligações viárias intermunicipais, que é sem dúvida a grande deficiência em termos de malha viária concelhia.

Neste sentido e de modo a que a legibilidade e estruturação da malha viária assegure um acréscimo na mobilidade e na qualificação dos espaços urbanos, fomentando a diversidade das vivências espaciais, é fundamental a definição de uma hierarquização, ainda que polivalente e flexível, que permita a identificação de trajetos e percursos, fundamentada na necessidade da continuidade da malha existente e na necessidade de novas vias, através da implementação de um perfil tipo, a indicar posteriormente e que identifique o nível hierárquico pretendido, de acordo com a Hierarquização da Rede Viária que integra a proposta do plano e que consta da Planta de Rede Viária.

Capítulo 04 - Equipamentos de Utilização Coletiva

01 - Introdução

De acordo com o Decreto-Lei nº80/2015, de 14 de maio, *"os instrumentos de gestão territorial devem explicitar, de forma racional e clara, os fundamentos das respetivas previsões, indicações e determinações, a estabelecer com base no conhecimento sistematicamente adquirido das (...) das assimetrias regionais e das condições de acesso às infraestruturas, aos equipamentos, aos serviços e às funções urbanas."* Assim e ainda no mesmo diploma legal estabelece-se que *"O plano diretor municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo: (...) A definição e caracterização da área de intervenção, identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, ..."*.

Não obstante a dotação dos aglomerados em termos de Equipamentos de Utilização Coletiva, fundamentais às populações ser da responsabilidade da administração pública, podem coexistir também unidades cuja oferta é da iniciativa privada. Significa isto que a oferta de um determinado Equipamentos de Utilização Coletiva pode ser garantida não apenas por unidades de natureza pública, como também por unidades da iniciativa privada. De entre estas últimas distinguem-se as de natureza particular e as que se constituem como Instituições Públicas de Solidariedade Social [IPSS].

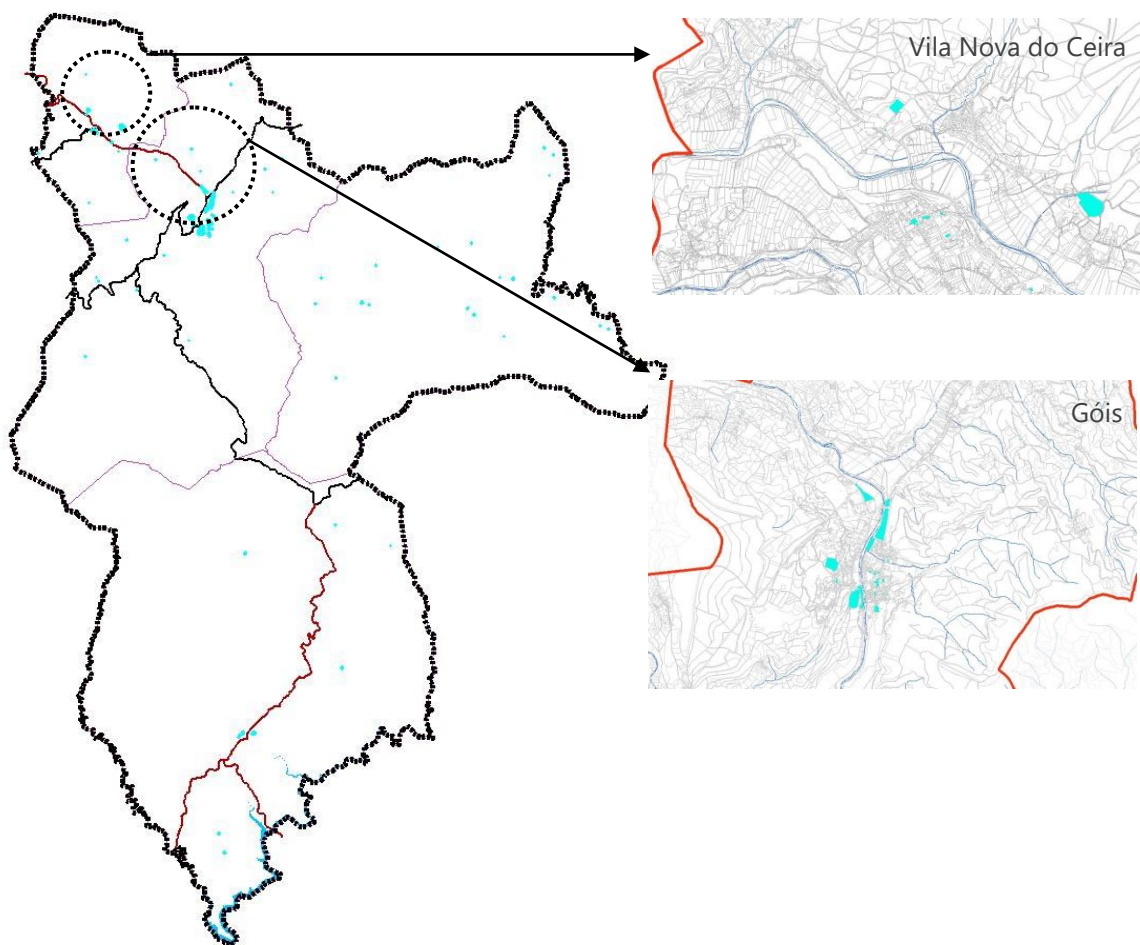
O planeamento e implementação das redes de equipamentos coletivos públicos têm revestido várias formas de atuação, contudo a articulação entre a Administração Central e a Local tem vindo a ser cada mais perspectivada, nomeadamente, através da elaboração de Cartas Municipais de determinado tipo de equipamento, sendo já muito comuns a Carta Educativa e a Carta Desportiva.⁹

Não se substituindo à elaboração destes estudos e planos mais aprofundados, desenvolvidos em sede própria [Carta Educativa, Carta da Saúde, Carta Desportiva e Carta da Rede Social], o presente capítulo pretende caracterizar e identificar a rede de equipamentos de uso coletivo do concelho de Góis nos seguintes setores, os quais constituem uma adaptação aos constantes nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos, da DGT: Administração; Cultura; Desporto; Educação; Saúde; Segurança Pública; Solidariedade e Ação Social. A estes domínios acrescentou-se ainda um tópico relativo a outros equipamentos que não se enquadravam nas tipologias mencionadas.

A análise efetuada visa, sobretudo, fornecer uma panorâmica global da situação presente, revertendo para este instrumento os aspetos relacionados com o padrão locativo dos diferentes Equipamentos de Utilização Coletiva e a sua contribuição no modelo de organização espacial. A programação dos Equipamentos de Utilização Coletiva é efetuada de acordo com as *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos*, da DGT. A análise é complementada por peça gráfica de apoio.

⁹ As Cartas Municipais constituem documentos de Planeamento Estratégico, definindo a localização, função, capacidade e forma de funcionamento dos equipamentos que no respetivo horizonte temporal irão ser necessários no município.

Planta dos Equipamentos de Utilização Coletiva



02 - Evolução do Povoamento

A população residente no Concelho de Góis sofreu um decréscimo no último período censitário [2001-2011], passando de 4.861 habitantes em 2001, para 4.260 em 2011. Esta diminuição traduziu-se numa variação populacional de -12,4% no período referido.

Importa referir que todas as freguesias que compõem o concelho de Góis registaram uma diminuição da população.

No ano de 2011, verificava-se uma proporção de jovens [0-14 anos] de 11% em contraste, a uma proporção da população idosa [65 + anos] de 34%. Comparando com os dados de 2001, a proporção de jovens [0-14 anos] era 11,9% e a proporção da população idosa [65+ anos] era de 32%, assim, assiste-se, no concelho, a um fenómeno de duplo envelhecimento demográfico.

Atendendo ao nível de escolarização do Concelho, no ano de 2011, a qualificação académica é globalmente baixa, uma vez que cerca de 21,9% da população não tem qualquer nível de instrução e de entre a população que possui um nível de ensino, 62,3% detém o ensino básico. Quanto aos restantes níveis de ensino apenas 10,4% terminou o secundário e 5,5% da população concelhia possui o ensino médio ou superior.

Finalmente, em termos de projeção matemática da população pode-se referir que o concelho de Góis, seguindo esta tendência, irá registar uma diminuição populacional de 1.041 habitantes nos próximos 20 anos, sendo por isso previsível que em 2030 a população residente ronde os 3.219 habitantes. Esta diminuição irá traduzir-se numa variação demográfica de cerca de -24,4% no período 2011-2030. Regista-se uma tendência de regressão demográfica que importa ter em atenção para proceder à programação de políticas públicas que invertam este cenário.

03 - Análise da Rede de Equipamentos

Quanto à avaliação da concentração/dispersão da rede de equipamentos, no espaço urbano e à identificação e justificação das possíveis necessidades em termos de equipamentos, salienta-se os projetos de equipamentos lançados a concurso ou já em construção, a sistematização das carências em equipamentos evidenciadas por cada freguesia, bem como a relação dos equipamentos instalados com a estrutura e forma urbana existente.

03.1 -Tipificação dos equipamentos de utilização coletiva

Quanto à localização geográfica dos equipamentos no concelho de Góis, pode-se referir genericamente a:

- Concentração de equipamentos administrativos e de serviços em Góis, sede de concelho. Os restantes equipamentos encontram-se nas restantes sedes de freguesia, com maior peso para a freguesia de Vila Nova do Ceira.
- Criação de uma Praia Fluvial em Góis, enquanto nas restantes freguesias se regista uma dispersão de equipamentos e de zonas de influência algo desarticuladas.

Os equipamentos de utilização coletiva [EUC] definem-se como as edificações e os espaços não edificados afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, da educação, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da proteção civil.¹⁰

Os EUC, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, devem ser identificados nos instrumentos de gestão territorial, sendo que a sua programação e planeamento têm tanto mais justificação quanto os equipamentos de utilização coletiva são hoje fundamentais à vivência das populações e à qualificação dos espaços urbanos¹¹.

¹⁰ Conceito constante no Decreto-Regulamentar n.º 9/2009, de 20 de maio, e equivalente às designações de *equipamentos* ou *equipamentos coletivos* utilizadas até à data em documentos relativos ao ordenamento do território.

¹¹ In Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos [2002], Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

03.2 - **Administração Central**

Os Equipamentos Administrativos traduzem um conceito de centralidade inerente aos serviços que *prestam* aos seus utilizadores e às vivências dos espaços públicos, o que lhes atribui um carácter simbólico e relevo social, que deverá ser ressaltado. Tratam-se igualmente de equipamentos com peso institucional que importa enumerar e ter em atenção numa análise da utilização do espaço público e que abrangem o nível da administração central e da administração local.

No concelho de Góis localizam-se um conjunto de instalações, seguidamente identificadas, cuja função se inscreve na esfera de competências da Administração Central do Estado Português. Os equipamentos/serviços da administração central localizados no concelho, são a Conservatória do Registo Predial e Civil, a Repartição de Finanças e a Segurança Social. Os equipamentos relativos à administração local referem-se à Câmara e Assembleia Municipal e às juntas de freguesia do concelho. O edifício dos Paços do Concelho, onde funcionam os departamentos camarários e os serviços municipalizados de água, localizados no mesmo edifício.

03.3 - Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

O exercício de ação social é efetuado diretamente pelo estado, através da utilização de serviços e equipamentos públicos ou em cooperação com as entidades cooperativas, sociais e privadas não lucrativas, designadamente, as IPSS, cujo estatuto foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/93, de 25 de fevereiro, e o regime de cooperação estabelecido no Despacho Normativo nº 75/92, de 20 de maio.

O desenvolvimento dos serviços e equipamentos sociais perspetiva-se no sentido de concorrer para a cobertura equitativa do País, eliminando lacunas e assimetrias, prevenindo as sobreposições de apoios e ainda no sentido de promover uma maior harmonização das respostas sociais e valorizar as parcerias, constituídas por entidades públicas e particulares.

Neste sentido, o alargamento progressivo da cobertura dos concelhos com rede social tem em conta o princípio do planeamento com o objetivo da adoção de um plano social que vincule a Administração Central, Regional e Local e as instituições.

Os equipamentos de Solidariedade e Ação Social existentes no concelho centram-se em dois grandes eixos de atuação, o de apoio à população idosa e o de apoio à infância e apoiam-se, sobretudo, em ambos os casos, em associações/instituições da rede solidária e na rede particular.

A caracterização dos equipamentos de utilização coletiva do município de Góis tem como base a informação fornecida nos estudos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Góis, designadamente o "Diagnóstico Social do concelho de Góis" [2015] e a "Carta Educativa" [2007].

No âmbito social o município de Góis caracteriza-se como um **espaço dinâmico e territorialmente coeso** e dispõe de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que funcionando em rede permite responder, com níveis elevados de eficiência, às carências e problemáticas sociais que surgem. Esta rede resulta do envolvimento e do esforço das várias instituições, distribuídas pelo disperso território concelhio - as suas freguesias e uniões de freguesia - tendo subjacente o diagnóstico das necessidades da população.

No município de Góis funcionam **vinte e sete equipamentos** no campo das respostas sociais, sendo que são todas Instituições Particulares de Solidariedade Social, as quais garantem uma maior proximidade dos serviços à população e proporcionam um leque diversificado de respostas com Acordos de Cooperação celebrados com o Instituto de Segurança Social I.P., Centro Distrital de Coimbra.

No que diz respeito ao número de respostas sociais, constata-se que são os idosos que reúnem o maior número, refletindo a realidade concelhia no que diz respeito ao envelhecimento da população, contabilizando 5 Serviços de Apoio Domiciliário, 4 Centros de Dia, 5 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas [ERPI] e 1 Centro de Atividades Ocupacionais que integra o maior número de respostas.

Quanto à valência de apoio à infância, no município existem 6 equipamentos, nomeadamente, 2 creches, 2 centros de atividades de tempos livres e 2 jardins-de-infância, distribuídos pelas 4 freguesias do município.

Quadro 07 - Equipamentos de apoio social no município de Góis | Fonte: Diagnóstico Social do concelho de Góis, 2015

Valência	Capacidade	Nº Utentes	Lista de espera	Resposta	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia de Góis					
Estrutura Residencial para pessoas idosas	40	40	--	Idosos	Vila Nova do Ceira
Serviço de Apoio Domiciliário	35	20	--	Idosos	Vila Nova do Ceira
Centro de Dia	30	30	--	Idosos	Vila Nova do Ceira
Serviço de Apoio Domiciliário	20	10	--	Idosos	UF Cadafaz e Colmeal
Centro de Dia	20	15	--	Idosos	UF Cadafaz e Colmeal
Centro de Atividades de Tempos Livres	--	25	--	Infância	Vila Nova do Ceira
Centro Social Rocha Barros					
Estrutura Residencial para pessoas idosas	76	40	--	Idosos	Góis
Centro de Dia	25	10	--	Idosos	Góis
Serviço de Apoio Domiciliário	35	30	--	Idosos	Góis
Creche	--	27	--	Infância	Góis
Jardim de Infância	--	23	--	Infância	Góis
Centro de Atividades de Tempos Livres	--	12	--	Infância	Góis

Centro Paroquial de Solidariedade Social de Alvares					
Estrutura Residencial para pessoas idosas	76	76	--	Idosos	Alvares
Serviço de Apoio Domiciliário	40	33	--	Idosos	Alvares
Creche	--	5	--	Infância	Alvares
Jardim de Infância	--	8	--	Infância	Alvares
Caritas Diocesana de Coimbra					
Centro de Dia	--	--	--	Idosos	UF Cadafaz e Colmeal
Serviço de Apoio Domiciliário	88	56	--	Idosos	UF Cadafaz e Colmeal
Estrutura Residencial para pessoas idosas	48	44	--	Idosos	UF Cadafaz e Colmeal
ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã					
Centro de Atividades Ocupacionais	--	--	--	--	Góis

A rede de equipamentos de solidariedade e segurança social em Góis com base nas normas de programação de equipamentos, não será objeto de sequente análise de programação de equipamentos coletivos, pois estão antes de mais, condicionados à apreciação da situação social da população ou de extratos da mesma, sendo norma que a população base seja absolutamente variável.

Por tal, não é aqui apontada uma análise síntese desta tipologia de equipamentos, por ser matéria que deve encontrar sede própria que ultrapassa os âmbitos e objetivos de um PDM, mais ainda quando são equipamentos que, na sua maior parte se situam em meio urbano consolidado e para os quais por norma não é necessária efetuar reserva de solo.

03.4 - Equipamentos de Ensino

De acordo com o Decreto-Lei, n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e no que concerne ao diagnóstico da rede de equipamentos educativos, deve-se ter em conta, antes de mais, o estudo exposto na "Carta Educativa" [2007].

Contudo, a Carta Educativa do concelho de Góis, homologada em 29 de maio de 2007, encontra-se desatualizada e atualmente em fase de revisão, e porque da mesma resultou já uma reorganização da rede escolar que trouxe alterações significativas na rede, com a abertura de novos estabelecimentos de ensino e com o encerramento de outros. Neste contexto optou-se por efetuar uma caracterização da situação atual da rede escolar concelhia, com base em dados disponibilizados pela Divisão de Educação relativos ao ano letivo de 2014/2015.

Os diversos estabelecimentos de ensino privado, transversais a diferentes níveis de ensino, desde que não constituam parceria com o Estado, não são considerados no presente documento, uma vez que não podem ser considerados ulteriormente como variável a considerar na programação de equipamentos, assim como, salvo situações devidamente fundamentadas, não são marcados como espaço de equipamento na Planta de Ordenamento.

O DL nº 137/2012, de 2 de julho, cria os Agrupamentos de Escolas e define-os, no n.º 1 do artigo 6º, como:

"uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de Jardim de Infância e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista à realização das seguintes finalidades:

- a) Garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de Jardim de Infância que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade;*
- b) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino;*
- c) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de Jardim de Infância e prevenir a exclusão social e escolar;*
- d) Racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas e estabelecimentos de Jardim de Infância que o integram."*

No artigo 6º do mesmo diploma são enunciados os critérios a que deve obedecer a constituição dos Agrupamentos de Escolas:

- a) Construção de percursos escolares coerentes e integrados;
- b) Articulação curricular entre níveis e ciclos educativos;
- c) Eficácia e eficiência da gestão dos recursos humanos, pedagógicos e materiais;
- d) Proximidade geográfica;
- e) Dimensão equilibrada e racional.

Em consequência da diminuição populacional e da dispersão dos aglomerados do município de Góis, os equipamentos de ensino municipais agregam-se num único agrupamento de escolas, o Agrupamento de Escolas de Góis, para além de outros estabelecimentos distribuídos pelo território do município.

A **Educação Pré-escolar**, no seu aspeto formativo, é complementar da ação educativa das famílias, com as quais estabelece estreita cooperação, sendo de cariz facultativo no reconhecimento de que à família cabe um papel preponderante no processo da educação antes do ingresso na escolaridade obrigatória. No município de Góis, existem 4 estabelecimentos onde é ministrada a educação pré-escolar (Jardim de Infância), 2 dos quais pertencentes à rede pública e 2 integrados numa IPSS.

A rede de estabelecimentos de educação/ensino do município de Góis encontra-se organizada numa única unidade orgânica – o agrupamento de Escolas de Góis, agregando 4 edificações de que o quadro 8 indica as freguesias de implantação e a oferta educativa.

O Agrupamento de Escolas de Góis concentra os estabelecimentos de ensino público concelhios que permite ter uma oferta educativa que cobre os diferentes níveis de ensino que totalizam 2 Jardins de Infância, nas freguesias de Góis e Vila Nova do Ceira e ainda 2 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, localizadas, respetivamente nas freguesias de Alvares, Vila Nova de Ceira e Góis. Na freguesia de Góis localiza-se a Escola Básica de Góis (sede do agrupamento), nela coexistindo, para além das instalações afetas à Educação Pré-escolar, as instalações associadas aos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico.

Na sede de município existe ainda 1 escola que ministra o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, existindo no total 237 alunos, no ano letivo 2018/2019. A população escolar com maior representatividade do número total de alunos do município é o 2º e 3º CEB [54%], seguido do 1º CEB [32%] e do pré-escolar [14%].

Na sede de município existe ainda uma Residência de Estudantes. A União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal não dispõe de qualquer tipo de escola ou estabelecimento de ensino.

Quadro 08 - Estabelecimentos escolares no município de Góis, ano letivo 2018/2019 | Fonte: DGEsTE, 2019

Freguesia	Estabelecimentos de Educação e Ensino	Níveis ministrados			
		Educação Pré-escolar	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico
Alvares	Escola Básica de Alvares		x		
Vila Nova do Ceira	Escola Básica de Vila Nova do Ceira	x	x		
Góis	Escola Básica de Góis (sede do agrupamento)	x	x	x	x
	Jardim de infância de Ponte de Sótão	Não obstante figurar na Portaria n.º 45/2019, de 4 de fevereiro, este estabelecimento de educação não registou frequência em 2018/2019.			

Quadro 09 – Frequência registada nos estabelecimentos escolares no município de Góis, ano letivo 2018/2019 | Fonte: DGEsTE, 2019

Estabelecimentos de Educação e Ensino	Educação Pré-escolar		1º Ciclo do Ensino Básico		2º Ciclo do Ensino Básico		3º Ciclo do Ensino Básico		Total	
	Alunos	Grupos	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Escola Básica de Alvares	7	1	11	1	-	-	-	-	18	2
Escola Básica de Góis	15	1	63	4	31	2	73	5	182	12
Escola Básica de Vila Nova do Ceira	15	1	27	2	-	-	-	-	42	3
Total	37	3	101	7	31	2	73	5	242	17

A distribuição dos equipamentos escolares considera-se **racional e estrategicamente localizada**, tendo em conta a população a servir e a topografia do concelho de Góis.

Ao definir o ensino básico como universal, obrigatório e gratuito, a Lei de Bases do Sistema Educativo veio implicar o reequacionamento dos critérios normativos de ordenamento da rede escolar e da tipologia de edifícios escolares rejeitando-se a vinculação exclusiva das instalações a um único nível de ensino.¹² Este princípio que pretende evitar a vinculação dos edifícios a um único nível de ensino tem vindo a ser posto em prática pela Direção Geral dos estabelecimentos Escolares, como forma de rentabilizar o parque escolar através de uma melhor gestão de espaços que entretanto foram ficando subocupados devido ao decréscimo de frequência, verificada com maior incidência no 1º Ciclo da Escola Básica.

A instrução do 2º e 3º ciclo da Escola Básica destina-se essencialmente à faixa etária dos 10 aos 15 anos, correspondendo aos níveis de ensino do 5º ao 9º ano de escolaridade, enquanto a Escola Secundária se destina às faixas etárias posteriores.

03.5 - Equipamentos de Saúde

Pretende-se no presente capítulo enumerar os equipamentos de saúde localizados no Concelho de Góis, caracterizando-os nomeadamente quanto à prestação de serviço ao Concelho no contexto das redes de cuidados de saúde primária e secundária.

Rede de Cuidados Primários

A rede de Cuidados de Saúde Primários é constituída por Centros de Saúde (C.S), unidades que prestam cuidados de prevenção primária¹³, secundária¹⁴ e terciária¹⁵.

Com o objetivo de melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde, os centros de saúde dispõem de unidades mais pequenas, designadas por extensões, de influência local (servindo uma freguesia) ou supra local (quando afeta mais do que uma freguesia).

Rede de Cuidados Secundários

A rede de Cuidados de Saúde Secundários é constituída por Hospitais Especializados e por Hospitais Gerais [Centrais, Distritais Gerais e Distritais de Nível I].

Relativamente ao setor da saúde, o município de Góis é servido pelo Centro de Saúde de Góis, pertencente ao Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte [ACES PIN], cuja sede é em Coimbra.

A rede de serviços de saúde primários, é assim, constituída pelo Centro de Saúde, sendo que a população tem ao seu dispor 3 Extensões de Saúde nas freguesias de Alvares e Vila Nova do Ceira e União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal. Das unidades funcionais constam, ainda, no município de Góis, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados [UCSP de Góis] e a Unidade de Cuidados na Comunidade Góis Vive [UCC Góis VIVE]. A oferta de serviços de saúde é complementada por farmácias que se distribuem por 3 freguesias do município, a saber: Góis, Alvares e Vila Nova do Ceira. O hospital de referência para o município é o Hospital da Universidade de Coimbra.

As farmácias, apesar de serem de iniciativa privada, são serviços para os quais existem normas de localização¹⁶ com o objetivo de assegurar a cobertura do maior número possível de utentes, assim como encontram-se definidas normas de programação de equipamentos pela DGT.

No âmbito da análise à oferta de equipamentos de saúde no concelho face aos critérios constantes nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos, constata-se que, atendendo à população base para um ECS [4 000 habitantes] o concelho deveria dispor de apenas uma extensão, contudo considerando as características dimensionais e de distribuição espacial da população no território concelhio, a existência de várias ECS seria uma dotação de equipamentos e saúde excessiva. Não obstante, há que ter em atenção o défice de médicos no Centro de Saúde e questionar se as instalações existentes possuem condições/capacidade para albergar um número de médicos que permita dar resposta à procura real [nº de utentes inscritos].

Assim em fases ulteriores dever-se-á atender ao horizonte temporal do PDM e ponderar se estes equipamentos se encontram ajustados aos vários cenários demográficos, atendendo perspetivas de crescimento demográfico estimadas.

¹³ Promoção e educação para a saúde.

¹⁴ Diagnóstico, tratamento e referência para os cuidados secundário.

¹⁵ Reabilitação

¹⁶ Portaria nº 1430/2007, de 2 de novembro.

Relativamente às farmácias, encontram-se estabelecidos nas normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos os seguintes parâmetros:

1. Capitação não inferior a 6000 habitantes;
2. Não se encontrar instalada nenhuma farmácia na área delimitada por uma circunferência de 250 m de raio, não podendo haver sobreposição de áreas.

03.6 - Equipamentos de Segurança Pública

Os equipamentos considerados no âmbito da segurança pública consideram os edifícios de apoio às forças da ordem que visam a manutenção da referida segurança e ordem pública, sejam eles PSP ou GNR, assim como, são incluídos os equipamentos de apoio aos bombeiros. Sublinha-se desde já que por força da dimensão do concelho de Góis, a força de segurança presente no Concelho é a GNR.

No município de Góis existem três tipos de entidades na área da Segurança Pública, os Bombeiros Voluntários de Góis e os Sapadores Florestais, que se enquadram na tipologia de proteção civil e a Guarda Nacional Republicana, na tipologia da segurança.

A ocupação dominante no município de Góis é a florestal, com cerca de 75% da superfície total. Nestas áreas predominam os povoamentos mistos [eucalipto, pinheiro-bravo e outras espécies] com cerca de 73% do total, sendo que os povoamentos de pinheiro-bravo e os de eucalipto representam 12% e 11% respetivamente do total de povoamentos. Dado que estas espécies são de elevada combustibilidade e permitem uma rápida progressão do fogo, foi fundamental, a inclusão de cinquenta pontos de água na Rede de Defesa Florestal Contra Incêndios.

Acresce o facto do território de Góis estar coberto por três postos de vigia, não obstante nenhum deles pertencer ao concelho [posto de vigia do Rabadão [41.05] concelho de Arganil, freguesia de Celavisa; o posto de vigia das Caveiras [41.01], concelho e freguesia da Pampilhosa da Serra e o posto de vigia do Santo António da Neve [42.01], concelho e freguesia de Castanheira de Pêra].

O concelho de Góis dispõe de uma esquadra da GNR, que tem como área de influência a totalidade do concelho de Góis e possui um total de 8 efetivos.

De acordo com os critérios de localização, constantes nas Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, as instalações das forças de segurança devem localizar-se numa área com acessos fáceis e diretos a eixos rodoviários principais, e que permita boa visibilidade para a garantia de condições de segurança e de defesa das instalações.



Figura 19 - Localização da Esquadra da GNR de Góis [Av. Eng.º Augusto Nogueira Pereira] | Fonte: CMG; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do concelho de Góis

A Esquadra da GNR de Góis localiza-se na freguesia de Góis, na rua Eng.º Augusto Nogueira Pereira. De acordo com informações fornecidas pela CMG e pela GNR as atuais instalações da esquadra reúnem as condições necessárias para albergar os serviços e os efetivos.

No concelho de Góis existe um único quartel de bombeiros, onde desenvolve a sua atividade a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis, com atuação nas áreas de prestação de serviços de saúde, de proteção civil e do combate a incêndios e um corpo ativo de 81 efetivos ao serviço [Comando, Chefes, Subchefes, Bombeiros de 1ª, 2ª e 3ª, Estagiários e Cadetes]. A área de influência do quartel é a totalidade do concelho de Góis, que se localiza na freguesia de Góis, na rua Comandante Henrique Bebiane Baeta Neves. Existe ainda uma seção destacada dos Bombeiros Voluntários de Góis em Alvares.

Os critérios de localização dos quartéis de bombeiros constantes nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos são os seguintes:

- *“Os terrenos deverão ser convenientemente escolhidos em relação aos aglomerados, de forma a permitir uma rápida movimentação das viaturas;*
- *A configuração do terreno deverá ser tanto quanto possível regular, sem grandes diferenças de nível entre os extremos.”*



Figura 20 - Quartel dos Bombeiros de Góis [R. Cmte. Henrique Bebiane Baeta Neves] | Fonte: CMG; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do concelho de Góis

A análise da rede de equipamentos de segurança pública em Góis com base nas normas de programação de equipamentos, num contexto qualitativo, atendendo às acessibilidades preferidas para a localização da tipologia de equipamentos em apreço, constatou-se já que a localização da esquadra da GNR e do Quartel dos Bombeiros, apresentam condições adequadas à sua atuação.

Verifica-se igualmente que o número de efetivos da esquadra da GNR fica um pouco aquém do rácio desejável apontado pelas Normas que é de 1 agente por 350 a 400 habitantes, o que baliza a força em cerca de 10 a 12 agentes.

Relativamente aos critérios para os quartéis de bombeiros, para um concelho com população até os 20.000 habitantes, é desejável a instalação de um quartel de bombeiros com área de construção aproximada de 1.328 m² em área de terreno de 2.500 m². A equipa não dispõe de dados, que no momento, permita aferir o cumprimento destas balizas.

03.7 - Equipamentos Culturais

Entende-se por Equipamentos de Cultura e Recreio todas as instalações, públicas ou privadas, que se destinam intencionalmente à produção, preservação ou divulgação culturais, apresentando-se as redes de equipamentos culturais como fator de consolidação da vida cultural e de sensibilização e formação de públicos.

O presente capítulo tem por objetivo efetuar a caracterização e diagnóstico dos equipamentos culturais no concelho, tendo por base dados atuais fornecidos pela CMG, de acordo com a tipologia utilizada.

Enquanto equipamentos relacionados com a tipologia cultural o município dispõe de diversos espaço museológicos, sendo que estes constituem estruturas que fomentam a preservação e valorização da memória coletiva das comunidades fazendo uma abordagem à história local bem como à riqueza cultural da região. No município existe a Biblioteca Municipal "António Francisco Barata" e o Espaço Internet. Ainda na área cultural, destacam-se os Auditórios Municipais, os Museus e o Teatro.

Estes equipamentos localizam-se, predominantemente, na sede de Concelho – Vila de Góis. Este facto, evidencia a tentativa de aumentar a centralidade dos equipamentos, a par da tendência centrípeta, presente no concelho.

No âmbito cultural e de lazer, refere-se ainda o Parque da Monteiro – Ciclo da Truta, que constitui um centro interpretativo da fauna e flora existente no rio Ceira e Sótão. É um Parque com características únicas na região, sendo ainda uma maternidade de peixe com o intuito de produzir peixe para repovoamento do rio. Existe a ambição de aliar este pequeno projeto às instituições educativas e de investigação, criando, por exemplo, parcerias com instituições universitárias ou politécnicas para desenvolvimento de estudos ou investigação.

Nas diversas freguesias, existem, ainda, associações culturais, escolas de música, entre outros, que dinamizam ações culturais junto das populações. Estes edifícios são, em muitos casos, partilhados por vários grupos culturais que desempenham um papel fundamental na dinamização de atividades culturais, promovendo vivências coletivas, em todo o município, ao longo de todo o ano.

Quadro 9 - Espaços museológicos, Biblioteca Municipal e Auditórios | Fonte: Diagnóstico Social do concelho de Góis, 2015

Equipamentos	Designação	Freguesia
Espaços Museológicos	Coleção Museológica de Góis [encerrada para remodelação]	Góis
	Casa Alice Sande [encerrada para remodelação]	
	Centro de Referência da Memória Goiense	
	Espaço Museológico da Associação Educativa e Recreativa de Góis	
	Ecomuseu Tradições do Xisto	
	Núcleo Museológico do Esporão [Museu Casimiro Martins]	Vila Nova do Ceira
	Espaço Museológico de Vila Nova do Ceira [Encerrada para remodelação]	
	Lagar-Museu da Cooperativa de Vila Nova do Ceira	
	Núcleo Museológico da Cabreira	União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal
	Núcleo Museológico do Soito	
	Núcleo Museológico do Corterredor	

Equipamentos	Designação	Freguesia
	Casa do Ferreiro	Alvares
	Museu Paroquial de Arte Sacra Padre Ramiro Moreira	
	Núcleo Museológico da Ribeira de Sinhel	
Biblioteca Municipal	"António Francisco Barata"	Góis
Espaço Internet de Góis		
Auditórios	Auditório da Casa do Artista	Góis
	Auditório da Biblioteca Municipal	
	Auditório da ADIBER	
	Auditório da Casa da Cultura	

No que diz respeito a eventos culturais, ao longo do ano, decorrem importantes atividades culturais no concelho, de entre as quais se destacam as seguintes:

- _ Missa e Procissão de St.^a Maria Maior [maio];
- _ Comemorações do Dia Mundial da Árvore/Floresta [21 de março];
- _ Páscoa de Sabores [Restaurantes Aderentes no Concelho de Góis] [março/abril];
- _ Comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios [18 de abril];
- _ Feira do Livro [abril/maio];
- _ Comemorações do Dia Internacional dos Museus [18 de maio];
- _ Comemorações da Entrega do Foral Manuelino de Góis [20 de maio de 1516];
- _ Comemorações do Dia Mundial da Criança [1 de junho];
- _ Marchas Populares de Góis [junho/julho];
- _ Góis Oroso Arte - Mostra Internacional de Arte com obras de pintura, escultura, desenho, fotografia, gravura e vitral [julho];
- _ Festas do Concelho [Agosto];
- _ Feriado Município [13 de agosto];
- _ Concentração Internacional de Motos [agosto];
- _ Montarias [javali e veado] [outubro/fevereiro];
- _ Feira dos Santos do Mel e da Castanha [novembro].

03.8 - Associações empresariais, desportivas, culturais e recreativas

O movimento associativo pela diversidade das atividades que desenvolve, pela sua expressividade e projetos concretizados constitui um pilar fundamental no desenvolvimento do concelho, contribuindo para a preservação da herança cultural e patrimonial representando ainda o garante de uma progressiva democratização da cultura, promovendo junto da população um sentimento de pertença a um território com matriz marcadamente cultural e identitária.

Para além dos espaços físicos onde podem ocorrer acontecimentos de carácter cultural, importa, ainda, conhecer os movimentos associativos, desportivos e recreativos que trazem visitantes e animam o município e todas as formas de dinamização atualmente existentes e que podem servir como veículo de marketing concelhio. É de referir que todas as freguesias contam com associações, coletividades e grupos culturais ou recreativos. A União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal destaca-se como a que possuiu o maior número de associações / coletividades.

Quadro 10 - Associações empresariais, desportivas, culturais e recreativas | Fonte: CMG, 2017

Associações
Filarmónica de Góis
Filarmónica Varzeense (FILVAR)
Grupo de Musicas e Cantares Tradicionais da Varzea
Grupo de Violas e Cantares de Vila Nova do Ceira
Orquestra ligeira – “Force Band”
Grupo de dança da AERG
Grupo de dança Kaos
As Sachadeiras da Várzea
Os Mensageiros da Alegria
Rancho de Danças e Cantares da Freguesia do Cadafaz
Rancho Folclórico Serra do Ceira
Grupo de Teatro Esporão
Grupo de Teatro Geração Varzeense
Associação Florestal do Concelho de Góis
Associação de Apicultores do Concelho de Góis
Associação de Desenvolvimento Regional [ADESA]
Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra [ADIBER]
Associação de Naturais e Amigos do Liboreio
Comissão Melhoramentos do Esporão
Grupo de Amigos do Sobral, Saião e Salgado
Comissão de Melhoramentos do Soito
Comissão de Melhoramentos de Candosa
Comissão de Melhoramentos das Cortes
União Progressiva da Freguesia do Colmeal
Comissão de Melhoramentos do Povo de Amieiros/Cabeçadas
Comissão de Melhoramentos de Ádela
Associação de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira
Comissão de Melhoramentos da Roda Fundeira
Comissão de Melhoramentos da Roda Cimeira
Comissão de Melhoramentos da Malhada e Casais
"Palavra Renovada" - Associação Cultural e Recreativa
Associação Cultural, Desportiva e Social da Casa do Povo
Associação de Escoteiros de Portugal Grupo 74 de Góis

Associações
Centro Cívico e Cultural de Góis
Centro de Divulgação das Tecnologias de Informação de Góis [CTDI Góis]
Clube de Ténis de Góis

As feiras, festas e romarias existentes no concelho são importantes polos dinamizadores em termos da comunidade em geral. Estas captam um elevado número de visitantes, entre os quais estão os emigrantes e os migrantes que fazem questão de voltar à terra Natal pelo menos uma vez por ano, escolhendo para o efeito a data da festa local, sendo que na altura do verão muitos dos locais veem a sua população triplicar. De realçar, enquanto manifestações importantes no município, em termos de animação sócio cultural, a “Góis Oros Arte” [julho], Comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios [abril], as Marchas Populares de Góis [junho/julho] e a Missa e Procissão de St.^a Maria Maior [maio], bem como as restantes festas e romarias que decorrem no município, bastante representativas na generalidade das freguesias [Alvares: 15;Góis: 15; Vila Nova do Ceira: 6; Alvares: 12; UF Cadafaz e Colmeal: 10].

De salientar, a concentração mototurística de Góis, como uma referência a nível nacional e com um relevante impacto no território e economia não só local, mas também regional. Durante os quatro dias em que decorre o evento, o município de Góis vê a sua população aumentar em cerca de 15.000 a 20.000 pessoas, em relação à população residente.

O movimento associativo pela diversidade das atividades que desenvolve, pela sua expressividade e projetos concretizados constitui um pilar fundamental no desenvolvimento do concelho, contribuindo para a preservação da herança cultural e patrimonial, promovendo junto da população um sentimento de pertença a um território com matriz marcadamente cultural e identitária.

03.9 - Equipamentos desportivos

Sabendo-se que existe, cada vez mais, um aumento do número de praticantes desportivos surge a necessidade de construir um, também maior, número de instalações desportivas para que toda a população que pretende aderir à prática desportiva possa ser beneficiada, usufruindo das mesmas.

A prática de atividades físicas e desportivas é, atualmente, uma área de indiscutível importância na qualidade de vida da população que se pretende ativa e dinâmica. Dada a variedade de tipologias de equipamentos desportivos, usualmente, estes encontram-se agrupados em equipamentos especiais e equipamentos básicos.

Para efeitos do presente relatório apenas se referem os equipamentos fundamentais da rede, neste caso, os equipamentos básicos, que se encontram classificados como equipamentos formativos/normativos [formação e recreação], que se caracterizam como *"equipamentos fundamentais da rede, servindo para atividades organizadas por grupos enquadrados quer em treino, quer em competição de nível local"*¹⁷, e equipamentos recreativos.

Desta forma, os equipamentos normalizados incluem os Grandes Campos de Jogos, as Pistas de Atletismo, os Pequenos Campos de Jogos, os Pavilhões e as Piscinas. Por sua vez, os equipamentos recreativos estão vocacionados para atividades não codificadas segundo regras de jogo, estando direcionados para a atividade espontânea.

As características morfológicas e alguns dos elementos naturais mais marcantes do município revelam uma apetência para a prática de desportos aventura e deixam a descoberto várias piscinas fluviais.

Tipologia	Freguesia
1 grande campo de jogos e 1 pequeno campo de jogos	Alvares
1 pequeno campo de jogo	Cadafaz
1 grande campo de jogos, 4 pequenos campos de jogos, 2 campos de ténis, 1 pavilhão, 2 salas de desporto e 1 instalação especial	Góis
1 grande campo de jogos e 1 pavilhão	Vila Nova do Ceira

No contexto desportivo referem-se, ainda, as provas para o campeonato nacional de Enduro, Todo o Terreno [TT] e "downhill", bem como provas para as taças de Portugal de algumas das referidas modalidades que tem decorrido no concelho. Esta procura pelo território do concelho de Góis demonstra a vocação natural do mesmo para desportos deste género, motorizados ou não. Há ainda quem se lembre da mítica prova do *rally* de Portugal que decorria nas estradas sinuosas do concelho e que pretendem reabilitar.

O município de Góis dispõe ainda de condições excelentes, a nível regional, para a prática do ténis, existindo dois campos geridos pelo clube de ténis de Góis e outro gerido pela Autarquia [pavilhão gimnodesportivo]. No entanto, falta alguma procura e dinamização a esta modalidade para conseguir captar praticantes no concelho e quem sabe provas de nível nacional.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público *"entende -se por instalação desportiva o espaço edificado ou conjunto de espaços resultantes de construção fixa e permanente, organizados*

¹⁷ Fonte: DGOTDU, 2002 – Normas para a programação e caracterização dos equipamentos coletivos

para a prática de atividades desportivas, que incluem as áreas de prática e as áreas anexas para os serviços de apoio e instalações complementares”¹⁸.

Neste mesmo diploma, são definidas as seguintes tipologias de instalações desportivas:

- a) Instalações desportivas de base, que se subdividem em instalações recreativas e instalações formativas;
- b) Instalações desportivas especializadas ou mono disciplinares;
- c) Instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo.

Embora se encontre em vigor o DL supramencionado, no presente relatório opta-se por utilizar a tipologia constante no diploma anterior [Decreto-Lei nº 317/97, de 2 de novembro], na medida em que é neste que se baseiam as Normas de Caracterização e Programação de Equipamentos da DGT¹⁹.

Assim, de forma a ir ao encontro do estabelecido nas Normas de Programação de Equipamentos da DGT agrupou-se os equipamentos de acordo com as tipologias constantes naquele documento:

- Grandes Campos de Jogos
- Pequenos Campos de jogos
- Pavilhões e Salas de Desporto
- Piscinas

A política desportiva a nível local passa pela criação de condições para que a generalidade da população, tenha acesso ao desporto e com uma grande diversificação da oferta.

A construção e a remodelação dos equipamentos desportivos são instrumentos fundamentais no desenvolvimento desportivo no concelho de Góis. Mais de metade dos equipamentos desportivos disponíveis para a prática de atividades físicas e desportivas concentram-se na freguesia sede de concelho, onde o seu peso demográfico é maior. Muitos dos equipamentos desportivos estão equipadas com iluminação, balneários e material mínimo para a prática das diversas modalidades que permitem à população a prática desportiva e o seu desenvolvimento desportivo.

As entidades que garantem a oferta desportiva podem e devem dar o seu contributo através do desenvolvimento da formação desportiva aos jovens, aumentando as atividades para os adultos e organizando programas para os idosos.

Um concelho mais saudável com menor morbilidade e maior longevidade dependerá, das ações que as entidades desportivas elejam no aumento da oferta de atividades físicas e desportivas.

O quadro seguinte sistematiza os equipamentos desportivos existentes no concelho de Góis, dividindo-os pelas tipologias acima mencionadas. Outras instalações desportivas que, por que se encontrem afetas ou integradas em equipamento escolares, não podem ser consideradas no âmbito da programação de equipamentos desportivos.

Quadro 11 - Equipamentos desportivos no concelho de Góis | Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Góis, 2015

Tipologia	Alvares	UF da Cabreira e Colmeal	Góis	V. N. Ceira	Total
Pavilhão Gimnodesportivo	0	0	1	0	1

¹⁸ Cf. dispõe o art. 2º do DL nº 141/2009, de 16 de junho.

¹⁹ Nas Normas de Caracterização e Programação de Equipamentos da DGT é recomendada a superfície útil por habitante para cada tipologia de equipamento.

Municipal					
Pavilhão	0	0	0	1	1
Pavilhão Polidesportivo	1	1	3	1	6
Campo de Ténis	0	0	1	0	1
Parque Infantil	1	1	2	0	4
Piscina Descoberta	0	0	0	0	0
Total	2	2	7	2	13

Uma análise dos equipamentos desportivos existentes no concelho permite concluir que, em termos numéricos, os mais representativos são os Pavilhões Desportivos e os Parques Infantis, sendo também esta tipologia de equipamentos que, consequentemente, apresenta uma maior distribuição espacial pelo território municipal. Especialmente, verifica-se uma maior concentração dos equipamentos na freguesia de Góis, facto que resulta essencialmente da maior concentração populacional e obviamente do fato de se tratar da sede concelho.

As **Normas de Programação de Equipamentos Coletivos** [DGT] estabelecem critérios de população base e de localização de equipamentos desportivos, sistematizados no quadro seguinte²⁰.

Quadro 12 - Critérios de Previsão de Equipamentos Desportivos | Fonte: Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos [DGT]

Tipo de equipamento	Área de Influência	População Base [Mínimo]
Grandes Campos de Jogos	2 a 3 km a pé; 15 a 20 minutos em transportes públicos	2 500 habitantes
Pistas de Atletismo	2 a 4 Km a pé; 15 a 20 minutos em transportes públicos	7 500 habitantes
Pequenos Campos de Jogos	0,5 a 1 km a pé; 5 minutos em transportes públicos	800 habitantes
Pavilhões e Salas de Desporto	2 a 4 km a pé; 15 a 30 minutos em transportes públicos	3 000 habitantes
Piscinas Cobertas	2 a 4 km a pé; 15 a 30 minutos em transportes públicos	5 000 habitantes
Piscinas ao Ar livre	2 a 3 km a pé; 15 a 20 minutos em transportes públicos	7 500 Habitantes

Atendendo aos objetivos de um PDM, pretende-se identificar as dotações de equipamentos existentes. Isto porque, uma análise profunda do nível de saturação dos equipamentos encontra sede própria nas respetivas Cartas, entrando-se com tantos outros parâmetros tais como os restantes constantes no documento normativo da DGT, mas igualmente os anseios da população ou o estado de conservação dos equipamentos atuais. Não são considerados ainda outros critérios como a área de influência, nem são aplicados critérios de dimensionamento.

²⁰ Este tipo de Equipamento não é incluído na análise do presente capítulo, atendendo às especificidades constantes nas normas da DGT.

Em termos de programação de equipamentos de utilização coletiva, afigura-se que não existe *deficit* de equipamentos desportivos em todas as tipologias consideradas. Contudo, a aplicação de outros critérios tais como, a área de influência, a dimensão do concelho e a concentração de grande parte da população no principal aglomerado urbano, induz-se que a carência de equipamentos se possa fazer sentir em alguns dos aglomerado mais distantes da sede de concelho e de menor dimensão.

Quadro 13 - Dotação de equipamentos face ao normativo da DGT | Fonte: CM Góis

Tipo de equipamento	Dotação existente (n.º)	Dotação necessária para cumprimento do normativo da DGT (n.º)
Grandes Campos de Jogos	0	1
Pistas de Atletismo	0	0
Pequenos Campos de Jogos	5	5
Pavilhões e Salas de Desporto	8	2
Piscinas Cobertas	0	0
Piscinas ao Ar livre		0

03.10 - Sistema da atual rede de equipamentos do concelho

O padrão locativo dos equipamentos de utilização coletiva evidenciado no presente estudo de caracterização, que integra o processo de Revisão do PDM de Góis, encontra-se evidenciado na planta dos Equipamentos de Utilização Coletiva.

Para além da zona urbana de maior centralidade [sede de concelho], consequentemente com maior concentração de equipamentos de utilização coletiva, foram identificadas as zonas urbanas centrais das sedes de freguesia, onde se identificam as centralidades, associadas às quais se regista uma maior concentração de equipamentos de utilização coletiva.

04 - Outros Equipamentos

Embora não se possam incluir em nenhuma das tipologias de equipamentos de utilização coletiva analisadas nos capítulos anteriores, existem alguns equipamentos localizados no concelho que é pertinente referenciar, nomeadamente:

O concelho de Góis dispõe de **um cemitério por freguesia**. De acordo com a informação disponível na Câmara Municipal de Góis, estes cemitérios terão já atingido a sua capacidade máxima, encontrando-se com uma taxa de ocupação de aproximadamente 90%. O concelho não dispõe neste momento de qualquer área destinada a um novo equipamento deste tipo pelo será de prever, em sede desta revisão do PDM, a ampliação do cemitério existente [caso tal seja possível] ou uma área para construção de um novo cemitério.

O concelho de Góis, dispõe de um **parque de campismo e caravanismo**, que detém todas as condições para que se possa usufruir de uma estadia com qualidade, tranquilidade e em plena harmonia com a natureza. Com capacidade para 350 pessoas, e possibilidade de campismo em zona livre, tem duas infraestruturas de balneários bem localizadas e de fácil acesso e espaços para caravanas e autocaravanas e bungalows.

05 - Síntese Conclusiva

A particularidade maior deste concelho reside no facto de que se trata de um **território constituído por um número significativo de pequenos aglomerados**, logo de um município com um carácter profundamente rural.

As características de serviço e infraestruturização deste território associam-se e são marcadas pela respetiva ruralidade, e desse fenómeno decorre uma cobertura reduzida do território por serviços e infraestruturas de apoio à população e às atividades económicas, conforme descrito no presente relatório e de seguida sumariado.

O concelho apresenta uma rede viária extensa, muito sinuosa em resultado da orografia do território, embora nem sempre racionalmente distribuída, encontra-se em bom estado de conservação, necessitando contudo da criação de novas ligações viárias e de implementar melhoramentos na rede viária existente ao nível do traçado e da sinalização, contudo apresenta um nível de cobertura e de serviço de transporte público de passageiros, que serve as necessidades da população, quer nas ligações ao exterior do concelho, quer nas ligações entre os diversos aglomerados urbanos que constituem o território do município de Góis.

O município de Góis tem revelado um reduzido nível de desenvolvimento, que encontra uma relação direta com o nível de dotação de equipamentos coletivos, pese embora o relevante esforço da autarquia em dinamizar a vivência dos espaços e em oferecer equipamentos de qualidade, nomeadamente na área do desporto, do lazer e da cultura.

Contudo, na Vila, não existe qualquer elemento da Rede Secundária de Cuidados de Saúde [hospital], sendo o concelho dependente, quanto à rede pública, de instalações localizadas noutras cidades de maior dimensão populacional, como é o caso de Coimbra. Isto, sem prejuízo de que a rede privada dispõe de oferta assinalável na Vila, pontuando aqui uma recente unidade de cuidados continuados.

Também realce para a medianidade de oferta de equipamentos na área de segurança pública e educação, áreas para as quais o presente relatório sublinha algumas carências, pese embora a nível da educação a Câmara Municipal de Góis tenha atualmente em revisão a respetiva Carta Educativa e, com base nesta, tem vindo a efetuar um trabalho paulatino de melhoria da rede e do parque escolar.

Por fim, nesta vila quanto ao efetivo populacional, está-se em presença de tipologias de habitação marcadamente rurais, com peso relativo significativo de habitação em edifícios unifamiliares, e com média ou baixa cobertura por redes de abastecimento ou saneamento básico.

Primeira Revisão do
Plano Diretor Municipal de Góis



Volume 04
Estudos Setoriais de Caracterização

Relatório 05 – **História, Património e Turismo**

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

A.	Introdução	3
B.	Metodologia	4
Capítulo 01.	História _ Concelho de Góis	5
Capítulo 02.	Património Arquitetónico e Arqueológico	7
01.	Enquadramento Legal	7
02.	Património Arqueológico	10
03.	Património Arquitetónico	20
Capítulo 03.	Turismo e Lazer	36
01.	Recursos Turísticos e de Lazer	36
02.	Oferta de Alojamento Turístico	55
03.	Linhas Estratégicas do Turismo	60
C.	Síntese	68

Índice de ilustrações

Figura 01 - Capela de S. Sebastião: fachada principal	24
Figura 02 - Ponte sobre o rio Ceira	24
Figura 03 - Igreja de Góis	26
Figura 04 - Igreja de Góis - Túmulo de D. Luís de Silveira, conde de Sortelha	26
Figura 05 - Edifício dos Paços do Concelho de Góis	28
Figura 06 - Quinta da Capela	29
Figura 07 - Fachada principal - Sede da Comissão de Melhoramento das Aígras, Camareira e Cerejeira	30
Figura 08 - Vista geral do pátio - Casa de São Francisco da Chã	32
Figura 09 - Aígra Nova	40
Figura 10 - Aígra Velha	41
Figura 11 - Comareira	42
Figura 12 - Pena	43
Figura 13 - Mapa de zonas de recreio florestal, caça e pesca, concelho de Góis	50
Figura 14 - Colmeias - Mel da Serra da Lousã	53
Figura 15 - Área Geográfica correspondente à produção do Mel da Serra da Lousã	53

A - Introdução

A identificação do património material e imaterial é matéria de relevo a ponderar no desenvolvimento de um processo de planeamento, em particular, no âmbito de uma revisão de um Plano Diretor Municipal.

A conservação e a defesa do património cultural adquire atualmente um papel essencial na competitividade dos territórios, com consequências a níveis tão diversos como a sua capacidade de atração populacional e consequente renovação económica e social, no seu ambiente urbano e na qualidade de vida das suas populações.

No âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial assume particular importância a identificação e proteção dos bens paleontológicos e arqueológicos, assim como do património construído, entendido não apenas no sentido restrito do “monumento”, mas incluindo o conjunto dos valores patrimoniais que, embora possuindo reduzido valor arquitetónico *per si*, constitui o que poderemos designar de “*memória coletiva*”.

O concelho de Góis envolve em si um conjunto de interesses, dadas as suas características naturais e históricas, possui um vasto património cultural e é detentor de vários equipamentos onde são expressas formas de arte e manifestações de cultura.

Neste propósito, o relatório aborda as seguintes temáticas:

1. Origens e Desenvolvimento do Concelho de Góis
2. Património
3. Turismo e Lazer

B - Metodologia

Para a análise da temática do património, procedeu-se num primeiro momento a toda a recolha de informação existente nas entidades competentes em função da matéria, recorrendo-se às bases de dados da Direção-Geral do Património Cultural.

A base de dados de património arqueológico, também designada de "*Endovéllico*", consiste num sistema de informação e gestão arqueológica, desenvolvido para prossecução das atribuições das Instituições tutelares do património arqueológico, primeiro no ex-IPPAR e depois no ex-IPA. Tem assumido um papel fundamental enquanto instrumento de planeamento e administração da atividade arqueológica em Portugal Continental, mas também de investigação e salvaguarda do património arqueológico. Este sistema encontra-se em atualização permanente e está associado a um Sistema de Informação Geográfica, que visa conferir uma dimensão espacial, permitindo pesquisas de natureza territorial e localização dos sítios arqueológicos.

Capítulo 01 - **História _ Concelho de Góis**

As primeiras formas de povoamento, ainda que pontual e disperso, datam do **período neolítico**, como testemunham os diversos vestígios e achados arqueológicos, encontrados nomeadamente a norte do concelho, nas margens da ribeira de Piães. A organização de povoados verificou-se durante o **período do ferro**, com a formação de núcleos castrejos nas encostas e no topo das colinas que constituíram a primeira marcação efetiva e sistemática deste território. Muitas das atuais povoações originariamente fundadas nesta época, cresceram e renovaram-se a partir do primitivo núcleo sendo algumas posteriormente abandonadas durante a Idade Média. As populações transferiram-se para o sopé das colinas e para os vales que proporcionavam uma implantação mais adequada às novas funções económicas, atividades agrícolas, que se sobrepunham às marcadamente defensivas.

A **romanização** absorveu as estruturas anteriores contribuindo para inverter o isolamento, integrando o território no contexto regional que articulava a Beira Serra com o Litoral. Embora as grandes vias peninsulares contornassem a região, devido ao seu difícil atravessamento, construíram-se vias locais articuladas com a estrutura geral.

A economia, tradicionalmente ligada à agricultura e à pastorícia, atingiu uma certa prosperidade com a exploração de metais. No entanto, o acidentado e inóspito território das serras da Lousã e Açor foi, desde épocas pré-históricas, marcado por estruturas defensivas que se renovaram e mantiveram ainda durante a Idade Média.

A **Reconquista Cristã** e o repovoamento do território, durante a Alta Idade Média, as invasões visigóticas e a ocupação muçulmana, contribuíram para um maior isolamento e para a rarefação de moradores. Na medida em que a reconquista avançou, até à linha do Mondego, a região foi-se tornando cada vez mais significativa para a defesa do território nacional.

Nos **séculos IX e X** coexistiram as culturas cristã e muçulmana, definindo novos modelos culturais resultantes da interpenetração. Deste modo e por influência do principal centro regional, Coimbra, surgiu a cultura moçárabe com reflexos também na região interior. A partir do **século XII**, no ano de 1114, com a reorganização política e administrativa do território português, ocorreu a doação das terras de Góis e de todos os seus termos a Anaia Vestrares por D. Teresa de Portugal, regente do Condado Portucalense, passando a constituir vastos domínios senhoriais do termos da Lousã. Constituíram-se diversos casais, com pequenas propriedades onde se cultivava o trigo, o milho, o centeio e o linho. A pastorícia continuou a manter-se.

No **período manuelino** foi constituído formalmente o concelho de Góis, com foral atribuído em 1516, reformando as cartas de foro e os contratos já realizados pelos donatários de Góis com os moradores. O seu termo ou extensão era relativamente reduzido e os donatários, condes de Sortelha, cujo senhorio tinha sido instituído por D. Afonso V no século XV, mantiveram-se. Na mesma época também se formou o concelho de Alvares, foral de 1514, extinto no século XIX e hoje freguesia do concelho de Góis.

Instituída em Vila e sede do Concelho, Góis foi dotada de um conjunto de estruturas, umas novas ou renovadas, como a ponte sobre o Rio Ceira, o Chafariz, a Igreja Matriz, o Hospital, o Pelourinho e a Capela do Castelo. Estes edifícios e equipamentos, alguns deles hoje já desaparecidos ou transformados, expressavam linguagens góticas, manuelinas e renascentistas, influenciadas pelos modelos culturais e artísticos coimbrões. A própria estrutura espacial da vila,

organizada em função da via regional de atravessamento, definiu-se nesta época. Além das propriedades dos condes de Sortelha, formaram-se e desenvolveram o seu prestígio outras casas senhoriais e morgadios locais.

A par das atividades tradicionais, introduziu-se o cultivo da oliveira e da vinha, proliferando os respetivos lagares. Nos terrenos da várzea de Góis, consolidou-se um novo aglomerado populacional, a Várzea Grande que veio a originar Vila Nova do Ceira.

A época contemporânea, a partir do **século XIX**, trouxe às regiões as reformas liberais expressas na reorganização administrativa e jurídica. Com a extinção do concelho de Alvares, Góis absorveu esse território, surgindo Alvares como freguesia. A freguesia de Alvares e as freguesias de Cadafaz e Colmeal, criadas a partir de parcelas retiradas aos concelhos de Seia e Arganil, formam a expressão territorial de Góis enquanto Concelho e sede de Concelho.

O surto industrial ligado à produção de papel, iniciado no período pombalino estendeu-se na Lousã e posteriormente a Góis, com a construção de uma fábrica de papel, entre os anos 1820 e 1821, na Ponte do Sótão, pólo industrial a destacar neste espaço tradicionalmente rural.

Integrada desde 1792 na comarca de Arganil, Góis foi reconhecida com estrutura jurídica autónoma de 1867 até 1886 quando voltou a ser definitivamente integrada em Arganil. Ao longo do século XX, a dinâmica local não inverteu as tendências anteriores. A migração atingiu profundamente a região, provocando uma recessão populacional mais acentuada nos anos 60 e 70, constituindo a sede do concelho o centro de maior dinâmica e crescimento.

O concelho de Góis, situado na **região serrana** entre o **Mondego** e o **Zêzere**, está delimitado e separado da Beira Serra interior pelas **Serras da Lousã e Açor** apresenta, inevitavelmente, formas de povoamento disperso marcadas por uma **geografia** própria **muito acidentada**. Uma paisagem de montanhas e vales onde proliferam os cursos fluviais conjuntamente com as pequenas várzeas, constituindo desde épocas remotas, os principais elementos de atração.

A localização de Góis na área tradicional de influência cultural e abrangência administrativa de Coimbra fez com que em determinados momentos históricos se verificassem localmente fenómenos de expressão erudita, sobretudo no campo artístico da arquitetura e escultura, a par da sempre constante vertente tradicional de dimensão essencialmente rural e regional.

Marcado pelo **isolamento geográfico e histórico** e afastado das principais vias de comunicação nacionais e peninsulares, o concelho de Góis apresenta um período caracterizado por uma dimensão essencialmente microrregional e local, onde as heranças históricas que definiam a ocupação ainda perduram na ambiência rural que caracteriza a vida social e económica, no modo de organização do território, forma de implantação e desenvolvimentos dos aglomerados tradicionais e nas referências culturais. A própria história local e regional encontra-se expressa em diversas marcas desde o património construído à toponímia.

Capítulo 02 - **Património Arquitetónico e Arqueológico**

01 - **Enquadramento Legal**

01.1 - **Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural**

Publicada pela Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro de 2001, designada abreviadamente como Lei de Bases do Património Cultural, tornou-se num instrumento essencial na medida em que define, logo à partida, princípios fundamentais, formas e regime de proteção do património cultural.

O grande objetivo da Lei de Bases do Património Cultural é o de estabelecer *“as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”*¹.

Este diploma define ainda o conceito e âmbito do património cultural, o qual integra *“... todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”*² abrangendo assim, esta designação, todos os bens de interesse histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico que reflitam *“valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”*, assim como os respetivos contextos, quando estes revelem importância para a sua interpretação³.

¹ Cf. Art.º 1.º da Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro

² Cf. Art.º 2.º da Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro

³ Cf. Art.º 2.º da Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro

01.2 - Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

A Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo [LBPPSOTU]⁴ constitui como um dos seus fins “*A reabilitação e a revitalização dos centros históricos e dos elementos do património cultural classificados*”.

01.3 - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

O conhecimento dos territórios e das suas dinâmicas, entre outras matérias, do património arquitetónico e arqueológico, é objeto transversal ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial [RJIGT]. Neste contexto, entendeu o legislador especificar em relação a este recurso, o seguinte ⁵:

- 1. Os vestígios arqueológicos, bem como os elementos e conjuntos construídos, que representam testemunhos da história da ocupação e do uso do território e assumem interesse relevante para a memória e a identidade das comunidades, são identificados nos programas e nos planos territoriais.*
- 2. Os programas e os planos territoriais estabelecem as medidas indispensáveis à proteção e à valorização do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, acautelando o uso dos espaços envolventes.*
- 3. No quadro definido por lei e pelos programas e planos territoriais, cuja eficácia condicione o respetivo conteúdo, os planos intermunicipais e municipais estabelecem os parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação de zonas de proteção.*

Como IGT constituinte dos Planos Municipais de Ordenamento do Território [PMOT], o Plano Diretor Municipal [PDM] deve atender a princípios e a regras de garantia de qualidade ambiental e da preservação do património cultural. Deste modo, na definição de um modelo de organização municipal do território concelhio, o PDM não pode deixar de integrar a proteção e a valorização dos valores culturais, e alicerçar um dos eixos do planeamento do território na valorização do património e na consideração desta matéria enquanto fator de desenvolvimento económico e social.

Face ao exposto, é indiscutível o interesse da abordagem das valências patrimoniais do concelho, no âmbito da Revisão do PDM de Góis. Deste modo considera-se pertinente assegurar uma breve referência ao percurso histórico do concelho, incluída no presente relatório, o qual contempla a inventariação do património existente.

01.4 - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro [PROTC]⁶ é o IGT que, à escala regional, estabelece as diretrizes em matérias diversas do Ordenamento do Território para a escala municipal, designadamente em matéria de cultura e património, pelo que importa aqui apontar quais são essas mesmas orientações.

Na visão estratégica o PROTC determina a valorização dos recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação, para tal, sugere:

- Proteção, salvaguarda, valorização e fruição do património histórico-arqueológico e arquitetónico como factor de desenvolvimento e de garantia de originalidade, diferenciação e afirmação de identidade e memória;
- Reforço da incorporação da componente cultural nos produtos de turismo cultural e de natureza, ao serviço da qualificação da Região Centro como destino turístico;

⁴ Lei n.º 31/2004, de 30 de maio

⁵ Cf. art.º 17.º do DL 80/2015, de 14 de maio

⁶ RCM n.º 31/2006, de 23 de março, determinou a elaboração do Plano e aguarda aprovação

- Preservação e recuperação de elementos patrimoniais rurais e de paisagens culturais, como partes integrantes de estratégias de desenvolvimento rural e de afirmação de marcas território;
- Consagração da articulação património-educação como elemento formativo de excelência e de instrumento privilegiado de diálogo com o meio;
- Valorização do património cultural histórico-arqueológico como elemento estruturante dos processos de regeneração urbana.

No Modelo de Desenvolvimento do Território, verifica-se a inscrição da cultura no quadro do Património Cultural, constatando-se por tal uma associação direta estabelecida entre a cultura e a competitividade turística. Neste quadro o património local surge como uma especificidade num contexto de valorização do mesmo e integração na promoção de atividades turísticas relacionadas.

No quadro das normas orientadoras, a cultura surge também associada ao Património Cultural. Para os PMOT, o PROTC refere que *"deverão constar, nos termos legais, as recomendações sobre equipamentos culturais e a identificação do património cultural."*⁷

O presente volume constitui por tal uma peça que vai ao encontro das normas do PROTC, elaborando um diagnóstico da Revisão do PDM de Góis, e que visa estabelecer a inventariação e georreferenciação do património arqueológico e arquitetónico do concelho de Góis.

⁷ in Plano Regional de ordenamento do Território do Centro, CCDR-C [Maio, 2011]

02 - Património Arqueológico

02.1- Breve nota de enquadramento: ocupação humana

No concelho de Góis as primeiras formas de povoamento datam do período neolítico como atestam diversos vestígios e achados arqueológicos encontrados neste território.

Destacam-se do período "*Eneolítico Pleno*" ou do Bronze um machado de talão, de tipo galaico, encontrado na margem direita de Piães, ao fundo da vertente da Devouga, em Liboreiro. Este achado reveste-se de um interesse particular em virtude de ter sido descoberto a 200 m da Eira dos Mouros, mina Pré-histórica em cujas galerias foram recolhidos vários machados de pedra polida do mesmo período, além dos objetos menos característicos, o que levou a crer que estamos perante um possível complexo cultural do "Calcolítico Final / Bronze Inicial".

Existem no concelho minas de ouro, prata, volfrâmio, hulha, estanho, chumbo, ferro, antimónio e fosforetos; factos que levaram os romanos a interessarem-se por esta área, tendo sido descobertas candeias de pedra, aras votivas consagradas à divindade *Ilurbeda*, como as da *Cova dos Ladrões*, Alvares. Foram encontradas moedas, brincos. Destacam-se as minas romanas de Escádia Grande, onde se recolheram lucernas, e no lugar de Povorais dois picões de ferro Romanos.

Segundo o Arquivo Histórico de Góis, a construção da chamada "Levada dos Mouros" é igualmente Romana, uma obra hidráulica talhada na rocha em quase toda a sua extensão, que tem cerca de um metro de largura e segundo a lenda vai até à Bobadela, partindo do Ceira. Na povoação da Várzea, no local da antiga igreja, hoje designada por "*Igreja velha*", foi encontrado parte de um pavimento, segundo António Madail o lastro das várias camadas era formado por autênticas telhas romanas.

Um dos documentos mais antigos referentes a Góis remonta à data de 1114, segundo o autor "*do Arquivo Histórico de Goes. É uma carta de doação desta terra com uma descrição de lugares e seus termos, feita por D. Teresa e D. Afonso Henriques, já que o Conde D. Henrique morreu nesse mesmo ano, a avor do rico homem Anian Vestaris, Trastares ou Estrada como recompensa pelos serviços prestados, e de sua mulher Donna Ermezenda.*"

Góis atinge um dos seus pontos áureos no séc. XVI, quando lhe é concedido foral régio a 20 de maio de 1516, integrado na política de uniformização administrativa levada a cabo por D. Manuel. Neste período destaca-se a figura do 17º senhor de Góis, 1º Conde de Sortelha, guarda-mor de D. Manuel e de D. João III, D. Luiz da Silveira, que morre em Góis em 1533, estando-lhe associada a edificação da capela-mor da igreja [Monumento Nacional], o seu túmulo estilo renascença, a capela do Castelo, os Paços Novos, a fonte do Pombal e a ponte de três arcos [Imóvel de Interesse Público], que hoje constitui o ex-libris da Vila de Góis.

A "Carta Arqueológica do concelho de Góis" surge assim como uma consequência lógica na valorização do Património Arqueológico local, regional e nacional, para além de constituir um importante contributo para o "*Estudo Arqueológico do Rio Ceira*", projeto esse promovido pela Câmara Municipal de Góis, em parceria com o núcleo local da Associação Portuguesa de Investigação Arqueológica - APIA, e de todos os concelhos que constituem a Bacia Hidrográfica do rio Ceira.

O projeto da Carta Arqueológica foi apresentado ao Ministério da Cultura / IPA [Instituto Português da Arqueologia] e aprovado a 6 de maio de 1999 com a referência 99/1 (198). No ano 2000 foram levadas a cabo as seguintes escavações arqueológicas de emergência: Cemitério de Góis; Capela do Mártir; Casa das ferreirinhas; Sítio de S. Martinho; Castelo de Góis.

No contexto do património cultural destaca-se, pelo seu valor histórico e artístico, o património construído; núcleos arqueológicos de épocas diversas, vestígios, edifícios tradicionais, conjuntos e até o modo de implantação e a estrutura orgânica de certos aglomerados. Muitos edifícios e estruturas espaciais assumem um valor prioritariamente histórico a que se segue o valor artístico. Eles são, frequentemente, mais representativos como memória histórica de sucessivas sedimentações culturais do que expressivos de um valor artístico excecional.

De um modo geral, a agricultura tradicional e vernácula integra-se nos aglomerados populacionais e sistemas de povoamentos regionais, destacando-se mais o valor dos conjuntos que os elementos singulares. Como exemplo, são de destacar os aglomerados de Cadafaz e Corterredor.

Alguns núcleos assumem significado particular à escala nacional pelo seu valor histórico e artístico. É o caso da Igreja Matriz de Góis com o túmulo renascentista do Conde de Sortelha [Monumento Nacional, classificado por decreto], do edifício dos Paços do Concelho [Edifício de Interesse Público por decreto], Ponte sobre o rio Ceira e Capela com talha dourada [Imóvel de Interesse Público por decretos]. Existe um património arqueológico considerável que interessa preservar, onde se destacam diversos exemplares de equipamentos tradicionais, nomeadamente os moinhos e lagares de azeite da Cabreira, bem como os equipamentos industriais existentes em Alvares e Ponte Sótão no domínio da Arqueologia Industrial.

02.2 - Sítios arqueológicos

O património arqueológico existente no concelho de Góis, inscrito na base de dados da Direção-Geral do Património Cultural e identificado com o respetivo Código Nacional de Sítio [CNS], é constituído por **dezasseis sítios arqueológicos** [cinco vias, quatro vestígios de arte rupestre, um edifício, duas mamoadas, uma ponte, um povoado, uma galeria coberta e uma mina].

Inscrevem-se de seguida as fichas de inventário dos sítios arqueológicos acima referidos.

Quadro 01. Inventário do património arqueológico do Concelho de Góis | Fonte: DGPC⁸

Designação	Pedra letreira (1)
CNS	2967
Freguesia	Alvares
Tipo de Sítio	Arte Rupestre
Período	Idade do Bronze
Descrição	Plataforma de xisto, rebaixada para a tornar um plano perfeitamente horizontal, em cuja superfície foram insculpidas com um objecto de forma arredondada (machado de pedra polida, segundo os investigadores que a estudaram), por técnica de abrasão, uma série de gravuras, entre as quais um arco e flecha (com 70 cm de comprimento, cuja ponta possui os lados quase retos e a base ligeiramente convexa, e que está orientada de noroeste a sudeste), alabardas e pontas de seta de base reta e motivos reticulados.
Meio	Terrestre
Acesso	Pela EN 2, cortar ao km 290,85 na Portela do Vento no sentido Castelo Branco (estrada nº 112), e enveredar por caminhos carreteiros, no sentido do Monte da Fonte Fria.
Classificação	Classificado como IPP - Imóvel de Interesse Público
Processo	S - 02967

Designação	Avenida da Casa do Povo (02)
CNS	4444
Freguesia	Vila Nova do Ceira
Tipo de Sítio	Galeria Coberta
Período	Indeterminado
Descrição	Durante as obras para a implantação da rede de saneamento verificou-se um abatimento e surgiu um buraco com cerca de 5 metros de profundidade. Esta abertura pôs a descoberto uma galeria com dimensões consideráveis. Existe na área registo de outras galerias. Não foi possível aos arqueólogos observar o local por que tinha sido novamente coberto.
Meio	Terrestre

Designação	Ponte sobre o Rio Ceira (3)
CNS	30723
Freguesia	Góis

⁸ <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios>, 2/4/2018, às 14h

Tipo de Sítio	Ponte
Período	Medieval Cristão e Moderno
Descrição	Ponte sobre o rio Ceira de três arcos que data do século XVI e ostenta as armas nacionais: Cruz de Cristo e a Esfera Armilar.
Meio	Terrestre
Classificação	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

Designação	Pé Salgado (4)
CNS	11700
Freguesia	Góis
Tipo de Sítio	Indeterminado
Período	Indeterminado
Descrição	Túnel ou Mina.
Meio	Terrestre
Processo	S - 11700

Designação	Mina do Lar de Vila Nova do Ceira (Góis) (5)
CNS	14354
Freguesia	Vila Nova do Ceira
Tipo de Sítio	Mina
Período	Alta Idade Média (?)
Descrição	No lugar da Várzea Grande e no de Várzea Pequena tem aparecido uma grande profundidade de galerias e grandes ramais de minas abertas e entivadas, por onde se nota terem passado caudais de água. Uma das galerias/monumento foi posta a descoberto devido a obras de construção e localiza-se sob o actual lar de Vila Nova do Ceira. Encontra-se a cerca de 5,90m de profundidade, não se sabendo qual a direção da referida galeria, dado os desabamentos terem impossibilitado a passagem.
Meio	Terrestre
Acesso	Sob o lar de Vila Nova do Ceira, seguindo em direção ao centro da vila.
Processo	S - 14354 e 99/1(198)

Designação	Quinta da Torrinha (6)
CNS	144418
Freguesia	Góis
Tipo de Sítio	Povoado
Período	Alta Idade média
Descrição	Os vestígios situam-se junto da antiga igreja matriz de Góis e do cemitério da vila, prolongam-se pelo monte cónico que domina visualmente a Vila, até ao local que a tradição designa de Quinta da Torrinha e Góis. O sítio encontra-se sob uma floresta de castanheiros.
Meio	Terrestre
Acesso	Junto ao cemitério seguindo a estrada perto da igreja matriz.
Espólio	Cerâmica alto-medieval, cerâmica moderna, numismas do século XIV, fíbula, vidros vários, dardos.
Processo	S - 14418

Designação	Estrada do Pepio (7)
CNS	15603
Freguesia	Alvares
Tipo de Sítio	Via
Período	Romano (?) e Idade Média (?)
Descrição	O sítio arqueológico encontra-se ao longo da cumeada, nas da Serra de Entre-Capelos, existindo os trilhos rasgados na rocha, ao longo de uma extensão considerável de terreno. Detetaram-se três troços distintos de via, que deverão fazer parte da mesma.
Meio	Terrestre
Acesso	Caminho Vicinal, próximo da aldeia das Cabeçadas- Estrada Nacional 2
Conservação	Em Perigo
Processo	2000/1(446) e 2000/1(696)

Designação	Estrada das Malhadas 2 (Estrada do Sal) (8)
CNS	15605
Freguesia	Cadafaz e Colmeal
Tipo de Sítio	Via
Período	Romano (?) e Idade Média (?)
Descrição	O sítio arqueológico encontra-se ao longo da Cumeada . parcialmente entulhado e destruído pela estrada actual.
Meio	Terrestre
Acesso	Caminho vicinal, próximo da aldeia das cabeçadas Góis - Estrada Nacional 2.
Conservação	Em Perigo
Processo	2000/1(446)

Designação	Mestras II (9)
CNS	15608
Freguesia	Cadafaz e Colmeal
Tipo de Sítio	Arte Rupestre
Período	Calcolítico
Descrição	A laje situava-se junto à ribeira da Barroca do pé do Ferreiro. Actualmente o acesso é impossível devido à vegetação.
Meio	Terrestre
Acesso	Caminho vicinal que dá acesso à aldeia das Mestras.
Conservação	Em Perigo
Processo	2000/1(446)

Designação	Mestras I (10)
------------	----------------

CNS	15609
Freguesia	Cadafaz e Colmeal
Tipo de Sítio	Arte Rupestre
Período	Calcolítico
Descrição	O sítio arqueológico encontra-se destruído ou entulhado em sequência da abertura de estradas nas últimas dezenas de anos.
Meio	Terrestre
Acesso	Caminho vicinal que dá acesso à aldeia das Mestras.
Conservação	Em Perigo
Processo	2000/1(446)

Designação	Monte das Mestras III (11)
CNS	15610
Freguesia	Cadafaz e Colmeal
Tipo de Sítio	Arte Rupestre
Período	Calcolítico
Descrição	O sítio arqueológico encontra-se destruído ou entulhado em sequência da abertura das estradas nas últimas dezenas de anos.
Meio	Terrestre
Acesso	Caminho vicinal que dá acesso à aldeia das Mestras.
Conservação	Em Perigo
Processo	2000/1(446)

Designação	Antigo Hospital de Góis (12)
CNS	28442
Freguesia	Góis
Tipo de Sítio	Edifício
Período	Moderno e Contemporâneo
Descrição	O antigo hospital de Góis situa-se em pleno coração do centro histórico da vila voltado para a Praça da República. Contígua ao palácio encontra-se a capela do espírito Santo. A data da construção do conjunto edificado oferece algumas dúvidas, já que as fontes não são claras sobre este assunto. Assim poderá remontar ao ano 1559 ou 1560, conforme inscrição embutida no edifício. No entanto, os estatutos do hospital foram apenas criados em 1577. O tombo de 1799, por outro lado, aponta para uma cronologia anterior, o ano de 1555. O hospital inicialmente construído para albergar pobres e necessitados, foi mais tarde especializado no tratamento da sífilis, recebendo doentes de todo o país. Tornou-se então num hospital de enorme projeção, até à data do seu encerramento, em 13 de Março de 1831. A partir de então é tomado por particulares sofrendo uma série de transformações.
Meio	Terrestre
Conservação	Regular
Processo	S - 28442

Designação	Via Aigra Velha / Pena (13)
------------	-----------------------------

CNS	30150
Freguesia	Góis
Tipo de Sítio	Via
Período	Medieval Cristão e Moderno
Descrição	O sítio caracteriza-se pela existência de vestígios de calçada com opus quadratum nas proximidades da aldeia de Pena e no seu interior. Saliente-se a existência de vestígios de construções antigas na parte alta da aldeia, presumivelmente relacionáveis com uma povoação proto-histórica. Dando acesso à aldeia existe ainda uma ponte antiga, sobre a ribeira da Pena, que já sofreu vários restauros.
Meio	Terrestre
Espólio	Cerâmica redutora proto-histórica e cerâmica medieval
Conservação	Mau
Processo	2002/1(721)

Designação	Via Aldeia de Pena / Cimeira (14)
------------	-----------------------------------

CNS	30151
Freguesia	Góis
Tipo de Sítio	Via
Período	Medieval Cristão e Moderno
Descrição	O sítio caracteriza-se pela existência de vestígios de calçada com opus quadratum nas proximidades da aldeia da Ribeira da Cimeira e da existência de uma ponte de raiz antiga.
Meio	Terrestre
Processo	2002/1(721)

Designação	Cabeço da Aigra (15)
------------	----------------------

CNS	30722
Freguesia	Góis
Tipo de Sítio	Mamoa
Período	Idade do bronze
Descrição	Mamoa ou tumulus muito baixo, com cerca de 15-20 cm de altura e configuração subcircular. No interior conservam-se as bases de dois troncos de árvores. A mamoa é constituída por pequenos blocos de grauaque e alguns fragmentos de quartzo leitoso também de pequenas dimensões. Tem 5,20m de diâmetro no sentido SE-NO e 5,80m no sentido NE-SO. Não se identificou nenhum tipo de estruturação na área central do monumento.
Meio	Terrestre
Acesso	Por caminho florestal a partir do Castelo de Trevim, vg Lousã.
Processo	2002/1(283)

Designação	Lomba Chã (16)
------------	----------------

CNS	30723
Freguesia	Góis
Tipo de Sítio	Mamoa
Período	Idade do Bronze
Descrição	No local foram identificados vestígios líticos de superfície.

Meio	Terrestre
Acesso	Por caminho florestal a partir do Castelo de Trevim, vg Lousã.
Processo	2002/1(283)

[a] **Locais de Interesse Arqueológico**

Como locais de interesse arqueológico industrial referenciam-se os seguintes:

1. Chaminé e Ruínas da Fábrica Barata Lima, Alvares;
2. Lagar Hidráulico de Azeite de Mega Cimeira, Alvares;
3. Ponte de Ferro, Mega Cimeira, Alvares;
4. Lagar de Azeite do Povo e Açude, Cabreira, Cadafaz;
5. Lagar de Azeite da Comissão do Culto, Candosa, Cadafaz;
6. Moinho e Tanque, Capelo, Cadafaz;
7. Ponte de um Arco em Xisto, Corterredor, Cadafaz;
8. Minas de Volfrâmio e estanho, Sandinha, Cadafaz;
9. Casa do Encarregado e Lavandaria das Minas, Sandinha, Cadafaz;
10. Túnel do Corte do Rio Ceira, Sandinha, Cadafaz;
11. Casa Abrigo do Castelejo, Cabreira, Cadafaz;
12. Antiga Ponte sobre o rio Ceira, Cabreira, Cadafaz;
13. Lagar de Azeite da Ponte, Colmeal;
14. Corte do rio Ceira ao Senhor da Amargura, Colmeal;
15. Moinho da Ponte, Colmeal;
16. Lagar de Azeite e Tulhas da Ponte do Ceiroco, Colmeal;
17. Moinho de Carcavelos, Góis;
18. Roda do Casalinho, Góis;
19. Nora de Santo António, Góis;
20. Minhas de Volfrâmio e Estanho de Nossa Senhora da Guia, Liboreiro, Góis;
21. Aproveitamento Hidroelétrico do Monte Redondo, Góis;
22. Nora do Pé Escuro, Góis;
23. Capela do Sto. António, Cerejal, Góis;
24. Companhia de Papel de Góis, Ponde do Sótão, Góis;
25. Roda do Linteiro, Vila Nova do Ceira;
26. Forno de cal, Cabril, Vila Nova do Ceira.

03 - Património Arquitetónico

03.1 - Introdução

"A defesa da arquitetura é uma incumbência constitucional do Estado português". A Constituição da República reconhece que cabe ao Estado "promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitectónico e da protecção das zonas históricas" [art.º 66º,2,alínea e].

Por resolução do Conselho Europeu de 12 de fevereiro de 2001, relativa à qualidade arquitetónica em meio urbano e rural [2001/C73/04] e aprovada durante a Presidência Portuguesa, foram os Estados-Membros convidados a *"intensificarem esforços para um melhor conhecimento e promoção da arquitetura e da conceção urbanística, bem como para uma maior sensibilização e formação das entidades comitentes e dos cidadãos para a cultura arquitetónica, urbana e paisagística"* e ainda a *"promoverem a qualidade arquitetónica através de políticas exemplares de construções públicas"*.

"A Arquitetura é hoje reconhecida como uma atividade de interesse público e um recurso para o desenvolvimento, por razões culturais (identidade, património, distinção e notoriedade dos países e das cidades), económicas (valor acrescentado na qualidade da construção civil, do ambiente urbano e do território), sociais (espaços públicos, equipamentos coletivos, qualidade de vida, imagem urbana, coesão social) e ambientais (eficiência energética, valorização paisagística). Também não pode ser esquecida a necessidade de proteger e revitalizar o património da arquitetura popular, no quadro de uma política de conservação da natureza e salvaguarda do património ambiental, a fim de combater a desertificação e a morte de extensas zonas do nosso território. A compreensão da arquitetura e do urbanismo reforça o sentido cívico e deverá constituir um elemento imprescindível da cultura territorial do nosso país".⁹

O concelho de Góis apresenta um **vasto património cultural** e é detentor de vários equipamentos onde são expressas formas de arte e manifestações de cultura.

⁹ in Capítulo 2 - Relatório do PNPOT

03.2 - Critérios para a classificação do património

De acordo com a publicação do IPPAR¹⁰ “Património Arquitectónico - Critérios para Futuras Classificações”, de 1996, para a classificação do Património devem ser considerados dois tipos de critérios, os gerais e complementares, adiante discriminados:

Critérios Gerais

Histórico-Cultural aplicável aos bens que:

- Possuam um importante significado histórico;
- Detenham uma especial simbologia para o País e/ou para as respectivas populações;
- Constituam a memória da fixação humana, das suas actividades artísticas, económicas, habitacionais, etc., num espaço e num período considerado;
- Sejam a expressão, de reconhecido mérito, de um movimento, de uma tendência ou de uma corrente arquitectónica, arquitectónico-urbanística ou arquitectónico-paisagística, com relevo nacional ou internacional;
- Tenham exercido uma influência considerável em determinado período ou região, independentemente de se inscreverem no passado recente, no tempo médio ou no tempo longo.

Estético-Social aplicável aos bens que:

- Se destaquem pelas suas qualidades estéticas;
- Se destaquem pela sua relação com o meio envolvente;
- Ilustrem um estágio social evolutivo da intervenção humana, sem prejuízo desse meio;
- Sejam representativos da coexistência ou sobreposição de diferentes crenças ou tradições naquele espaço, ao longo de diferentes tempos;

Técnico-Científico aplicável aos bens que:

- Se destaquem pelas concepções arquitectónicas e urbanísticas, individual ou conjuntamente consideradas;
- Se destaquem pelas técnicas e materiais construtivos, independentemente de se tratar de monumentos ou conjuntos “eruditos” ou “populares” e destes se encontrarem em áreas urbanas ou zonas rurais;
- Sendo edifícios ou espaços que, embora, não possuindo, estruturalmente, importante qualificação, foram palco ou cenário de actividades técnico-científicas marcantes ou de reconhecida importância.

¹⁰ Atual Direção-Geral do Património Cultural

Critérios Complementares:

Critério da Integridade aplicável aos bens que:

- Tenham assumido, sem prejuízo fundamental, exigências evolutivas determinadas pelos próprios materiais, técnicas e funções, ou pelo sentido do lugar;
- Sejam representativos de uma área físico cultural em que, apesar de uma natural evolução, esta se tenha processado de forma coerente, em relação ao próprio meio natural, às forças económicas, sociais e culturais desse meio.

Critério da Autenticidade aplicável aos bens que:

- Tenham mantido, ao longo do tempo, valores originais, ou cujos restauros, campanhas de conservação ou de eventual conclusão, tenham correspondido a documentação detalhada, e não tenham escamoteado ou não se tenham sobreposto à edificação, função ou enquadramento originários;
- Se tenham conservado como testemunho civilizacional, em conjuntos, embora actualmente desabitados.

Critério da Exemplaridade aplicável aos bens que:

- Sejam exemplares arquitectónicos, arquitectónico-paisagísticos ou urbanísticos raros, únicos ou excepcionais, no seu contexto espaço-temporal, independentemente do tempo próximo, do tempo médio ou do tempo longo.

03.3 - Imóveis classificados

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral do Património Cultural existem no Concelho de Góis **oito imóveis classificados**, um Monumento Nacional, cinco Imóveis de Interesse Público e dois Imóveis Municipais, seguidamente caracterizados¹¹.

FICHA 1	Ponte sobre o rio Ceira e capela hexagonal situada a sul da mesma ponte, incluindo o seu recheio de talha dourada
Categoria /Tipologia	Arquitetura Civil / Ponte
Divisão Administrativa	Coimbra / Góis / Góis
Proteção	
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Classificado como IPP - Imóvel de Interesse Público
Cronologia	Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978 (esclareceu que a classificação passou a abranger também a capela hexagonal situada a sul da mesma ponte, incluindo o seu recheio de talha dourada) Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21-12-1974 (classificou a ponte)
Abrangido em ZEP ou ZP	Não

Descrição Geral

Construída sobre o rio Ceira, frente ao centro histórico da vila, a ponte de Góis foi edificada em 1533. No século XVIII erigiu-se, na sua extremidade oeste, uma pequena capela dedicada a São Sebastião.

A estrutura da ponte, de silharia regular, é formada por três arcos apontados em forma de quilha; o arco do meio possui maior vão e altura que os restantes, ostentando nas guardas a jusante um relevo com o escudo nacional ladeado por cruces de Cristo encimando esferas armilares.

Em 1868 a ponte foi calcetada de novo, o que originou a elevação do pavimento em 10 centímetros e conferiu ao tabuleiro a forma abaulada que possui atualmente. Na mesma campanha de obras foram executados os passeios laterais.

A capela adjacente, de planta hexagonal centralizada, exibe tramos marcados por pilastras e rasgados por óculo polilobado. Na face principal apresenta um portal de gosto barroco, flanqueado por pilastras duplas e encimado por cartela com volutas decorada com um conjunto de setas, alusivas ao padroeiro São Sebastião. O conjunto do portal é rematado por frontão interrompido por óculo com cruz, ladeado por fogaréus. Lateralmente ostenta, à esquerda, o volume da sacristia e, à direita, uma sineira assente sobre o pano murário. O interior do pequeno templo é um espaço único coberto por cúpula com fecho de pedra. Exibe um púlpito de madeira policromada e, ao fundo, o retábulo de talha dourada e policromada, rematado por resplendor segurado por figuras de anjos, que alberga as imagens de vulto de São Sebastião e de Nossa Senhora da Conceição, de manufatura setecentista, e as dos santos Cosme e Damião, datadas do século XIX.

História

A ponte sobre o rio Ceira foi mandada edificar por D. João III em 1533, como atesta o alvará promulgado a 20 de abril desse ano, através do qual o monarca encarregava Simão Fernandes, escudeiro-mor da vila de Recardães, de "Veador [da obra] e Recebedor do dinheiro da ponte que tenho mandado fazer na Villa de Guoes". A obra da ponte revestiu-se da maior importância, uma vez que até então o rio era atravessado a vau.

A data de fundação da Capela de São Sebastião permanece desconhecida; sabe-se que em 1708 Manuel Dias Ourives instituiu um vínculo destinado ao culto na mesma, por disposição testamentária, não se sabendo se o edifício existia já à data.

No entanto sabe-se que à época da sua construção, o local onde se implanta o templo marcava uma das entradas da vila. Este tipo de localização era comum a muitas igrejas dedicadas ao santo mártir; uma vez

¹¹ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/result/?name=&situation=&catprot=&invtema=&type=&concelho=2828&records=10>, em 2/4/2018, às 15h

que São Sebastião protegia as populações contra a fome, as pestes e a guerra, as capelas que lhe eram dedicadas erguiam-se à entrada das povoações servindo como "barreira protetora" das mesmas. Em 1810 o edifício sofreu um incêndio, deflagrado pelas tropas de Massena, durante a terceira invasão francesa, sendo restaurada em 1850.

[Catarina Oliveira DGPC, 2016]



Figura 01 - Capela de S. Sebastião: fachada principal



Figura 02 - Ponte sobre o rio Ceira

FICHA 2	Igreja de Góis, compreendendo o túmulo do Conde de Sortelha
Categoria /Tipologia	Arquitetura Religiosa / Igreja
Divisão Administrativa	Coimbra / Góis / Góis
Proteção	
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Classificado como MN - Monumento Nacional
Cronologia	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910
Abrangido em ZEP ou ZP	Não

Descrição Geral

A igreja de Santa Maria Maior, matriz de Góis, foi edificada num ponto alto do extremo sul da vila, sendo instituída em 1415. O edifício original seria bastante modificado por campanhas de obras executadas nas centúrias seguintes, destacando-se entre estas o projeto da capela-mor da autoria de Diogo de Castilho (?-c. 1574), executada entre 1529 e 1531 por encomenda de D. Luís da Silveira (c. 1481-1534). A atual fachada e a torre sineira foram executadas na segunda metade do século XIX, devido ao estado de ruína em que se encontrava o templo depois do terramoto de 1755.

De planta retangular, o templo é composto pelos volumes da nave única, das capelas laterais formando transepto e da capela-mor, à qual se adossa do lado do Evangelho a sacristia. A torre sineira, de gosto rococó tardio, ergue-se autónoma frente à fachada lateral esquerda. O exterior apresenta linhas depuradas, com fachada oitocentista onde se abre o portal de frontão triangular encimado por janela que ilumina, interiormente, o coro-alto. O conjunto é rematado por frontão curvo com nicho.

O espaço interior possui coro-alto de madeira e, do lado da Epístola, batistério com pia circular decorada pelo brasão de armas dos condes de Sortelha e o púlpito de madeira dourada, rasgando-se no transepto a capela das Almas, de planta retangular com altar de madeira polícroma e um grupo escultório representando Cristo a caminho do Calvário. Fronteira a esta, do lado do Evangelho, abre-se a capela dos Barreto, instituída cerca de 1640, que conserva o altar de talha maneirista original. É precedida por grade de ferro executada em 1863, data em que foi também construída a sacristia.

No templo destaca-se a capela-mor renascentista, um espaço amplo coberto por abóbada de nervuras, cujas chaves são delicadamente esculpidas com bustos humanos, florões e as armas familiares do mecenas da obra. Do lado da Epístola foram abertos dois arcosólios que albergam arcos tumulares, e do lado do Evangelho foi edificado o túmulo do próprio D. Luís da Silveira; executado em pedra de Ançã, apresenta uma estrutura retabular com arca tumular inserida num arco ladeado por pilastras e rematado por fresta, com programa decorativo erudito e de modelação excecional, repleto de motivos *grutescos*, medalhões com bustos e figuras de anjos. Na face testeira foi esculpida em relevo a imagem de Nossa Senhora da Assunção. Ao centro da sepultura ergue-se a estátua orante do encomendante, envergando armadura de cavaleiro, com o elmo aos pés e um livro aberto sobre uma banqueta.

Na cabeceira da capela ergue-se o retábulo-mor, com tábuas representando São Pedro, São Paulo, Nossa Senhora da Assunção e a Adoração dos Magos, datadas dos anos finais da década de 40 de Quinhentos.

História

A Igreja Matriz de Góis foi fundada a 10 de abril de 1415, como sede de colegiada, depois de firmado compromisso entre o prior, Fernão Gil, e o então senhor da povoação, Estevão Vasques de Pedra Alçada. No início do segundo quartel do século XVI D. Luís da Silveira, conde de Sortelha e senhor de Góis, fixou residência na vila, decidindo renovar o templo matricial, nomeadamente a capela-mor, onde pretendia fazer o panteão dos Silveira. Desta forma, contratou o arquiteto Diogo de Castilho, firmando contrato com o mestre em abril de 1529. Esta empreitada, que se prolongou até 1531, foi a primeira obra documentada onde laborou Diogo de Torralva (1500-1566), que riscou os planos do espaço com Castilho. Da mesma campanha data a execução do túmulo do conde, uma magnífica obra "ao romano" que atesta a linhagem e erudição do seu encomendante, cuja estrutura retabular se deve a João de Ruão (?-1580), sendo a estátua orante atribuída, com reservas, a Odart. As tábuas do retábulo-mor, já executadas depois da morte do conde, são atribuídas a Francisco de Campos.

[Catarina Oliveira DGPC, 2016]



Figura 03 - Igreja de Góis



Figura 04 - Igreja de Góis - Túmulo de D. Luís de Silveira, conde de Sortelha

FICHA 3	Pedra letreira
Categoria /Tipologia	Arquitetura Civil / Marco
Divisão Administrativa	Coimbra / Góis / Alvares
Proteção	
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Classificado como IPP _ Imóvel de Interesse Público
Cronologia	Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997
Abrangido em ZEP ou ZP	Não

Sítio

Localizada no Monte da Fonte Fria, junto à povoação de Alvares, no concelho de Góis, a Pedra letreira é uma plataforma de xisto rebaixada, disposta horizontalmente, na superfície da qual foram insculpidas, através da técnica de abrasão com um machado de pedra polida, diversas gravuras (Nunes; Pereira; Barros: 1959). Neste conjunto figuram, entre outras representações, um arco e flecha (com 70 centímetros de comprimento), motivos reticulados, pontas de seta, alabardas, e ainda uma suposta figura antropomorfa

História

Datada da Idade do Bronze, a Pedra letreira insere-se num vasto conjunto de vestígios da arte rupestre em Portugal. Apresenta semelhanças técnicas com alguns exemplares da mesma época, como a Pedra Escrita de Ridevides, em Alfândega da Fé, as insculpturas do Poço da Moura, em Vila Flor, ou ainda os petróglifos de Puerto del Gamo, na região de Cáceres, em Espanha.

O sítio foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 1997.

[Catarina Oliveira DGPC, 2016]



FICHA 4	Edifício dos Paços do Concelho
Categoria /Tipologia	Arquitetura Civil / Edifício
Divisão Administrativa	Coimbra / Góis / Góis
Proteção	
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Classificado como IPP _ Imóvel de Interesse Público
Cronologia	Decreto n.º 11 445 (art.º 119.º), de 13-02 1924, inserido na coleção do 1.º Semestre de 1926 (converteu a classificação para IIP) Decreto n.º 9 627, DG, I Série, n.º 96, de 1-05-1924 (decretou a inscrição em cadastro especial)
Abrangido em ZEP ou ZP	Não

Descrição Geral

O conjunto edificado, composto por três imóveis distintos, conhecido por “Paços do Concelho”, situados no centro da vila, os Paços do Concelho de Góis implantam-se ao longo da Rua da Quinta, na direção do Largo Francisco Inácio Dias Nogueira. Designado também como Casa da Quinta, o edifício era originalmente uma residência senhorial, edificada na vila beirã durante o século XVII.

De planta retangular e dividida em dois registos, a casa apresenta uma estrutura solarenga de linhas depuradas, com fachada marcada pela disposição simétrica de aberturas, rasgando-se no andar inferior as portas de acesso ao piso térreo, intercaladas por janelas de peito, e no superior janelas de sacada com guardas de ferro forjado. No extremo esquerdo da fachada uma escadaria conduz ao portal do andar nobre, sobre o qual foi gravada a inscrição “GIL-1685”.

Adossado à fachada lateral norte está um edifício construído em meados do século XIX, que no presente alberga alguns serviços municipais, de estrutura exterior semelhante ao edifício original.

Se a decoração exterior do edifício é pautada pela sobriedade, no espaço interior destacam-se os notáveis tetos de masseira pintados que decoram dois dos salões da casa, retratando cenas bíblicas inspiradas em gravuras nórdicas, como *David matando Golias*, *Abraão e os Anjos* ou *São Paulo Eremita*, intercaladas por motivos de brutesco, datados da segunda metade do século XVII.

História

O edifício onde se encontram sediados os Paços do Concelho de Góis foi mandado construir pelos Barreto Chichorro, uma das mais reputadas famílias da vila no século XVII, que instituiu na igreja matriz uma capela onde estão sepultados alguns dos seus membros.

Desconhece-se a data exata da construção, que no entanto se pode situar entre os meados e o terceiro quartel da centúria de Seiscentos, atendendo à tipologia do edifício e ao programa decorativo das salas interiores. A data de 1685 gravada num dos portais da casa poderá aludir à empreitada final da obra.

No século XX, o edifício foi adquirido pela Câmara Municipal, que aí instalou os seus serviços.

[Catarina Oliveira DGPC, 2016]



Figura 05 - Edifício dos Paços do Concelho de Góis

FICHA 5	Solar Beirão da Quinta da Capela
Categoria /Tipologia	Arquitetura Civil / Solar
Divisão Administrativa	Coimbra / Góis / Góis
Endereço / Local	Quinta da Capela (antiga Quinta do Capitão-Mor, ou Quinta do Casalinho)
Proteção	
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Classificado como IPP _ Imóvel de Interesse Público
Cronologia	Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997
Abrangido em ZEP ou ZP	Não

Descrição Geral

A Quinta da Capela, situada já fora de Góis, era pertença dos Barreto Chichorro, uma das mais importantes famílias da vila no século XVII, que possuía um outro imóvel no centro da localidade e que hoje é a sede do concelho.

A Quinta da Capela deverá ser uma construção contemporânea da casa da vila, embora haja notícia de uma campanha decorativa do interior já do final da centúria seguinte. Trata-se de um imóvel de planta composta, em L, que acompanha os desníveis do terreno. Caracteriza-se pela depuração das suas linhas, com fachada principal marcada pela abertura, ao nível do andar nobre, de um conjunto de janelas de sacada encimadas por cornija. Correspondem-lhe no piso térreo, embora não em simetria, igual número de vãos que se dividem entre portas e frestas rectangulares. A fachada posterior, de piso único, forma um L, com porta de entrada no ângulo.

A capela, que conferiu à quinta a designação pela qual é conhecida, encontra-se num plano mais elevado, sendo antecedida por escadaria. De planta hexagonal, pauta-se igualmente pelas suas linhas muito depuradas, com portal principal de verga recta, encimado por óculo elíptico. (Rosário Carvalho)



Figura 06 - Quinta da Capela

FICHA 6	Sede da Comissão de Melhoramento das Aigras, Camareira e Cerejeira
Categoria /Tipologia	Arquitetura Civil / Solar
Divisão Administrativa	Coimbra / Góis / Góis
Endereço / Local	Lugar de Aigra Nova
Proteção	
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Classificado como IM - Imóvel Municipal
Cronologia	Edital n.º 13/2003 de 25-03-2003 da CM de Góis Despacho de encerramento de 2-05-2008, da subdiretora do IGESPAR, I.P., por não ter valor nacional.
Abrangido em ZEP ou ZP	Não

Descrição Geral

Implantada no centro da localidade de Aigra Nova, a Sede da Comissão de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira é um edifício de planta retangular irregular, dividido em dois andares, e construído para servir de habitação, apresentando características das casas rústicas da região.

Composta por dois corpos justapostos, que acompanham o declive do terreno, a edificação apresenta fachada em aparelho de xisto dividida em dois panos, o da esquerda rasgado por três janelas no piso superior, e uma porta principal e duas janelas no inferior, e o pano da direita, mais pequeno, apresentando no andar térreo porta ladeada por janela, e varanda fechada, em madeira, no registo superior. O interior da casa está adaptado às funções de sede e loja regional.

História

Desconhece-se a data de fundação do edifício que é hoje a Sede da Comissão de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira, sabendo-se apenas que em finais do século XIX estava já edificado. Nos cem anos seguintes, o imóvel serviu de habitação, sendo utilizado o piso inferior para a instalação de lojas, nomeadamente uma taberna e uma venda de sal. No entanto, com a desertificação da aldeia onde se encontra implantada, e com o abandono do próprio espaço por parte dos antigos proprietários, a casa entrou em progressiva ruína no último quartel do século XX.

No ano de 1999 o espaço foi comprado pela Associação de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira, que procedeu a obras de recuperação e transformação, para que aí se instalasse a sua sede. Desde 2008, a comissão proprietária cedeu a ocupação de parte do imóvel à Loja das Aldeias do Xisto, gerida pela Lousitânea - Liga dos Amigos da Serra da Lousã.

[Catarina Oliveira DGPC, 2016]



Figura 07 - Fachada principal - Sede da Comissão de Melhoramento das Aigras, Camareira e Cerejeira

FICHA 7	Pelourinho de Alvares
Categoria /Tipologia	
Divisão Administrativa	Coimbra / Góis / Alvares
Endereço / Local	Rua Manuel dos Santos Coelho
Proteção	
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Cronologia	Despacho de 11-10-2014 do diretor-geral da DGPC, sob proposta de 17-03-2014 da DRC do Centro, a considerar o pelourinho classificado pelo Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
Abrangido em ZEP ou ZP	Não

Descrição Geral

Implantado frente ao Largo do Soito, na margem da ribeira de Sinhel, o Pelourinho de Alvares ergue-se junto ao muro de vedação da casa paroquial da povoação. O fuste, formado por coluna monolítica circular em pedra de Ançã, encontra-se implantado sobre o soco original de dois degraus, parcialmente embutido na referida estrutura murária. O conjunto não possui remate, pelo que não é possível a classificação tipológica deste exemplar.

História

A vila de Alvares é de fundação antiga, tendo recebido o primeiro foral em setembro de 1281, outorgado por D. Afonso III. Na reorganização administrativa decorrente das Ordenações Manuelinas, recebeu novo foral em maio de 1514. Terá sido nesta época que o pelourinho foi edificado, situando-se originalmente no centro da localidade.

Em outubro de 1855 o concelho de Alvares era extinto, passando a integrar o concelho de Góis. No século XX o pelourinho, única memória patrimonial das extintas honras da vila, foi deslocado do seu local primitivo, sendo disposto no muro onde atualmente se encontra.

[Catarina Oliveira DGPC, 2016]



FICHA 8	Casa de São Francisco da Chã
Categoria /Tipologia	
Divisão Administrativa	Coimbra / Góis / Alvares
Endereço / Local	Rua Dr. António Fernandes Cura
Proteção	
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Classificado como IM - Imóvel Municipal
Cronologia	Edital n.º 2/2004, de 14-01-2004, da Câmara Municipal de Góis Deliberação de classificação de 22-12-2003
Abrangido em ZEP ou ZP	Não

Descrição Geral

Localizada na localidade de Chã de Álvares, a Casa de São Francisco da Chã é um edifício de características rurais. Construído como casa de habitação familiar em 1883, o imóvel é atualmente uma unidade de turismo rural, que integra a Rota das Aldeias do Xisto.

A casa é formada por dois corpos retangulares justapostos divididos em dois andares, de distintas dimensões, aos quais se adossa um terceiro corpo, formando uma planimetria irregular em L. No interior conserva-se um pequeno pátio.

O edifício principal apresenta três fachadas, rasgadas por portas, no piso térreo, e janelas no superior, abertas a espaços regulares. Adstrito a este, ergue-se outro edifício, em aparelho de xisto, com varanda alpendrada no primeiro andar. Adossado lateralmente, um terceiro corpo de menores dimensões, com escada de acesso ao piso superior e varandim a marcaram a fachada principal, que correspondia a espaço de arrumos e apresenta também paredes exteriores em xisto.

Com as obras de recuperação e transformação da casa em unidade hoteleira, o espaço interior perdeu a tipologia característica de habitação rural. Da estrutura original, subsistem o espaço rústico da cozinha e os tetos de forro de madeira do segundo piso da casa principal.

História

A Casa de São Francisco da Chã foi edificada em 1883, pertencendo aos Barata, uma família abastada de agricultores, que mantêm a propriedade até hoje. A casa está implantada numa região predominantemente rural, nas faldas da Serra da Lousã.

Em finais do século XX, a casa apresentava alguns sinais de degradação, pelo que os proprietários procederam à sua recuperação com vista à transformação do espaço como unidade de turismo rural. Está classificada como de interesse municipal desde 2004.

[Catarina Oliveira DGPC, 2016]



Figura 08 - Vista geral do pátio - Casa de São Francisco da Chã

03.4. Outros imóveis e equipamentos culturais

[a] Imóveis de interesse patrimonial

No concelho de Góis, ao património concelhio classificado acrescem imóveis de interesse patrimonial e equipamentos culturais que importa valorizar e preservar, identificados de seguida:

Quadro 02 - Imóveis de Interesse Patrimonial | Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Góis, 2015

Freguesia de Góis
Cisterna do Pombal
Solar Quinta dos Maiais
Capela do Castelo
Havaneza Goicense
Casa da Lavra de Baixo
Casa da Lavra de Cima
Igreja da Misericórdia
Antigos Paços Velhos
Antigo Hospital de Góis Capela do Espírito Santo
Fontanário do Pombal
Casa do Povo
Casa do Terreirinho
Casa Alice Sande
Casa da Praça
Casa Baeta da Veiga
Casa Nogueira Ramos
Freguesia de Alvares
Igreja Matriz
Pelourinho
Capela de S. Sebastião
Ponte Filipina
União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal
Pedra Riscada - Arte Rupestre
Lagar e Ponte da Cabreira
Moinho de água
Lagar de Azeite Comunitário da Candosa
Capela da Candosa
Capela da N. S ^a da Amargura
Capela de >St.º António
Capela de Santa Luzia
Ponte do Colmeal
Igreja Paroquial do Cadafaz
Freguesia de Vila Nova do Ceira
Igreja Matriz
Ermida da N. S ^a da Candosa

[b] Equipamentos culturais

Os **espaços museológicos** são locais privilegiados para preservar as memórias, o património das comunidades. Góis é um concelho com uma riqueza inquestionável, que transparece nas sensações e cores patentes na sua biodiversidade paisagística, nos saberes e tradições que resistem à dureza do tempo, no património de cariz histórico, arqueológico, arquitetónico e etnográfico que engrandece a sua cultura. Nos últimos anos têm sido criados, muitas vezes por iniciativa de associações ou outras agremiações concelhias, um pouco por todo o concelho, núcleos museológicos com o mote comum de preservar e divulgar o vasto, rico e, grande parte das vezes desconhecido património cultural concelhio.

Quadro 03 - Espaços Museológicos, biblioteca Municipal e Auditórios

Equipamentos	Designação	Local (Freguesia)	Total
Espaços Museológicos	Casa do Ferreiro	Alvares	14
	Museu Paroquial de Arte Sacra Padre Ramiro Moreira		
	Núcleo Museológico da Ribeira do Sinhel		
	Espaço Museológico Escola dos Amiais	UF Cadafaz e Colmeal	
	Núcleo Museológico da Cabreira		
	Núcleo Museológico do Soito		
	Núcleo Museológico do Corterredor		
	Coleção Museológica de Góis	Góis	
	Casa Alice Sande		
	Centro de Referência da Memória Goicense		
	Exposição Permanente do Espólio Museológico da Associação Educativa e Recreativa de Góis		
	Ecomuseu Tradições do Xisto		
	Núcleo Museológico do Esporão (Museu Casimiro Martins)		
	Centro Interpretativo dos Icnofósseis dos Penedos de Góis		
	Espaço Museológico de Vila Nova do Ceira	Vila Nova do Ceira	
	Lagar Museu da Cooperativa de Vila Nova do Ceira		
Biblioteca Municipal	"António Francisco Barata"	Góis	1
Espaço Internet de Góis			1
Auditórios	Auditório da Casa do Artista	Góis	4
	Auditório da Biblioteca Municipal		
	Auditório da ADIBER		
	Auditório da Casa da Cultura		
Total			20

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Góis, 2015

(www.cm-gois.pt/visitgois/experiencias/rotas-e-percursos/roteiro-dos-espacos-museologicos-do-concelho-de-gois)

A **Biblioteca Municipal de Góis**, sendo um dos mais importantes equipamentos culturais que a Câmara Municipal coloca ao dispor da população, iniciou a sua atividade junto da comunidade, a 23 de abril de 1997. As instalações eram provisórias, sitas na Residência de Estudantes e possuíam livros que tinham sido adquiridos e outros que pertenciam ao espólio da antiga Biblioteca Popular de Góis. Com o volume de livros a aumentar verificou-se a necessidade de

mudar de instalações e, assim, no ano de 2000 foi instalada, num espaço maior, que se situava em Góis, na Rua Comandante Bebiano Baeta Neves, no 2º Andar. Três anos depois, é então instalada, definitivamente, no antigo edifício da Escola Primária de Góis. A 10 de março de 2006 foi inaugurada com o nome de Biblioteca Municipal de Góis "*António Francisco Barata*", em homenagem ao exímio escritor nascido em Góis, no dia 01 de janeiro de 1836.

A Biblioteca Municipal de Góis é um serviço concebido para proporcionar, a todos os munícipes e público em geral, o acesso à cultura, à informação, à educação formal e não formal e ao lazer, contribuindo assim para elevar o nível cultural e a qualidade de vida do concelho. A coleção da Biblioteca Municipal é constituída por 11.512 títulos, volumes, monografias e títulos de fundo local. Relativamente a publicações periódicas tem 65 revistas e 18 jornais. Possui ainda 883 VHS/DVD e 92 CD.

Existe ainda a Casa Cultura, espaço com um papel primordial nas iniciativas de cariz cultural, social e educativo do Concelho de Góis, contribui para o despertar do interesse de toda a comunidade por ações que desenvolvam, de um modo salutar e harmonioso, o corpo e a alma. A construção deste equipamento cultural assenta no respeito pela memória de um edifício simbólico "a sede da Associação Educativa e Recreativa de Góis, inaugurada a 1 de outubro de 1939", aliado aos princípios de construção sustentável e de arquitetura ecológica, disponibilizando à população um espaço de excelência, que integra um auditório com lotação de 280 lugares, dos quais 4 para indivíduos com mobilidade reduzida, salas de música e de formação diversa, bem como uma área multiusos. A Casa da Cultura oferece um equipamento estruturante para a vida cultural da região, que perpetuará a memória de um espaço pleno de história e simbolismo.

Casa-mãe do maior souto da Vila de Góis. O antigo solar da Quinta dos Maias, que deverá remontar ao século XVIII, é no presente a Casa do Artista, após profundas obras de requalificação e conservação. O espaço ocupado pelas antigas cavalariças foi transformado em moderno auditório.

As lojas do piso térreo aproveitadas para galeria de arte, onde se realiza, todos os anos, a Mostra Internacional Góis Arte. No piso superior, os quartos são residência temporária de artistas e o sótão foi adaptado a atelier artístico.

O Concelho de Góis possui **quatro auditórios**: o Auditório da Casa do Artista [situado nas antigas cavalariças da Casa-mãe do maior souto da Vila de Góis], o Auditório da Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, o Auditório da Casa da Cultura de Góis e o Auditório da Biblioteca Municipal de Góis.

No concelho de Góis existe **um Posto de Turismo**, que constitui um espaço de informação concebido, essencialmente, como estrutura de apoio aos turistas que visitam o concelho de Góis, localizado desde 2015 de dezembro de 2019 no edifício da antiga Capela do Espírito Santo, espaço contíguo ao antigo Hospital de Góis (construído em 1560), na Praça da República, em pleno centro histórico da vila.

A sua missão é facilitar à população residente, visitantes e ou turistas o acesso à informação, de forma a responder às suas necessidades informativas e de lazer, bem como, proceder à divulgação e promoção do artesanato local, alojamento, pontos de interesse municipais, a fim que a visita contribua para o desenvolvimento económico local.

Capítulo 03 - Turismo e Lazer

01 - Recursos Turísticos e de Lazer

O Turismo tem sido apontado como uma área para a qual o país dispõe de fortes potencialidades, sendo encarado como um setor estratégico prioritário para Portugal. Para esta aposta no Turismo contribuem as características diferenciadoras das diversas regiões do País, em particular e de entre outros aspetos, o património Natural. Neste âmbito o concelho de Góis envolve em si um conjunto de interesses, dadas as suas características naturais e históricas bem como o património arquitetónico e arqueológico muito diverso e uma forte qualidade paisagística, que são sem dúvida excelentes recursos para fomentar o turismo do concelho.

As características da paisagem, ditadas pelo acidentado do terreno, pela concentração do povoamento e a possibilidade de aproveitamento recreativo dos recursos hídricos, conjugada com a existência de pequenas edificações disponíveis, constituem atrativos [a juntar aos do património edificado] a aproveitar sob a forma de produto turístico.

O produto turístico que Góis oferece está associado ao turismo de natureza, turismo cultural e a imagem de marca do seu património turístico associa-se à água [rios e planos de água] e ao verde [orografia movimentada e dotada de um verde exuberante e constante na paisagem ao longo do ano].

O município de Góis, no âmbito da construção de uma educação no sentido de sustentabilidade e qualidade ambiental, participou no Programa ECO XXI. O projeto constitui um programa internacional promovido pela Foundation for Environmental Education (FEE) e desenvolvido em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), procurando reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível do município.

O município de Góis é detentor dos galardões identificados no quadro seguinte:

Concelho	Designação	Entidade responsável
Góis	ECO XXI	ABAE
	Bandeira Azul (2)	
	Eco-Freguesia XXI (1)	
	Eco-Escolas (1)	
	Bandeira de Ouro (1)	Quercus
	Praia Acessível (2)	INR
	Autarquia + Familiarmente Responsável	Observatório das Famílias Responsáveis
	Município Amigo do Desporto	Cidade Social
	Aldeias do Xisto (4)	ADXTUR
	Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro	CCDRC

01.1 - Praias fluviais e naturais

A transformação dos recursos naturais do concelho de Góis em produtos com forte capacidade de atração e fixação de visitantes possibilitou que as praias fluviais se tornassem uma das maiores atrações do concelho e a imagem de marca de Góis no exterior, tornando-se uma referência ao nível dos destinos turísticos de qualidade.

As praias fluviais das Canaveias e Peneda/Pêgo Escuro, ambas certificadas, foram galardoadas com a Bandeira Azul, sendo 2015 o ano de estreia no hastear do galardão na Praia das Canaveias e o terceiro ano consecutivo para a Praia da Peneda/Pêgo Escuro.

As praias possuem um conjunto de excelência de infraestruturas de apoio, segurança e limpeza, uma ótima qualidade da água banhar e são rodeadas por um imponente enquadramento paisagístico.

Quadro 04 - Praias fluviais e praias naturais | Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Góis, 2015

Praias Fluviais	Ponte Colmeal
	Pontão Colmeal
	Ponte Cabreira Cadafaz
	Praia do Pego Escuro Góis
	Praia da Peneda Góis
	Praia do Cerejal Góis
	Praia Fluvial das Canaveias Vila Nova do Ceira
	Praia Fluvial da Ribeira de Sinhel Alvares
Praias Naturais	Cortada – Colmeal
	Fraga de Carcavelos - Carcavelos Góis
	Praia do Amiosinho Alvares
	Roda Cimeira Alvares
	Ribeira da Pena - Pena Góis
	Cabril Vila Nova do Ceira

01.2 - Miradouros panorâmicos e parques de merendas

No concelho de Góis, devido ao relevo acidentado que se encontra em vários pontos do concelho, é possível desfrutar de paisagens deslumbrantes oferecendo locais panorâmicos de grande beleza, dos quais se destacam a panorâmica do Cume da Serra [freguesia de Alvares], com vistas para Nascente e Poente, respetivamente para os vales de ribeira do Porto e da ribeira de Sinhel, as vistas excecionais ao longo da EN543 por Cortecega, Cabreira até ao Porto da Candosa, que segue a margem do rio Ceira [União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal] e as vistas ao longo da EN2 em direção a Góis, sobretudo o afloramento do Penedo de Góis, abundante em quartzitos e fósseis de bilobites e trilobites de reconhecido interesse científico.

Quadro 05 - Miradouros panorâmicos e parques de merendas | Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Góis, 2015

Miradouros Panorâmicos	Miradouro de Alvares Alvares
	Miradouro Góis Naturally Góis
	Baloço dos Penedos Góis
	Baloço do Castelo Góis
	Parque do Castelo Góis
	Mirante Góis
	Cruz de Santiago de Compostela Góis
	Penedos de Góis Góis
	Aígra Nova Góis
	Miradouro do Santuário de N. Sr. ^a da Candosa V. N. Ceira
Parques de Merendas	Parque de Merendas do Cereja
	Parque de Merendas da Oitava
	Parque de Merendas nos Portos Cadafaz
	Parque de Merendas do Eirão Cabreira
	Parque de Merendas do Lagar da Ponte Velha Cabreira
	Parque de Merendas de Corterredor
	Parque de Merendas das Mestras
	Parque de Merendas da Candosa U.F. Cadafaz e Colmeal
	Parque de Merendas da Senhora da Amargura Colmeal
	Parque de Merendas do Colmeal Entrada da Aldeia
	Parque de Merendas do Colmeal Saída da Aldeia
	Parque de Merenda da Capela São Cristóvão Corte
	Parque de Merenda do Soito Alvares
	Parque de Merenda do Cerro da Candosa V.N.do Ceira
	Parque de Merenda Francisco Rosas - Praia da Peneda
	Parque de Merenda da Praia das Canaveias V.N.do Ceira
	Parque de Merendas do Civado – Bordeiro

Fonte:

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/patrimonio/natural/parques-de-merendas>

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/experiencias/baloicos-e-selfies/poi/naturally-gois>

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/experiencias/baloicos-e-selfies>

01.3 - **Aldeias do Xisto**

O projeto das Aldeias do Xisto nasceu em 2000, assentando em bases como a preservação da cultura, o combate à desertificação, a valorização do património arquitetónico construído, a dinamização das artes e ofícios tradicionais e a preservação da paisagem envolvente.

A Rede das Aldeias do Xisto é um projeto de desenvolvimento sustentável de âmbito regional, liderado pela ADXTUR - Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, desenvolvido em colaboração entre vários concelhos [16] e entidades privadas, visando a promoção turística desta zona.

Este projeto apresenta características exclusivas ligadas ao património cultural, social e arquitetónico patente na região, o que proporciona uma oferta a diversos níveis: hotelaria tradicional, gastronomia, cultura, natureza, atividades radicais, animação, religião, artesanato, entre outras. Fruto do projeto, vinte e sete aldeias do xisto, ao longo do tempo, foram sofrendo alterações significativas de requalificação que fizeram aumentar o seu potencial humano de desenvolvimento.

A arquitetura destas aldeias serranas tem como principal elemento o xisto, predominante na geologia da serra. O xisto é utilizado na construção das casas que é ligado por argamassas de argila ou simplesmente apoiado por sobreposição, sendo esta última técnica frequente no caso dos currais, espaços para guarda de animais. Para a estrutura das coberturas é utilizada madeira de castanho e pinho revestida depois com colmo e lajetas de xisto, mais recentemente com telha de canudo. As portas, janelas e soalhos do piso superior são igualmente construídos em madeira. Este piso era amplo e escuro, com bancos compridos e uma lareira cujo calor era aproveitado para secar a castanha disposta num teto falso de ripas de madeira – o “*caniço*”. Geralmente as construções estão intimamente ligadas ao acidentado terreno que lhes serve de suporte, apresentando um ou dois pisos e muitas vezes sobrepondo-se entre si. Criando-se assim formas irregulares que lhe conferem uma imagem singular pela sua diversidade e riqueza. Era costume encontrar à porta das casas entre uma e três pedras em bico que serviam para afastar o mal.

No que diz respeito às vivências e relações, pode dizer-se que a interação social das aldeias era feita em espaços privados ou públicos, ambos, tidos como palcos sociais, na ausência de tabernas, igrejas, capelas, entre outros.

No **concelho de Góis** encontram-se **quatro aldeias**, designadamente, as aldeias de Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena.

Aigra Nova



Figura 09 - Aigra Nova | Fonte: CMGóis

A Quintã, na Aigra Nova constituía um largo usado como espaço de reunião e decisão, localizado estrategicamente no topo da aldeia, onde os homens da aldeia trocavam impressões sobre os rendimentos e dificuldades do dia-a-dia, bem como entravam em consenso sobre atividades coletivas, nomeadamente no que tocasse ao rebanho comunitário, ao sistema rotativo das regas, entre outros.

Aigra Nova, também designada por Aigra Dura, era conhecida, noutros tempos, pelo árduo trabalho e pouca abundância de alimento. De malha urbana simples, de construção baixa e à base de xisto, Aigra Nova divide-se em três pequenas ruas, que a atravessam. A nascente e o clima ameno são propícios à prática agrícola e aos vastos pastos. Nesta aldeia viva há hortas, gado, burros e muitas atividades que prometem surpreender.

É nesta aldeia que se encontra sedeada a Lousitânea - Liga dos Amigos da Serra da Lousã, uma associação sem fins lucrativos, que tem como finalidade a conservação e valorização do património natural e cultural da Serra da Lousã através de atividades de conservação da natureza e de animação turística, entre outras temáticas, sendo a sua área de atuação nos concelhos de Góis, Castanheira de Pêra e Lousã, de forma mais incisiva no concelho de Góis.

Aigra Velha

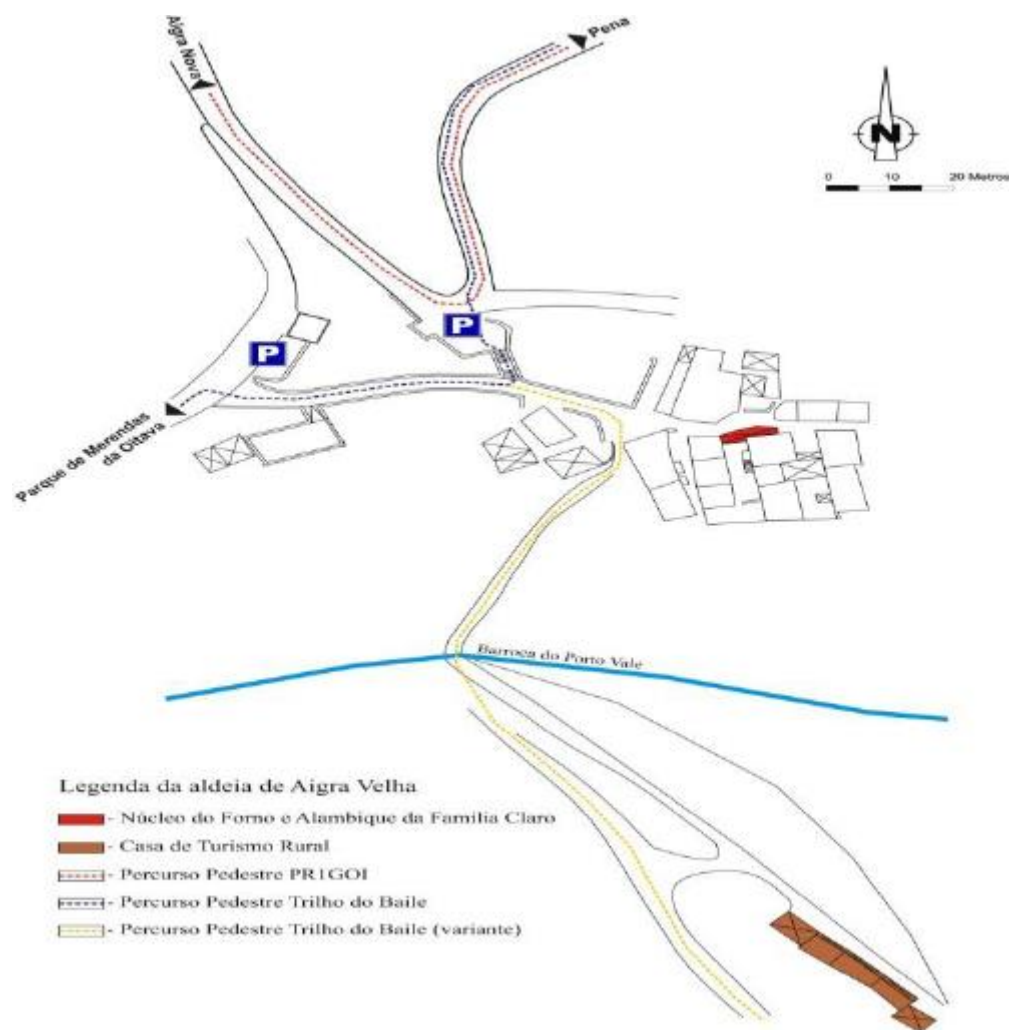


Figura 10 - Aigra Velha | Fonte: CMGóis

Aigra Velha é a Aldeia do Xisto que se encontra a maior altitude [770m]. Próxima dos cumes da **Serra da Lousã**, mas com fácil acesso. É um pequeno aglomerado, mas de largos horizontes. A envolvente paisagística da aldeia faz toda a diferença. Aqui tudo é simples, feito segundo o padrão da natureza que nos envolve. Implantada numa cumeada da serra, Aigra Velha é circundada por alguns terrenos agrícolas e uma vasta área de pastoreio. Se, por um lado, avista a Serra da Estrela, a Este dá para os colossais Penedos de Góis.

A Aigra Velha apresenta uma característica peculiar, tendo sido construída de uma forma fechada ao exterior. O conjunto das construções organizaram-se num arranjo defensivo contra as intempéries meteorológicas, os intrusos e animais selvagens como os lobos, permitindo comunicação e circulação entre os diferentes espaços, mas mantendo a privacidade de cada família.

Aqui pode-se ouvir as histórias antigas de caravanas de comerciantes que vagueavam pela serra e paravam para pernoitar. À noite havia lobos, o que levou os habitantes a cortar a única rua da aldeia e a fazer ligações internas entre as casas. Estas paredes de xisto, rodeadas de pastagens verdes, são o abrigo antes de partir à descoberta do parque florestal da Oitava e da Ribeira da Pena.

Comareira

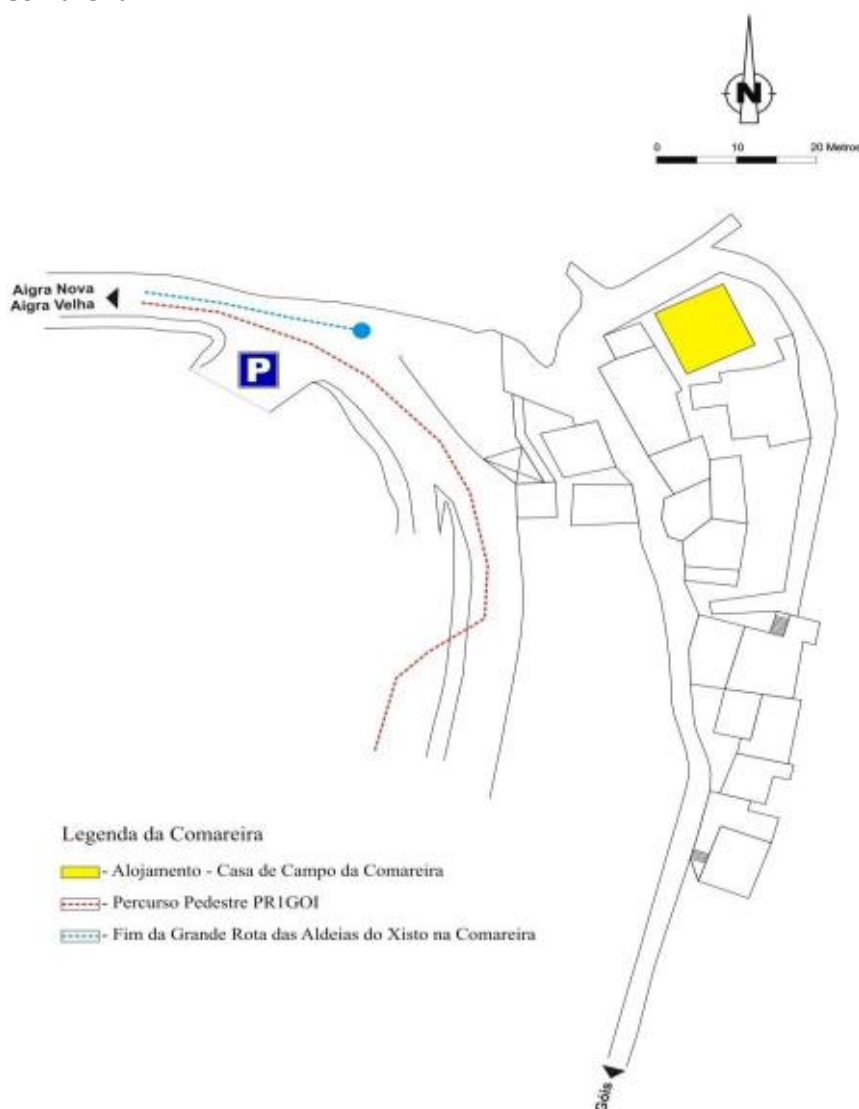


Figura 11 - Comareira | Fonte: CMGóis

É a mais pequena aldeia da rede que integra o conjunto das quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis e é abrangida pela dinâmica criada em torno do Ecomuseu das Tradições do Xisto. A aldeia é um pequeno conjunto de construções, para habitantes e gado doméstico. Soalheira todo o dia, a Comareira é feita de casas aninhadas umas nas outras, avistando a paisagem que se estende até perder de vista.

Os habitantes orgulham-se de dizer que este é um ponto estratégico para os visitantes das Aldeias do Xisto que se interessem pelas praias fluviais desta região ou pelo Parque Florestal da Oitava.

Pena

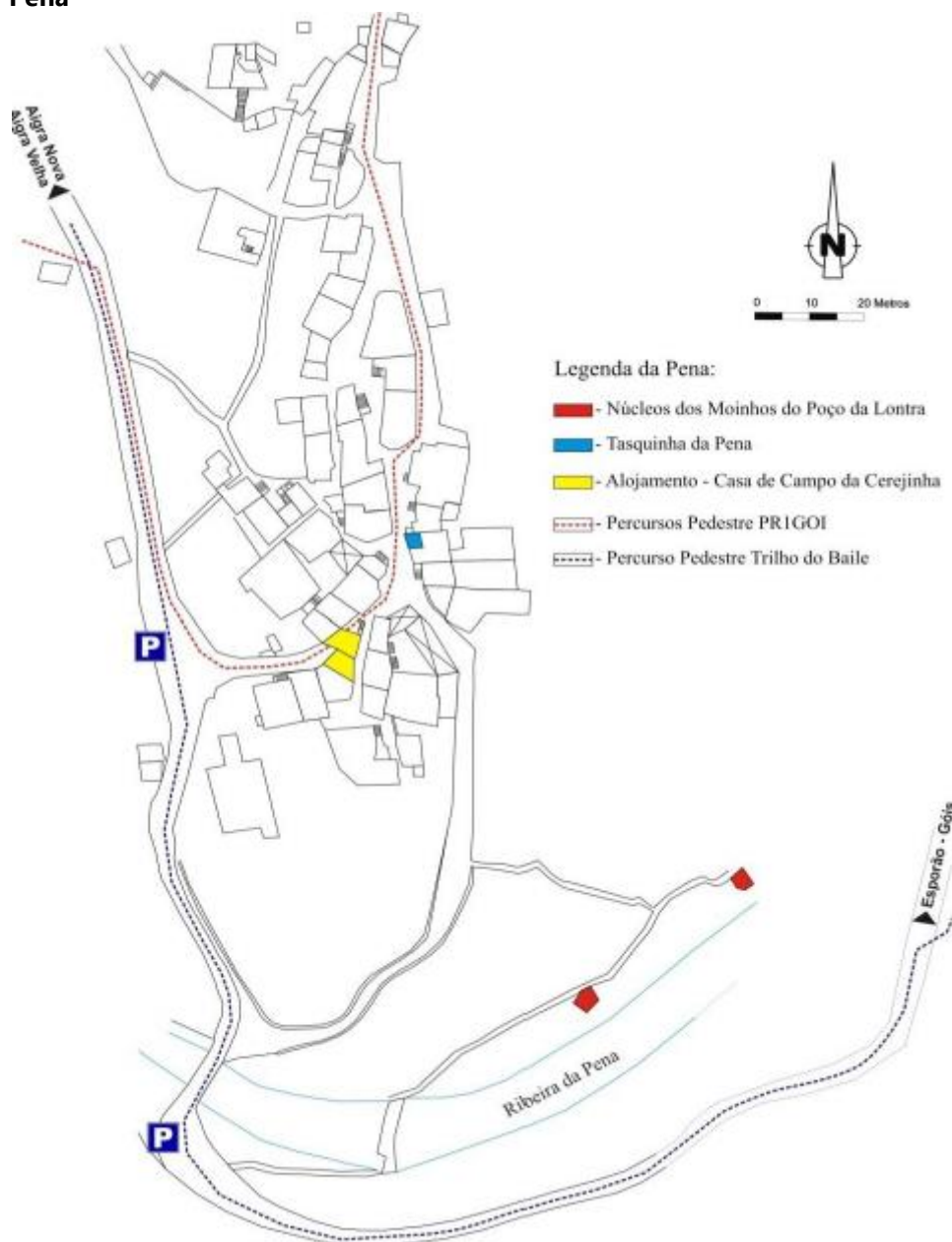


Figura 12 - Pena | Fonte: CMGóis

Por último, a aldeia da Pena, situada do outro lado da serra, embora distante das restantes aldeias, transmite um encanto único. Por ela, passa a Ribeira da Pena, um dos cursos de água de média montanha melhor conservados. Nesta aldeia é possível observar o Penedo da Abelha que, pela sua grandiosidade, é um ponto de elevado interesse natural e geológico.

Esta aldeia é o resultado perfeito da construção conjugando o xisto com o quartzito. Um castanheiro secular guarda a entrada da aldeia. As condições topográficas levaram a que a aldeia se desenvolvesse ao longo de um promontório, parecendo que o casario se encontra em desafio às leis do equilíbrio e à força da gravidade. A aldeia de Pena retira da água cristalina da ribeira todos os proveitos. Ali ao lado, os Penedos de Góis são uma proposta de aventura para os mais ousados.

01.4 - Atividades turísticas recreativas [rotas e percursos]

O maciço montanhoso no concelho encontra-se, todo ele, devidamente atravessado por pequenas estradas florestais a que recorrem as organizações de desportos motorizados [BTT, Raides Motorizados] e de desportos de aventura, como sejam Provas de Orientação, Atletismo de Montanha e outros. Também a caça e a pesca nos cursos de água serranos assumem destaque progressivo, designadamente a caça ao javali, e a pesca às trutas.

No concelho de Góis evidenciam-se as seguintes atividades desportivas:

- Desporto motorizado [TT];
- Provas de ciclismo de montanha [BTT];
- Futebol, Ténis;
- Pesca e Caça;
- Canyoning;
- Caminhada aquática;
- Geocaching;
- Canoagem.

No município de Góis funcionam dois estabelecimentos de animação turística, a Trans Serrano – Aventura, Lazer e Turismo, Lda. e a Aventuras e Passatempos, Lda. O primeiro agente funciona no âmbito das atividades ao ar livre / natureza e aventura, atividades marítimo-turísticas, atividades cultural / touring paisagem e cultural e atividades reconhecidas como turismo de natureza. O segundo agente trabalha no âmbito das atividades ao ar livre / natureza e aventura e atividades marítimo-turísticas.

01.4.1 - Atividades de Natureza e Outras

No entanto, se a componente do desporto é relevante, também o contacto com a natureza vem, cada vez mais, assumindo uma importância crescente com o recurso aos passeios pedestres e todo o terreno, os quais permitem ao visitante contactar com uma elevada diversidade de paisagens, algumas de cortar a respiração pela sua beleza e magnitude.

Percursos Pedestres

No Concelho de Góis existem 8 percursos pedestres devidamente registados e sinalizados. Se é amante de caminhadas ou apenas pretende desfrutar de um dia diferente, as possibilidades de escolha são variadas, tendo como denominador comum a beleza da região. São trilhos e caminhos entre pontes, socalcos, alminhas, túneis, muros, entre outros encantos e recantos, que serviam de ligação entre aldeias que os antigos palmilharam, dia e noite, durante décadas.

- Caminho do Xisto das Aldeias de Góis | Rota das Tradições do Xisto | PR 1 GOI
- Trilho do Vale do Ceira | PR 3 GOI
- Trilho da Serra do Açor | PR 4 GOI
- Trilho do Vale Encantado | PR 6 GOI
- Caminho do Xisto das Aldeias do Xisto de Góis | Trilho do Baile | PR9 GOI
- Trilho do papel | PR8 GOI
- Trilho do Vale do Ceira II | PR 7 GOI
- PR 2 GOI

PR01 _ Caminho do Xisto das Aldeias de Góis

Património

Fonte dos Namorados. Ecomuseu. Tradições do Xisto. Forno Comunitário. Moinhos Comunitários. Museu particular da Família Neves

Este percurso circular une as quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis: Aigra Nova, Aigra Velha, Pena e Comareira.



Património Natural - Este percurso pedestre insere-se na Rede Natura 2000–Serra da Lousã, exatamente porque se podem encontrar ainda algumas espécies de fauna e flora de grande relevância em termos de conservação ambiental. Alguns bosques de castanheiros e carvalhos ainda são visíveis, apesar de já predominar o pinhal e o eucaliptal. Nas zonas ribeirinhas encontram-se azereiros e azevinhos. Se estiver mais atento poderá encontrar alguns vestígios de veados, javalis, esquilos e raposas. Junto à Ribeira de Pena habitam a salamandra lusitânica e a lontra. Nos Penedos de Góis ainda nidifica a cegonha preta, mas o mais provável é ver aves de rapina ou mesmo a cegonha branca. Estes Penedos são únicos e estão entre os pontos mais altos da Serra da Lousã [1205m]. Entre a aldeia de Aigra Nova e de Aigra Velha, o bosque de urzes é intensamente usado pela população para produzir o típico mel da Serra da Lousã. Junto à aldeia da Pena pode ainda encontrar os fósseis marinhos dos Penedos de Góis.

PR04 _ Trilho da Serra do Açor

Descrição - O percurso tem início e final na praia fluvial do Colmeal nas margens do rio Ceira.



Património Natural - O Trilho da Serra do Açor é um percurso que se inicia junto ao Rio Ceira. Este rio nasce a 1302m de altitude na Serra do Açor e desagua no rio Mondego a montante de Coimbra. O seu percurso total é de cerca de 106km, sendo que cerca de 8km estão na freguesia do Colmeal. Neste percurso para além do rio Ceira, estará em contacto com outras linhas de água que têm uma grande beleza natural. É o caso da Ribeira de Carrimá e a Ribeira d'Álem. Esta última tem pequenas cascatas que pode observar e até desfrutar no pico do verão. Este percurso dá-lhe uma boa perspectiva da floresta autóctone e a não autóctone. Vai encontrar núcleos de castanheiros, medronheiros, sobreiros, espécies mais ribeirinhas, como o salgueiro, sabugueiro e amieiro. E núcleos de pinheiros, eucaliptos e acácias. Se estiver atento, junto das linhas de água, ainda se encontram algumas construções em xisto, que serviam de habitações sazonais e/ou de currais para animais.

PR05 _ Trilho das Minas

Descrição - O percurso inicia-se no centro da Vila de Góis, onde poderá visitar a coleção museológica de Góis ou os inúmeros monumentos que compõem o centro histórico.

Património Edificado

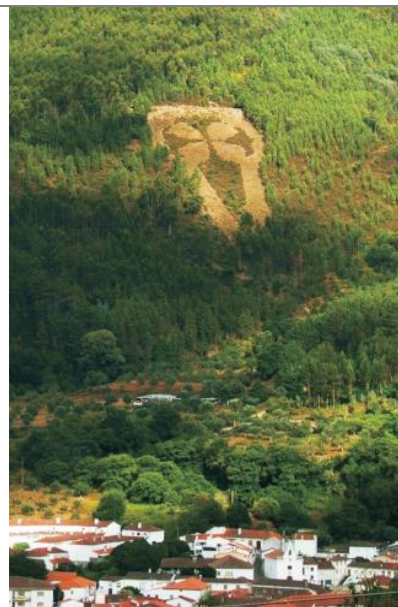
Igreja Matriz [Túmulo de D. Luís da Silveira] | Séc. XVI-XIX

Igreja da Misericórdia | Séc. XVI-XIX

Fontanário do Pombal | Séc. XIX

Cisterna do Pombal | Séc. XVI

Paços do Concelho | Séc. XVII-XIX



PR06 _ Trilho do Vale Encantado

Património Natural - O trilho do Vale Encantado é muito rico em fauna e flora. No sentido descendente do percurso tem várias linhas de água: a ribeira das Mestras, que se junta com a ribeira do Corterredor e que, já no final do trilho, desagua no rio Ceira. A água é um elemento permanente, concedendo uma beleza e frescura natural ao percurso. Próximo destas linhas de água ainda se encontram várias construções em xisto que serviam de habitações sazonais, currais e até moinhos. Não é possível numerar todas as espécies de flora que germinam neste território, apenas algumas: carvalhos, azereiro, azevinhos, sobreiros, amieiro, azinheira, freixo, medronheiro, aveleira, castanheiros... Os grandes soutos enriquecem a região, sendo produzida a castanha pilada produto endógeno de grande potencial. O medronho, fruto do medronheiro é utilizado na confeção de aguardente. Estas espécies arbóreas e arbustivas tornam os solos mais ricos. Esta flora é propícia à vida selvagem, daí a presença de alguns animais, como a raposa, o javali ou o esquilo.



PR07 _ Trilho do Vale do Ceira II

Património Natural - Este percurso estende-se ao longo do vale do Ceira, entre Góis e Vila Nova do Ceira, sendo abrangido em parte pela rede natura 2000 - Sítio Serra da Lousã. Atravessando o rio Ceira em vários pontos. Este trilho surge no seguimento do percurso do vale do Ceira I, embora as suas diferenças sejam bem visíveis. O primeiro remete-nos para as vivências do passado, como provam as casas de xisto/currais que se encontram ao longo do percurso, já degradados. Este segundo trilho diferencia-se pela ocupação humana atual, sendo visível a sua presença nos campos agrícolas e nas construções mais recentes. As espécies de flora mais importantes predominantes neste trilho são os freixos, os amieiros, sobreiros e carvalhos. Estão também patentes a acácia e o eucalipto que embora não sejam autóctones fazem parte do trilho. Espontaneamente vai encontrar ervas aromáticas como o poejo. No rio que acompanha este trilho, predominam três espécies de peixe: a truta-fario [*salmo fario*], o barbo [*barbus bocagei*] e a boga [*chondrostoma polylepis steindachner*]. Fora de água, poderá ver vestígios de javali, esquilo e quem sabe poderá ver uma raposa.



PR08 _ Trilho do Papel

Património Natural - Este trilho está inserido na área da Rede Natura 2000 - Sítio Serra da Lousã, um local preservado pela fauna e flora existente. É um percurso que, à semelhança de outros do território, dá uma boa perspectiva do que é floresta autóctone e não autóctone da região. Vai observar uma flora bastante diversificada, podendo encontrar sobreiros, azinheiras, carvalhos, amieiros, entre outros. Encontra também terrenos com eucaliptos, acácias e pinheiros. É um território muito preenchido pela carqueja e pela urze, esta última utilizada pelas abelhas na produção do mel. A fauna local é marcada pela presença dos veados, Setembro é a época em que este mamífero acasala, logo a probabilidade de os ver e ouvir é maior. Os animais selvagens têm muita facilidade em perceber que há presença humana, logo o seu afastamento é imediato assim que a sentem. O javali, raposa, esquilo, lontra e algumas espécies de cobras, deixam vestígios bem visíveis. O rio sôtão servia de apoio à fábrica de papel atualmente desativada.



PR09 _ Caminho do Xisto das Aldeias do Xisto de Góis

Património

Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro. Fonte. Alminha Moinhos

Rede Natura 2000 – Sítio Serra da Lousã



Património Natural _ Este percurso pedestre insere-se na Rede Natura 2000 – Serra da Lousã, exatamente porque se podem encontrar ainda algumas espécies de fauna e flora de grande relevância em termos de conservação ambiental. Alguns bosques de castanheiros e aveleira ainda são visíveis, apesar de já predominar o pinhal e o eucaliptal. Nas zonas ribeirinhas encontram-se azereiros e azevinhos. Se estiver mais atento poderá encontrar alguns vestígios de veados, javalis, esquilos e raposas. Nas zonas ribeirinhas habitam a salamandra lusitânica e a lontra. Nos Penedos de Góis ainda nidifica a cegonha preta, mas o mais provável é ver aves de rapina ou mesmo a cegonha branca. Estes Penedos são únicos e estão entre os pontos mais altos da Serra da Lousã (1205m).

Do ponto de vista de lazer e recreio [Figura 13] salienta-se, ainda, dois aspetos principais que se ligam ao aproveitamento das áreas de caça e da pesca desportiva em alguns cursos de água.

Pesca

No concelho de Góis, a pesca só se verifica nalguns cursos de água, sendo que o rio Ceira é o que possui maior potencialidade para a prática da pesca desportiva. À Câmara Municipal de Góis foram atribuídas três concessões:

- Concessão de pesca no rio Ceira e afluentes_ Atribuído o exclusivo de pesca desportiva no troço do rio Ceira, com uma extensão de cerca de 13 Km, desde a confluência com a ribeira de Carrimá, a montante, até à Ponte Nova da Cabreira, a jusante, incluindo 2 km das seguintes ribeiras afluentes: Carrimá, Ádela, Carvalhal e Corterredor, para montante da respetiva confluência com o rio Ceira, freguesia de Cadafaz e Colmeal do concelho de Góis, ocupando uma área total aproximada de 13,5 ha.
- Concessão de pesca na ribeira do Sinhel_ Atribuído o exclusivo de pesca desportiva no troço da ribeira do rio Sinhel, desde a confluência desta ribeira com a ribeira de Casal Novo [junto à povoação de Roda Cimeira], limite montante, até à foz no rio Unhais, limite jusante, freguesia de Alvares, concelho de Góis. A concessão de pesca abrange uma extensão de 11,89 km, ocupando uma área de 2,92 ha.
- Concessão de pesca no rio Ceira_ Atribuído o exclusivo de pesca desportiva no troço do rio Ceira, desde o açude da Peneda, limite montante, até à Ponte Nova da EN342, limite jusante, freguesia de Góis. A concessão de pesca abrange uma extensão de 1,43 km, ocupando uma área de 2,86 ha.

Nestas concessões dá-se prioridade aos salmonídeos no entanto a espécie mais procurada é a Truta-Fário [*Salmo-trutta*]. Mencionam-se, ainda, Barbos [*Barbus spp.*] e Boga [*Chondrostoma polylepis*] sendo as espécies mais abundantes no rio Ceira e na ribeira de Sinhel, a Carpa [*Cyprinus carpio*] e Achigã [*Micropterus salmoides*], são espécies que ocorrem com abundância, apenas na foz da ribeira de Sinhel, em contacto direto com a albufeira da Barragem do Cabril.

Caça

Ao nível da atividade destaca-se o potencial cinegético do concelho de Góis pelos recursos que possui, uma vez que as áreas de caça cobrem praticamente todo o concelho.

No concelho de Góis existem 2 Zonas de Caça, dos quais 2.930 hectares correspondem à Zona de Caça Nacional, sendo os restantes 23.374 hectares do concelho de Góis, área de Zona de Caça Municipal.

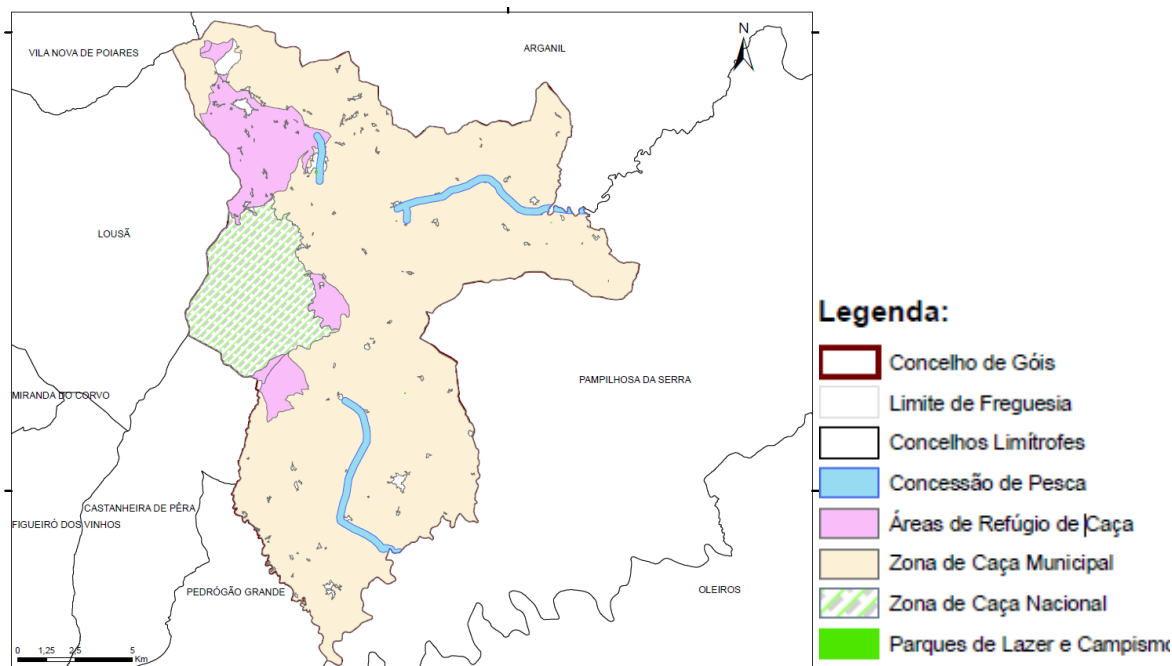


Figura 13 - Mapa de zonas de recreio florestal, caça e pesca, concelho de Góis | Fonte: PMDFCI, 2019-2028

Passadiços do Cerro da Candosa

Os Passadiços do Cerro da Candosa percorrem um dos locais mais enigmáticos da Freguesia de Vila Nova do Ceira, no Concelho de Góis.

As fragas quartzíticas onde se ergue a Capela de Nossa Senhora da Candosa integram a crista que atravessa toda a região e se estende entre a Serra do Penedo, mais conhecida por Penedos de Góis, e a Serra do Buçaco.

O desfiladeiro rochoso, que, ao longo dos tempos, foi desgastado, lavado e talhado pelo Rio Ceira, culmina num cânhão fluvial de rara beleza – o Cabril ou Portas do Ceira – local onde o rio aparenta ter furado transversalmente uma crista rochosa. Portas do Ceira é um dos mais belos tesouros naturais da Região Centro. As paredes íngremes do desfiladeiro são utilizadas para a prática de desportos radicais e o alto do cerro está desde tempos imemoriais ligado à Lenda da Senhora da Candosa.

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/experiencias/rotas-e-percursos/passadicos-do-cerro-da-candosa>

Rotas Rodoviárias

EN2 em Góis

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/experiencias/rotas-e-percursos/en-2-do-km-262-ao-km-308>

Outras Rotas

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/experiencias/rotas-e-percursos/rotas-rodoviaras>

01.4.2 - Prestadores de Serviços de Turismo

Empresas de Animação Turística

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/experiencias/rotas-e-percursos/prestadores-de-servicos-turisticos/empresas-de-animacao-turistica>

Agências de Viagem

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/experiencias/rotas-e-percursos/prestadores-de-servicos-turisticos/agencias-de-viagens>

01.5 - **Gastronomia e Tradição**

No concelho de Góis a gastronomia tradicional constitui um produto turístico dos quais fazem parte a aguardente e licor de mel e medronho, a bola de carne, os enchidos, a castanha e o queijo de cabra e ovelha. O município integra a “Rota do Azeite” e na UF de Cadafaz e Colmeal situa-se o antigo Lagar da Cabreira.

A Câmara Municipal conta com a excecional atuação e empenho de todos os operadores, ciente da oportunidade de aumentar a notoriedade da região e, particularmente, do nosso concelho, através da gastronomia. Uma oportunidade para apresentarmos a riqueza dos nossos recursos e produtos tradicionais, através da mestria que aguçá o paladar.

No município de Góis a oferta de serviços de restauração é diversificada. Na freguesia de Góis encontra-se a Caçoila, a Caravela, o Alvaro's,, o Beira Rio, a Casa Ti Maria, O Goienense, o Silvério, a Pizzaria Encosta da Seara e o Place Góis. Na freguesia de Alvares A Élia, o Alto da Serra, a Montanha e o Fora D' Horas. Na freguesia de Vila Nova do Ceira o Café Central.

01.5.1 - **Produtos Endógenos**

A geomorfologia do concelho, moldado por duas serras e um grande rio que as separa, criou desde há muito as condições para a produção de um punhado de produtos essenciais na dieta alimentar destas populações. No rio, mecanismos tradicionais como lagares e moinhos, fabricavam o azeite e a farinha. No topo da serra, pastava o gado que nos dava a carne e o leite, e outro outrora chamado “gado do vento”, assim como trabalhavam as abelhas na produção do mel.

Quando falamos em produtos endógenos, referimo-nos aos produtos de origem do território, extraídos da terra: semeados, criados, colhidos e, por fim, transformados por alquimia da terra antes de chegar às mesas das famílias.

O azeite, a broa, o queijo, o mel esteve sempre presente em todos os momentos de repasto desta comunidade que necessitava de energias reforçadas para os dias-a-fio de trabalho braçal. Hoje, de uma forma reinventada, será cada vez mais necessário responder a uma nova realidade de gosto e modas, sem nunca renegar as suas origens e a sua identidade. Saborear um queijo de cabra que vai colher os nutrientes aos pastos das alturas e cobrir com mel das laborais voadoras que procuram a urze, é algo único e genuíno. Comer uma broa de milho da farinha moída, num dos moinhos de rodízio das ribeiras da serra, e molhar no azeite prensado nas varas de um lagar do rio Ceira é hoje um raro “manjar dos deuses”.

Quanto aos produtos de qualidade diferenciada na área do concelho de Góis destaca-se o **Mel da Serra da Lousã**. Este obtém-se por abelhas da espécie *Apis Melífera Ibérica* a partir de nectários florais da vegetação espontânea regional. Consequência das especificidades relacionadas com o néctar da flora - urze, queiró, etc., - o mel apresenta cor âmbar, paladar intenso e grande viscosidade.



Figura 14 - Colmeias - Mel da Serra da Lousã | Fonte: <http://ptqc.drapc.min-agricultura.pt>

A área geográfica de produção, extração e acondicionamento do Mel da Serra da Lousã – DOP, totaliza cerca de 1.842 km² e abrange a totalidade dos seguintes concelhos: Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares.



Figura 15 - Área Geográfica correspondente à produção do Mel da Serra da Lousã | Fonte: <http://ptqc.drapc.min-agricultura.pt>

01.5.2 - **Receituário Concelhio**

A Região de Coimbra recebeu o título "Região Europeia de Gastronomia 2021", uma distinção atribuída pelo Instituto Internacional de Gastronomia, Cultura, Artes e Turismo. Neste âmbito, o Concelho de Góis teve a oportunidade de apresentar a riqueza dos seus recursos e produtos tradicionais.

Lançado o desafio para a nossa participação na Carta Gastronómica da Região de Coimbra, a Câmara Municipal de Góis fez uma primeira e difícil seleção de entre todos os operadores concelhios nas áreas da restauração e gastronomia em geral, todos eles de qualidade excecional.

Para estes importantes desafios, a Câmara Municipal contou com a prestimosa parceria e colaboração de todos os operadores, ciente da oportunidade de aumentar a notoriedade da região e, particularmente, do nosso concelho.

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/gastronomia/receituario-concelhio>

01.6. **Artesanato**

No Concelho de Góis, há somente três artesãos registados, mas também os há a executar trabalhos interessantes sem esse mesmo registo.

Dentro do produto artesanal concebido pelos nossos artesãos, o que os define e distingue em grande parte é a matéria-prima utilizada, como é o caso do uso da madeira, metal, tecidos, cortiça, entre outros. Parte das obras criadas vêm de um conhecimento ancestral, como é o caso das rodilhas, dos taleigos, das colheres de pau ou das mantas de tear. Entretanto, também surgiu o chamado Artesanato Urbano, mais associado à criatividade e a modas, encontrando-se, por vezes, a fusão das técnicas tradicionais com as de uso contemporâneo.

Etiqueta 100% Góis

A atribuição desta etiqueta comprova que o artesão cumpre com $\geq 65\%$ dos critérios definidos através dos 6 princípios moleculares, que constituem o ADN (marca) 100% Góis: Tradição; Inovação; Sede; Matéria prima; Inspiração e Comércio.

<https://www.cm-gois.pt/visitgois/recordacoes/artesaos>

02 - Oferta de Alojamento Turístico

O turismo constitui um fenómeno concelhio relevante, facto que se reflete na oferta dos empreendimentos turísticos e de alojamentos local. Concretizando o número de empreendimentos turísticos, existe a informação referente a 12 empreendimentos que constituem 11 na modalidade de turismo no espaço rural – casa de campo e 1 parque de campismo, totalizando 435 camas e 44 unidades de alojamento. Neste âmbito existe um projeto de arquitetura com parecer favorável por parte do Turismo de Portugal, para a instalação de 1 hotel de 4*, com um total de 216 camas distribuídas por 108 unidades de alojamento.

Quadro 06 - Alojamento em empreendimentos turísticos | Fonte: Turismo de Portugal, 2021

Tipologia	Nome	Capacidade	Unidades Alojamento	Localização
TER - Casa de campo	Louralvillage	2	1	Colmeal Góis
TER - Casa de campo	Louralvillage	6	3	Colmeal Góis
TER - Casa de campo	Vale do Ceira	26	13	Góis
Parque de Campismo e/ou Caravanismo	Góis Camping	349	0	Góis
TER - Casa de campo	Louralvillage	12	6	Colmeal Góis
TER - Casa de campo	Casas da Sinhel	6	4	Góis
TER - Casa de campo	Casa de Campo da Comareira	6	3	Góis
TER - Casa de campo	Casa d` Cimo	6	3	Cadafaz Góis
TER - Casa de campo	Casa da Fonte	6	3	Góis
TER - Casa de campo	Casa de S.Francisco da Chã	10	5	Alvares
TER - Casa de campo	Casa da Cerejinha	4	2	Góis
TER - Casa de campo	Casa do Neveiro	2	1	Góis
	12	435	44	

Relativamente à figura de Alojamento Local, criada pelo Decreto-lei nº 39/2008, de 7 de março, objeto de 3ª alteração com o Decreto-lei nº 63/2015, de 23 de abril, existem no concelho de Góis 36 unidades registadas.

Quadro 07 - Alojamento local | Fonte: Turismo de Portugal, 2021¹²

Nome do Alojamento	Modalidade	Capacidade	Nº Utentes	Unidades alojamento	Freguesia
Casa de São Paulo	Moradia	4	8	4	Góis
Portantiqua, guest house	Moradia	6	8	2	Vila Nova do Ceira
Sotam Country House	Moradia	11	14	6	Vila Nova do Ceira
Casa das Figueirinhas	Apartamento	4	6	3	Vila Nova do Ceira
Casa do Ferreiro	Moradia	5	10	5	Góis
Casa Joya	Moradia	9	12	6	Góis
Casa do Avô Manuel Nunes	Moradia	2	4	2	Cadafaz e Colmeal
Casa D'Avó Olinda	Moradia	2	5	2	Góis
Quintinha do Carvalhal	Moradia	8	14	6	Góis
Cabecinho D'ouro	Moradia	4	6	3	Góis
Casa da Natália	Moradia	2	4	2	Alvares
Casa da Cancelinha	Moradia	2	4	2	Cadafaz e Colmeal
Refúgio da Montanha	Moradia	2	4	2	Cadafaz e Colmeal
Casa Fereira	Moradia	3	6	3	Góis
Casa da Avó Mila	Estabelecimento de hospedagem	17	23	9	Vila Nova do Ceira
Retiro Vida Lenta	Moradia	4	4	2	Alvares
Casa Belas Vistas	Apartamento	4	6	2	Góis
Casa do Coberto	Moradia	3	6	3	Alvares
Casa da Praia Fluvial	Moradia	5	8	4	Góis
Casa da Amoreira	Moradia	3	6	3	Cadafaz e Colmeal
Casa da Eduardinha	Moradia	2	4	2	Góis
Casa da Pena	Moradia	2	5	2	Góis
Casa da Terra	Moradia	4	7	3	Vila Nova do Ceira
Casa dos Avós	Moradia	3	6	3	Góis
Casa das Oliveiras	Moradia	2	4	1	Cadafaz e Colmeal
Casa do Ribeiro	Moradia	5	6	3	Cadafaz e Colmeal
CASA DA EIRA	Moradia	2	4	2	Góis
Casinha do Canto	Moradia	2	4	2	Góis
Casa do Gato	Moradia	4	7	3	Góis
Casinha dos Figueirais	Apartamento	2	4	1	Góis
Casa AHS	Moradia	4	8	4	Alvares
Candosa Village	Estabelecimento de hospedagem-Hostel	39	42	2	Vila Nova do Ceira
Casa da Carvalha	Moradia	5	10	5	Cadafaz e

¹² Consulta à Base de Dados do Turismo de Portugal, I.P., em 03.11.2021

					Colmeal
Casa da Ribeira	Moradia	5	10	5	Alvares
Casa SimSim	Moradia	2	4	2	Cadafaz e Colmeal
Casa da Avó Fátima	Quartos	3	6	3	Vila Nova do Ceira
	36	186	289	114	

No corpo do presente relatório integra-se uma breve caracterização da procura do alojamento turístico no concelho de Góis e efetua-se o enquadramento na Região de Coimbra. Com base em dados do sítio do INE elabora-se um estudo das seguintes variáveis: evolução do n.º de dormidas no Concelho, estadia média de alojamento, proporção de hóspedes estrangeiros e ocupação média. Salienta-se que ao nível concelhio apenas existem dados a partir do ano de 2015.

02.1 - Número de dormidas no concelho de Góis

O Concelho de Góis surge com uma reduzida participação no volume total de dormidas quando comparado com os restantes concelhos da Região de Coimbra, em 2015 foi registado um total de 4.165 dormidas no concelho, ultrapassando apenas os concelhos de Penacova e Miranda do Corvo.

Em 2015, foram registadas um total de 1.114.414 dormidas na Região de Coimbra, refletindo um aumento de 20,7% em relação ao ano de 2014, sendo que no concelho de Góis apenas foi apresentado o valor para o ano de 2015, de 4.165 dormidas, representando um valor residual [0,4%] do número de dormidas da Região de Coimbra.

Sublinha-se que os dados da evolução desta variável, disponíveis a partir de 2009, inclusive, demonstram que os concelhos que mais contribuem para o crescimento significativo do número de dormidas na Região de Coimbra são Coimbra e Figueira da Foz.

02.2 - Estada média nos estabelecimentos hoteleiros

Em relação à estada média de alojamento, constata-se que esta se manteve estável quer na Região Centro [1,8] quer na Região de Coimbra [1,7], no período 2009 - 2015, sendo que para o concelho de Góis não foram disponibilizados dados para o indicador. Apenas existem dados para o ano de 2015, que se situam na média subregional.

02.3 - Proporção de hóspedes estrangeiros

Esta variável permite afinar o mercado alvo do produto oferecido na região e no Concelho. Neste, a proporção de estrangeiros no número de dormidas ronda os 10% [2015], enquanto que na Região Centro, com maior diversidade de produtos, a proporção de estrangeiros nas dormidas teve uma tendência para aumentar e fixar-se nos 37% dos clientes de alojamento turístico. Na Região de Coimbra a proporção de hóspedes é relativamente maior ultrapassando os 40%, sendo mais expressiva nos concelhos de Condeixa-a-Nova [58,4%] e Coimbra [55,5%]. No período entre 2009 e 2014 não constam dados relativos a esta variável no Concelho de Góis.

02.4 - Taxa líquida de ocupação [%]

Esta variável apresenta-se como mais favorável na Região de Coimbra que na Região Centro, verificando-se que na NUT III a taxa média ronda os 32,4% e na região, os 28,9%. O concelho de Góis apresenta, tal como nos restantes indicadores, uma taxa média baixa [12,3%] quando comparada com os restantes concelhos da NUT III, sendo que Penacova é o concelho onde se verifica a taxa mais baixa.

02.5 - Capacidade de alojamento [%]

Relativamente à capacidade de alojamento por 1000 habitantes [INE, 2017] observa-se que a média do concelho de Góis [29,6%] supera a da Região de Coimbra [25,8%]. A evolução do indicador entre os anos 2015 e 2017 revela um aumento relativo positivo das unidades em estudo, sendo que no ano de 2015 o concelho de Góis registava 23,1% da capacidade de alojamento.

03 - Linhas Estratégicas do Turismo

03.1 - Enquadramento

Os documentos estratégicos da política territorial, de âmbito nacional, regional ou local e setorial, assim como os respetivos documentos oficiais, que enquadram a estratégia de desenvolvimento do turismo para o município de Góis são os seguintes:

03.1.1 - **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território** - Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, que define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

No âmbito do PNPOT, foi definida a Agenda para o Território, que constitui o Programa de Ação 2030 do PNPOT e que apresenta os 10 compromissos para o território (ponto 1), as medidas de política, estruturadas e organizadas em 5 domínios de intervenção (Domínio Natural, Domínio Social, Domínio Económico, Domínio da Conectividade e Domínio da Governança Territorial).

03.1.2 - **Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural** - Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

No âmbito do estabelecido na presente lei, importa ressaltar o exposto no artigo 7.º, que refere que “todos têm direito à fruição de bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural”, na medida em que todos os cidadãos deverão ter acesso à cultura e aos bens patrimoniais de forma equitativa e universal. Como finalidades da proteção e valorização do património cultural (Art.º 12.º), deve incentivar-se e assegurar o acesso de todos à fruição cultural, vivificar a identidade cultural comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional, promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local e defender a qualidade ambiental e paisagística.

03.1.3 - **Estratégia Turismo 2027 (ET27)**, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro, é o referencial estratégico para o Turismo em Portugal.

A ET27 foca-se em ativos que visam a sustentabilidade e a competitividade do destino Portugal.

Por ser inquestionável o papel do setor do turismo, “Viver os Rios” – Programação Cultural em Rede pactua com a Estratégia Turismo 2027, que pretende posicionar Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos, inovadores e sustentáveis do mundo, uma referência na produção de bens e serviços para a atividade turística à escala mundial, um país onde se valoriza o trabalho e onde se investe no capital humano. Portugal como um destino para visitar, investir, viver, estudar, investigar e criar empresas.

O objetivo é tornar Portugal líder do turismo do futuro, afirmando o destino como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Com a definição de linhas de atuação, operacionalizadas através de ações concretas orientadas para o curto/médio prazo, ambiciona-se um desenvolvimento turístico assente na conservação e na valorização do património natural e cultural do país, com uma procura disseminada por todo o território e ao longo de todo o ano.

A ET27 assenta na combinação de uma visão de longo prazo, afirmando o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo, e consubstancia um pensamento estratégico e estrutural assente nos seguintes eixos estratégicos: valorizar o território e as comunidades; impulsionar a economia; potenciar o conhecimento; gerar redes e conectividade e, finalmente, potenciar Portugal.

No âmbito dos eixos estratégicos e das subsequentes linhas de atuação e tipologias de projetos prioritários definidos para cada um assinalam-se de seguida os que se adequam ao município de Góis.

Até 2027, as metas deste referencial estratégico visam um aumento das receitas turísticas para 26 milhões de euros e das dormidas para 80 milhões. Para este fim, a atuação do Turismo de Portugal consubstancia-se em cinco eixos estratégicos:

VALORIZAR O TERRITÓRIO | Incrementar a fruição do património histórico cultural, preservando a sua autenticidade, fomentar a reabilitação urbana, potenciar economicamente o património natural e rural, afirmar o turismo na economia do mar e estruturar a oferta turística, são alguns dos objetivos deste Eixo.

Valorizar o território e as comunidades	Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário
	Projetos de conservação e valorização económica do património edificado de reconhecido valor histórico-cultural, tornando-o acessível e aberto à prestação de serviços de interesse público-turístico, designadamente, no âmbito do programa Revive
	Produção e disponibilização de conteúdos e de elementos infopromocionais, incluindo de natureza tecnológica, sobre o património histórico-cultural
	Desenvolvimento de suportes digitais e aplicações tecnológicas que permitam densificar a experiência turística nos territórios e nos seus patrimónios
	Criação de programas de utilização do património público, transformando-o em ativos turísticos
	Ações de valorização dos produtos endógenos regionais, nomeadamente, no âmbito do ativo estratégico Gastronomia & Vinhos
	Projetos de valorização e divulgação da identidade local, envolvendo as próprias comunidades
	Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais
	Iniciativas de valorização e ativação turística do património cultural imaterial português
	Dinamização do comércio tradicional e das suas «lojas com história», promovendo a identidade e autenticidade de Portugal
	Valorização e promoção do consumo informado, através de uma marca ativa e identitária da produção nacional – «Portugal Sou Eu»
	Projetos de valorização dos espaços de vivência das comunidades locais, estimulando a contribuição do turismo para a melhoria da qualidade de vida e para a fixação de residentes
	Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação
	Desenvolvimento do turismo de natureza e em espaço rural através de projetos de valorização económica e de uma gestão ativa do património natural e rural, onde se inclui a rede de nacional, áreas protegidas, as reservas da biosfera e os Geoparques reconhecidos pela UNESCO, nomeadamente, no contexto da promoção da marca Natural.PT.
	Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo de natureza e/ou ao turismo em espaço rural,

	sinalética e elementos de interpretação turístico-ambiental
	Operações de revitalização e dinamização económica de aldeias e centros rurais com vocação turística, nomeadamente em torno de redes temáticas e/ou de recursos endógenos dos territórios, como sendo as Aldeias de Xisto, as Aldeias Históricas e as Aldeias Vinhateiras
	Ações de valorização turística e de promoção dos lagos e águas interiores, rios, albufeiras, nascentes e águas/estâncias termais
	Promover a regeneração urbana das cidades e regiões, e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos
	Linha de apoio à sustentabilidade
	Implementação em todo o território nacional de um sistema de indicadores de sustentabilidade de referência internacional para a gestão sustentável dos destinos, em parceria com a Organização Mundial do Turismo
	Operações de regeneração urbana de centros históricos/urbanos, a preservação da autenticidade e a promoção de um turismo acessível nas cidades
	Elaboração/implementação de estratégias de desenvolvimento turístico para destinos turísticos de âmbito regional/sub-regional/ local, tendo em vista a sustentabilidade e competitividade dos territórios
	Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística
	Ações de estruturação da oferta turística em torno de roteiros/ itinerários temáticos com forte vocação turística de âmbito histórico-cultural e/ou natural, tendo subjacente os ativos turísticos estratégicos nacionais
	Iniciativas de estruturação de produtos ajustados a diferentes segmentos da procura (em que se incluem, produtos específicos, designadamente, para famílias, séniores / smart age, jovens, surf, turismo equestre, turismo militar)

IMPULSIONAR A ECONOMIA | A competitividade das empresas, a simplificação, a desburocratização e a redução dos custos de contexto, a atração de investimento, a qualificação da oferta, o empreendedorismo e inovação são prioridades absolutas na estratégia para o futuro do turismo.

Impulsionar a economia	Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos
	Ações para a capitalização das empresas no âmbito do Programa Capitalizar
	Alargamento de prazos nos financiamentos atribuídos
	Programas de financiamento de projetos turísticos articulados entre o Turismo de Portugal, I.P., banca e sistema de garantia mútua – protocolos bancários
	Sistemas de incentivos e linhas de financiamento para reforçar a competitividade e a internacionalização das empresas do turismo, nomeadamente no que respeita à requalificação e inovação da oferta turística – alojamento, restauração, animação e serviços turísticos – privilegiando-se, entre outros elementos, a diferenciação, a orientação para a procura, o turismo acessível, a eficiência energética, a certificação ambiental, a adoção de normas de qualidade internacionais e resposta a novas dinâmicas de oferta e procura
	Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar.
	Iniciativas que visem reduzir os custos empresariais inerentes a (i) processos de licenciamento, (ii) certificação, (iii) acesso a financiamento e a outros relevantes para o desenvolvimento da atividade turística
	Ações de apoio proactivo e contínuo às empresas, envolvendo atividades que promovam a capacitação das empresas – modelos de negócio, conhecimento da procura, mentoring, internacionalização – e iniciativas que proporcionem uma comunicação simples e objetiva por parte da administração pública junto das empresas em diversas áreas - como sendo no licenciamento e no financiamento
	Atrair investimento e qualificar a oferta turística
	Operações de captação ativa de investimento direto estrangeiro, envolvendo ações nos mercados externos, como roadshows, missões empresariais, dossiers e instrumentos de prospeção de mercados e de atração de investimento
	Ações de suporte e acompanhamento ao investidor e ao empresário – disponibilização de informação completa, acessível e com interfaces que permitam uma comunicação eficaz,

	permanente e interativa – incluindo a disponibilização de uma plataforma para o investidor
	Adaptação da legislação turística às novas realidades
	Estimular a economia circular no turismo
	Elaboração de referenciais para a sustentabilidade do turismo em Portugal nas vertentes económica, ambiental, social e governance, permitindo fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação, de forma integrada
	Iniciativas de promoção da sustentabilidade dos destinos e dos agentes do turismo, bem como a sua comunicação e a inclusão das variáveis não financeiras (ambientais, sociais e governance) nos projetos de investimento em turismo
	Projetos que estimulem a eficiência energética na cadeia de valor do turismo e a integração da economia circular naquela, designadamente na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia
	Inclusão da dimensão sustentabilidade como elemento valorizador no sistema de classificação dos empreendimentos turísticos
	Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo
	Projetos de incentivo ao desenvolvimento e crescimento de startups, atividades de inovação e de empreendedorismo em turismo
	Ações quer promovam sinergias entre as indústrias criativas e o turismo, proporcionando visibilidade ao destino Portugal e a melhoria da experiência turística
	Constituição e dinamização de clusters e redes de produtores de bens e serviços para a indústria do turismo
	Iniciativas de interação do turismo com setores produtivos tradicionais, permitindo ganhar escala e alavancar as vantagens comparativas de Portugal
	Iniciativas de dinamização do empreendedorismo

POTENCIAR O CONHECIMENTO | A valorização das profissões do turismo, a formação de recursos humanos, a capacitação de empresários e gestores, a difusão de conhecimento e informação e a afirmação de Portugal como smart destination são os objetivos deste Eixo.

Potenciar o conhecimento	Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptada às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades
	Programa bianual de levantamento de necessidade de formação no turismo, envolvendo diferentes parceiros, designadamente, instituições de ensino, associações e entidades empresariais, de forma articulada com o Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ)
	Cursos, ações de formação e de capacitação destinados à qualificação de recursos humanos em Turismo, adaptados à procura e em áreas que respondam às necessidades das empresas
	Ações de reconhecimento, validação e certificação de competências dos profissionais da área do Turismo, em articulação com programas específicos como o Programa Qualifica
	Projetos de criação de emprego por conta própria e ações de reconversão de competências para o turismo de pessoas em situação de desemprego, em parceria com a rede de ensino e formação profissional (Centros do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., e Escolas Profissionais)
	Iniciativas de promoção e valorização das profissões do turismo, incluindo a promoção da igualdade do género e de oportunidades
	Inclusão da dimensão Recursos Humanos qualificados como elemento valorizador no sistema de classificação dos empreendimentos turísticos
	Difundir conhecimento e informação estatística
	Disponibilização de informação estatística sistematizada e/ou a gestão e disponibilização de conhecimento sobre a atividade turística para os diversos stakeholders do turismo
	Fornecimento de informação atualizada e online sobre procura e mercados emissores
	Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável
	Projetos de capacitação da oferta turística para segmentos/mercados turísticos concretos
	Afirmar Portugal como smart destination
	Projetos de tecnologia, conhecimento e informação que permitam uma gestão integrada e

	«inteligente» dos destinos regionais e do destino Portugal
	Programas de «digitalização» da oferta turística
	Soluções tecnológicas para a oferta turística e para as empresas do turismo, reforçando a sua competitividade e adaptação às tendências da procura e ao(s) perfil(s) do(s) «novo(s) turista(s)», e possibilitem melhorar a experiência turística dos visitantes
	Disponibilização de rede WI-FI gratuita em todo o país, por forma a melhorar a experiência de usufruto do património nacional
	Implementação de projeto de open data para o turismo

GERAR REDES E CONECTIVIDADE | As prioridades deste Eixo são o reforço de rotas aéreas, ao longo do ano, da mobilidade no território, o reforço do envolvimento da sociedade no processo de desenvolvimento turístico, do trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores. Para promover a competitividade e a diversificação de mercados surgiram, nos últimos anos, novas operações aéreas, alargadas a todo o ano, muitas ligadas a novos destinos, tendo a capacidade aérea aumentado em quase dois milhões de lugares.

Gerar redes e conectividade	Melhorar os sistemas de mobilidade rodo-ferroviária e de navegabilidade
	Qualificação de eixos de interesse turístico de âmbito rodoviário ou ferroviário, que contribuam para a valorização da oferta turística
	Assegurar boas condições de mobilidade rodoviária nos destinos turísticos, especialmente, naqueles que registam maior tráfego e intensidade turística
	Implementação de projetos de sinalização turística
	Promover a utilização de transportes públicos junto das principais ofertas turísticas
	Assegurar uma oferta de transportes públicos adequada à intensidade turística existente
	Ações que promovam a intermodalidade e a interoperabilidade entre diferentes serviços de transporte
	Desenvolvimento de projetos que promovam a mobilidade sustentável nos destinos turísticos, designadamente, a mobilidade suave
	Promover o «turismo para todos», numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos
	Ações de sensibilização e de capacitação das empresas do turismo e das organizações para o «turismo para todos»
	Projetos que promovam a acessibilidade e o usufruto da oferta turística, nomeadamente, operações de adaptação e melhoria de infraestruturas, equipamentos e de recursos turísticos
	Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões
	Iniciativas para a participação da sociedade em processos de cocriação de projetos/iniciativas para o desenvolvimento turístico de Portugal
	Projetos de envolvimento da população residente/comunidades locais em iniciativas respeitantes ao acolhimento e bem-estar dos visitantes
	Desenvolvimento de estudos de monitorização do impacto da atividade turística

PROJETAR PORTUGAL | Este Eixo tem como prioridades de atuação aumentar a notoriedade do país nos mercados internacionais, através das equipas do Turismo de Portugal, promovendo um destino para visitar, investir, viver, estudar, realizar grandes eventos, posicionando o turismo como fator de competitividade e de desenvolvimento económico. Portugal é hoje um destino cada vez mais procurado. Os bons resultados dos últimos anos são prova de que, com um trabalho focado, articulado e conjunto com todos os agentes do setor - públicos e privados -, e objetivos claros, o turismo tem capacidade para ser uma atividade a desenvolver ao longo do ano, garantindo que a riqueza produzida se estenda a todo o país, estimulando a inovação e a digitalização em toda a cadeia de valor desta atividade tão relevante para a economia nacional. Estão reunidas as condições para termos mais e melhor turismo.

Projetar Portugal	Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional
	Projetos que contribuam para a dinamização do turismo interno, durante todo o ano, envolvendo ações de promoção específicas e campanhas nacionais, nomeadamente, através da criação e desenvolvimento de conteúdos inovadores e do envolvimento dos portugueses
	Eventos que concorram para a promoção turística dos territórios, a valorização das economias locais, dos seus produtos endógenos e das suas histórias e tradições

03.1.4 - **Programa de Valorização do Interior** – Resolução de Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro.

O Programa de Valorização do Interior (PVI), que substituiu o Programa Nacional para a Coesão Territorial, destina-se a abrir uma nova etapa no desenvolvimento dos territórios do interior, contrariando a tendência de despovoamento das últimas décadas. Neste sentido, importa referir que o Município de Góis se localiza em território de baixa densidade sendo que a sua estratégia deve integrar as medidas previstas no PVI e, porquanto, espelham-se no Eixo 1. Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior: +CO3SO Turismo, +CO3SO Capital Natural e Eixo 4: Tornar os territórios do Interior Mais Competitivos: +CO3SO Proximidade – medida: Cultura+.

03.1.5 - **Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030 – Turismo Centro de Portugal e Plano Marketing 2020-2030 – Turismo Centro de Portugal**

O Plano Regional de Desenvolvimento Turístico da Região Centro recomenda um conjunto de metas turísticas e drivers orientadores, que estão apoiados em linhas estratégicas de ação e pilares estratégicos estruturantes para o desenvolvimento do plano de marketing. Esse Plano assume como área territorial de intervenção toda a Região Centro (NUTS II), que tem como Missão a “Valorização e desenvolvimento das potencialidades turísticas da Região Centro, promoção interna do destino turístico Centro de Portugal e das suas sub-regiões, bem como a gestão integrada do destino no quadro do desenvolvimento turístico regional”, tendo sido definidos 5 drivers orientadores da estratégia para a Região Centro no horizonte 2020-2030:

- Recursos Humanos, Destino – Território;
- Diferenciação;
- Notoriedade – Conectividade;
- Investimento.

O projeto destaca especificamente os produtos turismo religioso, touring cultural e paisagístico, natureza e gastronómico, concretizando-se nas respetivas 8 Linhas Estratégicas de Ação.

A Região Centro possui uma vasta variedade de recursos naturais, culturais, gastronómicos, arquitetónicos e paisagísticos que devem ser preservados, quer pela sua riqueza, quer pela sua beleza e valor intrínsecos. Além disso, devem ser valorizados no campo económico, como fontes de criação de rendimento, particularmente através das atividades de turismo.

Segundo a RIS 3 do Centro – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, a Região Centro apresenta vários domínios diferenciados, entre os quais se destaca o Turismo, estando alinhado com a plataforma de inovação relativa à valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais e inovação territorial. O setor do turismo tem vindo a manter um crescimento sustentado na Região Centro, evidenciando, assim, a sua importância. Tendo

em vista a consolidação de um destino capaz de gerar fluxos turísticos que permitam um desenvolvimento sustentável, impõe-se a esta região valorizar, potenciar e promover o património natural e cultural existente.

Alinhadas com a estratégia de desenvolvimento da RIS 3 da Região Centro, apresentam-se as seguintes premissas:

- Valorizar o património natural, cultural e paisagístico;
- Aprofundar o valor dos recursos territoriais tangíveis e intangíveis;
- Fomentar as dinâmicas de rede e a cultura colaborativa;
- Promover a identidade distintiva e atrativa dos territórios de baixa densidade;
- Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios;
- Qualificar a oferta e a promoção do interior em agendas internacionais;
- Diversificar a oferta com a criação/melhoria de produtos turísticos.

Análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças identificados na Região Centro:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
_ Vasto e rico património histórico, cultural, arqueológico, natural e paisagístico; _ Património natural e paisagístico expresso na qualidade e diversidade de recursos naturais; _ Produtos endógenos de grande qualidade e tradição; _ Componentes fortes de turismo; Diversidade concentrada de produtos turísticos.	_ Incapacidade de fixação de visitantes na região; Relativa dependência do turismo interno e elevada sazonalidade; _ Défice de imagem e de notoriedade da região Centro; _ Dificuldades de coordenação entre os vários agentes que operam no mercado turístico; _ Ineficiência de estratégias promocionais da região a nível internacional que fixe visitantes; _ Insuficientes redes de colaboração sustentáveis.
Oportunidades	Ameaças
_ Mercado turístico privilegia destinos que ofereçam experiências diversificadas; _ Aumento do número de emigrantes; _ Generalização do uso das redes sociais e meios digitais; _ Valorização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais para o desenvolvimento turístico, diversificação da economia regional e dinamização da base económica local; _ Dinâmica de crescimento do turismo de natureza e de bem-estar; _ Valorização dos recursos endógenos através do potencial turístico.	_ Eventual decréscimo de competitividade regional face a outros destinos/regiões concorrenciais; _ Dificuldade de afirmação da Região Centro nos principais mercados; _ Comunidades de turistas que organizam a sua própria viagem orientada para a visita de outros destinos; _ Forte dependência do setor do turismo de fatores externos; _ Promoção do destino turístico.

03.2 - **Compromisso Municipal**

Em termos de Estratégia para o desenvolvimento do Turismo, a CM de Góis assume como compromisso municipal o seguinte:

A Câmara Municipal pretende assumir, à sua escala, e tendo em consideração aquelas que são as suas competências, uma estratégia para o desenvolvimento do turismo a nível municipal, reorientando o seu *modus operandi* em torno de três dos cinco eixos prioritários definidos pela Estratégia Turismo 2027:

- Valorizar o território
- Potenciar o conhecimento
- Gerar redes e conectividade

Política para a promoção do (Eco)turismo

O desenvolvimento da atividade turística no século XXI apresenta uma série de tendências, tais como: o desenvolvimento sustentável, a governância, a importância crescente da intervenção ao nível local, a potenciação da autenticidade e a noção de que o trabalho conjunto, através de uma forma organizacional de redes, pode efetivamente conduzir ao sucesso.

O Município de Góis, à sua escala (como tantos outros), pretende desenvolver a elaboração de um instrumento de planeamento capaz de definir orientações, de nível macro, possíveis de estabelecer numa política de turismo municipal assente em três vetores essenciais:

- Desenvolvimento racional e equilibrado do turismo capaz de produzir impactes positivos na economia local, já que este deve ser considerado como um setor gerador de uma cadeia de riqueza ambiental, social, económica e cultural;
- Definição de linhas orientadoras e de ações conducentes ao desenvolvimento do turismo;
- Produção de um instrumento facilitador de governância para o setor, no sentido da criação de plataformas de entendimento entre os diversos agentes do setor.

O planeamento dos destinos turísticos responde a um conjunto de intenções que se podem enunciar de uma forma abrangente. Deste modo, compromete-se a:

- Valorizar o potencial de recursos locais;
- Explorar as oportunidades do futuro;
- Maximizar os benefícios do turismo para a população;
- Tentar garantir a sustentabilidade do desenvolvimento;
- Articular o turismo com o ordenamento do território;
- Definir posições claras e diferenciadas para os mercados.

C - Síntese

O concelho é detentor de um conjunto de recursos naturais únicos e de grande beleza que bem aproveitados, rentabilizados e desenvolvidos, são espaços de lazer e de encontro com a natureza – aliados à tradição, à gastronomia, à cultura rural local, ao seu património genuíno e à sua história – conferindo ao turismo um papel preponderante no desenvolvimento local e no investimento do tecido empresarial neste setor.

Podemos, pois, afirmar que a vantagem competitiva do concelho poderá residir fundamentalmente nos seus recursos naturais e no património com eles relacionado devendo, contudo, o seu aproveitamento ser de forma racional e sustentável e em articulação com os vários atores locais por forma a fomentar o desenvolvimento de um turismo de qualidade no concelho.

Tendo em conta a diversidade patrimonial existente - património arquitetónico, património histórico, património arqueológico e património natural – a estratégia de desenvolvimento turístico deverá passar pela implementação de produtos vocacionados para o Turismo Cultural e para o Turismo centrado no contacto com a natureza.

Contudo, o modelo de desenvolvimento turístico a implantar deverá possibilitar, por um lado a beneficiação das condições de vida da população local, gerar rendimentos e criar empregos, permitir a fixação da população, melhoria dos serviços básicos e de acessibilidades e, por outro a proteção e preservação dos recursos existentes que constituem fator de atração.

Primeira Revisão do
Plano Diretor Municipal de Góis



Volume **04**
Estudos Setoriais de Caracterização

Relatório 06 – **Condições Ambientais**

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

Capítulo 01 - Infraestruturas	2
01. Introdução	2
02. Águas de Abastecimento	3
03. Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	20
04. Resíduos Sólidos Urbanos	25
 Capítulo 02 - Riscos de Origem Natural e Humana	 29
01. Introdução	29
02. Riscos de Origem Natural	31
03. Riscos de Origem Humana	34

Índice de ilustrações

Figura 01 - Recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos	27
Figura 02 - Evolução da recolha seletiva no município de Góis	28
 Quadro 01 - Sistemas de abastecimento na freguesia de Alvares	 8
Quadro 02 - Sistemas de abastecimento na freguesia de Góis	12
Quadro 03 - Sistemas de abastecimento na freguesia de Vila Nova do Ceira	15
Quadro 04 - Sistemas de abastecimento na União de Freguesia de Cadafaz e Colmeal	15
Quadro 05 - Tipos de riscos	30

Capítulo 01 - **Infraestruturas**

01 - **Introdução**

Porque as preocupações ambientais são crescentes; porque se pretende que o concelho de Góis se desenvolva de uma forma sustentada, a equipa de revisão do PDM, reconhece que o presente capítulo do relatório faz todo o sentido em ser elaborado, podendo, inclusive, ser o ponto de partida para iniciar um processo de desenvolvimento sustentável no concelho.

A satisfação das diversas necessidades humanas associadas a um consumo excessivo de recursos tem exercido uma pressão crescente sobre o meio ambiente, por via direta, pelo excesso da exploração das riquezas naturais, ou via indireta, ao produzir quantidades excessivas de detritos em relação à capacidade de absorção e depuração do meio ambiente. Desta forma, urge que o ser humano compreenda a natureza complexa do meio ambiente, resultante das interações dos seus aspetos biológicos, físicos, sociais e culturais, para promover uma utilização mais reflexiva e prudente dos recursos naturais, facilitando a interdependência dessas mesmas interações, no espaço e no tempo.

A educação ambiental surge como um meio de estimular não apenas essa compreensão, mas de desenvolver ações coletivas, criando novos hábitos e valores, a fim de fazer do sistema económico um espaço de produção e trocas compatíveis com os ecossistemas e com a elevação da qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Com a elaboração do presente capítulo pretende-se, para além do levantamento atual do estado do ambiente [água, resíduos, ruído, energia] no concelho de Góis, elaborar propostas, fáceis de implementar com vista, não só à melhoria da qualidade de vida da população, mas também à salvaguarda do meio o ambiente.

02 - Águas de Abastecimento

02.1 - Introdução

O abastecimento de água às populações é, presentemente, uma das maiores preocupações dos governos e um elemento fundamental do desenvolvimento e modernização da sociedade.

Procura-se garantir a defesa da saúde pública através da instalação de estações de tratamento e monitorização da qualidade da água nas redes de abastecimento para avaliar o cumprimento de normas de qualidade. No entanto, atividades das mais diversas desenvolvem-se num cenário paralelo e provocam a degradação das características das origens de abastecimento, tornando cada vez mais difícil e oneroso o tratamento necessário e a sua utilização sustentada. As possibilidades técnicas de tratamento da água não são inesgotáveis e a poluição continuada das origens em utilização ou potenciais, põem efetivamente em risco a sua disponibilidade.

A Qualidade da Água que é consumida é uma preocupação crescente do poder Autárquico. Numa altura em que cada vez mais se fala sobre Ambiente, na proteção e salvaguarda dos recursos naturais, há que atuar no sentido de colocar em prática medidas que visem a melhoria da qualidade desses recursos em prole da saúde pública e, por sua vez, uma melhor qualidade de vida.

02.2 - Abastecimento de água no concelho de Góis

O abastecimento suficiente de água potável em qualquer região é um ponto prioritário e fundamental. Compete às entidades responsáveis [Câmaras Municipais] assegurar a existência deste abastecimento em locais de fácil acesso. O sistema de distribuição tem origem a seguir à captação, caso não exista Estação de Tratamento de Água [ETA], e termina no início da canalização dos consumidores ou nas torneiras e bicas de fontanários. O município de Góis possui uma rede de abastecimento muito vasta, envolvendo as 4 freguesias e integra a Empresa Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior – APIN, juntamente com os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

Sendo um território bastante montanhoso e com aglomerados populacionais muito dispersos, origina a existência de muitos sistemas de abastecimento. A água que abastece a população do município é, na sua maioria, de origem subterrânea, embora exista também sistemas de abastecimento de origem superficial. Atualmente 100% da população do município de Góis encontra-se servida com rede domiciliária de água, sendo a gestão e exploração, da responsabilidade do próprio município. Futuramente, os principais sistemas em alta das povoações de Góis, Vila Nova do Ceira, Ponte de Sótão, Cabreira e Alvares passarão a ser da responsabilidade da empresa Águas do Centro Litoral, continuando a rede em baixa da responsabilidade do município. A rede de abastecimento de água abrange a totalidade do concelho. O sistema de abastecimento de água traduz-se em 77 captações, 79 reservatórios, 37 estações elevatórias e 51 sistemas de abastecimento de água.

Por forma a garantir a qualidade da água de abastecimento no concelho de Góis o município propõe quer a necessidade de proteção das captações, quer pela adoção de um sistema de desinfecção eficaz, bem como a monitorização da qualidade da água.

De acordo com informação disponível no PORDATA [referente a 2017], o consumo de água por habitante, no concelho de Góis, era de cerca de 63,6 m³/hab, ligeiramente inferior ao registado na Região de Coimbra [68 m³/hab]. De referir que ocorreu uma manutenção dos valores do consumo de água no concelho em relação ao ano de 2016 [63,5 m³/hab].

Entre os anos 2016 e 2019, o Município de Góis procedeu à instalação de caudalímetros nas saídas dos reservatórios de abastecimento de água para controlo de perdas de água nos sistemas de abastecimento tornando, desta forma, o reporte de dados à Entidade Reguladora dos Sistemas de Águas e Resíduos mais fiável. Assim, durante os referidos anos, foram quantificadas perdas de água de acordo com os valores constantes no quadro seguinte (valores em m³/ano):

Quadro 01 – Características dos sistemas de abastecimento no concelho de Góis | Fonte: Município de Góis, 2021

Ano	Água entrada no sistema	Água faturada	Consumo não faturado (Contadores próprios)	Perdas por erro de medição (6%)	Perdas reais
2019	636705	205851	9634	12351,1	408868,9
2018	507564,3	197745	6719	11864,7	291235,6
2017	648586	248739	9817	14924,3	375105,6
2016	423939,6	251681	19850	15100,9	137307,8

Nos anos antecedentes a 2016 o reporte de informação referente às perdas de água nos sistemas de abastecimento era feito com base em valores estimados. Relativamente à qualidade da água fornecida, até à transferência da gestão dos sistemas de águas e resíduos para a responsabilidade da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, o Município de Góis cumpriu integralmente o Plano Anual de Controlo da Qualidade da Água para consumo humano. Na tabela seguinte encontram-se registados o número total de incumprimentos verificados anualmente bem como a percentagem de água segura. Todos os incumprimentos verificados foram reportados à Entidade Reguladora bem como à Autoridade de Saúde.

Quadro 02 – Características dos sistemas de abastecimento no concelho de Góis | Fonte: Município de Góis, 2021

Ano	Nº Incumprimentos	% Água Segura (ERSAR)
2019	54	98,34
2018	72	97,86
2017	76	97,76
2016	75	97,85
2015	50	98,47

Existem 78 perímetros de captação no concelho, sendo que apenas dois têm proteção na zona intermédia e alargada, os restantes são na zona imediata.

Quadro 03 – Características dos sistemas de abastecimento no concelho de Góis | Fonte: Município de Góis, 2021

Diploma legal	Designação	Categoria	Proteção
Portaria n.º 7/2017	POÇO DE RIBEIRA DE MEGA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 7/2017	POÇO DE RIBEIRA DO SINHEL	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 7/2017	NASCENTE DE PORTO DAS PENAS	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 7/2017	MINA DE LOURAL	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 74/2016	POÇO DA ESCARNIDA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 74/2016	POÇO DO RIO SOTÃO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DO AÇOR	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	NASCENTE DO AÇOR	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	NASCENTE DO AÇOR 2	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	NASCENTE DO AÇOR 3	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	NASCENTE DOS CAROCHOS	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	NASCENTE AIGRA NOVA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA AIGRA VELHA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA ALDEIA VELHA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA ALDEIA VELHA (2)	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE ALGARES	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DO CARREGAL	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DA Sr.ª DO DESTERRO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE AMIOSINHO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DO VALE DA CASTANHEIRA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE AMIOSO DO SENHOR	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE VALE DO CHÃO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA BOIÇA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DA MEÃ	Subterrânea	Zona Imediata

Portaria n.º 164/2016	MINA DA MALHADINHA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DA CADAFAZ	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	NASCENTE DA CANDOSA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA BARROCA DA LOBEIRA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DE CAPELO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DE CARCAVELOS	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE CARCAVELOS	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DO CARVALHAL	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE CASAL NOVO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE SURACO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	POÇO SERRA DO CARVALHAL	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	POÇO SERRA DO CARVALHAL 2	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE VALE COVO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DE CORTECEGA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE CORTERREDOR	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DE CORTERREDOR	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE PEDREIRA DA PENA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA PENA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	NASCENTE DA FOLGOSA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DA FOLGOSA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA FONTE LIMPA - 1	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA FONTE LIMPA - 2	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE FOZ DA COVA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE FOZ DE ALVARES	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DO PINHEIRO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA SERRA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA MALHADA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DE OBRAIS	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	POÇO DE PIÃES	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DO PENEDO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	NASCENTE DO PENEDO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO POVORAIS	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA RELVA DA MÓ	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA RIBEIRA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA VARGADA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA RODA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA SANDINHA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA FONTE DA ASSENHA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE FONTE DE CAL	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA Sr.ª DA GUIA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA SIMANTORTA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA POVOAÇÃO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DA PANASQUEIRA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DO SOITO	Subterrânea	Zona Imediata

Portaria n.º 164/2016	MINA A SUL DA TELHADA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DA TELHADA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DO LIBOREIRO	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	FURO DO COLMEAL	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE ÁRVORES	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 164/2016	MINA DE CONHAIS	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 143/2017	COELHOSA	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 143/2017	CORTES	Subterrânea	Zona Imediata
Portaria n.º 74/2016	POÇO DA ESCARNIDA	Subterrânea	Zona Intermédia e Alargada
Portaria n.º 164/2016	MINA DO PINHEIRO	Subterrânea	Zona Intermédia e Alargada

02.3 - Sistemas de abastecimento de água no concelho de Góis

[a] Freguesia de Alvares

Quadro 04 - Sistemas de abastecimento na freguesia de Alvares

Zona de abastecimento de Algares		
Povoações servidas	Algares	
População servida	8 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfeção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Algares	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Algares	Capacidade – 25 m ³
Zona de abastecimento de Alvares		
Povoações servidas	Alvares, Caniçal, Casal de Cima e Casal de Baixo	
População servida	219 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfeção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina do Carregal Poço da Ribeira do Sinhel	Tipo – Mina Tipo – Poço
Reservatórios	Local – Alvares	Capacidade – 50 m ³
Zona de abastecimento de Amieiros		
Povoações servidas	Amieiros e Cabeçadas	
População servida	32 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfeção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	2	
Captações	Furo dos Amieiros	Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Cabeçadas Local – Amieiros	Capacidade – 25 m ³ Capacidade – 25 m ³
Zona de abastecimento de Amiosinho		
Povoações servidas	Amiosinho	
População servida	8 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfeção	
Nº de captações	1	
Nº estações elevatórias	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Amiosinho	Tipo – Mina
Estações elevatórias	Amiosinho	
Reservatórios	Local – Amiosinho	Capacidade – 15 m ³
Zona de abastecimento de Amioso Cimeiro		
Povoações servidas	Amioso Cimeiro	
População servida	24 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfeção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina do Vale da Castanheira	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Amioso Cimeiro	Capacidade – 15 m ³
Zona de abastecimento de Amioso do Senhor		

Povoações servidas	Amioso do Senhor	
População servida	38 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Amioso do Senhor Mina de Vale do Chão	Tipo – Mina Tipo – Nascente
Reservatórios	Local – Amioso do Senhor	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Boiça

Povoações servidas	Boiça	
População servida	1	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº estações elevatórias	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Boiça	Tipo – Mina
Estações elevatórias	Local – Boiça	
Reservatórios	Local – Boiça	Capacidade – 10 m ³

Zona de abastecimento de Casal Novo

Povoações servidas	Casal Novo	
População servida	3 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Casal Novo Furo de Casal Novo	Tipo – Mina Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Casal Novo	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Chã de Alvares

Povoações servidas	Casal de Cima, Casal de Baixo, Carrasqueira e Tulhas	
População servida	103 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº estações elevatórias	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Suraco	Tipo – Mina
Estações elevatórias	Local – Caniçal	Capacidade – 50 m ³
Reservatórios	Local – Casal de Cima	Capacidade – 50 m ³

Zona de abastecimento de Coelhosa

Povoações servidas	Coelhosa	
População servida	3 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº estações elevatórias	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Nascente da Coelhosa	Tipo – Nascente
Estações elevatórias	Local – Coelhosa	
Reservatórios	Local – Coelhosa	Capacidade – 10 m ³

Zona de abastecimento de Cortes

Povoações servidas	Cortes, Seixo, Milreu, Mega Fundeira, Portela do Torgal, Fonte dos Sapos, Corga da Vaca, Candeia, Amioso Fundeiro, Lomba, Estevianas, Cilha Velha, Varzina e Pisão	
--------------------	--	--

População servida	325 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº estações elevatórias	1	
Nº de reservatórios	5	
Captações	Mina da Barroca das Fontes Poço da Ribeira de Mega	Tipo – Mina Tipo – Poço
Estações elevatórias	Local – Candeia	Capacidade – 100 m³
Reservatórios	Local – Cortes Local – Milreu Local – Estevianas Local – Corga da Vaca Local – Amioso Fundeiro	Capacidade – 100 m³ Capacidade – 20 m³ Capacidade – 25 m³ Capacidade – 20 m³ Capacidade – 20 m³

Zona de abastecimento de Fonte Limpa

Povoações servidas	Fonte Limpa	
População servida	14 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Fonte Limpa 1 Mina da Fonte Limpa 2	Tipo – Nascente Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Fonte Limpa	Capacidade – 25 m³

Zona de abastecimento de Foz de Alvares

Povoações servidas	Foz de Alvares	
População servida	2 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº estações elevatórias	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Foz de Alvares	Tipo – Mina
Estações elevatórias	Local – Foz de Alvares	Capacidade – 20 m³
Reservatórios	Local – Foz de Alvares	Capacidade – 10 m³

Zona de abastecimento de Mega Cimeira

Povoações servidas	Mega Cimeira	
População servida	40 (Censos 2011)	
Origem da água	Água comprada em Alta ao município de Pedrogão Grande	
Ponto de entrega	Castelo Vale D'Armunha	

Zona de abastecimento de Obrais

Povoações servidas	Obrais	
População servida	3 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Furo de Obrais	Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Obrais	Capacidade – 25 m³

Zona de abastecimento de Relva da Mó

Povoações servidas	Relva da Mó	
População servida	1 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	

Captações	Mina da Relva da Mó	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Relva da Mó	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Roda Cimeira

Povoações servidas	Roda Cimeira	
População servida	32 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Vargada	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Roda Cimeira	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Roda Fundeira

Povoações servidas	Roda Fundeira	
População servida	10 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº estações elevatórias	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Roda	Tipo – Mina
Estações elevatórias	Local – Roda Fundeira	Capacidade – 15 m ³
Reservatórios	Local – Roda Fundeira	Capacidade – 10 m ³

Zona de abastecimento de Simantorta

Povoações servidas	Simantorta	
População servida	10 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Simantorta Mina na Povoação	Tipo – Nascente Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Simantorta	Capacidade – 20 m ³

Zona de abastecimento de Telhada

Povoações servidas	Telhada	
População servida	7 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº estações elevatórias	1	
Nº de reservatórios	2	
Captações	Mina a Sul da Telhada Furo da Telhada	Tipo – Mina Tipo – Furo
Estações elevatórias	Local – Telhada	
Reservatórios	Local – Telhada Local – Telhada	Capacidade – 25 m ³ Capacidade – 10 m ³

[b] Freguesia de Góis

Quadro 05 - Sistemas de abastecimento na freguesia de Góis

Zona de abastecimento de Aigra Nova		
Povoações servidas	Aigra Nova, Comareira e Cerejeira	
População servida	12 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Nascente da Aigra Nova	Tipo – Nascente
Reservatórios	Local – Aigra Nova	Capacidade – 20 m ³
Zona de abastecimento de Aigra Velha		
Povoações servidas	Aigra Velha	
População servida	3	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Nascente da Aigra Velha	Tipo – Nascente
Reservatórios	Local – Aigra Velha	Capacidade – 20 m ³
Zona de abastecimento de Carcavelos		
Povoações servidas	Carcavelos	
População servida	2 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Carcavelos Furo de Carcavelos	Tipo – Mina Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Aigra Velha	Capacidade – 25 m ³
Zona de abastecimento de Cortecega		
Povoações servidas	Cortecega	
População servida	16 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Vale Covo	Tipo – Nascente
Reservatórios	Local – Cortecega	Capacidade – 25 m ³
Zona de abastecimento de Esporão		
Povoações servidas	Esporão, Pena, Carvalhal Miúdo, Ladeiras, Cerdeira e Póvoa da Cardeira	
População servida	107 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	3	
Nº estações elevatórias	1	
Nº de reservatórios	2	
Captações	Mina da Pedreira da Pena Mina da Pena Furo da Pena	Tipo – Nascente Tipo – Nascente Tipo – Furo
Estações elevatórias	Local – Pena	Capacidade – 25 m ³
Reservatórios	Local – Esporão Local – Cerdeira	Capacidade – 25 m ³ Capacidade – 12 m ³
Zona de abastecimento de Folgosa		
Povoações servidas	Folgosa	

População servida	12 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Nascente da Folgosa Furo da Folgosa	Tipo – Nascente Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Folgosa	Capacidade – 12 m³

Zona de abastecimento de Góis

Povoações servidas	Góis, Regateira, Bordeiro, Casalinho de Cima, Casalinho de Baixo, Luzenda, São Martinho, Póvoa de Góis, Linteiro, Carvão, Nogueiro, Samoura, Pião, Alagoa, Barreiro, Caracol, Carvalhais, Chão dos Santos, Fonte do Soito, Inviando, Juncal, Monteiro, Murtinheira, Passô, Picarotos, Terras, Várzea Grande, Várzea Pequena e Casal da Ribeira	
População servida	2193 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº estações elevatórias	3	
Nº de reservatórios	8	
Captações	Mina do Pinheiro Poço da Escarnida	Tipo – Mina Tipo – Poço
Estações elevatórias	Local – Escarnida Local – Bordeiro (Civado) Local – Zona Industrial de Góis	
Reservatórios	Local – Góis (Pinheiro) Local – Góis (Castelo) Local – Carvalhinha (apenas no período de verão) Local – Luzenda (apenas no período de verão) Local – Samoura (Cabeço) Local – Samoura (Barroco) Local - Sr.ª do Monte Local - Monteiro	Capacidade – 50 m³ Capacidade – 100 m³ Capacidade – 50 m³ Capacidade – 20 m³ Capacidade – 20 m³ Capacidade – 20 m³ Capacidade – 100 m³ Capacidade – 7 m³

Zona de abastecimento de Outeiro e Piães

Povoações servidas	Outeiro, Piães e Vale Boa	
População servida	28 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Poço de Piães	Tipo – Poço
Reservatórios	Local – Piães	Capacidade – 12 m³

Zona de abastecimento de Ponte do Sótão

Povoações servidas	Albergaria, Alegria, Caselhos, Conhais, Pontão de Seladinho, Ponte do Sótão, Portela, Alvém, Portela de Góis, Sacões, Sacões de Cima e Cimo de Alvém	
População servida	375 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº estações elevatórias	3	
Nº de reservatórios	5	
Captações	Mina de Conhais Poço do Rio Sótão	Tipo – Mina Tipo – Poço
Estações elevatórias	Local – Alegria	Capacidade – 25 m³
Estações elevatórias / Reservatórios	Local – Conhais (Lavadouro) Local – Sacões de Cima	Capacidade – 5 m³ Capacidade – 5 m³
Reservatórios	Local – Ponte do Sótão	Capacidade – 100 m³

	Local – Cimo de Alvém	Capacidade – 5 m ³
	Local – Portela de Góis	Capacidade – 20 m ³
	Local – Alvém	Capacidade – 15 m ³
	Local – Portela de Baixo	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Povorais		
Povoações servidas	Povorais	
População servida	2 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	3	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina do Penedo Nascente do Penedo Furo dos Povorais	Tipo – Mina Tipo – Nascente Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Povorais	Capacidade – 15 m ³

Zona de abastecimento de Ribeira Cimeira e Fundeira		
Povoações servidas	Ribeira Cimeira e Fundeira	
População servida	38 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Ribeira	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Ribeira Cimeira	Capacidade – 12 m ³

Zona de abastecimento de Vale de Godinho		
Povoações servidas	Vale de Godinho e Bordoieiro	
População servida	138 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	3	
Captações	Mina de Fonte da Cal	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Vale de Godinho Local – Carvalhinha Local – Luzenda	Capacidade – 12 m ³ Capacidade – 50 m ³ Capacidade – 20 m ³

Zona de abastecimento de Vale de Moreiro		
Povoações servidas	Vale de Macieira e Casal Loureiro	
População servida	91 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	3	
Captações	Nascente de Porto das Penas Furo do Liboreiro	Tipo – Nascente Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Vale de Moreiro Local – Liboreiro Local – Vale de Macieira	Capacidade – 25 m ³ Capacidade – 30 m ³ Capacidade – 25 m ³

[c] Freguesia de Vila Nova do Ceira

Quadro 06 - Sistemas de abastecimento na freguesia de Vila Nova do Ceira

Zona de abastecimento de Chapinheira	
Povoações servidas	Chapinheira, Campelo, Telhada e Carapinhal
População servida	42 (Censos 2011)
Origem da água	Água comprada em Alta ao município de Arganil
Ponto de entrega	Reservatório Arroça

[d] União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal

Quadro 07 - Sistemas de abastecimento na União de Freguesia de Cadafaz e Colmeal

Zona de abastecimento de Açor		
Povoações servidas	Açor	
População servida	12 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	4	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina do Açor Nascente do Açor 1 Nascente do Açor 2 Nascente do Açor 3	Tipo – Mina Tipo – Nascente Tipo – Nascente Tipo – Nascente
Reservatórios	Local – Açor	Capacidade – 20 m ³

Zona de abastecimento de Ádela		
Povoações servidas	Ádela	
População servida	14 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Nascente dos Carochos	Tipo – Nascente
Reservatórios	Local – Ádela	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Aldeia Velha		
Povoações servidas	Aldeia Velha	
População servida	16 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Aldeia Velha 1 Mina da Aldeia Velha 2	Tipo – Mina Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Aldeia Velha	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Cabreira		
Povoações servidas	Cabreira	
População servida	76 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Árvores Furo da Meã	Tipo – Mina Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Cabreira	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Cadafaz		
Povoações servidas	Cadafaz	
População servida	28 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	2	
Captações	Mina da Malhadinha Furo do Cadafaz	Tipo – Mina Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Cadafaz Local – Cadafaz	Capacidade – 25 m ³ Capacidade – 12 m ³

Zona de abastecimento de Candosa		
Povoações servidas	Candosa	
População servida	15 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Nascente da Candosa	Tipo – Nascente
Reservatórios	Local – Candosa	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Capelo		
Povoações servidas	Capelo	
População servida	7 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Barroca da Lobeira	Tipo – Nascente
Reservatórios	Local – Capelo	Capacidade – 12 m ³

Zona de abastecimento de Carvalho do Sapo		
Povoações servidas	Carvalho do Sapo	
População servida	21 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina do Carvalho	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Carvalho do Sapo	Capacidade – 25 m ³

Zona de abastecimento de Colmeal		
Povoações servidas	Colmeal	
População servida	40 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	3	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Poço Serra do Carvalho 1 Poço Serra do Carvalho 2 Furo do Colmeal	Tipo – Nascente Tipo – Nascente Tipo – Furo
Reservatórios	Local – Senhor da Amargura	Capacidade – 50 m ³

Zona de abastecimento de Corterredor		
Povoações servidas	Corterredor	
População servida	27 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	2	

Captações	Mina de Corterredor	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Corterredor	Capacidade – 25 m ³
	Local – Corterredor	Capacidade – 12 m ³
Zona de abastecimento de Foz da Cova		
Povoações servidas	Foz da Cova e Carrimá	
População servida	5 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina de Foz da Cova	Tipo – Nascente
Reservatórios	Local – Foz da Cova	Capacidade – 20 m ³
Zona de abastecimento de Loural		
Povoações servidas	Loural	
População servida	50 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina do Loural	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Loural	Capacidade – 25 m ³
Zona de abastecimento de Malhada		
Povoações servidas	Malhada	
População servida	13 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	2	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Serra Mina da Malhada	Tipo – Mina Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Malhada	Capacidade – 25 m ³
Zona de abastecimento de Sobral		
Povoações servidas	Sobral	
População servida	11 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina da Panasqueira	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Sobral	Capacidade – 20 m ³
Zona de abastecimento de Soito		
Povoações servidas	Soito	
População servida	8 (Censos 2011)	
Origem da água	Subterrânea	
Tratamento	Desinfecção	
Nº de captações	1	
Nº de reservatórios	1	
Captações	Mina do Soito	Tipo – Mina
Reservatórios	Local – Soito	Capacidade – 25 m ³

02.4 - **Propostas**

Proteção das captações - proceder à delimitação das zonas de proteção das captações, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, e que visa interditar ou condicionar as instalações e as atividades suscetíveis de poluírem as águas subterrâneas.

É importante a proteção de todas as captações através do estabelecimento de zonas de proteção, evitando algum tipo de atividade suscetível de causar qualquer tipo de poluição, não colocando em risco a saúde do consumidor.

Salienta-se a elevada presença de reservatórios de água em todo o Concelho. No sentido de proteger os reservatórios, uma vez que armazenam um recurso vital para o ser humano, devem ter-se em consideração os seguintes pontos:

- Sempre tapados [contra pássaros e roedores];
- O fundo deve ser limpo pelo menos uma vez por ano, usando uma solução desinfetante para retirar a camada biológica que eventualmente se forme;
- Antes de qualquer utilização, todos os reservatórios devem ser clorados;
- Evitar a corrosão e manchas que possam aparecer no seu interior;
- O exterior dos reservatórios deve ser revestido com materiais duradouros;
- O acesso a estes deverá ser vedado [portas e qualquer entrada fechada a cadeado].

Implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano, de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, nos sistemas de abastecimento que ainda não se encontram abrangidos;

Adotar um sistema de desinfeção da água pelo cloro - O tipo de tratamento de água indispensável em sistemas públicos é a desinfeção, que conduz à destruição dos micro-organismos patogénicos (transmissores de doença) eventualmente existentes. Este tratamento é aplicável mesmo quando a água captada não está contaminada, com o objetivo de prevenir efeitos nocivos de possíveis contaminações no sistema de adução e distribuição.

Para a manutenção da qualidade da Água importa, pois, uma **monitorização contínua de todos os componentes que fazem parte de um sistema de abastecimento**.

02.5 - **Conclusões**

A realização de análises, só por si, não garante um efetivo controlo da qualidade. Esta garantia da qualidade da água distribuída por sistemas públicos de abastecimento só é possível pela articulação de um conjunto de medidas, tais como:

- Prevenção da contaminação dos recursos hídricos;
- Proteção adequada das captações;
- Adequação do tratamento às características da água captada;
- Manutenção adequada do sistema de distribuição;
- Diagnóstico periódico e sistemático da qualidade da água captada e distribuída aos consumidores;
- Atuação rápida e eficaz em face de anomalias diagnosticadas analiticamente.

A proteção eficaz das captações de água destinada ao consumo humano é a única forma de preservar convenientemente a qualidade final da água que consumimos. Uma gestão correta dos recursos hídricos exige que se invista prioritariamente na prevenção da contaminação.

O modo mais eficiente de diagnosticar a qualidade da água distribuída consiste em medir sistematicamente as concentrações dos seus principais constituintes. Para isso procede-se à realização de análises físicas, químicas e microbiológicas, com uma frequência adequada em todo o sistema de abastecimento - desde a origem até à distribuição, incluindo todas as etapas do seu tratamento.

Conclui-se que a nível autárquico, por vezes é complicado gerir todo este sistema, devido à falta de meios humanos e por vezes técnicos, podendo mesmo dizer financeiros.

03 - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

03.1 - Introdução

O Homem, enquanto ser vivo e agente económico, origina a formação de resíduos de origem e natureza muito diversificada, cuja acumulação na ecosfera representa uma carga negativa, por vezes capaz de colocar em causa o equilíbrio dos ecossistemas afetados.

A carga poluente que o Ambiente pode suportar, sem que o seu equilíbrio seja afetado, é nitidamente limitada, dependendo o quantitativo correspondente do tipo de substância considerada. A natureza das substâncias poluentes presentes no Ambiente é um fator decisivo a considerar nas novas técnicas ou metodologias a desenvolver para o tratamento das águas residuais.

De entre todos os problemas relacionados com a poluição que a atividade humana tem vindo a provocar, os problemas de poluição da água assumem elevada importância, dadas as limitações crescentes em recursos hídricos de qualidade adequada à satisfação das múltiplas necessidades existentes.¹

Por vezes, o tratamento de efluentes levanta problemas complexos, em termos de gestão dos recursos naturais e do consumo energético. No momento crucial em que se pretende dotar o nosso país de sistemas de tratamento/depuração de águas residuais, é necessário que se rentabilizem os recursos disponíveis, construindo estações que se adaptem às nossas características e que, principalmente, apresentem baixos custos de investimento e exploração.

O Sistema Multimunicipal de Saneamento do Baixo Mondego - Bairrada, serve o concelho de Góis e procede à drenagem 'em alta' das águas residuais, fazendo a sua recolha, o tratamento e a rejeição das mesmas. O principal objetivo do sistema é a melhoria de serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, no sentido de atingir os níveis de qualidade das descargas exigidas pela legislação nacional e comunitária em vigor. A contribuição para a diminuição dos índices de poluição da bacia hidrográfica, onde são despejados os efluentes resultantes do tratamento, promove a requalificação ambiental, garantido a qualidade de água dos meios hídricos. Estes são igualmente objetivos da implementação e melhoramento deste sistema.

¹ Oliveira, J.F. dos Santos – Lagunagem em Portugal: conceitos básicos e aplicações práticas. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 1995. ISBN 8293-01-0

03.2 - **Águas residuais e suas características**

Todas as comunidades produzem resíduos, líquidos ou sólidos. A parte líquida são as águas residuais, provenientes de habitações particulares, instituições e empreendimentos comerciais, industriais e agrícolas, e resulta essencialmente da água que é distribuída às comunidades, após ter sido contaminada pelos diversos usos a que foi submetida.

As águas residuais podem definir-se como uma combinação de águas ou outros líquidos portadores de resíduos procedentes de residências, instituições públicas, assim como de centros comerciais e industriais, às quais podem ainda juntar-se ainda águas superficiais, subterrâneas e pluviais.

Estas águas, se não sofrerem um tratamento apropriado, ao serem descarregadas no meio hídrico vão alterar a qualidade deste, ao mesmo tempo que afetam a sua disponibilidade para determinados fins: consumo, recreio, uso agrícola ou industrial, uso humano, entre outros.

Para preservar a qualidade do meio hídrico, é necessário proceder-se ao tratamento dos efluentes antes de qualquer descarga no meio recetor, de modo a minimizar qualquer tipo de impactes. Esse tratamento é realizado em Estações de Tratamento de Águas Residuais [ETAR]. As ETAR definem-se como unidades constituídas por diversos órgãos onde se efetuam sequencialmente uma série de operações e processos unitários de tratamento dos efluentes líquidos.

Os efluentes líquidos geralmente consideram-se divididos em quatro tipos, de acordo com a sua origem:

Águas residuais domésticas

- Águas provenientes de instalações residenciais e serviços diretamente provenientes do metabolismo humano e atividades domésticas²;
- Contêm quantidades apreciáveis de matéria orgânica e são facilmente biodegradáveis;
- O seu lançamento em reservas naturais provoca a alteração da qualidade da água sempre que se ultrapasse a respetiva capacidade depuradora, provocando graves riscos para a saúde pública, redução dos recursos de água utilizáveis em condições económicas aceitáveis, destruição da vida aquática, etc.

Águas residuais industriais

- Águas provenientes de qualquer tipo de atividade que não possam ser classificadas como águas residuais domésticas nem sejam águas pluviais³;
- Podem apresentar grande diversidade de compostos físicos e químicos, em função do tipo e processo de produção;
- Grande variabilidade das suas características no tempo;
- A sua nocividade deve-se a vários fatores: temperatura elevada, presença de substâncias fortemente alcalinas, metais pesados e outras substâncias tóxicas, gases e outras substâncias que podem formar em contacto com o oxigénio misturas explosivas, substâncias que desenvolvem maus cheiros, desequilíbrio de nutrientes em relação à carga orgânica, germes patogénicos perigosos, entre outros.

Águas pluviais

- Resultam da precipitação atmosférica e apresentam em geral menores quantidades de matérias poluentes;
- Englobam-se também as águas provenientes da lavagem de arruamentos, da rega de espaços verdes, de refrigeração, etc.

² Decreto Lei n.º 152/97 D.R. I Série – a (97-06-19)

³ idem

Águas Residuais Urbanas

- São as águas residuais domésticas contendo uma certa percentagem de águas residuais industriais que possam ser descarregadas nos coletores gerais, mediante autorização municipal, e uma maior ou menor quantidade de águas pluviais, conforme os coletores são do tipo misto ou separativo;
- Por vezes, as águas residuais urbanas também podem conter alguma água de infiltração consoante a estanquicidade das juntas dos coletores.

A composição média das águas residuais domésticas é um aspeto a considerar, uma vez que a sua variação com o tempo [hora, dia, semana, mês] e com o espaço [local, região] exerce alguma influência na sua composição. Por outro lado, existem ainda outros fatores, como a existência de rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, o desenvolvimento socioeconómico, entre outros.

Assim, é natural que a composição de um efluente de verão, principalmente em zonas de veraneio, seja diferente de um efluente de inverno, pois a população flutuante provoca um aumento de descarga de caudal, para além das alterações da sua composição.

03.3 - Necessidade de tratamento de águas residuais

Devido ao crescente consumo de água que se tem verificado nos últimos anos, o recurso à água aproxima-se dos limites comportáveis pela Natureza. Além disso, a ação poluidora do Homem contribui para que este bem seja ainda mais escasso, uma vez que este polui os lugares onde capta a própria água que consome com os efluentes das suas indústrias ou com as descargas de águas residuais por tratar. Por todas estas razões, não é difícil prever que as guerras do futuro terão a água potável como motivo principal.

Por isso, é urgente a necessidade de se elaborar uma correta metodologia para se proceder à gestão sustentável da água ainda disponível no nosso planeta.

Todavia, a gestão de águas residuais é uma questão bastante complicada, uma vez que interfere com o meio ambiente e com a saúde pública. Para contornar da melhor maneira essa questão é necessário seguir um adequado programa de gestão que envolva as seguintes fases:

- (a) Planeamento – definição do problema, horizonte de projeto, soluções alternativas, calendarização e implementação do plano;
- (b) Dimensionamento/Projeto – análise de caudais (caudais médios, fatores de ponta e caudais de ponta), cargas de dimensionamento (cargas mássicas, constituintes tóxicos e concentrações médias);
- (c) Reavaliação – revisão detalhada de todos os aspetos do projeto e análise de custos;
- (d) Implantação/Construção
- (e) Arranque/Afinação – verificação da funcionalidade de todo o equipamento e verificação de fluxos hidráulicos;
- (f) Operação/Funcionamento – garantir a eficiência de tratamento em conformidade com o cumprimento da legislação e, para além disso, tendo em conta as características particulares dos ecossistemas de descarga.

Um plano de gestão corretamente implementado permite uma melhor qualidade de vida das comunidades, uma vez que através de uma simples obra sanitária se consegue a eliminação de vetores de doenças transmissíveis, e assim se contribui para a preservação ou recuperação do equilíbrio ecológico.

As águas residuais tratadas são encaminhadas para as linhas de água.

03.4 - Impactes ambientais da descarga de águas residuais nos ecossistemas

A poluição da água é essencialmente causada pela descarga de águas residuais domésticas, urbanas e industriais.

Ao ser poluída, a água torna-se propícia ao desenvolvimento de uma série de micro-organismos que vão alterar as suas características físicas, químicas e biológicas, das quais depende a sua qualidade.

As descargas não controladas de águas residuais podem ter vários inconvenientes, dos quais se salientam os riscos para a saúde pública, efeitos negativos no bem estar e nas atividades humanas, prejuízos para as aplicações da água e perturbações nos ecossistemas, tais como:

- desoxigenação do meio, quer por agentes redutores inorgânicos, quer pela decomposição da matéria orgânica biodegradável;
- turvação devida a limos ou a sólidos em suspensão;
- morte de diversas formas de vida aquáticas, animais e vegetais, devido à presença de substâncias em concentrações tóxicas;
- aparecimento de gorduras, óleos emulsionados e outras massas flutuantes que impedem o arejamento superficial;
- alteração do pH e produção de cheiros desagradáveis;
- eutrofização do meio recetor, com o consequente crescimento excessivo de algas e plantas superiores;
- custos acrescidos no tratamento de água para consumo.

Por tudo isto, é importante uma adequada gestão das águas residuais, de modo a evitar o surgimento de situações irreversíveis no ambiente.

03.5 - Rede de saneamento básico no concelho de Góis

Em 2005, de acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Centro, ao nível da região Centro, 61 concelhos apresentavam um índice de atendimento na recolha de águas residuais inferior a 90%, sendo de salientar que 30 destes concelhos apresentam um índice inferior a 50%, existindo concelhos com índices da ordem dos 20%. O concelho de Góis possui um nível de atendimento da população com sistema de drenagem de águas residuais entre os 50 e 75%.

Relativamente ao tratamento de águas residuais a situação na região Centro é ainda mais preocupante, pois, em 2005, somente 12 concelhos apresentam um índice de atendimento superior a 90%, sendo que 30 concelhos apresentam um índice inferior a 40% sendo o valor mínimo inferior a 10%. Mais uma vez o concelho de Góis possui um nível de atendimento da população com sistema de tratamento de águas residuais entre os 50 e os 75%.

O Município de Góis apresenta uma acessibilidade física do serviço através de redes fixas na ordem dos 35%. O serviço prestado é de qualidade não apresentando deficiências. No entanto, carece de instrumentos de medição para monitorização e controlo.

A rede de saneamento do município de Góis é efetuada através de sistemas de drenagem e das 5 estações de tratamento de águas residuais [ETAR]: ETAR de Vila Nova do Ceira, ETAR de Góis, ETAR de Cabreira, ETAR de Póvoa de Góis e ETAR de Cortes, todas as ETAR recebem apenas efluentes domésticos. As fossas sépticas predominam ainda em todo o concelho. De acordo com os dados de 2021 [INE], 35% da população do município encontra-se provida por sistemas de drenagem de águas residuais.

Atualmente os sistemas em causa, serviços de águas e resíduos, encontram-se sob gestão da Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior - APIN. O Município de Góis tem atualmente conhecimento da intenção de avançar com a construção de uma ETAR e rede de saneamento e drenagem de águas pluviais no lugar de Ponte do Sótão, Alegria, Albergaria, Pontão do Seladinho, Conhais bem como a beneficiação da rede de abastecimento de água.

04 - Resíduos Sólidos Urbanos

04.1 - Introdução

O ritmo acelerado que a sociedade humana tem vindo a desenvolver conduz a uma elevada produção de resíduos, maioritariamente provenientes dos grandes núcleos urbanos, locais que concentram múltiplas características inerentes à sociedade atual. No entanto, é de realçar a quantidade considerável de resíduos provenientes das atividades rurais e industriais tornando-se urgente desenvolver soluções alternativas para tratar e reduzir este problema ambiental.

O avanço tecnológico originou um aumento da quantidade de certos componentes dos resíduos [como o plástico e o cartão], visto que grande parte dos produtos comprados vem embalados.

Os resíduos, não só poluem o ambiente, como também danificam os recursos necessários ao Homem, podendo mesmo atingir a sobre-exploração desses recursos. Assim, é necessária uma correta e adequada gestão destes materiais de modo a evitar possíveis impactos indesejáveis ao nível da saúde pública e do ambiente [contaminação do solo, água superficial e subterrânea].

A capacidade dos locais que usualmente serviam para deposição de resíduos sólidos está a esgotar-se, fruto de uma legislação mais controladora e de respostas negativas por parte da população, que se mostra relutante na aceitação de novos métodos e locais, tanto para o tratamento como para a deposição de resíduos.

Os resíduos sólidos são caracterizados por englobarem todos os resíduos produzidos pela atividade humana e animal, normalmente no estado sólido, que são rejeitados. Os resíduos sólidos urbanos provenientes das sociedades urbanas são designados de resíduos [RSU].

Sob o ponto de vista económico, o resíduo tem um valor nulo ou negativo, tornando-se necessário que o produtor se desembarace dele ou que pague para o fazerem [AFPIUA, 1987]. Neste âmbito entram em ação os sistemas de gestão de resíduos que, segundo o Decreto-lei nº 178/2006, de 5 de setembro, envolvem operações de *"recolha, o transporte, a valorização e a eliminação de resíduos, incluindo a supervisão destas operações, a manutenção dos locais de eliminação no pós-encerramento, bem como as medidas adotadas na qualidade de comerciante ou corretor"*. De acordo com o Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos [PERSU], de julho de 1997, estes sistemas são definidos como *"sistemas de engenharia destinados a assegurar a conveniente gestão dos resíduos"*.

O facto de um município apresentar um sistema de gestão de resíduos não implica diretamente que este seja eficiente, muitas vezes a necessidade urgente de se ver cumprida a legislação conduz à adoção de situações longe das ideais. Para garantir a sustentabilidade, torna-se indispensável que todas as componentes que constituem o sistema se interrelacionem, envolvendo a *"cooperação de setores tais como o governo, autarquias, empresas, grupos de interesse público e a população em geral"* [MARTINHO, 1999].

A reciclagem aparece como um ponto-chave dentro de um sistema de gestão de resíduos. A primeira fase de desenvolvimento deste processo inicia-se no interior das habitações, com a população a separar os diferentes componentes, que serão posteriormente encaminhados para o local correto. Esta fase necessita da aplicação de projetos de educação ambiental, a fim de sensibilizar a população a tomar as atitudes corretas.

Os municípios têm um papel fundamental na gestão dos resíduos, uma vez que são responsáveis pela recolha dos resíduos das populações e pelo destino que lhes é dado.

A questão ambiental constitui hoje uma preocupação política e científica com uma importância social e económica crescente.

04.2 - Recolha indiferenciada de RSU

A Recolha Indiferenciada, tal como o nome indica, resulta da recolha indiferenciada dos resíduos produzidos. No local de produção estes resíduos são misturados e depositados em contentores, independentemente do tipo.

Os resíduos sólidos urbanos indiferenciados produzidos no município de Góis são da responsabilidade da Autarquia, descarregados na Estação de Transferência de Góis para serem encaminhados para o Centro Integrado de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra [CITVRSU]. O concelho de Góis dispõe de um total de 747 contentores para a recolha indiferenciada.

Através da leitura do gráfico seguinte, verificam-se as quantidades de resíduos urbanos produzidos, recolhidos e entregues na ERSUC. Em 2012, a quantidade de resíduos foi de 1.458,4 toneladas, sendo que em 2016 se verifica um ligeiro decréscimo dos mesmos, passando a ser 1.443,3 toneladas. A evolução da produção de resíduos sólidos urbanos no município de Góis, nos últimos quatro anos, comprova uma ligeira diminuição de 2012 para 2016, de 15,1 toneladas. No entanto, no ano 2014 observou-se um aumento da produção dos resíduos sólidos urbanos.

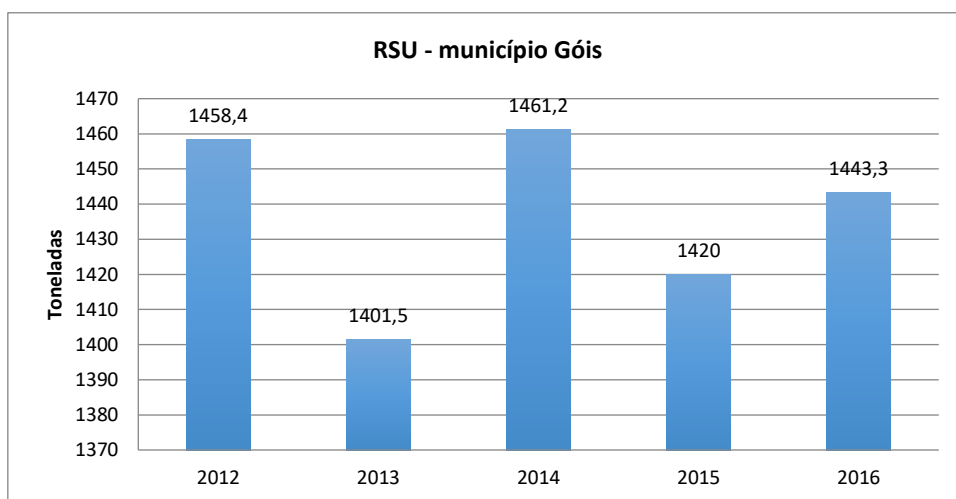


Figura 01 - Recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos | Fonte: www.ersuc.pt

04.3 - Resíduos recicláveis - recolha seletiva

A gestão de resíduos afetos à recolha seletiva é da responsabilidade da empresa ERSUC - Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro. Os ecopontos constituem um conjunto de três contentores de cores diferentes [verde, amarelo e azul], que se encontram instalados nos aglomerados populacionais. Denominam-se como Vidrão [verde], Embalão [amarelo] e Papelão [azul] e servem para depositar resíduos valorizáveis para a reciclagem. O concelho de Góis dispõe de 13 ecopontos.

A partir da análise do gráfico seguinte, verifica-se que no ano de 2016 foram separados no município um total de 95 toneladas de resíduos diferenciados, repartidos por 54,7 toneladas de vidro, 19,8 toneladas de papel/cartão e 20,7 toneladas de embalagens.

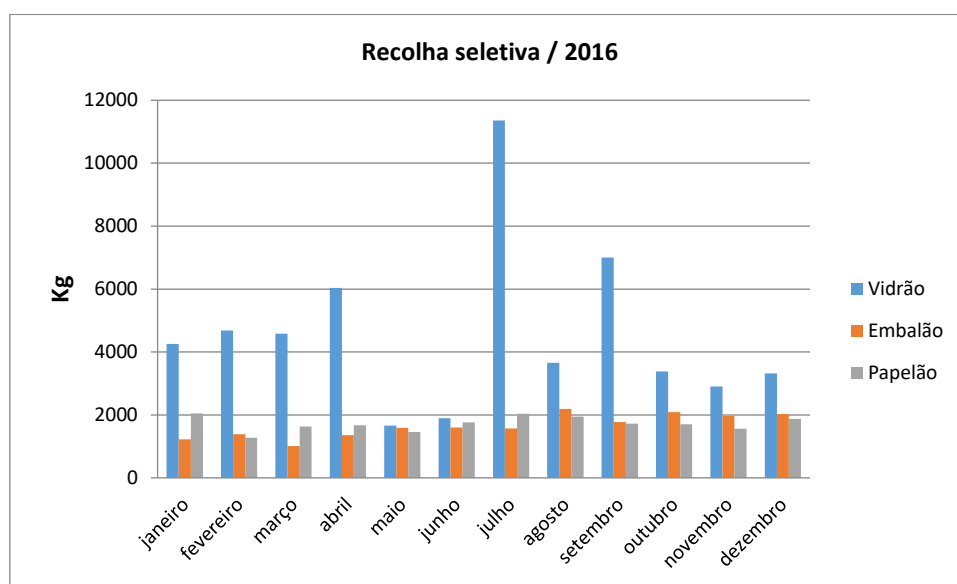


Figura 02 - Evolução da recolha seletiva no município de Góis, 2016 | Fonte: www.ersuc.pt

Neste momento em termos de recolha de vidro, embalagens e cartão, no concelho de Góis, estão abrangidas as sedes de Freguesia e as localidades com mais população, pretendendo-se estender a recolha a todas as outras localidades. Paralelamente pretende-se nos mesmos locais fazer a recolha de pilhas e lâmpadas fluorescentes.

Capítulo 02 - Riscos de Origem Natural e Humana

01 - Introdução

A consideração do sistema de prevenção de riscos como um dos quatro vetores do modelo territorial do Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território [PNPOT] constitui uma opção com importante significado. De facto, nas últimas décadas, pela força dos factos e do avanço do conhecimento científico, agudizou-se a consciência de que existem riscos diversos ameaçadores das populações e dos territórios, os quais pela sua dimensão e complexidade devem ser colocados no topo da agenda política.

A situação geográfica e as características geológicas e climáticas de Portugal, nos territórios do continente e nas regiões insulares, tendo ainda em consideração o contexto atual das alterações climáticas, exigem uma monitorização e gestão preventivas dos diversos riscos naturais ou antrópicos.

Para diferentes escalas temporais e espaciais de ocorrência e respetivos efeitos no território, pode identificar-se um conjunto abrangente de vulnerabilidades e riscos: atividade sísmica, movimentos de massa, erosão do litoral e instabilidade das arribas, cheias e inundações, incêndios florestais, secas e desertificação, contaminação de massas de água, contaminação e erosão de solos, derrames acidentais no mar, rutura de barragens e riscos associados a diversas infraestruturas e acidentes industriais graves.

A inclusão deste vetor no modelo territorial do PNPOT significa, assim, que a gestão preventiva de riscos constitui uma prioridade de primeira linha da política de ordenamento do território, sendo considerada uma condicionante fundamental da organização das várias componentes do modelo e um objetivo do programa das políticas do PNPOT e, ainda, um elemento obrigatório dos restantes instrumentos de gestão territorial.

O valor de um recurso ou de um sistema ecológico corresponde ao seu significado em relação a fatores como a raridade, a diversidade, a naturalidade, a viabilidade funcional e o seu significado local ou regional. O conceito de valor reflete a capacidade de esse recurso ou sistema ecológico e corresponde à probabilidade de poder desempenhar certas funções [por exemplo recreativas, científicas, de biodiversidade genética]. O valor de um recurso ou de um sistema ecológico está ainda relacionado com a sua capacidade de poder evoluir para sistemas de maior significado ecológico [Fernandes, 1991].

O desenvolvimento de uma análise detalhada sobre o território e as zonas mais propensas à ocorrência dos riscos é essencial para a definição da estrutura verde municipal e das manchas de ocupação humana. Um estudo de riscos implica: conhecer as zonas de risco; identificar as suas características e dinâmicas; prevenir a ocorrência de desastres; definir as formas de intervenção urgente em caso de ocorrência de catástrofes.

No município de Góis considera-se a existência dos riscos definidos na tabela, os quais se organizam em dois grupos:

- Riscos de origem natural: causados por fenómenos naturais, de origem meteorológica, nomeadamente cheias, ciclones, secas, entre outros, ou de origem geológica como terramotos, deslizamentos de terra, etc.
- Riscos de origem humana: eventos acidentais, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana, envolvendo ou não substâncias perigosas, que podem ocorrer em espaço público, edificações, estabelecimento ou área industrial, suscetíveis de provocar danos

significativos entre população/trabalhadores, equipamentos ou ambiente [p.e. cheias e inundações por rotura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas].

Quadro 08 - Tipos de riscos | Fonte: Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Góis. 2011

Tipo	Designação
Riscos de origem natural	Terramotos
	Inundações e Cheias
	Deslizamentos de terras
	Nevões
	Incêndios florestais
	Ventos fortes, tornados e ciclones violentos
	Secas
	Ondas de calor
	Vagas de frio
Riscos de origem humana	Acidente industrial
	Incêndios Urbanos
	Colapso / estrago avultado em edifícios
	Acidentes em infraestruturas hidráulicas
	Acidentes viários e / ou aéreos
	Transporte de matérias perigosas
	Concentrações humanas
	Terrorismo
	Contaminação da rede pública de abastecimento de água

02 - Riscos de Origem Natural

02.1 - Inundações e Cheias

As precipitações intensas são fenómenos meteorológicos extremos e poucos frequentes e que podem resultar de precipitações moderadas e prolongadas ou de precipitações muito fortes e de curta duração.

As precipitações moderadas e prolongadas são consequência do atravessamento sucessivo de sistemas frontais associados a núcleos de baixa pressão, que, no caso de Portugal, têm a sua formação no Oceano Atlântico. Estes originam longos períodos de chuva que podem durar vários dias, contribuindo para a saturação dos solos e para o aumento das cargas de escoamento para os cursos de água.

As precipitações fortes de curta duração caracterizam-se pela concentração de elevados níveis de precipitação em períodos reduzidos de tempo, caracterizados por chuvadas violentas, frequentemente associados a trovoadas e, por vezes, à queda de granizo. De um modo geral, as suas consequências, para além de dependerem da sua magnitude, dependem fortemente da capacidade local de drenagem e escoamento das águas pluviais. No âmbito da Proteção Civil, as consequências mais significativas que podem resultar da ocorrência de precipitações intensas são: as inundações súbitas [habitações, estabelecimentos, ruas e estradas], pela influência e acumulação do escoamento das águas pluviais em zonas de baixa capacidade de drenagem; a formação de cheias por aumento dos caudais dos cursos de água e extravase do leito normal com inundação de margens e áreas circunvizinhas. Desenvolve-se durante um período de horas ou de dias.

A chave que condiciona a ocorrência de inundações ou cheias é a intensidade da precipitação e a sua duração. Contudo, a topografia, o tipo de cobertura do solo, desempenham igualmente papéis importantes.

No concelho de Góis o curso de água mais crítico é o Rio Ceira, sendo que existem registos de inundações junto às povoações da vila de Góis, Vila Nova do Ceira, Ponte de Sótão e Candosa. Historicamente, os locais que normalmente são interditos sempre que ocorre precipitação acentuada ou o aumento do caudal dos rios são Várzea Pequena [Ponte da Várzea Pequena, acesso à Praia das Canaveias], Góis [Rua Eng.º Álvaro de Paula Dias Nogueira, Parque do Cerejal, Rua Prof. Eng.º Carlos Manuel Leitão Beato] e Alvares [Largo do Sinhel].

De acordo com os dados do PME de Góis [2011], cerca de 99% da área do concelho encontra-se classificada na classe de suscetibilidade muito baixa, sendo que as classes de suscetibilidade alta e muito alta representam menos de 1% da área do concelho. Contudo, as áreas que se encontram classificadas na classe de suscetibilidade muito alta abrangem as povoações de Vila Nova do Ceira, Murtinheira, Vila de Góis, Casalinho de Baixo e Juncal.

No que diz respeito ao nível de perigosidade os troços de água mais críticos são a Ribeira do Sinhel a sul do concelho, e a norte do concelho os rios Ceira e Sótão, associados à existência de edifícios e construções nas imediações das ribeiras.

No âmbito do risco de inundações e cheias, importa ainda salientar a importância da prevenção da eventualidade de rutura da Barragem de do Alto Ceira II, da qual poderiam resultar danos avultados, nomeadamente nas áreas que se encontram classificadas na classe de suscetibilidade muito alta, que abrangem as povoações de Vila Nova do Ceira, Murtinheira, Vila de Góis, Casalinho de Baixo e Juncal.

02.2 - Deslizamento de terras

O deslizamento de terras é um dos mecanismos de rutura de terras, que consiste em movimentos ao longo de um talude ou vertente [rotacional ou translacional], por ação da gravidade, e que ocorrem por movimento de deslizamento. Este movimento pode ocorrer ao longo do plano de inclinação ou por deslocamento lateral. É facto aceite que os fatores que despoletam os fenómenos de deslizamento são: a intensidade e a duração da precipitação ou do sismo. No primeiro caso a intensidade corresponde à taxa da queda de água e a duração ao intervalo de tempo em que ocorre a precipitação; no segundo a intensidade é avaliada pela escala de Mercalli e a duração pelo período durante o qual as vibrações sísmicas são sentidas à superfície.

As componentes mais importantes do risco de erosão são: o declive, que tem grande influência na mecanização dos trabalhos florestais, bem como o coberto vegetal, tendo as grandes perdas do coberto vegetal devido a incêndios um grande contributo no aumento do risco de erosão da região. Em zonas em que se verifique um maior risco de erosão, o aumento do coberto vegetal [povoamentos ou matos], terá um papel importante na diminuição desse risco.

Particularmente ao concelho de Góis e de acordo com os registos históricos os locais onde ocorreram deslizamentos de terras foram no Carvalhal, no Colmeal e na Cabreira.

Os dados do PME [2011], salientam que 32% da área do concelho se encontra classificada na classe de suscetibilidade baixa, sendo que a classe de suscetibilidade média representa cerca de 50% da área do concelho, encontrando-se uniformemente distribuído por toda a área do concelho. A classe de suscetibilidade alta representa cerca de 16% da área do concelho, encontrando-se distribuída geograficamente de forma uniforme pelo concelho, sendo que a classe de muito alta suscetibilidade apresenta valores residuais.

No que diz respeito ao risco de deslizamento de terras, no concelho de Góis não existe a classe de risco muito alto e, apesar das áreas de risco de deslizamento de terras de risco alto serem inferiores a 1% relativamente à área total do concelho, estas encontram-se na parte urbana de Ponte de Sótão, Góis, Cabreira, Colmeal, Roda Cimeira, Amioso Fundeira e Alvares.

02.3 - Incêndios florestais

Um incêndio florestal é um fogo não controlado que se desenvolve em espaços florestais, isto é, em áreas de floresta e/ou matos. As suas causas podem ser naturais ou humanas, sendo que estas últimas representam a larga maioria dos casos. Entre as causas naturais, a mais frequente é a ignição devido à ocorrência de trovoadas secas. Já as ignições com origem humana são de natureza mais variada, podendo dar-se devido à produção de faísca em cabos de alta tensão ou devido a queimadas para renovação de pastagens, lançamento de foguetes, negligência, fogo posto, etc.

Os incêndios florestais, na atualidade, são o principal problema com que se debate a floresta em Portugal e, particularmente, o concelho de Góis, que apresenta grande suscetibilidade à ocorrência do fenómeno. Devido ao elevado caso de ocorrências de incêndios neste concelho muitos dos proprietários reduzem o investimento nas propriedades florestais e chegam mesmo a abandonar as mesmas.

Desta forma existe a necessidade de elaborar uma política de ordenamento do espaço florestal, nomeadamente nas áreas de incultos e de povoamentos específicos de *Pinus pinaster* e *Eucalyptus globulus*, assim como de garantir uma resposta rápida nas ocorrências de incêndio, de acordo com o Sistema Integrado de Gestão de Fogos Rurais [SGIFR].

No concelho de Góis a ocupação dominante é a florestal com cerca de 39% da superfície total, sendo que a grande parte do território se encontra caracterizado por um risco de incêndio alto e médio/alto.

Os elementos prioritários de defesa da floresta contra incêndios localizam-se a norte do concelho de Góis, mais propriamente nas freguesias de Góis, Vila Nova do Ceira e União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal. As prioridades de defesa no concelho de Góis, para além das zonas com maior risco de incêndio florestal, são os perímetros florestais [Perímetros florestais de Góis e de Rabadão] e a Zona Especial de Conservação da Serra da Lousã.

03 - Riscos de Origem Humana

03.1 - Colapso / estragos avultados em edifícios

O colapso ou desmoronamento de edifícios está quase sempre relacionado com o seu elevado estado de degradação. De uma forma geral, este tipo de fenómeno ocorre em edifícios abandonados e desabitados com níveis de degradação avançados [edifícios devolutos]. No entanto, este fenómeno também *"pode ocorrer em edifícios que apesar de habitados, são alvo de manutenção insuficiente. Perante o estado de degradação avançada do edifício, o desmoronamento pode ser despoletado por vários processos, entre os quais se destacam os pequenos sismos, os estremecimentos provocados por obras na envolventes, os enterramentos e as explosões violentas [especialmente as originadas por fugas de gás]."* [PME, 2011]

No concelho de Góis, o colapso de edifícios e muros pode estar relacionado com três tipos diferentes de eventos: terremotos, precipitações intensas, e degradação extrema de estruturas, associada ao abandono.

No que diz respeito à suscetibilidade a colapso / estragos avultados, quando analisado o estado e a idade dos edifícios do concelho de Góis foi possível identificar aqueles que se encontram mais suscetíveis a sofrer colapsos totais ou parciais. Deste modo, constata-se que a suscetibilidade a colapso / estragos avultados caracteriza-se como alta e localiza-se no aglomerado populacional de Várzea Grande e Várzea Pequena, freguesia de Vila Nova do Ceira, cujo somatório de muros e edifícios em alto estado de degradação é igual a 51. Salienta-se que é na freguesia de Vila Nova do Ceira onde, para o período após o ano de 1980, se regista das maiores proporções de edifícios com necessidades de reparação com cerca de 18% dos seus 144 edifícios a encontrarem-se nesse estado. Por outro lado e tendo em conta os aglomerados populacionais aos quais se procedeu ao levantamento de muros e edifícios em alto estado de degradação, aquele que apresenta menor número é Alvares, na freguesia de Alvares com cerca de 17 infraestruturas.

Quanto ao risco de colapso / estragos avultados de edifícios o concelho de Góis é caracterizado por um risco alto no aglomerado populacional de Várzea Grande [freguesia de Vila Nova do Ceira], sendo que as restantes zonas do concelho possuem risco médio.

03.2 - **Acidentes industriais**

Os acidentes industriais graves envolvendo substâncias perigosas são consequência do desenvolvimento não controlado de processos durante o funcionamento de um estabelecimento industrial e podem resultar em explosões, incêndios e/ou emissões de substâncias contaminantes [tóxicas, radioativas]. Os estabelecimentos para os quais existe risco de um acidente grave são abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, o qual define o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências [para o homem e ambiente]. Este diploma legal aplica-se aos estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às quantidades descritas no Decreto-lei.

No concelho de Góis não existem estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto. Contudo, existem pequenas unidades indústrias, sendo essencialmente empresas de mecânica, serralharias, materiais de construção, fabricação de candeeiros, carpintarias, confeções e mármore. que podem acarretar algum risco de acidente. Na zona industrial de Góis existem dois reservatórios de GPL nas empresas de fabricação de candeeiros.

Relativamente à suscetibilidade de acidente industrial e tendo em conta a área total do concelho, cerca de 1% da área do território concelhio está classificada como suscetibilidade média e baixa. No entanto, apesar de serem considerados valores baixos, correspondem à suscetibilidade atribuída aos polígonos industriais relativamente à área total do concelho, como tal não deve ser minorada a sua importância.

Quanto ao risco de acidente industrial verifica-se que cerca de 1% da área do concelho está classificada na classe de risco média.

03.3 - Transporte de mercadorias perigosas

De acordo com o Decreto-Lei nº 41-A/2010⁴, as mercadorias perigosas definem-se como *"quaisquer matérias, objetos, soluções ou misturas de matérias cujo transporte é proibido ou objeto de imposição de certas condições nos anexos I e II"*.

O concelho de Góis não é atravessado por Itinerários Principais ou Complementares, não sendo normalmente utilizado como eixo rodoviário para transporte de mercadorias perigosas ou outras, no entanto, considera-se que a EN2 e as freguesias de Alvares e Góis apresentam quer a suscetibilidade alta, quer o risco alto, pelo número de infraestruturas que carecem de ser abastecidas de gasóleo e gasolina nestas duas freguesias e pela localização que esta via tem em relação às mesmas. Por este motivo os camiões-cisterna que transportam combustíveis para os pontos de abastecimento do concelho são responsáveis pela quase totalidade de mercadorias perigosas aí transportadas.

Neste âmbito, regista-se ainda a existência de indústrias que movimentam na sua atividade alguns materiais perigosos, embora em quantidades reduzidas, não justificando por isso a inclusão destas na Diretiva Seveso II.

⁴ Alínea c) do art.º 2º (Diário da República, 1.ª série - N.º 83 - 29, de abril de 2010), alterado pelo Decreto-Lei nº 246-A/2015, de 21 de outubro

03.4 - **Acidentes viários**

A ocorrência de acidentes rodoviários numa determinada região, para além dos fatores relacionados com a atitude e comportamento dos condutores e peões, está relacionada com a intensidade de tráfego, com as condições climáticas que aí ocorrem e com o estado de manutenção das vias e dos veículos que nelas circulam.

- De uma forma geral, quanto maior for a intensidade de tráfego de uma via, maior a probabilidade de ocorrência de acidentes rodoviários.
- Condições climáticas adversas, como chuva intensa, gelo, granizo e nevoeiro, tendem igualmente a provocar um maior número de acidentes.
- O mau estado de conservação das estradas, assim como o mau estado de conservação dos veículos que nelas circulam, constituem também fatores propícios à ocorrência de acidentes.

No concelho de Góis o aumento do número de acidentes rodoviários está relacionado com os meses estivais e as épocas festivas do natal e da passagem do ano, altura em que se regista um acentuado aumento dos movimentos entre o estrangeiro e o concelho.

No período que decorreu entre 2003 a 2007, de acordo com a informação da ANSR e através da confirmação de membros dos Bombeiros Voluntários de Góis e do Posto Territorial da GNR de Góis, não se verificaram pontos negros⁵ no concelho. No entanto, apesar de não se verificarem pontos negros no concelho, identifica-se a EN2, a EM543 e a EM1376 como os pontos mais críticos no que respeita ao nível de suscetibilidade de acidentes rodoviários.

⁵ Lanços de estrada com o máximo de 200 metros de extensão, nos quais se registaram, pelo menos, 5 acidentes rodoviários com vítimas no ano em análise, e cuja soma de indicadores de gravidade é superior a 20 - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

03.5 - Concentrações humanas

De uma forma geral, as elevadas concentrações de pessoas em espaços relativamente reduzidos possuem o potencial de desencadear e maximizar situações de risco no domínio da proteção civil. Acresce o facto de a concentração de pessoas poder levar a situações duplamente trágicas face à ocorrência de um acidente, devido à dificuldade de evacuação e de socorro de grande número de vítimas que tenham ocorrido.

No âmbito da proteção civil, as consequências mais significativas que podem resultar de incidentes associados a concentrações humanas estão relacionadas com a perda de vidas humanas e ocorrência de feridos, as dificuldades de evacuação e as dificuldades de auxílio das vítimas por saturação dos meios de socorro.

No concelho de Góis a concentração de um grande número de pessoas ocorre, por um lado de forma regular nos estabelecimentos de ensino, nos empreendimentos turísticos, nos supermercados, nos recintos desportivos, nos parques de campismo e nas praias fluviais, por outro de forma mais esporádica em eventos desportivos, festas, romarias, concertos musicais ao ar livre, etc.

Dos eventos que ocorrem no concelho destaca-se a Concentração Motard de Góis, como uma referência a nível nacional e com um relevante impacto no território e economia não só local, mas também regional. Durante os três dias em que decorre o evento [mês de agosto], o município de Góis vê a sua população aumentar em cerca de 15.000 a 20.000 pessoas, em relação à população residente.

Relativamente à suscetibilidade de acidentes graves relacionados com concentrações humanas a concentração Motard de Góis está classificada com suscetibilidade muito alta, sendo que as festas e romarias que ocorrem no concelho estão classificadas com suscetibilidade alta.



Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Góis

Estudos Setoriais de Caracterização [novembro 2023]